

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

OS ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO DA
SUBALTERNIDADE PROFISSIONAL:
REFLEXÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO
“SER MULHER” E DO SERVIÇO SOCIAL

RITA DE LOURDES DE LIMA

Natal/RN
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**OS ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO DA
SUBALTERNIDADE PROFISSIONAL:
REFLEXÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO
“SER MULHER” E DO SERVIÇO SOCIAL**

RITA DE LOURDES DE LIMA

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de
Doutor à comissão julgadora da Universidade Federal de Pernambuco,
sob a orientação da professora Dra. Maria de Fátima de Souza Santos.

Natal/RN
2004

Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Lima, Rita de Lourdes de .

Os Assistentes Sociais e a questão da subalternidade profissional:
reflexões acerca das representações sociais do “ser mulher” e do Serviço
Social / Rita de Lourdes de Lima. – Recife, 2005.
342 p. il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos

Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de
Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social.

1. Serviço Social - Tese. 2. Profissão – Tese. 3. Gênero - Tese. 4 –
Representações Sociais – Tese. 5. Mulher – Tese. I. Santos, Maria de
Fátima de Souza. II. Universidade Federal de Pernambuco. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 36 (043.3)

ERRATA

Capa e Folha de rosto, onde se lê: “Natal – 2004”; leia-se “Recife – 2005”

Sumário, Capítulo 1, item 2, onde se lê: “O Movimento de Reconceituação na América Latina”; leia-se “O Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil”.

Pág. 19, 2^a linha – onde se lê: “que, mesmo sabendo lutar da mesma forma que as outras mocinhas”(...); leia-se: “que, mesmo sabendo lutar, da mesma forma que as outras “mocinhas”(...).

.Pág. 56, 2^º parág., 5^a linha – onde se lê: “surgirão”; leia-se: “surgiram”.

Pág. 119, 3^a linha – onde se lê: “porções”; leia-se “poções”.

Pág. 144, citação de Bourdieu, penúltima linha - onde se lê: “de pessoas { secretárias,...}”; leia-se: “de pessoas (secretárias,...)”.

Pág. 170, 1^º parág., 6^a linha – onde se lê: “*que tem uma identidade Social e individual,...*”; leia-se: “*que tem uma identidade social e individual,...*”.

Pág. 182, 2^º parág., 5^a e 6^a linhas – onde se lê: “uma maior valorização Social e econômica daqueles trabalhos que cabem Socialmente aos Homens ou são predominantemente realizados(...); leia-se: “uma maior valorização social e econômica daqueles trabalhos que cabem socialmente aos Homens ou são predominantemente realizados(...)”.

Pág. 184, 2^º parág., 3^a linha – onde se lê: “sobre determinado objeto Social,...”; leia-se: “sobre determinado objeto social,...”

Pág. 186, citação de Moscovici – onde se lê: “objeto Socialmente valorizado”; leia-se: “objeto socialmente valorizado”.

Pág. 193, 2^a linha - onde se lê: “tínhamos Realizado(...); leia-se: “tínhamos realizado(...)”.

Pág. 199, última linha - onde se lê: “É necessário, (...); leia-se: “É necessário, (...)”.

Pág. 201, 1^º parág., penúltima linha – onde se lê: “participação Social”; leia-se: “participação social”.

Pág. 217, após o gráfico, 6^a linha - onde se lê: “a inserção em nesses movimentos”; leia-se: “a inserção nesses movimentos”.

Pág. 250, 2^º parág., 4^a linha – onde se lê: “o que Abric denominou de ‘transformação progressiva’”; leia-se “o que Abric denominou de ‘transformação resistente’”.

Pág. 257, 1^º parág., 3^a linha – onde se lê: “A maioria dos Entrevistados”; leia-se: “A maioria dos entrevistados”.

Bibliografia – acrescentar:

HARVEY, David. A Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.(trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves)São Paulo: Loyola, 1993

SCHAFF, Adam. História e Verdade. 2^a ed. Portugal: Editora Estampa, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

A Tese OS ASSISTENTES SOCIAIS E A QUESTÃO DA SUBALTERNIDADE PROFISSIONAL: REFLEXÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO “SER MULHER” E DO SERVIÇO SOCIAL
elaborada por RITA DE LOURDES DE LIMA
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Doutorado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de

DOUTOR EM SERVIÇO SOCIAL

Recife, 02/02/2005

BANCA EXAMINADORA

Soráia Santos
Renato do G. M. Lourdes
Rita Crispim Braga Inácio
Ruy de Araújo Góes
Leônidas de Oliveira

AGRADECIMENTOS

São tantos...Ao longo destes últimos cinco anos, muitas pessoas me ajudaram neste processo que às vezes é doloroso, mas é também gratificante...

Antes de tudo a Deus, pela vida, pelo amor, por pegar na minha mão durante a caminhada.

A Fátima, que, apesar dos compromissos e da falta de tempo – situação em que se encontra todos os Doutores das Universidades Brasileiras –, esteve sempre presente, competentemente, animando, orientando... *O seu sorriso e jeito franco continuarão como referência para mim sobre o que é ser uma professora que estabelece uma relação de igualdade e respeito com seus alunos.*

A Zeidi e Zélia, Co-Orientadora e Interlocutora respectivamente. *O nosso contato foi pouco, dificultado pela distância e correria da vida, mas a contribuição de vocês foi fundamental para me ajudar a encontrar o caminho. Obrigada pela contribuição e preocupação que tiveram.*

Aos(as) Professores(as) da Pós-Graduação em Serviço Social, pela competência e seriedade na formação dos alunos.

A Jean e Raimundinha, Evelyne e Monique, pela acolhida em sua casa. *Nada que venha a ser dito expressará o que sinto. O amor e carinho com que recebem as pessoas que chegam à casa de vocês são impagáveis, ou melhor, só pode ser retribuído com amor também. Amo vocês!*

A Silvana, Andréa e Sâmia, pelos “galhos” que quebraram para mim, todas as vezes que precisei de algo em Recife, quando eu não estava presente, e pelo carinho com que fui recebida, inúmeras vezes. *Pelas saídas, cervejas tomadas juntas e pelas conversas sempre*

construtivas... Vocês ocupam um lugar especial no meu coração. Silvana, amo você particularmente!

A Jacilene pela prontidão e disponibilidade durante todo o processo de Doutorado.

Aos (as) colegas do Departamento de Serviço Social da UFRN, pela dedicação ao DESSO e pelo trabalho triplicado devido à liberação de muitos (as) de nós durante o período da Pós-Graduação.

No Departamento de Serviço Social da UFRN agradeço, particularmente, a Bosco Araújo, que me ajudou no momento das primeiras idéias do Projeto de Tese e pela sua constante disponibilidade sempre que eu ia ao Departamento; e a Célia Correia, também pela disponibilidade e ajuda na discussão sobre os rumos do Serviço Social em Natal nos últimos tempos.

Às Colegas de Profissão e às Alunas da Graduação que se apresentaram como Voluntárias para o período da coleta de dados (Joseane, Liliane, Lucilene, Helenita, Miriam, Miriana e Carla) e que, apesar dos percalços e imprevistos, se mantiveram firmes até o fim da Coleta. *Sem vocês, com certeza esta pesquisa não teria sido possível.*

A Raquel, sobrinha e “contratada” como digitadora das entrevistas no período da Coleta de dados. *O seu trabalho foi fundamental para possibilitar que eu me dedicasse às leituras necessárias para a análise do material coletado. Obrigada!*

A Paulo Roberto, Professor do Departamento de Estatística da UFRN, e a Lauro César, Aluno do PET, pelo trabalho dos cálculos estatísticos e construção dos gráficos. *Em você, Paulo, foi possível encontrar os valores da simplicidade, ética, competência e compromisso com a Universidade Pública e Gratuita, incorporados e vivos num ser humano. A sua postura nos fez refletir e acreditar que, mesmo quando muitos dos que nos cercam, sucumbem aos valores do mercantilismo, devemos mantermo-nos firmes na direção contrária, pois nossos valores não estão à venda.*

A Vilma Vitor, Fotógrafa e Professora da Pós-Graduação em Educação da UFRN, pela disponibilidade e gentileza em ceder as fotos que ilustram este trabalho.

Ao meu filho, Allan Victor, e minha filha, Karla Viviane, que, desde pequenos, se acostumaram a ver o pai e a mãe na frente dos livros e do computador. *Vocês ainda não entendem o porquê de tudo isso, mas não podia deixar de agradecer por vocês existirem e pedir desculpas pelas inúmeras faltas de atenção que fui obrigada a cometer em virtude do Doutorado e da Tese.*

À CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual, seria difícil concluir este trabalho.

Neste momento, corre-se sempre o perigo de esquecer alguém, não porque sua contribuição não foi valiosa, mas porque a memória falha – principalmente a partir dos 40 anos! *A estes, desde já os meus pedidos de desculpas. Acreditem o esquecimento não foi por mal...*

A todos, enfim, meu muito obrigada!

RESUMO

O estudo parte do pressuposto de que há uma Representação Social tradicional das Mulheres na Sociedade, que lhes atribui como características inatas o serviço, a docilidade, a abnegação, entre outras. O Serviço Social surgiu e se construiu historicamente como uma Profissão destinada a “mulheres”, com forte ligação com os Valores Cristãos e carregando em si Valores Humanitários. O objetivo a que nos propusemos neste trabalho foi analisar a Representação Social do Serviço Social e do “Ser Mulher”, tentando construir inferências acerca da chamada *subalternidade profissional*, tendo como elo de ligação do raciocínio o perfil predominantemente feminino da Profissão. Partimos dos(as) Assistentes Sociais inscritos(as) no CRESS/RN e fizemos um sorteio aleatório, trabalhando com 171 Assistentes Sociais (167 mulheres e com 4 homens). O Percurso Metodológico foi dividido em momentos e, na coleta de dados, trabalhamos com Associação de Palavras, *Check-list* e Entrevista Semi-estruturada. A análise dos dados se deu com a ajuda dos softwares Excel, Evoc, Estatística e através da Análise Temática.

Os resultados apontam para um perfil dos(as) Assistentes Sociais predominantemente feminino(97,66%). Os(as) profissionais, em sua maioria, são casados(as), católicos(as), natalenses, graduados(as), ganhando em média de 6 a 10 salários mínimos. Os resultados apontam ainda para uma Representação Social da Profissão associada à defesa da Cidadania e dos Direitos Sociais e para uma Representação Social da Mulher como associada à luta, força e conquistas. Neste sentido, os resultados parecem indicar: um rompimento com a Representação Social Tradicional da Profissão, uma transformação na Representação Social acerca da Mulher, bem como uma modificação crescente na questão da *subalternidade profissional* no Serviço Social.

Abstract

This study part of presupposition that there is a traditional Social Representation of women in Society, which has imputed them as innate characteristics service, docility and abnegation among others. Social Work originated and has been historically constructed as a “womanish” profession, which has strong links to Christian and Humanitary Values. Thus, our purpose in this work is to analyse the Social Representation of Social Work and of “Woman Being”. We will try to rise inferences about the so called “professional subalternity”, based in the predominance of the female sex in this Area. We sorted out 171 Social Workers (167 women and 4 men) who are registered in CRESS/RN to make part of the analysis. We divided the project into phases and made use of Word Association, Check-list and Semi-structured Interviews in data collecting. Data analysis was accomplished with the help of the softwares Excel, Evoc, Statística and also through Thematical Analysis.

Results showed that Social Workers are predominatlu females (97,66%). The professionals, in their majority, are married, catholics, from Natal, graduated, earning aroun 6 to 10 minimun wages. Results also show that the Social Representation of Social Work is associated to citizenship and social rights defense and a Social Representation of Woman as associated to fight, strength and conquests. In this sense, results seem to indicate a break in the Traditional Social Representation of this Profession, a changing in the Social Representation of Woman, as weel as an increasing modification in what concerns to the matter of *professional subalternity* in Social Work.

RESUME

L'étude à présent part du préssuposé qu'il y a un Représentant Social traditionnel des femmes dans la société, qui leur atribue comme caractéristiques innés, le service, la docilité, l'abnégation, entre autres. Le Service Social est née et a progressé historiquement comme une Profession destiné aux "femmes", avec un fort rapport avec les Valeurs Chrétiennes et Humanitaires. Ce que nous nous proposons dans ce travail est d'analyser la Représentation Social de le Service Social et "l'Être Femme", en essayant de construir des inférences sur ce qu'on appelle de *subalternité professionnelle*, en ayant comme liens de pensée le profil féminin, comme prédominant, de Professions. Comme nous pouvons voir selon le numéro d'inscrit au CRESS/RN, dans un tirage au sort, d'entre 171 assistants sociaux (167 étaient de femmes 4, seulement, étaient d'hommes). Le Parcours Méthodologique a été divisé en moments et, à la cueillette des donnés, on a travaillé avec l'Association des Mots, le *Check-list* et l'Interview Semi-structuré. L'analyse des donnés a été possible à partir des *softwares* Excel, Evoc, Statística et à travers l'Analyse Thématique.

Les résultats montrent un profil entre les Assistents Social qui prédominent, en 97,66%, de femmes. Les professionels, dans sa majorité, sont mariés, catholiques, né à Natal, de niveau universitaire et reçoivent, en moyenne, de 6 a 10 salaires minimum. Les résultats montrent encore une Représentation Social de la Profession associée à la défense de la Citoyenneté et des Droits Sociaux, et pour une Représentation Social de la Femme comme associé à la lute, à la force et aux conquêtes. Dans ce sens, les résultats semblent indiquer: une rupture avec la Représentation Social Traditionnelle de la Profession, une transformation dans la Représentation Social par rapport aux Femmes, ainsi comme un changement croissant a ce qui se rapporte à la *subalternité professionnel* de le Service Social.

A Pires, amor e companheiro da minha vida, por tudo.

A Roberta Cláudia, colega de profissão, vítima da violência masculina.

A Regina Coeli, uma de nossas entrevistadas, que faleceu em outubro deste ano.

A todas as Mulheres, principalmente as mais pobres, incluídas na Sociedade de forma
discriminatória e perversa.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE ANEXOS.....	11
LISTA DE FIGURAS E TABELAS.....	12
SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - Serviço Social: uma Profissão, seus Contrastes e Contradições	39
1 – O Surgimento de uma Profissão.....	41
1.1 – O Serviço Social no Brasil.....	55
1.2 – O Serviço Social em Natal/RN.....	61
2 – O Movimento de Reconceituação na América Latina.....	77
3 - Os Caminhos do Serviço Social no Brasil no Pós-64.....	83
3.1 – O Serviço Social em Natal(RN) no Pós-64.....	101
CAPÍTULO 2 - Gênero e Trabalho: uma Discussão superada?.....	111
1 – O Pensamento Ocidental Judaico-Cristão acerca das Mulheres.....	113
1.1 – O Movimento Feminista.....	124
1.2 – Divisão Sexual do Trabalho: Perspectivas e Limites.....	141
CAPÍTULO 3 – Representações Sociais : Uma tentativa de aproximação.....	157
1 – A Teoria das Representações Sociais : Uma tentativa de compreensão.....	159
1.1– Processo de Formação das Representações Sociais	168
1.2– A Abordagem Estrutural das Representações Sociais ou a Teoria do Núcleo Central.....	171
1.3 – No Caminho das Representações Sociais: o nosso Percurso Teórico-Metodológico.....	178
1.3.1– Entre o Planejado/Sonhado e a Realidade: que Caminhos tomar?	186
CAPÍTULO 4– O Dito e o Não Dito: a Pesquisa fala.....	207
1 – O Perfil Descritivo dos(as) Assistentes Sociais.....	209
2 – A Análise do Perfil dos(as) Assistentes Sociais em relação à valoração das Profissões.....	219
3 – As Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais.....	228
3.1 – A Ancoragem das Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais.	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	273
ANEXOS.....	289

LISTA DE ANEXOS

Anexo	Página
1 – Quadro Explicativo dos Estudos sobre Gênero.....	290
2 – Quadro Explicativo sobre Representações Sociais.....	292
3 – Níveis de Pesquisa em Representação Social.....	294
4 – Cálculo da Amostra.....	296
5 – Roteiro de Associação Livre e Check-list.....	301
6 – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada.....	306
7- Relatório do Teste de Agrupamento das Profissões e do Teste Qui-Quadrado	309
8 – Relatório da Análise de Perfil.....	315
9 – Parte do Relatório Rangmot e Tabrgfr – questões 1, 2 e 3.....	323
APÊNDICE:.....	Página
Acerca dos nossos pressupostos epistemológicos.....	332

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Gráfico	Página
1 – Distribuição dos Entrevistados quanto à Faixa Etária.....	209
2 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Estado Civil.....	210
3 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Tempo de Graduação.....	211
4 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Sexo.....	211
5 - Distribuição dos Entrevistados quanto à Área de Atuação.....	212
6 - Distribuição dos Entrevistados quanto à Religião.....	213
7 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Local de Nascimento.....	213
8 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Tempo em Natal.....	214
9 - Distribuição dos Entrevistados quanto à Qualificação.....	215
10 - Distribuição dos Entrevistados quanto à Qualificação em andamento.....	215
11 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Exercício de Funções de Direção	216
12 - Distribuição dos Entrevistados quanto à Participação em Organizações da Sociedade Civil.....	217
13-Distribuição dos Entrevistados quanto à Faixa Salarial (em Salários Mínimos).....	218
14 - Distribuição dos Entrevistados quanto ao Tempo de Exercício Profissional.	219
15 – Perfis Médios das notas atribuídas aos Grupos, considerando o “Tempo de graduação”.....	222
16 - Perfis Médios das notas atribuídas aos Grupos, considerando a Qualificação	222
17 - - Perfis Médios das notas atribuídas aos Grupos, considerando a “Participação em Organizações da Sociedade Civil”	223
18 - Perfis Médios das notas atribuídas aos Grupos, considerando a “Faixa Salarial”.....	223
Figura	
1 - Representação dos Assistentes Sociais sobre o “Serviço Social”.....	230
2 - Representação dos Assistentes Sociais sobre o “Ser Mulher”	237
3 - Representação dos Assistentes Sociais sobre “Mulher e Serviço Social”.....	244
Tabela	
1 – Consolidação dos Dados Socioeconômicos dos Entrevistados.....	245

Siglas utilizadas no trabalho:

CEAS - Centro e Estudos e Ação Social

UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social

ALAETS – Asociación Latinoamericano de Escolas de Trabalho Social (criada em 1965)

CELATS – Centro Latinoamericano de Trabalho Social

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (criado em 1987)

ABESS – Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (criada em 1946).

Em 1998 passa a se chamar ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Cultural em Serviço Social-

SESSUNE – Sub-Secretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE.

ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais

CFESS/CRESS – Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social.

ONU- Organização das Nações Unidas

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe



Pedinte - Calçada Cine Nordeste - Natal/RN - 1986

Foto: Vilma Vitor Cruz

“ A mística feminina”

(Andréa Lima)

Flor infinita,
Em que nascedouro se cria esta magia?
Pródigia menina tornaste mulher.
Desejo um verso ameno,
Tácito, doce e, ao mesmo tempo, pungente.

Quero uma estrofe moderna e sem rima
Para poder falar de amor e dor,
Submissão e liberdade
Na delícia e abdicação de ser mulher.

Mulher do lar imaculado e santo,
Que renuncia a vida pelos filhos,
Não sei se tem prazer e descanso.
Faço esta ode assimétrica
Pela tua coragem de entrega.

Mulheres das revoluções: Anita, Pagú,
Maria Quitéria, Olga Benário, Leila Diniz,
Nizia Floresta...
Mulheres anônimas que lutam
Dia-a-dia contra as injustiças,
Que reivindicam a abolição dos preconceitos,
Para que caiam as mordaças que calam.
É preciso por um fim na brutalidade de mãos
Que batem e se acostumam com o vício da impunidade.
Que esta poesia se transforme em apelo –
Desatem os nós das gargantas!
Afrouxem a favela do medo!

Uma homenagem às sem-terras
E às que tombaram na terra,
As trabalhadoras rurais que cedo levantam pra lida,
Antes do galo entoar seu canto.
Canta, encanta, assobia o teu acalanto mulher.
Pois teu nome é trabalho e fé.
É o suor que respinga no rosto,
A lágrima que encharca a relva,
É o vôo solene e mais alto da liberdade.

Se poemas eu fizesse, mesmo correndo
O risco de ser solecista,
Faria então a própria mulher,
Com seus desejos secretos,
Sentidos translúcidos e uma alma exposta.

Em suas entrelinhas encontro em dissonância
Diversas paisagens, dualidades abissais:
A doçura do néctar floral e o gosto acre da desigualdade,
Das letras escarlates tatuadas em nós...

Direi à vida muitos sim,
Renegarei a desfaçatez de um orgasmo.
Quero prazer com amor e cumplicidade.
Digo não à violência, falo sim pra coragem,
Condeno a tirania e esse machismo doente,
Verme, filho do patriarcalismo
Que cresceu num moralismo covarde.

Serei agora minha própria vida,
Fervem os meus estrógenos,
A minha vontade hoje é soberana,
O meu caminho sou eu quem faz, que me despeço,
Sou eu quem põe um fim e recomeço,
Sou hoje a luta de todas as mulheres ...

INTRODUÇÃO

“Sou Mulher e isso só significa que exijo respeito.
O resto de mim deixa que eu vou reinventando coloridamente.”

(NadaFrágil – grupo de amizade feminista)

Descrever e explicar o caminho que se toma no decorrer do Trabalho de uma Tese não é uma tarefa fácil. A estrada é tortuosa, cheia de pedras, com inúmeras possibilidades de caminhos distintos. O que nos leva a optar por um e não por outro são inúmeros elementos que, por vezes, nem para nós são suficientemente claros.

O meu passado em grupo de jovens católico pode explicar o “habitus¹” do serviço aos pobres que me levou a escolher, há 22 anos atrás, a profissão de Assistente Social. Por outro lado, o ser professora levou-me a refletir sobre as questões que cercam a profissão, a qual, desde o Mestrado, sentia-me inclinada a estudá-la, con quanto precisasse dedicar-me a algo que ainda não estava resolvido em minha vida. Daí o meu interesse, no Mestrado, em estudar a Religião Católica, particularmente o Movimento dos Focolares, do qual fui membro por 5 anos na minha juventude, o que deixou marcas em meu ser até hoje não apagadas totalmente. No Doutorado, pude então voltar a me debruçar sobre a profissão que escolhi por “vocação” a partir de um “habitus” feminino-religioso da minha trajetória de vida pessoal.

Escolhi estudar o Serviço Social a partir de um ângulo – ou fui escolhida por ele, não sei - que me é particularmente caro: a perspectiva de gênero.

Nascer no sexo feminino fez com que desde cedo eu me preocupasse com o papel da Mulher na Sociedade. Irritava-me, quando pequena – década de 70 –, os momentos em que assistia filmes e desenhos animados, nos quais só via heróis do sexo masculino ou quando via a “mocinha” sempre atrapalhando o “mocinho” com gritos histéricos e quedas

¹ - Tal conceito é utilizado por Bourdieu para se referir a uma maneira de ser, uma predisposição ou tendência que nasce das condições materiais de existência e integra todas as experiências passadas, funcionando a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações (Cf. Bourdieu, 1994).

no meio da fuga. A única heroína da época era “Batgirl”, que, mesmo sabendo lutar da mesma forma que as outras “mocinhas”, sempre precisava do homem – no caso “Batman” – para ser salva no final². Nos meus sonhos e fantasias infantis, sempre que eu brincava de ser herói tinha que deixar de ser mulher, pois o herói era sempre homem. Não entendia o porquê disto, mas me irritava, pois queria continuar sendo mulher e ao mesmo tempo ser forte, decidida e não precisar ser salva por um homem.

Esta e outras questões relacionadas ao papel masculino e feminino na Sociedade estiveram presentes cotidianamente em minha história pessoal. A questão da divisão das tarefas do Trabalho doméstico, por exemplo, era motivo de conflitos familiares constantes em minha casa, pois não me conformava em ver minha mãe cobrar este Trabalho de mim e de minhas irmãs e nunca de meus irmãos, mesmo com todos trabalhando fora.

Estudei, cresci, casei, tive filhos(as), tornei-me Assistente Social – Profissão predominantemente “feminina” - e professora da Universidade. Neste percurso, aprendi por que nos filmes e seriados de televisão só havia heróis homens. Aprendi por que o trabalho doméstico sempre “sobra” para as mulheres. Aprendi que existe uma dominação masculina da qual os próprios homens também são vítimas. Aprendi que se pode construir novas relações e novas formas de ser que tentam romper com essa dominação. Aprendi também que ser mulher não é fácil, pois, ao mesmo tempo em que queremos ser independentes, gostamos também de ser protegidas. Carregamos em nós contradições que não entendemos. Por tudo isso, o tema “gênero” se impôs a mim. Na verdade, não escolhemos nosso objeto ou tema, eles se nos impõem como necessidade. Acerca da liberdade que temos nas nossas escolhas, Bourdieu afirma ironicamente: “Quanta necessidade nestas liberdades sucessivas!” (2001, p. 92).

² - Hoje nas novas versões de Batman a subordinação de Batgirl se repete. Na história em quadrinho a “Nova Batgirl”, cega, vê o mundo através de Batman. Um estudo a este respeito está sendo feito na UnB: “Representações de Gênero e violência nos quadrinhos: ‘Batman e Batgirl’ enfrentam” uma leitura diferente (Costa, 2003, p. 46).

Na minha caminhada teórica sempre estiveram presentes, de forma insistentemente persistente, questões epistemológicas do tipo: “Existe uma realidade independente do sujeito?” “Se existe um real, que garantia tenho de que meu pensamento, minhas categorias teóricas dão conta desse real?” “Esta minha forma de ver a realidade não é somente uma forma de ver entre tantas outras?” “O que é a objetividade se o real sempre será lido pela subjetividade?”

Como estas questões ocuparam (e ainda ocupam) diversos pensadores numa acalorada discussão ao longo dos séculos, elas exigem uma discussão mais demorada que, do nosso ponto de vista, extrapola os limites desta Tese. Assim sendo, neste momento, esclareceremos somente os nossos pressupostos epistemológicos, sem grandes considerações sobre estas escolhas (para maiores esclarecimentos sobre as minhas posições epistemológicas, ver o Apêndice).

Em relação à primeira questão: “Existe uma realidade independente do sujeito?”, hoje somamos com aqueles que defendem a existência de um real que independe de nós, que nos influencia e condiciona – postura realista. No entanto, ao mesmo tempo que esse real existe objetivamente, ele também é resultado de nossa subjetividade exteriorizada, sendo, portanto, também resultado de nossa construção subjetiva (Cf. Berger, 1996).

Não acreditamos que seja possível a qualquer análise dar conta plenamente dessa realidade “sui generis”. Defendemos que “a verdade” existe e se assenta na concordância com o objeto, sendo, portanto, uma relação. A nossa leitura dessa realidade tenta se aproximar dela, mas conhecê-la, de fato, implica desvendar a totalidade dos fenômenos imbricados – tarefa impossível - e, por esse motivo, sempre teremos uma visão parcial deles. Assim, não podemos afirmar que encontramos a verdade e que a detemos, pois sempre será uma leitura parcial da realidade. Castoriadis pergunta:

Que é naquilo que conhecemos, que provém do observador(de nós) e que é que provém daquilo que existe? e em seguida responde: esta questão, em última análise, é e

permanecerá para sempre indecidível.(...) Os dois aspectos – “objetivo” e “subjetivo” - são absolutamente indissociáveis.(...) Todo conhecimento é co-produção e, nos casos não triviais, realmente não podemos separar o que “provém” do sujeito e o que “provém” do objeto (Castoriadis, 1987, p. 226, 432-433).

Partindo dessa “incerteza”, percebemos as diversas teorias como tentativas de aproximações do real e, neste sentido, algumas são bem mais sucedidas nesse intento que outras. Por não acreditarmos que uma teoria dê conta do real sob todos os seus aspectos, assumimos a postura de liberdade frente às diversas correntes teóricas, retirando de vários autores os elementos mais importantes para nossa análise. Se isto é ecletismo, não vejo mal nisso, pelo contrário, assumo o risco que o peso de tal nome tem na Academia. Ser eclético não é não ter uma posição intelectual. Antes, é ter uma posição intelectual que consiste na escolha livre de elementos entre diversas correntes teóricas – que devem ser coerentes entre si, principalmente do ponto de vista epistemológico -, sem observância de uma linha rígida de pensamento.

Contudo, apesar de ter assumido esta posição desde o período do Mestrado, nos últimos tempos, e especificamente no decorrer do Doutorado, fui me reaproximando das posturas marxistas, e estas, hoje, me pareceram, as mais próximas do real e as que respondem mais adequadamente às minhas dúvidas epistemológicas³. Diante da minha dúvida recorrente acerca da verdade de nossas leituras da realidade, Marx responde nas suas Teses sobre Feuerbach:

O principal defeito de todo materialismo até aqui (...) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de *objeto ou de intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *práxis*, não subjetivamente. (...) A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*.

³ - A abertura à contribuição e ao debate com teorias diversas, a compreensão da relatividade e parcialidade do conhecimento não são, *necessariamente*, conflitantes com o privilegiamento de determinada postura teórico-metodológica como a mais adequada para a compreensão da realidade. Ver a este respeito Tonet, 1995.

É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica* (Marx, 1991, p. 11-12, grifos originais).

Neste sentido, adotar uma postura teórica significou para mim a busca por uma teoria aberta que afirmasse a necessidade de abertura a novas descobertas e contribuições importantes, sem abrir mão do rigor científico e da sua lógica interna. Desta forma, o Marxismo, na sua forma não vulgar, por ser necessariamente dialético e histórico, pareceu-me responder adequadamente à questão do conhecimento como verdade parcial e como recusa a verdades absolutas⁴.

É óbvio que as nossas opções teóricas e políticas remetem, por sua vez, a uma história de vida, a uma posição social, a um determinado sexo. Assim, as minhas opções teóricas são fruto desses elementos e, nesse sentido, optei por estudar a profissão na sua confluência com gênero.

Parti do que já havia lido e do que conhecia sobre a profissão – 16 anos de exercício profissional - e sobre gênero – no Mestrado, estudei Mulheres na Igreja Católica numa perspectiva teológico-feminista. Perguntava-me se havia outro ângulo de explicação para a subalternidade profissional, que é sempre ligada à predominância feminina na profissão. O ângulo mais conhecido e explorado, inclusive pelas perspectivas feministas, afirma que, na divisão social do trabalho, as profissões que exercem atividades tradicionalmente associadas às mulheres – cuidar de (e educar) idosos, crianças, pobres etc - tendem a ser desprestigiadas socialmente.

Parti inicialmente de uma afirmação de Iamamoto:

⁴ A este respeito, ver o excelente livro de Adam SCHAFF, História e Verdade, 2^a ed. Portugal: Editora Estampa, 1994.

“Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (...). Além da marca feminina predominante, o assistente social é herdeiro de uma *cultura profissional que carrega fortes marcas confessionais em sua formação histórica* e alguns de seus traços se atualizam no presente por meio de um discurso profissional laico que reatualiza a herança conservadora de origem. (...) Os traços citados podem estimular o cultivo de uma subalternidade profissional, com desdobramentos na baixa auto-estima dos assistentes sociais diante de outras especialidades. Favorecem a internalização de ‘profissionais de segunda categoria’, que ‘fazem o que todos fazem’ e o que ‘sobra’ de outros profissionais. Enfim, uma profissão (...) destituída de *status* e prestígio” (1998, p. 104-106, grifos originais).

Iamamoto tece considerações sobre questões que têm perpassado a profissão ao longo dos anos: **a predominância feminina, o pensamento conservador e a subalternidade profissional.** Esses são temas recorrentes nos estudos sobre o Serviço Social⁵, nos quais, é ponto pacífico que esta é uma profissão “feminina”, com resquícios do pensamento conservador e uma profissão subalterna. Estes são elementos considerados característicos da profissão e são explicados numa perspectiva histórico-social.

Tais questões têm sido objeto da nossa reflexão⁶. Desta forma, as observações de Iamamoto pareceram-nos extremamente pertinentes e instigantes. Será que a presença predominantemente feminina no Serviço Social do Brasil pode ser uma das explicações para (ou ter relação com) a *subalternidade profissional*? Será que o fato de termos, dentre os profissionais de Serviço Social, cerca de 95% de mulheres pode ser uma variável explicativa para a nossa postura de subalternidade?

Será que, inconscientemente, nós Mulheres, não trazemos para a profissão ressonâncias da subalternidade que o processo histórico-social de subjetivação das

⁵ - Ver: Iamamoto, 1992 e 1998; CELATS, 1986.

⁶ - Já na dissertação de Mestrado trabalhamos com Mulheres e com o pensamento conservador religioso, ver Lima, 1998.

mulheres insiste em nos incutir? Será que a imagem social “tradicional” do feminino permanece perpassando as nossas relações pessoais e profissionais por mais que não queiramos?

Mas, afinal, o que vem a ser *subalternidade profissional*?

Na verdade, *subalternidade*, do ponto de vista etimológico, adquire seu sentido a partir da junção dos termos *sub* - que significa “abaixo de” - e *alter* – que significa “o outro”. Deste modo, etimologicamente falando, *subalternidade* significa “estar abaixo de outrem, subjugado, dominado”. No Dicionário “Aurélio” (Ferreira, 1988), significa “situação de dependência, de sujeição, de inferioridade, de humilhação e de rebaixamento”. Seguindo essa linha de raciocínio, diz-se que alguém é subalterno quando se encontra sob as ordens de outro.

Partindo dos elementos acima, que tentam conceituar o termo “subalternidade”, poderíamos avançar nesta direção e perguntarmo-nos o que seria, então, a *subalternidade profissional*, que é, agora, o nosso objeto de discussão.

Ora, se “subalternidade” é estar abaixo do outro, subjugado, inferiorizado, a *subalternidade profissional* seria, então, uma situação de inferioridade e subjugação que ocorre entre profissões, de modo que, uma (ou mais) exerce um certo domínio/poder⁷ ou influência sobre outra, na Sociedade. No caso das profissões, isto se torna evidente nas profissões mais consolidadas histórica e socialmente, pois estas têm mais prestígio e “status” social, sendo sempre profissões de cunho intelectual, e quase sempre profissões que, historicamente, são (ou foram) predominantemente exercidas por homens. O prestígio e “status” social dessas profissões são sentidos/percebidos pelos seus profissionais, os quais, por terem muito orgulho da profissão escolhida, tendem, por vezes, a considerá-la

⁷ - Adotamos o conceito de poder de Foucault. Para esse autor não há aqueles que não exercem poder nenhum e não existe algo unitário chamado poder, mas formas díspares e heterogêneas em transformação. O poder existe sempre como algo que circula, funcionando e se exercendo em rede (Cf. Foucault, 1999).

mais importante que aquelas menos consolidadas socialmente. Essa percepção do prestígio (ou não) da profissão se reflete na interação entre os profissionais nos seus locais de Trabalho, gerando situações que podem reforçar (ou não) ainda mais a *subalternidade profissional*, dependendo, no entanto, de uma série de determinantes institucionais e da forma como os profissionais envolvidos vêem a questão.

A *subalternidade profissional* é, portanto, uma situação de domínio/poder e influência que se estabelece entre as profissões na Sociedade, tendo como principais determinantes as dicotomias: trabalho manual/trabalho intelectual⁸, profissões⁹ femininas/profissões masculinas e profissões menos consolidadas socialmente/ profissões mais consolidadas socialmente.

Mas, e no caso específico do Serviço Social, como isto se apresenta?

Historicamente, a *subalternidade profissional* no Serviço Social encontra-se relacionada a muitos elementos. A história da Profissão, como originalmente ligada à caridade e à filantropia de origem religiosa, ajudou a criar uma imagem social na qual associa-se o(a) profissional de Serviço Social a valores morais. Neste sentido, passou-se a não se reconhecer a necessidade de uma formação intelectual específica e a se ter a visão de que é um Trabalho que pode ser feito por qualquer um, bastando para tal ser uma boa pessoa¹⁰.

Outro elemento que pode ter contribuído para a questão da *subalternidade profissional* foi o contexto de nascimento das Ciências Sociais e do Serviço Social. Ambas nascem em fins do século XIX, dentro de uma concepção positivista de Ciência, na qual se

⁸ - “O Trabalho humano é atividade dirigida a fim de criar valores de uso, isto é, responder necessidades sociais. Assim, a partir da prévia-ideação, o processo de trabalho transforma um objeto por meio de instrumentos com vistas a um determinado fim: criar valor de uso” (Marx,1987, p. 201-210).

⁹ - Profissão é um meio de subsistência remunerado resultante do exercício de um trabalho, geralmente especializado e que supõe um determinado preparo (Ferreira, 1988).

¹⁰ - Com o processo de racionalização crescente da Sociedade Capitalista e a valorização da figura do especialista, observa-se uma tendência a buscar cada vez mais profissionais devidamente qualificados. Contudo, principalmente nas cidades pequenas ou entre a população em geral, predomina a idéia de que “fazer caridade é ser uma Assistente Social”.

busca uma especialização cada vez maior, com uma rígida divisão entre trabalho manual e intelectual, o pensar e o fazer. Desta forma, as Ciências Sociais foram criadas para “pensar” o social, enquanto o Serviço Social nasceu para intervir no social, não necessitando, portanto, pensá-lo. Essa rígida divisão criou, inclusive no âmbito da Academia, a impressão de que quem consegue explicar o social são os profissionais das Ciências Sociais. Os(as) Assistentes Sociais entendem de ação e não de reflexão. Durante um certo tempo, de fato, o Serviço Social não se preocupou muito com a reflexão, limitando-se a buscar nas demais profissões o arcabouço teórico necessário ao seu exercício profissional, o que redundou, sem dúvida, em uma defasagem intelectual em relação às demais profissões. Hoje, entretanto, percebe-se uma modificação nesse processo e o Serviço Social tem crescido no âmbito acadêmico e produzido estudos e pesquisas com reconhecimento nas demais áreas, embora, na relação dos profissionais de Serviço Social com outros profissionais, esse reconhecimento nem sempre se dê, permanecendo estes, por vezes, presos à imagem dos(as) Assistentes Sociais como simples executantes, subestimando, assim, a profissão e seus(suas) profissionais.

Há outro elemento freqüentemente apontado como responsável pela *subalternidade profissional*: a fluidez ou a indefinição do fazer profissional. Essa fluidez se dá porque a profissão tem como objeto de ação os mais variados objetos sociais, o que, por um lado, torna o seu trabalho diversificado e apto para qualquer área social, e, por outro, torna difícil especificar o que exatamente faz um(uma) Assistente Social. Para delimitar a diferença entre o fazer do(a) Assistente Social e das demais profissões, Falcão (1987, p. 51) afirma:

O Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o médico, o pedagogo. . .) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato

de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

Esta abrangência do agir profissional – “todas as necessidades humanas dos excluídos” - traduz-se assim numa fluidez profissional, fazendo com que, por vezes, os(as) próprios(as) Assistentes Sociais desconheçam o que devem fazer no cotidiano profissional¹¹. Na verdade, a discussão atual que se dá no âmbito da categoria profissional acerca do processo de trabalho profissional reflete essa inquietação sobre a indefinição do fazer profissional, de tal modo que se discute o trabalho do(a) Assistente Social procurando identificar-lhe os elementos (o que faz, como faz, qual seu produto, para que faz?)¹².

Já outros estudos mostram (Costa, 1998b e Nicolau, 1999) que a *subalternidade profissional* não se deve somente à fluidez ou indefinição do que cabe ao(à) Assistente Social, mas também relaciona-se com o objeto institucional. As discussões sobre análise institucional apontam que há instituições onde o(a) Assistente Social é agente privilegiado e em outras não, e que isto tem relação com a identificação entre o objeto de trabalho do(a) Assistente Social e o objeto institucional (Santos, 1980 e Weisshaupt, 1988), pois, se o objeto de atuação do(a) Assistente Social coincide com o objeto institucional, aquele será um agente privilegiado no âmbito institucional e não temos aí situação de subalternidade. Caso não haja essa coincidência, teremos uma situação de subalternidade.

Tais estudos, aliás, aprofundam a discussão sobre análise institucional e esta é valiosíssima para a análise do fazer profissional cotidiano do(a) Assistente Social. Contudo, como a realidade é síntese de múltiplas determinações, além dessas questões que certamente se relacionam com a *subalternidade profissional*, perguntávamo-nos se existia

¹¹ - Isto também se acentuou após o Movimento de Reconceituação na América Latina e especificamente quando a perspectiva denominada por Netto de “Intenção de Ruptura” conseguiu a hegemonia no Serviço Social. Isto será melhor explicado mais adiante, no capítulo 1.

¹² - Ver a este respeito Costa (1998b) e Iamamoto (1998).

a possibilidade da imagem tradicional do feminino relacionar-se com a *subalternidade profissional*.

A razão desse questionamento deve-se ao fato da subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresentar a mulher como “um ser para os outros”, que tende a desprezar o próprio desejo frente aos do marido e filhos, que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, entre outras (Rocha-Coutinho, 1994).

Essa constante associação feminino-docilidade-maternidade-abnegação liga-se às representações mitológicas sobre o feminino e suas características “específicas” e tem repercussões no imaginário feminino e no inconsciente coletivo histórico que se mantêm ao longo das gerações, apesar dos questionamentos.

Neste sentido, as chamadas “profissões femininas” - e entre elas encontra-se o Serviço Social - são mais procuradas por mulheres justamente porque tais profissões exigem dos(as) profissionais docilidade, sensibilidade, serviço ao outro, abnegação etc. As mulheres, que tiveram sua subjetividade feminina construída a partir desses atributos, encontram sua “vocação” nessas profissões, pois estas remetem a valores que lhes foram ensinados ao longo da vida (Bourdieu, 1999). Heckert (1991, p. 60), citando Eva Blay, partilha dessa mesma ótica defendida por Bourdieu acerca da questão das “escolhas vocacionais” e, a este respeito, assinala:

As mulheres se dirigem para aqueles cursos socialmente indicados para o sexo feminino.

As opções femininas são movidas por vocações ou por uma escolha ocasional. Subjacente a escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino, (...).

Pesquisa realizada no Rio Grande do Norte mostra que 98,6% dos(as) Assistentes Sociais são mulheres e apenas 1,4%, homens (CRESS, 1999). Veloso (2001), após afirmar que, no Rio de Janeiro, 97,5% dos(as) profissionais são mulheres, lembra que, embora não haja dados nacionais disponíveis, acredita-se que a tendência é de se manter essa predominância das Mulheres nos quadros do Serviço Social em todo o Brasil¹³, predominância essa que não se dá somente entre os profissionais, mas também entre os(as) usuários(as) dos serviços.

Um depoimento mostra como tal questão está presente na mente dos profissionais:

O serviço social é uma profissão feminina, e por isso desvalorizada, com baixo status, baixos salários. Além das restrições que temos em qualquer profissão por ser mulher, eu acho que temos mais nas profissões chamadas femininas, pelo fato delas já terem caráter feminino, serem consideradas, por si só, uma profissão de segunda categoria. São profissões onde os salários são mais baixos, o status profissional é menor. Os salários são mais baixos porque são considerados salários de uma profissão de mulher, onde o salário é complementar ao do homem. Então, isso é muito forte na categoria, uma profissão extremamente desvalorizada, e *isso reverte no profissional, dele se sentir também um profissional de segunda categoria* (depoimento de Assistente Social IN: Heckert, 1991, p. 62, grifos nossos).

Além da questão acima, há que se considerar ainda a força das nossas relações cotidianas e concretas. Nós, mulheres, temos ainda relações pessoais e afetivas que não conseguiram romper totalmente com a subalternidade e que, por vezes, reproduzem preconceitos. O cotidiano feminino - não obstante os espaços conquistados pelas mulheres nas últimas três décadas - é constantemente perpassado, imbuído por idéias que no fundo querem dizer: “Isto é coisa para homem e aquilo é coisa para mulher”! Desta forma,

¹³ - No XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado de 18 a 22 de outubro de 2004, em Fortaleza, foi apresentada a pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS “Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil”, que trabalhou com todos os estados brasileiros, exceto o Acre. Os dados apresentados mostram que *97% dos Assistentes Sociais do Brasil são mulheres* – dados de 2004 (Cf. www.cfess.org.br).

cotidianamente, sem nos apercebermos, partimos de uma visão de mundo dicotômica e hierarquizada.

Esse cotidiano é o campo do imediato, do irrefletido, do mecânico e nele reproduzimos nossas idéias, valores e também preconceitos sem nos aperceber¹⁴ (Netto, 1987; Heller, 1992).

A vida cotidiana é aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã (...). Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige que a consciência (Netto, 1987, p. 22).

Heller (1992), em seus estudos sobre o cotidiano, acentua as características dessa vida de mesmos gestos e ritmos na qual somos “obrigados” a ser pragmáticos e imediatistas para tornar possível a simples continuação da cotidianidade. Desse modo, a vida cotidiana caracteriza-se pela espontaneidade, heterogeneidade, economicismo, imediaticidade, ultrageneralização, pragmaticismo, uso dos precedentes, juízo provisório, imitação e uso de analogias¹⁵.

Para estudar esse cotidiano, é preciso a busca do dado sensível, vivido, das emoções e comportamentos, sem, contudo, deixar de também estar atento ao contexto que integra os fatos aparentemente dispersos da vida social. É fundamental ter claro que, apesar da aparente heterogeneidade e imediaticidade, o cotidiano não se encontra fora da história:

(...) a vida cotidiana é insuprimível (...). A vida cotidiana, posta assim em sua insuprimibilidade ontológica, não se mantém como numa relação seccionada com a história. O cotidiano não se desloca do histórico - antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais (Netto, 1987, p. 65).

¹⁴ - Segundo Heller (1992) somente a arte e a ação política suspende a cotidianidade.

¹⁵ - O cotidiano não é caracterizado somente por estes elementos apontados por Heller, entretanto, sem dúvida, são estes os elementos que prevalecem.

Destarte, o cotidiano não se acha fora dos acontecimentos, mas “no ‘centro’ do acontecer histórico” (Heller, 1992, p. 20) e é nesse cotidiano que construímos as nossas Representações Sociais e nelas reproduzimos e reconstruímos os preconceitos historicamente construídos.

Somos “obrigados”, como já afirmamos, a ser imediatistas e mecânicos para possibilitar a simples continuidade do cotidiano. Os valores e normas da Sociedade, ao serem introjetados, encontram no terreno do cotidiano o local mais apropriado à difusão e reprodução dos preconceitos, uma vez que é nele que se dão os gestos mecânicos, o pragmatismo e a espontaneidade. Dito de outro de forma, nossos preconceitos, valores e normas encontram no cotidiano – terreno da irreflexão e da imediaticidade - o solo adequado para germinar, crescer e dar frutos.

Neste sentido, assim como temos o inconsciente perpassado pelo imaginário acerca da Mulher na Sociedade, temos também preconceitos adquiridos cotidianamente, os quais, conscientemente, criticamos e negamos, enquanto, na imediaticidade do cotidiano, nós os reproduzamos sem nos aperceber. Esses elementos somam-se, misturam-se, imbricam-se e perpassam nosso cotidiano pessoal e também nosso cotidiano e exercício profissional, pois, afinal, não podemos separar o “eu” pessoal do “eu” profissional, ou seja, levamos para o exercício profissional nossa história de vida, nossos condicionamentos históricos e nossos valores e preconceitos.

Acerca desta questão, porém, é importante assinalar que o sujeito profissional não se confunde com a profissão. Há elementos convergentes e divergentes. Dito de outra forma: o(a) Assistente Social tem sua própria história de vida e, como sujeito, com determinações histórico-sociais, tem suas singularidades, que, por vezes, divergem do discurso e representações da própria profissão. Além disso, o Serviço Social, hoje, é muito mais complexo que em sua origem.

A história da profissão não é linear e atualmente não se pode falar do mesmo Serviço Social que surgiu em sua origem: católico, anticomunista, antiliberal, antifeminista, moralizador e disciplinador¹⁶. Desde 1970, vem se desenvolvendo, no seio dessa área, uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política, chamada por Netto de “intenção de ruptura”, que imprimiu novos caminhos ao Serviço Social¹⁷. Esta corrente adota o Marxismo como referência, recusa o discurso conservador de outrora presente no Serviço Social e é hoje hegemônica no seio da profissão¹⁸. Desta forma, atualmente, “*não existe o assistente social, mas existem várias formas de pensar e inserir esta profissão dentro da sociedade capitalista*” (Heckert, 1991, p. 58).

Contudo, mesmo percebendo que o Serviço Social não é um bloco homogêneo, e que há, efetivamente, uma tentativa de modificar sua herança conservadora e sua imagem social na Sociedade, acreditamos que os elementos que têm caracterizado a profissão ao longo dos anos permanecem nos profissionais de hoje, apesar dos questionamentos.

Assim sendo, tendemos a defender que há uma relação entre a imagem tradicional do feminino, a predominância das mulheres no seio da profissão e a chamada *subalternidade profissional*.

O objetivo a que nos propomos, portanto, é analisar a Representação Social do Serviço Social e do “Ser Mulher”, tentando construir inferências acerca da chamada *subalternidade profissional*, tendo como elo de ligação do raciocínio o perfil predominantemente feminino da profissão, que estabelece uma forma particular de pensar. Neste sentido, perguntamo-nos: **Qual a Representação Social dos(as) Assistentes Sociais**

¹⁶ - Ver a este respeito, entre outros: Iamamoto (1982), Netto (1991), Barroco (2001), Verdès-Leroux (1986) e Herckert (1991).

¹⁷ - Apesar deste processo começar nos anos 70, o ano de 1979 é considerado um marco na profissão. Neste ano, no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) os(as) Assistentes Sociais, presentes no encontro, questionam a presença dos convidados especiais, representantes do Regime Militar, e colocam em seus lugares dirigentes de Organizações Populares (Silva, 1995).

¹⁸ - Para uma análise mais detalhada da “intenção de ruptura”, ver Netto (1991) e Silva (1995).

sobre “Ser Mulher”? Há relação dessa Representação com a Representação sobre o Serviço Social e com a questão da subalternidade profissional do Serviço Social?

Temos certeza de que tal estudo trará contribuições importantíssimas, por tratar de questões que podem lançar luzes sobre aspectos ainda inexplorados no âmbito do Serviço Social e que, ao nosso ver, são questões centrais.

Ora, estamos tratando de uma profissão que historicamente formou-se com uma imagem social considerada mais adequada às mulheres, e, por esse motivo, é predominantemente feminina. O imaginário social vê as mulheres - apesar de suas lutas por transformações, isto ainda persiste – como pessoas menos capazes de realizar determinadas tarefas – aquelas associadas aos homens – e mais aptas a outras associadas às mulheres. Estas são de menos prestígio e reconhecimento social e tal percepção se reproduziu no campo das profissões, de modo que há profissões de maior prestígio e reconhecimento social e estas são historicamente associadas aos homens. Assim, vemos a *subalternidade profissional* intimamente relacionada com as Representações sobre o “Ser Mulher”. E sendo o Serviço Social uma profissão predominantemente feminina, na qual a *subalternidade* é tema recorrente, parece-nos pertinente investigar essas questões.

Neste sentido, estabelecemos como objetivo principal para este Trabalho “*analisar a Representação Social do Serviço Social, do feminino, e possibilitar a construção de inferências acerca da subalternidade profissional no Serviço Social*”¹. Durante o percurso, para atingir este objetivo, far-se-á necessário esclarecer outras questões levantadas, que podem ser traduzidas nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar os elementos da Representação Social do feminino dos(as) Assistentes Sociais.
- Identificar os elementos da Representação Social dos(as) Assistentes Sociais acerca do Serviço Social.

- Analisar as modificações que se deram nas Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais acerca do feminino e do Serviço Social
- Analisar a relação existente entre a Representação Social do feminino e do Serviço Social.
- Possibilitar a construção de inferências acerca da questão da *subalternidade profissional*.

Para empreendermos esta tarefa, aproximamo-nos da Teoria das Representações Sociais¹⁹ como ferramenta que, no momento, nos parece mais adequada para nos apropriarmos de nosso objeto. Contudo, a aproximação a esta teoria não nos afastou dos nossos pressupostos materialistas e achamos necessário assinalar nossa opção teórica, qual seja: para nós, como já assinalamos anteriormente, “*a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade*” (Saffioti, 2000, p. 74).

É importante assinalar ainda que este Projeto fez parte do Convênio, firmado em 2001, entre as Pós-Graduações da Universidade Federal de Brasília (Equipe Líder), a Universidade Federal do Espírito Santo e a Universidade Federal de Pernambuco (Equipes Associadas) no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica Nacional (PROCAD/CAPES). O Programa, além de encontros nacionais para troca de experiências entre as Universidades, prevê a possibilidade do Doutorado *Sandwich* Nacional entre os(as) alunos(as) vinculados(as) aos Programas de Pós-Graduação Conveniados. No nosso caso, pudemos participar da experiência dos Encontros Nacionais a partir de 2002²⁰, quando tivemos a oportunidade de realizar o Doutorado *Sandwich* na Universidade Federal

¹⁹ - A Teoria das Representações Sociais é um aporte teórico-metodológico que vem sendo utilizado por pensadores de diferentes áreas do conhecimento. No Serviço Social, as primeiras produções teóricas que se aproximam deste aporte teórico datam da segunda metade da década de 90. Nós, neste trabalho, partimos, predominantemente, das discussões produzidas no âmbito da Psicologia Social.

²⁰ - Participamos e apresentamos este projeto nos II, III, IV e VII “Encontro Nacional sobre Desenvolvimento Humano, Violência e Exclusão” (PROCAD/CAPES) realizados respectivamente em Espírito Santo, Brasília e Pernambuco entre os anos 2002 e 2004.

do Espírito Santo (março a setembro de 2002). Assim, nosso Projeto pôde ser acompanhado, ao longo de seu desenvolvimento, por grupos de professores(as) das referidas Universidades nos Encontros Nacionais de intercâmbio cultural entre essas mesmas Universidades. Desta forma, o nosso percurso metodológico foi sendo enriquecido com sugestões de aprimoramento ao longo dessa experiência de intercâmbio.

Como já assinalamos anteriormente, *a subalternidade profissional* é um assunto recorrente nas discussões acerca do Serviço Social e tende a ser explicada à luz da sua origem religiosa e missionária, da sua fluidez no fazer profissional, e da sua origem ligada à intervenção social, entre outros elementos.

Com esta pesquisa, estamos nos propondo a analisar um novo elemento. Estamos nos perguntando se as Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais sobre o “Ser Mulher” podem interferir de alguma forma na Representação Social sobre a própria profissão e se isto tem alguma relação com a questão da *subalternidade profissional*. Levantamos como pressuposto que o processo de socialização das mulheres e homens na Sociedade Ocidental Cristã ainda se dá de forma dicotômica, estabelecendo papéis e funções sociais específicos para homens e mulheres e isto se expressa nas Representações Sociais.

Em busca de mais informações e elementos para analisar melhor nosso objeto, nos debruçamos um pouco sobre a história desta Sociedade e vimos que o Movimento Feminista e o ingresso das Mulheres no Mercado de Trabalho trouxeram avanços que foram de encontro a essa visão dicotômica da realidade, possibilitando a quebra de preconceitos históricos contra as mulheres. Insistimos, contudo, que isto ainda não foi suficiente para quebrar nossos preconceitos cotidianos, herdados e construídos histórica e socialmente, os quais, apesar dos avanços, se perpetuam nas nossas práticas e representações, dificultando o processo de transformação.

Para apresentar o percurso realizado por nós durante estes quase 5(cinco) anos, dividimos a exposição em 4(quatro) capítulos. No primeiro, discutimos o Serviço Social, suas origens, valores, contradições, paixões e redefinições. No segundo, discutimos um pouco a história das Mulheres no Mundo Ocidental, o Movimento Feminista e a perspectiva de gênero. No terceiro, apresentamos a Teoria das Representações Sociais e seus desdobramentos metodológicos, aproveitando para apresentar mais detalhadamente o percurso metodológico que tomamos. E, por fim, no quarto e último capítulo, apresentamos os resultados de todos os momentos da pesquisa e os analisamos.

Ao final do trabalho, esperamos que esta pesquisa possa dar uma pequena contribuição na busca do entendimento das Representações Sociais e das práticas correspondentes que se estabelecem entre homens e mulheres. Esperamos, também, que esse entendimento nos ajude na busca e construção de um mundo de relações mais justas e igualitárias, no qual as relações de gênero se baseiem no respeito às diferenças sem transformar essas diferenças em desigualdades. Contudo

Não pode existir aqui pretensão de esgotar tamanha tarefa. Vamos apenas apresentar uma discussão que (gostaríamos) interessasse aos que se colocam no horizonte da qualidade científica, seja como competência acadêmica técnica, seja como potencialidade política, no sentido de mudar a sociedade em direções mais desejáveis. Construir ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um *processo* de criatividade marcado pelo diálogo consciente com a realidade social que a quer compreender, também para a transformar (Demo, 1989, p. 14).

CAPÍTULO I :

Serviço Social: uma Profissão, seus Contrastos e Contradições



Retrato da seca - Parelhas/RN - 1986

Foto: Vilma Vitor Cruz

O Assistente Social (...) dispõe de um poder, atribuído institucionalmente de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, (...) ao mesmo tempo em que procura garantir dessa forma, o emprego “racional” dos recursos disponíveis. A demanda está orientada, também, no sentido de contribuir para potenciar e agilizar os atendimentos, (...). Devido a proximidade com o usuário, o Assistente Social é tido como o agente institucional que centraliza e circula as informações sobre a situação social dos clientes para os demais técnicos e para a entidade, e as informações sobre o funcionamento desta para a população. A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: a ação de persuadir (...) a esta se soma a ação “educativa” que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população(...). (...) Tem como instrumento privilegiado de ação a linguagem. (...) Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. (...) Sendo o Assistente Social um técnico em relações humanas por excelência (Iamamoto, 1983, p. 114-115 e 117)

1 – O surgimento de uma profissão

Existem diferentes formas de contar o mesmo fenômeno. Com o Serviço Social não é diferente. Apesar de existir consenso quanto ao período do seu surgimento, os autores dão diferentes interpretações acerca dos motivos que levaram ao surgimento da Profissão.

Alguns a vêem como evolução da assistência aos pobres, que sempre existiu na história da Humanidade (Martinelli, 1991). Outros descartam a Perspectiva de evolução e assinalam que, mesmo se, à primeira vista, o Serviço Social parece uma forma de assistência melhorada e sistematizada, seu surgimento não foi um fenômeno de evolução, mas resultado de uma complexa rede de fenômenos que envolve uma confluência de determinantes históricos objetivos, nos quais se fazem presentes as condições objetivas da Sociedade da época e a ação humana que modifica a História.

Somamo-nos aos que defendem a segunda perspectiva e, neste sentido, achamos interessante, para compreendermos melhor nosso objeto de estudo hoje, fazer um rápido resgate acerca da história do Serviço Social no Mundo Ocidental e particularmente no Brasil.

O surgimento e desenvolvimento da Sociedade Capitalista, particularmente a partir do século XVI no Ocidente, trouxe um avanço acelerado e significativo da miséria e desigualdades sociais. Na Sociedade Feudal, mesmo com a vida restrita aos ditames do Senhor e às necessidades da terra, aquele tinha um compromisso de assistência e responsabilidade com seus Servos. Aliás, a obediência ao mais forte se dava baseada no fato de que este podia protegê-lo e ampará-lo, mesmo à custa de submissão e, por vezes, humilhação. Contudo, na chamada Baixa Idade Média, as condições de vida eram ruins para todos (condições de higiene, dificuldades de locomoção, de assistência médica, desinformação em geral etc). É somente com o nascimento e desenvolvimento da Sociedade Capitalista que o avanço das forças produtivas em geral vai criando um abismo

sem precedentes entre as classes que detêm os meios de Produção e as que detêm somente sua força de trabalho. Os homens e as mulheres “livres” dos laços e jugos feudais têm, não o direito, mas o dever de vender sua força de trabalho (Lei dos Pobres de 1597, na Inglaterra). A mendicância e a vagabundagem eram, então, punidas severamente.

O Sistema Capitalista, tendo como lógica própria e fundamental a Produção Coletiva e Socializada dos Bens e Serviços e a Apropriação Privada destes, vai gerando no seu desenvolvimento um quadro crescente de miséria e pauperização.

Esse modo de produzir a existência implica uma reprodução de determinado modo de vida, ou seja, o Processo Capitalista de Produção é produção e reprodução das relações sociais. Nesse Processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam essas relações e essas condições materiais de existência. A Produção Social, portanto, não trata somente de produção de objetos materiais, mas de relações sociais entre as pessoas (Iamamoto, 1983). Assim, a produção e reprodução das relações sociais é a produção e a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em Sociedade: o modo de viver, de trabalhar, de pensar, os desejos, os anseios (Ibidem).

Tal forma de interpretar a Realidade Social é própria da Concepção Materialista de História, e, do nosso ponto de vista, é a forma mais adequada de interpretar essa Realidade.

“O homem é na sua realidade o conjunto das relações sociais; e se se abstrai este conteúdo social da pessoa humana, os únicos laços que subsistem entre os homens são os que estabelecem com a natureza, o que é falso”(Schaff, 1994, p. 66). Assim, o Modo Capitalista de Produção não é tão-somente produção de coisas materiais. No seu Processo de Produção dá-se a reprodução de uma determinada forma de sociabilidade humana, a Sociabilidade do Capital.

Esta forma de Sociabilidade gesta-se inicialmente na Europa Ocidental do século XVI, e expressa suas contradições em toda sua plenitude particularmente na Inglaterra, a partir da Revolução Industrial (1775 a 1875). O Processo crescente de miserabilização e exploração de homens, mulheres e crianças na Revolução Industrial já foi por demais ressaltado em outros estudos (Cf. Marx, 1987; Faleiros, 1985; Huberman, 1986; Iamamoto, 1983).

O que nos importa é o processo de enfrentamento dessas condições subumanas pelos(as) trabalhadores(as), que cansados(as) de tal massacre começam seu processo de organização e reivindicação, inicialmente assistematicamente, através do Movimento “Luddista” - quebra das máquinas, vistas como inimigas -, posteriormente, com mais organização e sistematicidade, através de Sindicatos, Greves, Organizações Comunistas, Socialistas e Anarquistas, e mesmo de Revoluções, como a Comuna de Paris.

Todo esse Processo de Tensão Social vai chamar a atenção de teóricos e estudiosos, da Burguesia em geral, da Igreja e do Estado, que olham com preocupação e terror o Processo de Organização dos(as) Trabalhadores(as) e percebem que é necessário fazer algo antes que percam o controle da situação. Este conjunto de fenômenos que ocupou a mente e os corações da Sociedade em geral na época costuma se denominar “Questão Social”.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (Iamamoto, 2002, p. 26).

A Questão Social é, portanto, impensável também sem o Processo Crescente de Organização dos(as) Trabalhadores(as) que trouxe preocupação à Burguesia e a levou a convocar a Igreja e o Estado para enfrentar o problema.

É justamente a partir da atuação sistemática da Igreja e do Estado frente à Questão Social que surge o Serviço Social. Este surge, então, como uma tentativa de resposta da Burguesia, via Estado e Igreja, ao Processo Crescente de Tensão Social, gerado pelas péssimas condições de vida, trabalho e miséria social. Surge quando a Sociedade Capitalista sai de sua Fase Concorrencial e entra na sua Fase Monopolista.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da “questão social” que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. (...) No que tange às requisições do monopólio, a funcionalidade da política social é inequívoca. (...) (Esta) se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho (Netto, 1992, p. 26-27²¹).

Junto à intervenção sistemática do Estado na Questão Social, a Igreja, que até então mantinha-se calada frente ao processo de exploração, respondendo com ações isoladas e assistemáticas de caridade cristã, vai convocar seus membros para uma ação sistemática, global e intensa de envolvimento no Social²².

²¹ Para uma discussão mais detalhada das relações entre Serviço Social e o capitalismo em sua fase monopolista, ver Netto, 1992.

²² As informações seguintes sobre o surgimento do Serviço Social na Europa, EUA e América Latina foram retiradas de fontes diversas: Curso de Especialização em Serviço Social, 1991(mimeo); Anotações do caderno do Curso de Especialização em Serviço Social, 1991; Castro, 2003 e Martinelli, 1991.

A Encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII (1891) trata das relações entre patrões e empregados, exortando os patrões a serem bons e os operários a cumprirem suas obrigações e a afastar-se dos “homens malvados”(comunistas).

A “Quadragesimo Anno” de Pio XI (1931) convoca os(as) cristãos(ãs) de todo mundo a se entregarem apaixonadamente a Recristianização do Mundo, através das Obras Sociais - Grupos de Estudo, Associações Cristãs, Associações Profissionais, Fundos de Ajuda etc -, enfatizando a restauração e o aperfeiçoamento da Ordem Social, exortando ao equilíbrio entre patrões e empregados para fazê-los chegar à Justiça Social (Castro, 2003).

Vejamos alguns trechos dessas Encíclicas, a fim de penetrarmos no imaginário, nos corações e mentes dos(as) cristãos(ãs) da época, que se lançaram no Trabalho Social:

Para remediar estes males, os “socialistas”, depois de estimular entre os pobres o ódio aos ricos, pretendem liquidar com a propriedade privada, substituindo-a pela coletiva, em que os bens de cada um sejam comuns a todos.(...) Por isto se vê que o princípio socialista – segundo o qual toda propriedade há de ser comum – deve ser absolutamente rechaçado, porque prejudica aqueles que pretende socorrer, conflita com os direitos naturais dos indivíduos e perturba os deveres do Estado e a tranquilidade comum. Fica claro, pois, que, quando se procura a maneira de aliviar os povos, o que é principal, fundamento de tudo, é isto: deve-se preservar intacta a propriedade privada (Rerum Novarum, p. 6).

E em seguida:

Quando Deus concedeu a terra em comum a todo o gênero humano, não quis dizer que todos os homens, indistintamente, sejam senhores dela; apenas, Deus não assinalou a nenhum em particular a parcela que deveria possuir, deixando ao esforço dos indivíduos e às leis dos povos a determinação do que cada um particularmente possuiria. (...) na sociedade civil não pode haver igualdade – há os altos e os baixos. Nem todos são iguais em talento, inteligência saúde e forças; e à necessária desigualdade destes dons segue-se espontaneamente a desigualdade na fortuna, que é claramente conveniente à utilidade, quer dos particulares, quer da comunidade (p.9, 15-16).

Na Quadragésimo Anno a ênfase se dá particularmente na Questão Moral (reforço à família, combate aos vícios e maus costumes, aos gastos desenfreadados etc). Junto a isso, reforça-se a importância das “caixas de socorro” e ajuda mútua, da Organização dos operários em círculos e associações cristãs que os afastassem do caminho trilhado pelos socialistas e comunistas: *“Pouco importa ao operário fazer-se rico com a ajuda da associação, se, à falta de alimento próprio, sua alma corre o risco de danar-se”* (Quadragésimo Anno, p. 76).

Desta forma, em meio a esse turbilhão de preocupações com o Social, a Igreja e o Estado começam uma série de Iniciativas e Medidas Sociais.

Na Inglaterra, surge a Sociedade de Organização da Caridade (COS) em 1869. A COS presta assistência na perspectiva de controle da Classe Trabalhadora e da Questão Social, visando ao bom funcionamento social. Foi a partir dessa experiência que começou a tomar corpo o Serviço Social, uma vez que esta foi a primeira tentativa de organização da Assistência em todo o Continente Europeu, ou seja, desejava-se uma ação organizada e sistemática e, neste sentido, uma de suas primeiras preocupações foi com a capacitação de pessoal.

Assim, sob a responsabilidade da COS, passaram a ser ministrados Cursos Regulares destinados à Formação de Agentes Sociais Voluntários. A Mary Richmond, da COS de Baltimore, deve-se a Organização e a regência desses primeiros Cursos de “Filantropia Aplicada”, como eram chamados à época.

Ainda no ano de 1899 foi fundada a 1^a Escola Européia em Amsterdã, Holanda. Os Cursos multiplicaram-se pela Europa e Estados Unidos: 1908, na Alemanha e na Inglaterra, 1911 e 1913 em Paris - respectivamente um de orientação católica, e em seguida, um protestante.

Em 1916, ainda sob o patrocínio da COS, em Nova Iorque, ocorre a 1^a Conferência Nacional de Trabalhadoras Sociais. Aí surge a primeira divergência quanto ao nome da Profissão e seu Agente. Mary Richmond e a Ala Americana defendem o nome “Trabalho Social” (Social Work) e “Trabalhador Social”, respectivamente; a Ala Européia defende o nome “Serviço Social” e “Assistente Social”.

Os membros da COS defendiam que o nome “Trabalho Social” era o mais indicado, pois caracterizava com mais precisão a dimensão profissional da atividade dos(as) agentes sociais, estabelecendo a diferença entre estes e os(as) agentes voluntários que, por motivos religiosos ou pessoais, presos à noção de Caridade Cristã, se propunham a realizar alguma ação social. Além disso, a Língua Inglesa tem dois termos para significar “trabalho”: “work”, que remete à idéia de trabalho no sentido de realização pessoal e re-criação intelectual, mais do que remuneração propriamente dita; e “labour”, referindo-se essencialmente à venda da força de trabalho e à questão da necessidade de trabalhar para assegurar a subsistência (Martinelli, 1991). Assim, quando as Assistentes Sociais americanas defendiam o nome “Social Work”, estavam não só enfatizando o aspecto profissional da atividade, como também remetendo ao sentido mais nobre do trabalho, como realização pessoal.

Os membros do Serviço Social Europeu, no entanto, continuaram defendendo o nome “serviço”, pois o termo, que vem do latim “servire”, significa “viver ou trabalhar como servo, prestar serviço, auxiliar, ajudar”. Tal termo acentuava a noção de prática servil, de doação, de ajuda, e a Profissão na Europa, enquanto prática ligada à Igreja, achava mais adequada a idéia de serviço e queria associar a Profissão nascente à Caridade e ao Serviço Cristão, que remetia, inclusive, a uma afirmação de Cristo: “Não vim para ser servido, e sim para servir” (Martinelli, 1991).

A 1^a Conferência Nacional de Trabalhadoras Sociais aprovou os nomes “Trabalho Social” e “Trabalhador Social”, que passaram a ser utilizados regularmente nos Estados Unidos, mas as COS européias continuaram mantendo, teimosamente, os nomes “Serviço Social” e “Assistente Social”.

Neste sentido, enquanto o Serviço Social Americano caminhava tentando impulsionar o Processo Organizativo da Profissão, de forma a torná-la autônoma da influência da Igreja, o Serviço Social Europeu caminhava no sentido oposto, colocando-se a serviço desta Instituição.

Nos EUA (tendência Protestante), houve duas precursoras do Serviço Social: *Mary Richmond e Jane Adams*. A primeira dava ênfase ao Individual e a segunda ao Coletivo. Ambas enfatizavam ainda a Abordagem Científica com ênfase na Psicologia e na Psicanálise. Na Europa, a partir da influência da Igreja Católica, priorizava-se a Abordagem Grupal e o Contexto Global, com ênfase na Sociologia, Economia e Pesquisa Social. Tal Abordagem, baseada no Positivismo e no Neo-Tomismo, tinha forte apelo moral. É este o caminho que seguirá o Serviço Social no Brasil e na América Latina em geral.

A fundação da 1^a Escola Católica de Serviço Social em Paris, em 1911, teve um papel importantíssimo, nas origens da Profissão, no processo de irradiação da Vertente Católica em todos os Países Europeus e nos Países Latino-Americanos. Assim, as décadas de 20 e 30 foram testemunhas de uma grande expansão do Serviço Social Europeu. Na América Latina e, particularmente no Brasil, a influência do Serviço Social Europeu, de cunho fundamentalmente religioso, foi marcante. Em 1925, o Serviço Social chega à América Latina, no Chile, quando já havia cerca de 200 Escolas na Europa e Estados Unidos.

Nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social já estava atuante na maior parte dos Estados Unidos e dos Países Europeus e Latino-Americanos. O Processo de Profissionalização do Serviço Social na América Latina já havia avançado significativamente e, a partir do crescimento da hegemonia norte-americana sobre o Mundo Ocidental, foi acrescentada à Base Religiosa, desde o início existente, a Base Científica, fundamentalmente Positivista e Funcionalista. Deste modo, a parceria com a Igreja foi sendo progressivamente substituída pelo Estado.

Mas que Valores e Representações eram defendidos pelos profissionais de Serviço Social? Qual a imagem social desta Profissão? Quem eram os que se decidiam a abraçar esta Profissão, naquela época?

As divergências entre o Serviço Social Europeu e Norte-Americano não versavam sobre questões essenciais, ou seja, apesar de um ter influência católica e outro protestante, ambos nasceram ligados a um Discurso Religioso. Ambos surgiram a partir da preocupação com o processo crescente de organização da Classe Trabalhadora - que viam como um perigo para a Ordem Social - e com a manutenção da Ordem Burguesa.

Neste sentido, é interessante e importantíssimo o resgate histórico feito por Verdès-Leroux (1986) das Representações, Valores e Práticas dos (as) Assistentes Sociais na França do final do século XIX e início do XX, uma vez que tal estudo traz elementos e características do Serviço Social e das Assistentes Sociais que se faziam presentes não só na França. Esses elementos podem ser tomados como o “jeito de ser” do Serviço Social no início do século passado e influenciou o Serviço Social Brasileiro.

O militantismo católico das Assistentes Sociais, a sua origem burguesa e a predominância feminina são as características marcantes assinaladas inicialmente por Verdès-Leroux.

O Serviço Social, em seu surgimento, é definido pelo autor, como um Contramovimento que se propõe a afastar a Classe Operária do Socialismo, sendo financiado e conduzido por elementos da fração da Classe Dominante. Neste primeiro momento,

a assistência social é essencialmente um assunto de mulheres, (...) solteiras na sua maior parte, oriundas da burguesia abastada, culta, dentro dos limites julgados convenientes à época(...). Católicas, em sua maioria, mas independentes da Igreja, (...) orientadas para um mesmo objetivo: assegurar a paz social dentro do processo (Verdès-Leroux, 1986, p.12).

Este é o Projeto desse Grupo que alia a um Conservadorismo Político profundo um Reformismo Social limitado mas original, se confrontado com a opinião das outras frações da Classe Dominante da época, que optavam pela coerção.

As Assistentes Sociais não eram simplesmente católicas (90%), elas, em sua maioria, eram ou foram militantes de Movimentos Confessionais. Cerca de metade dos seus membros, nesta época, pertencia a Movimentos Juvenis Confessionais.

Essa Profissão, “feminina” em sua origem, tem valores e práticas decorrentes, em parte, dessa característica. O prazer de servir, a seriedade, a modéstia são inculcados nas Mulheres como se fossem atributos de feminilidade. E a dominação, a que foram submetidas, as conduziu a reproduzirem naturalmente essa relação e a transmitirem os valores éticos mais tradicionalistas.

Outra característica da Profissão em suas origens vem se somar a este dado: 52% das Mulheres Assistentes Sociais eram solteiras, um índice muito elevado, comparando-o com os de outras profissões de quadros médios da época, nas quais encontram-se somente 34% de mulheres solteiras. Tal como a origem social e o sexo, esta característica do grupo profissional é importante: ela constitui uma das bases do modo de exercício da Profissão. Esta, vista como resposta a uma vocação, um chamado, um serviço, encontra um campo

fértil de aplicação entre as mulheres solteiras que a ela se dedicam com afinco e exclusivamente, transformando o exercício profissional numa verdadeira missão divina.

No Serviço Social, particularmente, a tônica de recrutamento das pessoas para a escolha da profissão éposta nas motivações e qualidades pessoais, muito mais do que em aptidões objetivas, ou seja, mais no modelamento da personalidade do que na aquisição de conhecimentos. Isto lhe outorga uma face de quase total despreparo técnico, fazendo passar para um segundo plano o nível intelectual e cultural, considerados explicitamente secundários.

É, certamente, por terem sido, desde a infância, acostumadas à “modéstia”, que as assistentes sociais podem tolerar ouvir um discurso tão surpreendente como o proferido pelo diretor geral da população no congresso da ANAS em 1953: “Elas, sem dúvida, não são especialistas do estudo das sociedades, nem tampouco das pesquisas de opinião pública. Graças a Deus! Elas não se sobrecarregam de todo esse aparato científico. No que me diz respeito, não tenho bastante palavras para felicitá-las e, também, para agradecer-lhes pela sua simplicidade e sua ausência de pretensões. Se é verdade, de modo geral, que os homens têm horror às mulheres pretensiosas, a administração aprecia, de um modo particular, o dom e o gosto de permanecerem em seu lugar, que possuem as assistentes sociais (...) Certamente, não faltam, na França, reformadores e fazedores de sistema. Mas, graças a Deus, as assistentes sociais não estão entre eles” (Verdès-Leroux, 1986, p. 51).

Percebe-se nesta fala que as Assistentes Sociais não tinham pretensão intelectual ao escolher a profissão. Mulheres burguesas tinham a cultura que a época lhes permitia. Por outro lado, eram possuidoras de um sentimento de familiaridade com a cultura que elas tinham adquirido no ambiente familiar pela convivência com os valores da Cultura Burguesa.

Da mesma forma, as mulheres que escolhiam essa profissão não tinham preocupações financeiras, daí por que somente muito tardiamente, com o alargamento social da Profissão - pós 1940 -, o Estado se preocupará com Bolsas de Estudo.

Assim caracterizadas, torna-se possível entender a forma como as Assistentes Sociais da época viam os operários e as operárias a quem iam prestar serviço.

A origem burguesa das Assistentes Sociais aliada à noção de caridade cristã fazia com que estas percebessem as queixas dos operários e operárias como parcialmente justificadas por um certo excesso na diferenciação social, enquanto, ao mesmo tempo, vissem os operários como ignorantes, depravados, sem capacidade de assegurar a eles mesmos o bem estar, teoricamente acessível a todos, nem de assumir, por falta de estrutura moral, sua condição própria pela adesão à ordem estabelecida, e nem mesmo de resistir aos agitadores que procuravam desviá-los dela. Quanto às mulheres, as Assistentes Sociais assinalam que sua ignorância acentuada e profunda das tarefas domésticas, seu relaxamento e falta de cuidados, sua desorganização e indolência, constituem – muito mais que o salário do operário reduzido, porém suficiente – as causas verdadeiras da miséria das famílias e do alcoolismo dos homens.

Nesse período não se fala em ajudar (esta palavra surge somente muito depois). O objetivo do Serviço Social *era educar a classe operária*, ou seja, *fornecer-lhe regras de bom senso e moralidade, corrigir preconceitos, ensinar-lhe racionalidade, discipliná-la nos seus trajes, lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar* (Verdès-Leroux, 1986).

Uma pioneira, Appoline de Goulart, demora-se sobre a “ordem, a sobriedade” da arrumação, que são, por si sós, uma lição para as mulheres do povo; assim como são também um modelo, “o tom de voz das pessoas cultas, a suavidade de seus movimentos”.

Outra pioneira evoca uma figura da “lenda dourada” do Serviço Social e lembra na sua residência de Levallois: “grupos de pequenas mesas para o chá as acolhiam; cada mesinha

agradavelmente revestida de toalha; e serviço de chá de cores harmoniosamente combinadas. Marie-Jeanne Bassot não podia admitir a menor vulgaridade: ela queria que houvesse beleza até nos menores detalhes" (Verdès-Leroux, 1986, p. 17).

O referido autor assinala que o Etnocentrismo de Classe e o peso da própria educação rígida a que eram submetidas as mulheres da época e, particularmente, as mulheres da Burguesia, transformaram as Assistentes Sociais em vigilantes morais. *"Reprimidas, vigiadas, castigadas, criadas no receio do pecado, na exaltação do sofrimento e do sacrifício, na condenação dos prazeres, as jovens burguesas nada mais podem e sabem fazer, senão reprimir, vigiar etc"* (Verdès-Leroux, 1986, p. 25).

Uma outra característica das Assistentes Sociais, assinalada pelo autor, é o autoritarismo no modo de intervenção. O atendimento é sempre individualizado e individualizador e ao penetrar nos lares o objetivo era fornecer uma classificação das famílias operárias. No relato seguinte, é possível observar o autoritarismo, do qual fala o autor, presente na intervenção do(a) Assistente Social e que é resultado da percepção da superioridade dos valores burgueses sobre os costumes e valores da Classe Operária.

Deve-se, por isso, inicialmente, entrar em contato com as diversas instituições e obras sociais, com os vizinhos, com o empregador; a seguir, interrogar a própria família – e observar tudo o que pode servir e, também, o que é ocultado. A decoração do apartamento deve ser cuidadosamente analisada: ela não informa somente sobre os gostos e as capacidades domésticas da mãe, ela indica, também o nível moral da família: "a família apegada a sua mobília é uma família ligada aos costumes e as tradições". Deve-se também, prestar muita atenção à limpeza, à ordem, à higiene, aos métodos de educação. Contudo, a parte mais importante será o interrogatório sobre a moralidade (Verdès-Leroux, 1986, p.32).

As Assistentes Sociais sentiam-se, e eram de fato, porta-vozes dos patrões, suas aliadas morais e sociais.

A natureza – que tem horror ao nivelamento e à uniformidade – não povoa a floresta com árvores idênticas; da mesma forma, “a escala social conterá sempre numerosos escalões”. Compete, assim, a burguesia – “força da França” - e as suas “mulheres de elite” a tentativa de civilizar as classes populares, cujos costumes “primitivos” requerem uma ação enérgica. É assim que, no decorrer de uma visita domiciliar, a visitadora (que intervém em todos os domínios – os cuidados com a casa, o orçamento, o pagamento do aluguel, a higiene corporal, a autoridade da mãe sobre os filhos, a decoração das paredes...) fará, se necessário, desdobrar os lençóis ou abrir o armário (Verdès-Leroux, 1986, p.33).

Todavia, com a influência do Serviço Social Americano e do Discurso Positivista, a partir da década de 40, a linguagem de defesa explícita da Burguesia e de seus valores vai ceder lugar ao Discurso de Neutralidade Científica. Observa-se, nesse período, uma psicologização do Social. Assim, a Psicologia e a Ciência Psicanalítica passam a fornecer uma técnica - o “*case-work*” (Serviço Social de Caso) -, particularmente eficiente para transformar o julgamento em fato científico e as determinações sociais em particularidades de comportamentos.

Nesse período, portanto, juntam-se, às antigas formas de intervenção e ao discurso já existente formas mais modernas. Assim, o Humanismo vem substituir o Catolicismo, na sua oposição ao Materialismo. Esse Humanismo é extremamente abstrato, pois parte de uma visão individualista e descolada do Social, idealizando o homem/mulher e abstraindo-o(a) das suas relações concretas e cotidianas. Tal forma de pensar só conhece o(a) homem/mulher singular, ao mesmo tempo em que universal, pois ignora qualquer determinação material.

A profissão de Assistente Social vai se legitimando socialmente e ampliando e alargando os seus quadros, contudo, traz do seu surgimento características marcantes: é uma profissão pouco considerada, “*profissão feminina dotada de um nível social médio, mal paga, dependente, ainda marcada por sua origem filantrópica. Não sugere, em*

conseqüência, qualquer idéia de competência e saber” (Verdès-Leroux, 1986, p.55). Será, com estas mesmas características, que ela chegará ao Brasil. Veremos isto a seguir.

1.1 – O Serviço Social no Brasil

Conforme já assinalamos, no Brasil, o Serviço Social não seguiu um caminho diferente do Serviço Social Europeu: surge no momento em que se incentiva o Processo de Industrialização - após 1930 -, com o processo de constituição e crescimento da Classe Operária como sujeito político, num momento de agitação e tensão social e, por fim, via Igreja Católica, sendo a resposta de uma Burguesia assustada frente à ameaça do Comunismo.

Neste sentido, o Processo de Industrialização no Brasil, a partir de 1930, já suficientemente explorado em diversos estudos(Cf. Iamamoto, 1983, Netto, 1991, Martinelli, 1991), pode ser considerado um marco para o surgimento da Profissão. A Industrialização crescente, após 1920, e mais especificamente a partir de 1930, vai tornar possível a estruturação e a organização de Movimentos de Trabalhadores e, concomitantemente, o crescimento do Movimento Socialista e Comunista. Paralelamente, a Burguesia Industrial solidifica sua organização enquanto Classe nesse período, e torna suas idéias, baseadas nos princípios do Liberalismo do Mercado de Trabalho, vitoriosas, frente às idéias defendidas pela Aristocracia Rural Brasileira, até então o grupo dominante. Essa vitória se inicia na Constituição de 1891, que incorpora diretrizes próprias do Liberalismo - laicização do Estado, casamento civil obrigatório, laicização do Ensino Público, secularização dos cemitérios -, provocando reação da Igreja Católica no Brasil, acostumada a viver acoplada ao Estado.

A Religião Católica no Brasil perde, assim, nessa época, sua ampla hegemonia enquanto concepção de mundo das Classes Dominantes, reduzindo-se progressivamente à

ideologia de setores subalternos e de intelectuais tradicionais. A Igreja então, organizará, um amplo processo de reação com o objetivo de “recatolizar a nação” (Iamamoto, 1983).

Entre as iniciativas implementadas para este fim estão: a Revista “A Ordem” (1921), o Centro “Dom Vital” (1922), Confederação Católica, posteriormente Ação Católica (1922), que defendem a reorganização da Sociedade Brasileira sob o imperativo ético do Comunitarismo Cristão, exorcizando-a do seu conteúdo liberal. A partir de 1932, surgirão ainda a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, o CEAS (Centro e Estudos e Ação Social), os Círculos Operários, a Confederação Nacional dos Operários Católicos, Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira (Ibidem). A Intelectualidade Brasileira Católica procurará, então, se adaptar à realidade nacional munida das Encíclicas “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno”.

O CEAS (Centro e Estudos e Ação Social de São Paulo) é considerado a manifestação inicial do Serviço Social no Brasil, pois suas atividades tinham como objetivo a formação de pessoal técnico especializado para a Ação Social e difusão da Doutrina Social da Igreja. Assim, 2 (duas) fundadoras do CEAS, Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, viajaram em 1932 à Europa a fim de fazer o Curso de Serviço Social na Escola Católica de Bruxelas, tendo como meta, na volta ao Brasil, criar a Escola de Serviço Social.

De volta ao Brasil, em fins de 1935, elas iniciam os trabalhos para a formação da Escola de Serviço Social de São Paulo, que é inaugurada em 15/02/1936. Em 1937, foi a vez de fundar outra Escola no Rio de Janeiro com a colaboração das Filhas do Coração de Maria, vindas da França. As primeiras Escolas Brasileiras moldam-se, em programas e métodos, às Escolas Européias e tinham como objetivo intensificar e aperfeiçoar o

Trabalho Social Católico. Assim sendo, o Serviço Social no Brasil, à semelhança das outras Escolas Européias de origem católica, terá como suporte teórico o Neo-Tomismo²³.

Desta forma, o Serviço Social foi conceituado pela UCISS (União Católica Internacional de Serviço Social) em 1949, como

uma forma de ação social que, por métodos técnicos apropriados, baseados em dados científicos, quer contribuir para a instauração ou manutenção da ordem social cristã, favorecendo a criação ou o bom funcionamento dos quadros sociais necessários ou úteis ao homem (Curso de Especialização em Serviço Social, Apostila nº 4, 1991).

Pelo exposto até o momento, pode-se inferir que o Serviço Social no Brasil apresentará quase as mesmas características do Serviço Social Europeu: profissão feminina e burguesa com ênfase no aspecto moral-religioso, autoritária e controladora no seu modo de intervenção, sem grandes pretensões intelectuais.

De fato, a ênfase no seu surgimento remete à recristianização das instituições, à necessidade de afastar os(as) operários(as) das más companhias e à caridade cristã, que impulsiona os(as) católicos(as) à tarefa de educar e ajudar aqueles que se desviam do caminho do bem.

Esta iniciativa é também legítima e explicável: ela se baseia num sentimento profundo de justiça social e de caridade cristã, que leva aquelas que dispõem de facilidades de tempo e de meios a auxiliar as classes sociais mais fracas a formar as suas elites, para que estas também possam cumprir eficientemente seu dever. Elas mostram a essas elites como deverão se organizar para defender a família e a classe operária contra os ambiciosos e os agitadores que exploram seu trabalho ou a sua ignorância (Iamamoto, 1983, p. 177, citando tese apresentada pelo CEAS em 1933).

²³ - Acerca da influência do Neo-Tomismo nas origens do Serviço Social no Brasil, ver Aguiar (1985).

Há ainda que se assinalar que tal vocação, tal como é vista pelos seus primeiros formuladores e agentes, é, em si, essencialmente feminina, pois a natureza da mulher não se destinava às mesmas tarefas que cabiam aos homens.

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações.

De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira, em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. (...) Como educadora é conhecida sua missão. Abre-se agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o Serviço Social (Iamamoto, 1983, p. 175-176, citando o discurso da oradora da 1ª turma de Serviço Social de São Paulo em 1938).

Destarte, aqui também no Brasil, a ênfase recai no aspecto de determinados elementos necessários ao profissional de Serviço Social que remetem mais ao caráter e à personalidade da pessoa do que à formação técnica das agentes sociais. A ênfase é na vocação do servir, no caráter missionário da ação e na necessidade de educar os(as) operários(as) vistos(as) pela ótica burguesa das agentes sociais.

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar, e convencer, etc (Iamamoto, 1983, p. 227).

As Assistentes Sociais, da época, reconhecem também um certo excesso na diferenciação social, mas afirmam que tal diferenciação em si é natural, pois os homens e as mulheres são desiguais nas suas capacidades, embora, esse excesso seja resultado do liberalismo desenfreado que estimulava a competitividade e o egoísmo. Além disso, o Proletariado também era responsável por sua situação, pois era portador de uma ignorância natural e de uma formação moral fraca, somada a uma insuficiência financeira, que o tornava presa fácil de idéias subversivas (Cf. Iamamoto, 1983). Logo, será necessário começar pela reforma moral dos homens e mulheres do Proletariado.

Neste sentido, em relação ao problema da habitação, por exemplo, assinala-se que não basta dar a casa, é preciso educá-los para saber usá-la, pois suas péssimas condições de habitação se deve ao desapego ao lar e demonstram também a falta de formação doméstica das mulheres dos operários. A ignorância e a pobreza são causas da desnutrição e estas geram a falta de produtividade nas indústrias, motivo principal da baixa remuneração dos operários. Defende-se que o local da mulher é no lar, sendo sua vocação a maternidade e o casamento. Desse modo, a creche é sinônimo de desajustamento, e é somente um paliativo, não a solução necessária. A ignorância e a falta de preparação do operariado justificam a necessidade do Serviço Social e de sua tutela sobre os(as) operários(as), despertando-os para a responsabilidade e os deveres sociais.

A ênfase no aspecto técnico da Profissão se intensificou somente a partir de 1945, com a Perspectiva Funcionalista de influência norte-americana. O intercâmbio cultural Brasil-EUA fez parte da política de boa vizinhança do Presidente Roosevelt, que visava a uma maior aproximação entre a América Latina e os EUA²⁴.

²⁴ - O Movimento denominado Panamericanismo Monroista" pregava agregar a América Latina ao domínio do império dos EUA. Surgiu na segunda metade da década de 40 e cresceu nos anos 50. O lema do Movimento era "A América para os americanos". Neste contexto, surgem os órgãos FAO, OEA, UNESCO. Surge então a Ideologia Desenvolvimentista nos EUA, que passa a influenciar o Serviço Social no Brasil (DC). Após a Segunda Guerra Mundial, ao Catolicismo, presente no Serviço Social

Destarte, o Serviço Social no Brasil cresce e se expande sob os auspícios da Igreja Católica. Assim, até 1949, das 15 Escolas de Serviço Social existentes, 12(doze) foram criadas por iniciativa da Igreja e somente 3(três) por iniciativa do Estado (Iamamoto, 1983). Cabe ressaltar que, mesmo com a crescente Influência Norte-Americana no Serviço Social Brasileiro, não diminuiu a Influência Católica entre seus quadros. Desse modo, o Serviço Social Brasileiro mesclará, até o Movimento de Reconceituação (década de 60), elementos provenientes do Neotomismo Católico, do Positivismo Europeu e do Funcionalismo Americano.

1.2 – O Serviço Social em Natal (RN)

A necessidade do Serviço Social em Natal passa a ser sentida por Setores do Clero e da Burguesia, a partir dos problemas sociais advindos da Seca de 1930 e 1942, da Tomada de Poder pelos comunistas em 1935 e da Eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Nos anos 30, o agravamento das condições de vida em todo o Brasil, as tendências autoritárias do Governo Federal e o surgimento da Ação Integralista Brasileira (defesa do Estado Autoritário, Nacionalista e Anticomunista) provocam como reação a criação, em março de 1935, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que defende objetivos democráticos, nacionalistas e reformistas. A adesão popular à ANL foi intensa: em menos de dois meses, 50000(cinqüenta mil) pessoas se inscreveram só na Capital da República e 1600(um mil e seiscentos) Núcleos foram criados em todo o País.

O Governo Federal respondeu com rapidez: em 11 de julho, fechou os Núcleos Nacionais, iniciando enorme repressão aos seus membros e simpatizantes. As facções de esquerda da ANL decidiram, então, organizar uma Insurreição sob a direção de Luis Carlos Prestes e de dirigentes comunistas estrangeiros. O Golpe foi deflagrado em 23 de

Brasileiro, vai se juntar a influência do País vencedor da Grande Guerra (Curso de Especialização em Serviço Social, Anotações de sala de aula, 1991)

novembro de 1935 em Natal e os Comunistas permaneceram no Poder por 4(quatro) dias (Alencar, 1985).

Deste modo, em Natal instituiu-se um Governo Revolucionário e Popular, primeiro e único Governo Comunista instalado no País. Os Comunistas, durante o breve tempo em que permaneceram no Poder, tomaram dinheiro do Banco do Brasil e distribuíram entre a população pobre. As tropas ocuparam também as cidades do interior do Rio Grande do Norte próximas a Natal: Ceará-Mirim, Baixa Verde, São José de Mipibu, Santa Cruz e Canguaretama e enviaram homens às cidades de Mossoró e Caicó (também no Rio Grande do Norte) e Recife (Almeida, 1995). Contudo, o Movimento só eclodiu em Recife e Olinda no dia seguinte, e, no Rio de Janeiro, somente em 27 de novembro.

A Insurreição foi facilmente sufocada pelo Governo. Graças à infiltração de pessoas deste na ANL - mas também à falta de adesão das massas ao Movimento e à falta de organização e despreparo dos Comunistas -, o Governo conseguiu precipitar o início do Movimento em Natal, sem que os revoltosos dos outros estados tomassem conhecimento. O fracasso da Intentona Comunista – como ficou conhecida a Insurreição – deu margem para um maior endurecimento do Governo face às Forças de Oposição, bem como demonstrou a necessidade de se adotarem medidas de cunho social para afastar a população do Comunismo. Deste modo, a partir da década de 30, o Governo Brasileiro adota uma série de medidas de proteção social e legislação trabalhista²⁵ (Alencar, 1985).

É fácil imaginar o impacto da Intentona Comunista na pequena cidade de Natal. A população, em sua maioria, assistiu atônita e com medo²⁶ e, predominantemente católica, festejou a vitória do Governo. A possibilidade concreta dos Comunistas chegarem ao

²⁵ - Entre as medidas adotadas na década de 30-40 estão: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Jornada de Trabalho de 8 horas, a Regulamentação do Trabalho das Mulheres e Crianças, a criação dos Institutos de Previdência para várias Categorias, o Conselho Nacional de Serviço Social e o Salário Mínimo.

²⁶ - A hierarquia católica incutia medo na população dos comunistas, afirmando que os mesmos trariam o ateísmo, o desrespeito à Igreja, a dissolução da família e a prostituição das mulheres.

Poder também assustou a Hierarquia Católica, que, preocupada com a influência comunista entre as populações mais pobres, passa a pensar medidas para assistir a população indigente que chegava, à época, a Natal.

O processo migratório para Natal, apesar de ter sido impulsionado pelas Secas de 30 e 42, respectivamente, não mais parou de crescer. Inicialmente vieram os retirantes da seca, mas, com o passar do tempo, vieram milhares e milhares de famílias em busca de melhores condições de trabalho e estudo para seus filhos e filhas. O processo de crescimento demográfico da cidade de Natal e de esvaziamento da área rural e/ou de cidades do interior do Estado se acelerou mais ainda com o advento da 2^a Guerra Mundial.

Na época da referida Guerra, Natal, pela sua posição geográfica em relação à Europa, torna-se ponto estratégico para situar a Base Aérea de Parnamirim²⁷ a serviço dos Países Aliados contra os Países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão.

O Rio Grande do Norte, como aconteceu desde seus dias inaugurais, sempre teve, pela sua privilegiada situação geográfica, singular importância estratégica: é a costa mais próxima da Europa, pelo roteiro da África. Ou, como diziam os portugueses do Reino: “é a mais perto terra que há no Brasil”.(...) Quando sobreveio a II Guerra Mundial, os norte-americanos logo pensaram na “atalaia” do Nordeste – e transformaram o raso tabuleiro de Parnamirim em uma grande base aérea, criando a “Ponte do Atlântico para a África”, sem a qual talvez não tivesse sido possível dominar o poder nazi-fascista. *Natal – trampolim dos aliados – transfigurou-se; tornou-se, com a afluência súbita de militares de todos os quadrantes do mundo - norte-americanos, ingleses, franceses, russos, canadenses – uma nova Babel, e tomou ares de metrópole, falando línguas, comendo comidas estrangeiras, progredindo em ritmo surpreendente* (Almeida, 1995, p. 160-161, citando Enciclopédia Balsa, v. 12, grifos nossos).

²⁷ - A cidade de Parnamirim hoje, mesmo fazendo parte da chamada “Grande Natal”, é um município independente. Contudo, na década de 40 ainda era um pequeno município ligado a Natal e sem autonomia administrativa.

Assim, da noite para o dia, fez-se necessário construir a infra-estrutura necessária para receber máquinas, aviões e homens²⁸. Abriram-se estradas e pistas de até 2000(dois mil) metros facilitando a descida de 250(duzentos e cinqüenta) aviões diários; providenciaram-se 1500(um mil e quinhentos) edifícios para abrigar cerca de 10000(dez mil) homens que literalmente invadiram a cidade. Todos os serviços modernos, todos os recursos da técnica, possíveis à época, foram utilizados em Parnamirim.

Junto com toda a modernização que a cidade de Natal experimentou, também vieram os problemas advindos por essa “enxurrada” de homens, máquinas, dólares e tecnologia, numa pequena cidade de 30 mil habitantes. Tudo isto gerou um processo migratório e uma urbanização em Natal para a qual ela não estava preparada, a saber: desenvolvimento de comércio, bares, hotéis, cinemas, encarecimento da vida etc. Vale ressaltar, ainda, como elemento complicador, o aspecto do abandono econômico e emocional das famílias que tiveram seus pais ou filhos convocados para a Guerra. Neste cenário, o Rio Grande do Norte tinha sido mais uma vez assolado pelo fenômeno da Seca (1942), aumentando mais ainda o fluxo migratório do campo para a cidade. Cresceu a mendicância, o número de crianças abandonadas e a delinqüência juvenil.

Terminada a Guerra, desapareceu o americano e o dólar, muitos empregos cessaram, grande número de domésticas ficaram sem emprego, o comércio caiu drasticamente, bares e cafés fecharam. A cidade de Natal que cresceria rapidamente de modo desordenado não tinha como voltar à vida pacata de antes. Novos problemas e novas exigências se impunham.

Com o agravamento dos problemas sociais em Natal e com o incentivo das Encíclicas papais, foram criadas inúmeras organizações. Em 1936, surgem, a partir da iniciativa do Clero e de militantes católicos, a Juventude Feminina Católica Brasileira de

²⁸ - As informações a seguir acerca do surgimento do Serviço Social em Natal foram retiradas predominantemente de Gouveia, 1993.

Natal (JFCBN), a Liga Feminina da Ação Católica para senhoras (LFAC) e o Homens da Ação Católica (HAC). Surgiu ainda respectivamente a Juventude Feminina Católica (JFC) e a Juventude Masculina Católica (JMC).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) havia sido criada, em âmbito nacional, em 1942, com o objetivo de prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido convocados para a Guerra. Foi inaugurada, ainda no ano de 1942, uma sede local da LBA em Natal e criado o SERAS (Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social) a partir de iniciativa da Igreja Católica, o qual visava a atender as crianças abandonadas - cresceu enormemente o número de gravidez e crianças abandonadas em Natal junto com a chegada dos americanos.

Os Dirigentes destas duas Instituições e o Clero Norte-Riograndense, preocupados com a situação de tensão social no Pós-Guerra, ocasionada pelo desemprego, êxodo rural e com a liberalização dos costumes em virtude do contato com a Cultura Americana, criaram então o Centro de Estudos Sociais, com o objetivo de conhecer os problemas sociais do Estado e promover a formação de técnicos para atuarem na realidade social.

Assim sendo, desde o início das preocupações com a questão social em Natal, sentiu-se a necessidade de preparar adequadamente profissionais para atuarem na realidade local. Isto se deu, talvez, pelo fato do Serviço Social de Natal ter nascido sob a influência tanto do Catolicismo e do Serviço Social Europeu quanto do Funcionalismo Norte-Americano e do Serviço Social dos Estados Unidos, mesclando, portanto, um forte apelo religioso-moral com o aspecto técnico – com o Estudo de Caso e o Desenvolvimento de Comunidade (DC). Desta forma, a percepção dos profissionais da LBA, SERAS e dos membros da Ação Católica da necessidade de um profissional mais qualificado, para atuar junto aos problemas sociais que se acumulavam, foi resultante da experiência e da

influência das outras Escolas já existentes no País, e isto foi determinante para a criação da Escola de Serviço Social em Natal.

Por conseguinte, fez-se necessária a realização de Cursos Intensivos para preparação das primeiras Visitadoras Sociais. O primeiro Curso realizou-se em 45 dias, nos finais de 1942 e início de 1943, tendo 25 alunas e sendo realizado na Escola Doméstica de Natal. A programação constava de aulas sobre assistência social, alimentação, puericultura, enfermagem de socorro e economia. Tal Curso foi noticiado pelos jornais de então como o Primeiro Curso de Serviço Social que se realizava no Rio Grande do Norte, mesmo emergencialmente. O segundo Curso de Visitadoras Sociais aconteceu em 1943 e já durou 6 meses, sendo 4 de estudos teóricos e 2 de estágios em Serviço Social e Enfermagem.

Estes dois Cursos iniciais foram ministradas por profissionais de outras áreas (médicos, advogados). Um deles, advogado da LBA na época, assim se expressa acerca desses primeiros Cursos:

Inicialmente, Aluízio Alves²⁹ me pediu (mesmo sem eu ser especialista) para que desse um Curso sobre Serviço Social, a fim de capacitar um pouco melhor o pessoal engajado nos trabalhos ou quem desejasse prestar sua colaboração. Como sugestão para meus “estudos” trouxe do Rio de Janeiro, para servir de base ao próprio professor, um livro, que hoje, passados os tempos, reconheço muito elementar. Mas naquele momento o Serviço Social no Brasil como que engatinhava. O livro, ainda me recordo, era da Sra. Maria Isolina Pinheiro. Elaborei o programa e iniciei o Curso que foi regularmente freqüentado. Presença, parece-me, exclusivamente feminina (Gouveia, 1993, p. 31).

Já em 1944, foram concedidas as primeiras bolsas de estudo para que 2 (duas) candidatas fossem fazer um Curso Intensivo em São Paulo e o Curso Regular de Serviço Social no Rio de Janeiro, com duração de 3 anos. Desta forma, a maioria das Escolas de Serviço Social do Brasil, fundadas posteriormente às de São Paulo e Rio de Janeiro,

²⁹ - Na época Secretário da Comissão Estadual da LBA.

receberam influências destas duas Escolas, pois as primeiras profissionais brasileiras foram formadas nelas.

Neste sentido, por ocasião da criação da Escola de Serviço Social de Natal *em 02 de junho de 1945*, o currículo adotado foi o mesmo modelo de currículo de São Paulo e Rio de Janeiro, que, por sua vez, recebiam influência direta das Escolas da Europa. A Escola de Natal nem tinha Regimento Interno próprio, orientando-se pelos Regimentos das Escolas do Rio de Janeiro e São Paulo, com algumas adaptações(Gouveia, 1983).

A Escola foi criada por iniciativa da Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN), em convênio com a LBA, sendo a sétima Escola de Serviço Social fundada no Brasil e a segunda da Região Nordeste. Sua manutenção econômico-financeira ficou a cargo da LBA pelos primeiros cinco anos, mas coube à JFCBN conseguir funcionários e corpo docente apropriado. Apesar de sua manutenção caber ao Estado, as alunas também pagavam mensalidade, sendo, entretanto, oferecidas bolsas de estudo àquelas que não podiam pagar.

Desta forma, percebe-se que, nessa época, a Igreja e o Estado trabalhavam extremamente unidos no Rio Grande do Norte, ficando difícil separar as ações de cada um. Talvez porque a lembrança do Golpe de 1935 e o receio da influência comunista os tenham feito unir esforços no sentido de minorar a miséria do Estado. Neste sentido, assim se expressa D. Nivaldo Monte, Assistente Eclesiástico da JFCBN à época:

Nosso trabalho aqui na Diocese de Natal estava sempre muito unido aos trabalhos particulares e também do governo. Quando tomamos conhecimento do desejo da LBA de criar uma Escola dentro dos mesmos parâmetros que impulsionavam a Juventude Feminina Católica, juntamos as nossas idéias e, então, surgiu a Escola de Serviço Social (Gouveia, 1983, p. 61).

O envolvimento do Serviço Social em Natal com a Igreja Católica foi imenso. Durante muitos anos, as aulas do Curso foram ministradas por padres ou leigos de formação moral católica sólida. O seu Diretor-Presidente era automaticamente o Assistente Eclesiástico da Juventude Feminina Católica. As pessoas que desejavam fazer o Curso de Serviço Social na Escola deveriam apresentar, entre outras exigências, boas referências por intermédio de três pessoas idôneas. Os requisitos para a escolha do Corpo Docente eram: cultura, estudo e boa formação cristã, devendo ser cristãos e homens honestos, tanto na vida particular quanto na vida pública.

Em seu Estatuto de 1947, lê-se acerca das finalidades da Escola: “Difundir os princípios cristãos da Doutrina Social” e, como objetivo especial, “formar através de Cursos regulares e intensivos (as) Assistentes Sociais e Auxiliares Sociais”. Como se depreende daí, a ênfase recai na difusão da Doutrina Social da Igreja, considerada “remédio” para os males que afigiam o mundo. Nesse sentido, algumas disciplinas eram fundamentais para assegurar a direção filosófica dada no Curso, como Religião, Doutrina Social da Igreja, Moral e Círculo de Estudos.

Em 1950, a Escola de Serviço Social de Natal filiou-se à UCISS (União Católica Internacional de Serviço Social), com sede na Bélgica, que influenciava as diretrizes de todas as Escolas de Serviço Social Católicas, embora, ao mesmo tempo, tenha se filiado à União Pan-Americana de Serviço Social, com sede em Washington, mostrando assim que, mesmo se filosoficamente estava ligada ao Catolicismo, era influenciada também pela perspectiva norte-americana e suas preocupações com a competência técnica. Em setembro de 1951, registrou-se no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e, em 13 de julho de 1953, com a Lei 1889/53, instituiu-se o ensino de Serviço Social como de Nível Superior (regulamentada pelo Decreto 35.311, de 02/04/1954).

O Decreto 35.311 trouxe grandes transformações na Estrutura e no Funcionamento da Escola. Desapareceu o cargo de Diretor-Presidente, que era ocupado por D. Nivaldo Monte, Assistente Eclesiástico da JFCBN³⁰, e passou a se exigir o Vestibular com três disciplinas: Português, História e uma Língua Estrangeira (Gouveia, 1983).

A respeito do processo de secularização das Escolas de Serviço Social no Brasil, assim se expressa Vieira (1992, p. 149):

A regulamentação do ensino de Serviço Social se, por um lado, garantia a existência da profissão, através da institucionalização da formação profissional, por outro submetia as Escolas à legislação de ensino superior, tornando o Conselho Nacional de Educação e a Diretoria de Ensino Superior, do Ministério da Educação, os órgãos decisórios máximos, quanto ao ensino de Serviço Social. Começou assim, o processo de laicização do Serviço Social: para tornar-se profissão reconhecida e regulamentada, precisou ultrapassar o caráter confessional/católico, que foi expurgado da regulamentação de ensino. Este caráter foi preservado ou não, por decisão da Escola – referenciada pela sua realidade. Mas o expurgo concretizado no currículo mínimo garantiu a existência da profissão, independentemente de um cariz católico.

A Escola de Serviço Social de Natal já participava ativamente das discussões, encontros e congressos, que eram promovidos à época tanto em nível internacional, na Europa, EUA e América Latina, quanto em nível nacional, através dos congressos brasileiros e regionais de Serviço Social e das entidades de luta pela organização profissional. Em 1949, foi instalada em Natal o Centro Regional da ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais) e a Escola tornou-se membro efetivo da ABESS (Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social) em 1949³¹, engajando-se mais ainda,

³⁰ - D. Nivaldo Monte passou a ocupar, a partir de então, o cargo de Consultor Eclesiástico da Escola.

³¹ - A ABAS, fundada em 1946, tinha como objetivo procurar o aperfeiçoamento e a garantia do nível da Profissão, buscando o seu reconhecimento legal, enquanto a ABESS, também fundada em 1946, tinha o objetivo de estabelecer um padrão mínimo de ensino, garantindo a qualidade da formação profissional (Vieira, 1992).

portanto, a partir daí, nas discussões que se davam em nível nacional nas outras Escolas de Serviço Social do Brasil³².

A ABESS desempenhou um papel fundamental no sentido da homogeneização de conteúdos de ensino e valorização da profissão, principalmente a partir da década seguinte, em que a ABESS iniciou uma prática – a realização de convenções, que ocorreram anualmente até 1963, a partir de quando se tornaram-se bi-anuais. Esses procedimentos permitiram a discussão coletiva ampliada das questões referentes ao ensino de Serviço Social (Vieira, 1992, p. 134).

O processo de transformação da Escola de Serviço Social de Natal - instituição privada mantida inicialmente pela LBA e posteriormente pela Igreja, através de convênios diversos -, em instituição pública, com reconhecimento do MEC, foi semelhante ao processo vivido por outras Escolas de Serviço Social do Nordeste do Brasil. Estas eram mantidas com dificuldades e existiam as discussões e lutas nacionais pelo reconhecimento do Ensino do Serviço Social como de Nível Superior e de agregação das Escolas às Universidades Federais.

Neste sentido, a Escola de Natal obteve seu reconhecimento junto ao MEC, como Escola de Ensino Superior em 04 de outubro de 1956 (Decreto nº 40.066)³³. Sua agregação à Universidade do Rio Grande do Norte se deu através da Lei Estadual nº 2307, de 25/06/1958, mantendo-se na situação de agregada, mesmo quando se deu a federalização da Universidade em 1960. Pelo Decreto nº 997, de 21/10/1969, foi incorporada à UFRN, passando a integrar o CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas). Com a implantação da Reforma Universitária, durante o Regime Militar, a Escola de Serviço Social transformou-se em Departamento de Serviço Social em 1974, através da Resolução 02/74

³² - A Escola de Serviço Social de Natal e posteriormente o DESSO/UFRN participou de todas as discussões conduzidas pela ABESS e, por três vezes, desde a sua fundação até hoje, assumiu a presidência desta Entidade.

³³ Os auxiliares, formados anteriormente à criação da Escola, foram amparados pela Lei 3.252, de 27 de agosto de 1957, que regulamentou a Profissão de Assistente Social em todo o país.

– CONSUNI de 04 de fevereiro (UFRN/DESSO, 1980). Desta forma, foi se dando, portanto, o Processo de Secularização da Escola entre final dos anos 50 e durante os anos 60, conquanto, esse Processo não tenha sido consensual nas Escolas de Serviço Social.

A possibilidade de aproximação às Universidades gerou, no seio de cada Escola, muito conflito interno e, num primeiro momento, com a Igreja, devido a preocupação com a possibilidade de perda do caráter confessional, da orientação religiosa das Escolas. Em vários estados, houve possibilidade de incorporação das escolas às universidades federais que foram criadas, mas, ou o bispo ou a própria Congregação, que reunia todos os professores, manifestaram-se contrários, inicialmente. Foi o caso de Fortaleza, Natal, Recife, João Pessoa, Maceió e Salvador (Vieira, 1992, p. 198-199).

Assim, à semelhança das demais Escolas no Brasil, o Serviço Social de Natal se manteve unido à Igreja e a uma postura tradicional e conservadora, até final dos anos 50, quando alguns Setores da Igreja aproximaram-se de perspectivas mais críticas, iniciando, então, a construção, no seio da Igreja Católica da América Latina, da Teologia da Libertação.

No Rio Grande do Norte, especificamente em Natal, a Igreja ainda se lembrava da experiência de 1935 e, associa o período vivido na década de 60 com aquele período e, talvez por isso, tenha sido um dos estados no qual mais proliferaram iniciativas da Igreja no campo social.

É preciso (...) nos lembrarmos de 1935. Com efeito, nesse ano de triste recordação, um clima de agitação percorria o país. Formara-se a Aliança Nacional Libertadora, cortina do Partido Comunista, que procurava tirar partido da confusão reinante. Aproveitando a crise política e a infiltração vermelha, mesmo em certos setores das Forças Armadas, Luís Carlos Prestes fez desferir um golpe nitidamente comunista em Natal, no Recife, no próprio Rio de Janeiro. Com a graça de Deus e a resistência dos bravos, o golpe fracassou (...). Bom é que se recordem estas coisas quando, nesta hora também conturbada, surgem pregueiros dos mesmos princípios ditos nacionalistas, mas na verdade comunistas, procurando confundir a

opinião pública. E não falta mesmo uma nova Aliança Nacionalista, cortina de fumaça da agitação vermelha (Jornal “A Ordem, Natal, 7-8/07/1962, p. 1, citado por Germano, 1989, p. 34-35).

O Bispo de Natal na época, D. Eugênio de Araújo Sales, assim justifica a iniciativa da Igreja de patrocinar e incentivar a Sindicalização Rural:

Há os que admiram a Igreja patrocinar a sindicalização rural, mas é assim que os Trabalhadores se livram dos enganos do Comunismo e da pressão do capitalismo liberal(...) (Jornal “A Ordem, Natal, 3/04/1962, p. 3, citado por Germano, 1989, p. 33).

Destarte, na Igreja de Natal prolifera uma série de medidas que desenvolvem ações conjuntas de Evangelização e Ação Social. Este conjunto de ações foi posteriormente denominado “Movimento de Natal”. Entre as ações assinalam-se: O Centro Social “Cônego Monte” (Escola-Ambulatório de trabalhos sociais), Centro Social “Leão XIII” (educação familiar e social), Assistência Religiosa aos Presidiários (posteriormente Assistência Social Penitenciária – ASP), Clubes de Mães, Casa da Criança de Morro Branco, Patronato de Ponta Negra (internamento de meninos pobres), Obra de “Recuperação da Mulher”, Instituto “Estevão Machado”(internamento de meninos infratores), Lar de Mães (atendimento à mãe solteira e seu filho)(Gouveia, 1983).

Com o desenvolvimento dos trabalhos sociais, a Igreja percebeu que precisava também de uma ação no meio rural e assim surgiu o Serviço de Assistência Rural (SAR) e, ligados ao SAR, Volantes da Saúde, Semanas Rurais, Missão Rural (visitas, educação e assistência social) e a Rádio Rural.

O trabalho na Diocese foi tão intenso que ganhou projeção nacional e, assim, vários programas ou idéias criadas em Natal ganharam, posteriormente, caráter nacional, como a Campanha da Fraternidade, a Planificação Pastoral, os Centros de Treinamento de Líderes, a Educação pelo Rádio e a divisão da CNBB em Regionais (Gouveia, 1983).

O Serviço Social de Natal se engajava em todas estas ações, e tinha tais Instituições como campos de estágio e experiência profissional, não só na cidade de Natal, mas desenvolvendo trabalhos também no interior do Estado. Desta forma, apesar do reconhecimento do Curso como de Ensino Superior e, desta medida ter iniciado um começo de separação com a Igreja, tal separação não se deu imediata nem instantaneamente, uma vez que se tinha ainda o mesmo quadro docente, e este continuava com a mesma formação religiosa e cultural.

A Escola de Serviço Social de Natal vai sofrendo transformações em sua estrutura administrativa para responder às diferentes conjunturas, embora permanecesse sob orientação da Igreja Católica até a reformulação do currículo na década de 70. Deu-se, portanto, de forma gradual, um processo de secularização, a exemplo das demais Escolas de Serviço Social surgidas à época, em todo o Brasil, as quais tiveram também seu processo de profissionalização e institucionalização iniciado sob a tutela da Igreja (...) (UFRN: DESSO, 2000, p.4).

Nesse período, ao mesmo tempo em que a Igreja de Natal educa e assiste os trabalhadores por medo do Comunismo, no interior dela, como já assinalamos, também se davam outros caminhos. Era a aproximação de Setores da Igreja com o Pensamento Marxista, os quais, impulsionados pelo Concílio Vaticano II, por Medellín e Puebla³⁴, definiram a “opção preferencial pelos pobres” como objetivo da Igreja Católica na América Latina.

Assim, muitas das iniciativas da Igreja, que visavam a afastar a população do Comunismo, tiveram efeito inverso: não só serviram para aproximar a população do Pensamento Comunista, mas também para aproximar leigos e religiosos da Igreja dessa

³⁴ - O Concílio Vaticano II (1962-1965) redimensionou a Igreja e sua relação com o mundo, colocando-a próxima e presente nos problemas e questões do mundo. O Encontro Episcopal Latino-Americano de Medellín (1968) e de Puebla (1979) tentam refletir, à luz do Concílio Vaticano II, a realidade latino-americana de miséria e exclusão social, definindo diretrizes para a Igreja na América Latina.

forma de pensar, propiciando a elaboração de uma nova Teologia, mais crítica, próxima às bases, mais democrática e sem medo do Comunismo³⁵.

Do ponto de vista político, os anos 50-60 no Rio Grande do Norte inscrevem-se no contexto da Realidade Brasileira à época, embora se constatem especificidades. No Brasil, após o Governo de Juscelino Kubitschek, vivia-se um período de crise política estreitamente vinculada à Crise Econômica: a renúncia de Jânio Quadros, o processo conturbado de posse de João Goulart, o crescente processo de organização dos trabalhadores no campo e na cidade, exigindo reformas de base, o processo inflacionário crescente e o empobrecimento da população. Estes foram alguns dos elementos da Crise que se vivia.

No Nordeste Brasileiro, a partir da segunda metade dos anos 50, iniciam-se as experiências das Ligas Camponesas³⁶, passando o Nordeste a viver um processo de intensa luta de Classes provocado pela organização e politização dos trabalhadores rurais.

Junto com tudo isto, temos a Conjuntura Política vivida em Natal e no Rio Grande do Norte à época, que era muito semelhante à situação de Recife e Pernambuco.

(...) naqueles dois Estados nordestinos pareciam ocorrer fenômenos semelhantes: candidatos contra a “situação”, conservadores, porém “modernizadores”, favoráveis à industrialização e a uma política de reformas, venciam as eleições para a governança do Estado. Candidatos de esquerda eram levados às prefeituras das capitais, incluindo em seus respectivos programas a ampliação da rede escolar e o combate ao analfabetismo³⁷ (Germano, 1989, p. 51).

³⁵ - Acerca da Teologia da Libertação, existem inúmeros estudos, mas limito-me a remeter o leitor a alguns livros produzidos dentro do próprio Movimento, tendo se tornado clássicos da Teologia da Libertação: Boff (1975), (1980) e (1982). Para uma análise da relação Igreja Católica e Política no Brasil, ver Mainwaring, 2004.

³⁶ - Em 1955, Trabalhadores do Engenho “Galiléia”, em Pernambuco, fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Trabalhadores de Pernambuco, a primeira Liga Camponesa, com o objetivo de lutar pela posse da terra e reforma agrária. Divulgadas nos encontros dos trabalhadores rurais e por violeiros e cantadores, as Ligas difundiram-se no Nordeste (Alencar, 1985).

³⁷ - No mesmo período, o Rio Grande do Norte e Pernambuco elegiam, respectivamente, Aluísio Alves e Cid Sampaio para Governadores, e Natal e Recife elegiam, para Prefeitos, Djalma Maranhão e Miguel Arraes.

Todo esse contexto de efervescência social no País e particularmente no Nordeste preocupou os Setores de direita e a Igreja Católica mais tradicional. Essa movimentação também não passou despercebida aos EUA, que se preocupavam particularmente com a situação no Nordeste, onde temia se repetisse a experiência cubana de 1959. Dessa forma, segundo dados oficiais, somente no ano de 1962 chegaram ao Brasil 4968(quatro mil novecentos e sessenta e oito) norte-americanos. Têm-se notícias também da chegada de grandes volumes de armas e de máquinas de fabricar balas (Germano, 1989).

Nesse período, o Prefeito Djalma Maranhão rompeu politicamente com o Governador Aluízio Alves, devido ao acordo feito por este com os Estados Unidos da América. O referido Governador, ao encontrar as finanças do Estado em total caos e com dívidas crescentes, recorre aos Estados Unidos da América e é prontamente atendido, conseguindo, através da “Aliança para o Progresso”, 25(vinte e cinco) milhões de dólares para 7(sete) projetos, entre eles o Projeto de Alfabetização de Paulo Freire³⁸.

Alves era considerado um político “receptivo” e, por isso, não teve dificuldade em receber o apoio da Aliança. Entretanto, ao abrir as portas do Estado para os ianques, através dos programas desenvolvidos pela USAID, Aluízio Alves perdeu um dos seus aliados na campanha política de 1960, qual seja Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal, que, por sua postura nacionalista, discordava da colaboração com Washington, posta em prática pelo governo do Estado (Germano, 1989, p. 58-59).

O Golpe Militar de 1964 instalou um período negro na História do Brasil. Reprimiu e tentou apagar todas as experiências de cunho popular engendradas no País e

³⁸ - O Projeto de Alfabetização pelo método “Paulo Freire” funcionou pioneiramente na cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte, e em Natal pelo período de um ano, em 1963. Porém, a partir do quarto trimestre do referido ano, teve suas verbas suspensas pela USAID devido à “inadequação dos procedimentos didáticos”, tendo sua verba sido liberada novamente somente após o Golpe Militar, mas, desta vez, os Poderes Públicos ressaltam que em lugar da politização, darão à educação uma conceituação cívica e individual (Cf. Germano, 1989).

particularmente no Nordeste. Promoveu reformas em todas as áreas sociais, tentando afastar a população da experiência comunista.

Em oito dias a situação política da cidade de Natal estava inteiramente modificada. O prefeito e o vice-prefeito foram depostos e cassados; o Exército ocupara os sindicatos operários da mesma forma que interviera no Diretório Central dos Estudantes; foram escolhidos os novos prefeito e vice; a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” fora realizada; começaram as prisões e as repressões; começaram as intervenções nos sindicatos e nos diretórios estudantis. Foram instaladas, finalmente várias comissões de inquérito: no governo do Estado, na prefeitura e na Secretaria Municipal de Educação (Germano, 1989, p. 157).

A preocupação daqueles que tomaram o Poder no Golpe de 1964 era principalmente com as experiências de educação desenvolvidas no Estado. Assim, os Relatórios dos inquéritos apontam para a necessidade de um “trabalho de reconstrução total do sistema educacional”. Neste sentido, o Governo Militar terá, entre suas preocupações principais, a reforma do Sistema de Educação no Brasil, que o Regime considera que se tornou subversiva e comunista.

De fato, o clima nas Escolas e Universidades é, nessa época, de questionamento às fórmulas tradicionais e de busca de novos caminhos de transformação, não somente da Escola, mas da Sociedade. Será nesse contexto, portanto, que se dará o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que abalou as estruturas tradicionais do Serviço Social no Brasil, questionando sua função social, a adequação dos conteúdos ministrados em sala de aula à realidade latino-americana e permitindo aos poucos a aproximação com as vertentes marxistas.

Para continuarmos, porém, tratando do Serviço Social no Rio Grande do Norte, faz-se necessário inicialmente traçar o quadro de transformações pelas quais passou o Serviço Social na América Latina e no Brasil, a partir da década de 60. Trataremos disto a seguir.

2 – O Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil

As bases do Serviço Social Tradicional no Brasil (segundo denominação de Netto, 1991) começam a ser questionadas ainda no final da década de 50, com a utilização de Abordagens Comunitárias sob a influência dos Estados Unidos. Nesse período, começa a ser adotado, entre outras coisas, esse tipo de Abordagem, enquanto processo profissional da intervenção do(a) Assistente Social. Embora a disciplina já fizesse parte de alguns currículos profissionais³⁹, datam desse período as primeiras produções teóricas sobre Desenvolvimento de Comunidade (DC).

Nesse momento, a erosão do Serviço Social Tradicional é somente sinalizada. A efetivação da crise e erosão, contudo, vem à tona somente na década de 60 e é um fenômeno internacional, uma vez que os anos 60 foram marcados por alguns “terremotos” econômico-sociais, políticos e ideoculturais. Assim sendo, assiste-se, nessa década, ao surgimento da geração *hippie*, da mini-saia, da pílula, da contestação à dominação masculina pelo Movimento Feminista e do questionamento a todas as formas instituídas consideradas tradicionais. Desta forma, a contestação às práticas profissionais tradicionais não se restringiu ao Serviço Social e atingiu quase todas as atividades institucionalizadas que operavam no campo da reprodução das relações sociais.

Segundo Netto (1991), a efervescência interna no campo do Serviço Social deve-se à ocorrência de 3 (três) elementos: a) a revisão crítica que se dá no terreno das Ciências Sociais – deve-se assinalar que tal revisão foi também devido a um movimento de fora para dentro, ou seja, a efervescência social e o questionamento à ordem pressionaram as

³⁹ – Na Escola de Serviço Social de Natal, no período de 1945/49, já constava a disciplina “Serviço Social de Comunidade”, mas seu conteúdo ainda estava longe da proposta que viria a ser defendida pelos formuladores do Desenvolvimento de Comunidade(DC). Somente no período compreendido entre 1950/55, a disciplina que se denominaria “Organização Social da Comunidade” passa a ter a cara do DC, enfatizando o levantamento dos problemas comunitários e a importância dos recursos da própria comunidade para resolver seus problemas (Gouveia, 1993).

práticas intelectuais para a revisão e a mudança; b) o deslocamento de posição de outras instituições às quais o Serviço Social era historicamente ligado – a Igreja Católica em especial –, quando se dá o surgimento de católicos de esquerda e a aproximação de Setores da Igreja do Pensamento Marxista; c) o Movimento Estudantil, que cresce e se expande no mundo todo, questionando o “status quo”.

É a partir destes 3 (três) elementos que o Movimento de Contestação Mundial chega ao Serviço Social e torna-se uma problemática profissional. Tal processo se explicita na América Latina a partir de 1965, perdurando por uma década e passando a ser denominado “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”⁴⁰. Esse Movimento, que se localizou em todos os Países do Sul, formando uma grande união, pode ser caracterizado como um Movimento desigual e heterogêneo que visa, a partir da crítica ao Tradicionalismo, a repensar e redefinir as bases teórico-metodológicas do Serviço Social. Na América Latina, o Movimento de Reconceituação apresenta como particularidade a luta pelo rompimento com o imperialismo, pela libertação nacional e pela transformação da Estrutura Capitalista.

As questões originalmente colocadas em relação especificamente ao Serviço Social diziam respeito à funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento e à inadequação das perspectivas teóricas importadas de outras realidades - particularmente a norte-americana - e aplicadas no Brasil sem questionamentos nem adequações. Esta será a característica principal do Movimento de Reconceituação. Nesse processo de contestação às suas bases teóricas, pela primeira vez o Serviço Social vai utilizar-se da Tradição

⁴⁰ - Tal período reduzido não permitiu o aprofundamento das transformações ou rupturas, contudo foi fundamental para começar o rompimento com o Serviço Social tradicional.

Marxista⁴¹. Assim, após esse período, o Pensamento Marxista vai deixar de ser estranho para os (as) Assistentes Sociais.

A segunda característica importante do Movimento é a relação continental criada entre os profissionais. Mesmo que desde a década de 40 exista um efetivo intercâmbio cultural, o Movimento vai fundar a necessidade de voltar-se para as problemáticas latino-americanas e daí a urgência de criar uma unidade profissional na América Latina⁴².

Devem-se realçar três aspectos centrais no Movimento: o despertar da categoria para a dimensão político-ideológica da prática profissional, a indicação da possibilidade de estabelecimento de um vínculo profissional com as classes populares e a adoção da transformação social como horizonte da prática profissional. Passa-se, assim, a perceber que a prática do Serviço Social tem sido ajustadora e socializadora, mas vêem-se possibilidades para que se possa colocar tal prática a serviço de interesses populares (ABESS/CEDEPSS, 1994).

O tempo vai assinalando nitidamente as diferenças dentro do Movimento de Reconceituação (segmentos modernizantes e de ruptura), as quais vão crescendo até a exaustão do Movimento, sinalizada nos meados de 70 e óbvia no final da década.

O Período de Ditaduras que sacudiu a América Latina trouxe dificuldades para a continuidade do Movimento. A supressão dos espaços políticos na Argentina, Chile e Uruguai, principais pólos de renovação, foi um dos motivos. Este terá continuidade através do Peru e da criação do CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) ligado ao ISI (Instituto de Solidariedade Internacional – um Organismo da Democracia Cristã Germano-Ocidental)(Netto, 1991).

⁴¹ - É bem verdade que esta primeira aproximação com o Marxismo no Serviço Social se deu de forma enviesada, por manuais de terceira qualidade, contudo foi ela que permitiu aprofundamentos posteriores mais consequentes (Cf. Netto, 1991 e 1989).

⁴² - Esta unidade distancia-se do pan-americanismo patrocinado pelos norte-americanos (OEA – Organização dos Estados Americanos) e pela doutrina Monroe – um ideal anglo-saxônico de incorporar as vinte nações hispânicas ao Império do Norte (ver rodapé 4).

Apesar do curto espaço de tempo, o Movimento de Reconceituação trouxe ganhos incontestáveis para o Serviço Social Latino-Americano: a possibilidade de questionamento das suas Bases Tradicionais Teórico-Metodológicas, a instauração do Pluralismo Teórico-Metodológico e Ético-Político no Serviço Social, rompendo com a supremacia total da Posição Tradicional, o questionamento da importação de Teorias Norte-Americanas inadequadas à Realidade Brasileira, a percepção do Serviço Social como prática ajustadora e mantenedora do “status quo” até aquele momento e a possibilidade de tentativas de rupturas com esse tipo de prática e, por fim, a descoberta do Marxismo e da possibilidade de compromisso com os Setores Populares.

Um exemplo disto, ocorreu em 1979, no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). Os (as) Assistentes Sociais presentes questionaram a direção adotada pela organização do Congresso e substituíram os convidados especiais, representados por autoridades do Regime Militar, por dirigentes de Organizações Populares. Essa atitude constituiu-se num marco no seio da Categoria profissional e representou a vontade da maioria dos profissionais de colocar sua prática profissional a favor dos Setores Populares.

Todo esse período de inquietação cultural e descobrimentos possibilitou o despertar para a necessidade de aprofundamento teórico. A partir de 1979, começou a circular a Revista “Serviço Social e Sociedade”, que ganhou impulso com o início dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social no País. Começou a se dar, também, a publicação de uma maior quantidade de livros sobre o Serviço Social Brasileiro, constatando-se um significativo avanço teórico-prático da Profissão, apesar de, inicialmente, permanecer um hiato entre as reflexões teóricas e as práticas efetivamente desenvolvidas.

Segundo Netto, esse processo de crescimento teórico e amadurecimento intelectual do Serviço Social significou um contrapeso “à subalternidade profissional que historicamente envolveu o Serviço Social” (1991, p. 132, grifos nossos). De fato, o Serviço

Social, face às Ciências Sociais, começou a mudar da condição de vazadouro de suas produções, passando a assumir uma postura crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento específico.

O autor assinala ainda que inúmeros (as) Assistentes Sociais, entre os anos 40 e 50, alcançaram reconhecimento público de sua competência, embora sempre como executores prático-sociais eficientes. Não há, portanto, casos públicos de Assistentes Sociais reconhecidos como agentes de relevo intelectual ou como teóricos/críticos no campo da produção do Conhecimento. Isto se explica pelas origens históricas da Profissão já suficientemente lembradas por Verdès-Leroux (1986, p.55): é uma Profissão pouco considerada, “profissão feminina dotada de um nível social médio, mal paga, dependente, ainda marcada por sua origem filantrópica. Não sugere, em consequência, qualquer ideia de competência e saber”. Daí sua marginalidade na chamada “comunidade científica”.

Este perfil, contudo, tem se modificado nas últimas décadas e o Movimento de Reconceituação foi fundamental para a percepção da defasagem teórica do Serviço Social em relação às demais profissões. O Movimento possibilitou, como já assinalamos, o surgimento de diversas posturas teórico-metodológicas e ético-políticas entre os profissionais.

Para entender o Serviço Social e a forma de pensar dos (as) Assistentes Sociais hoje, é necessário conhecer as principais propostas e caminhos que o Serviço Social tomou após o Movimento de Reconceituação. É disso que trataremos a seguir.

3 – Os caminhos do Serviço Social no Brasil no Pós-64⁴³

O Movimento de Questionamento ao Serviço Social tradicional tem seu ponto de partida na década de 60, mais especificamente através do Movimento de Reconceituação, como já assinalamos anteriormente. Este será profundamente heterogêneo e assumirá caminhos diferenciados na América Latina, a partir das conjunturas específicas e do protagonismo dos agentes profissionais de cada País.

Em todos os Países da América Latina, o Movimento enfrentou dificuldades devido às diversas Ditaduras que se instalaram nesse Continente, entre os anos 60 e 80. Algumas foram superadas mudando-se os pólos irradiadores dos questionamentos, quando os espaços eram suprimidos, ou seja, quando os espaços de democracia eram suprimidos em determinados Países, outros Países da América Latina tornavam-se pólos irradiadores do pensamento crítico no Serviço Social, inclusive através de pensadores que foram obrigados a exilarem-se, mas não pararam de produzir teoricamente e continuaram a influenciar o Serviço Social Latino-Americano.

No Brasil, pode-se demarcar nesse processo de construção de novos caminhos três Momentos: o primeiro começa em meados da década de 60 e foi organizado pela CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Cultural em Serviço Social), através dos Seminários de Teorização (conhecidos como Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista); o segundo começa em meados de 70, quando se juntam ao CBCISS, enquanto instâncias organizadoras dos debates, os Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social; e o terceiro, na abertura dos anos 80, quando se somam a estes dois protagonistas anteriores, a ABESS e as organizações da Categoria profissional - naquele momento a

⁴³ - Para a construção deste item nos baseamos fundamentalmente em Netto, 1991. Sem dúvida, é a Produção de maior fôlego na literatura do Serviço Social sobre as vertentes teórico-metodológicas que passam a fazer parte do Serviço Social no Pós-64 e, neste sentido, é impossível tratar deste assunto sem partir fundamentalmente deste trabalho.

ANAS(Associação Nacional dos (as) Assistentes Sociais) e o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social)⁴⁴.

A esses três Momentos correspondem três propostas teórico-metodológicas com diferenças bem nítidas. Ao primeiro corresponde um esforço de adequação do Serviço Social às novas demandas trazidas pelo contexto da Ditadura Militar no Brasil. Neste sentido, esta proposta vai significar uma tentativa de respostas profissionais mais preocupadas com o aparato técnico-metodológico e com propostas de Desenvolvimento de Comunidade, sem, contudo, questionar suas fontes teóricas. Chamaremos a esta Perspectiva de “Técnico-Instrumental Desenvolvimentista”⁴⁵.

Ao segundo corresponde a aproximação de uma parte dos profissionais, particularmente profissionais do Sudeste e Sul do Brasil, da Abordagem Fenomenológica, como tentativa de responder aos impasses que o Serviço Social vinha atravessando a partir dos questionamentos de suas bases. Essa Abordagem vai significar um forte apelo a Abordagens Psicossociais e remeterá a valores fundamentalmente cristãos. Chamaremos-a de “Psicologização do Social”⁴⁶.

Ao terceiro corresponde a Perspectiva, hoje hegemônica no seio da Profissão, que se aproximou da Vertente Marxista e elaborou uma crítica consequente às bases e alianças realizadas pelo Serviço Social ao longo de sua história. Tal Vertente não é monolítica e tem posturas e desdobramentos diversos em seu seio. Trouxe, inegavelmente,

⁴⁴ - Naquele período denominavam-se CFAS/CRAS, respectivamente Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais. Natal possuía Delegacia Regional do CRAS desde 1964, sendo subordinada ao Ceará. Em 1981, o CRAS de Natal e Mossoró iniciam uma campanha de filiação com vistas a criar uma sede do CRAS no Rio Grande do Norte independente, o que só ocorre em 03 de janeiro de 1983.

⁴⁵ Netto(1991) a denomina de “Modernização Conservadora”. Optamos por denominar todas as perspectivas diferentemente, por entendermos que a denominação dada por Netto está carregada de valoração e não exprime adequadamente as posturas do ponto de vista prático-interventivo, mas somente do ponto de vista político-ideológico. Com isto, não estamos negando as vinculações político-ideológicas das diversas perspectivas, inclusive daquelas que as negam. Somente achamos mais adequado denominá-las a partir de suas propostas prático-interventivas.

⁴⁶ Netto(1991) a denomina de “Reatualização do Conservadorismo”.

significativos avanços para a Profissão. Chamá-la-emos de “Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais”⁴⁷.

Vejamos agora os caminhos tomados pelos seguidores da Perspectiva, chamada por nós, de “Técnico-Instrumental Desenvolvimentista”.

Segundo Netto (1991), esta Perspectiva trouxe avanços para o Serviço Social, ao incorporar o Estrutural-Funcionalismo Norte-Americano e modernizar o Serviço Social do ponto de vista de suas técnicas. Sua primeira formulação encontra-se no Seminário de Teorização de Serviço Social, em Araxá (Minas Gerais, 19 a 26/03/1967), promovido pelo CBCISS, e tem seu desdobramento no II Seminário, conhecido como “Seminário de Teresópolis” (Rio de Janeiro, e também promovido pela CBCISS, de 10 a 17/01/1970).

O Desenvolvimento, à época, se colocava como um dilema central na vida brasileira desde a década anterior, sendo recorrente a preocupação com este tema nos Documentos da ONU (Organização das Nações Unidas), da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) e nos Documentos Pontifícios. O Desenvolvimento era compreendido, então, como um estágio a que chegariam todas as Nações, desde que seguissem determinadas regras, mirando-se nos exemplos dos Países Desenvolvidos. Neste sentido, era necessário erradicar Setores arcaicos e atrasados da Economia, da Cultura, da Vida Social em geral e substituí-los por Setores e Modos de Ser modernos e eficientes. A Perspectiva em questão se identificará com esta leitura da realidade.

Em relação à questão dos valores defendidos por tal Perspectiva, seus formuladores acrescentam aos Postulados Éticos Tradicionais do Serviço Social - derivados diretamente do Neotomismo (Dignidade da Pessoa Humana, Sociabilidade essencial da Pessoa Humana, Perfectibilidade Humana) - os seguintes Princípios Operacionais: atuação dentro

⁴⁷ Netto(1991) a denomina de “Intenção de Ruptura” e Silva(1995) de “Projeto Profissional de Ruptura”

de uma Perspectiva de Globalidade da Realidade Social, relacionamento, participação do Homem no Processo de Mudança e Integração à Sociedade. Estes derivam-se do Estrutural-Funcionalismo⁴⁸.

A Perspectiva enfoca, por fim, a necessidade de atuação nos níveis micro e macro - aqui dentro da Abordagem de Desenvolvimento de Comunidade (DC) - e a assepsia axiológica da Cientificidade. Deste modo, a discussão ideológica é descartada e, por isso, não há, nessa Perspectiva, nenhum questionamento acerca da sua vinculação e aceitação dos pressupostos modernizadores da Ditadura instalada no Brasil no Pós-64.

O questionamento à Perspectiva Técnico-Instrumental Desenvolvimentista começa em meados dos anos 70. De um lado, seu conteúdo reformista não atendia às expectativas de parte da Categoria ligada ao Catolicismo, que não queria romper com o Tradicionalismo e se recusava a aceitar o Movimento de Laicização crescente da Profissão. De outro lado, sua colagem à Ditadura, incompatibilizava-a com os segmentos mais críticos da Profissão (Netto, 1991). Assim, inicia-se um processo de queda crescente de sua influência nos meios profissionais.

Os Seminários seguintes, também promovidos pela CBCISS - respectivamente em Sumaré (Rio de Janeiro), em 1978, e Alto da Boa Vista (Rio de Janeiro) em 1984 -, não têm uma grande penetração nos meios profissionais, embora tenha sido neles que se deram as primeiras formulações da Perspectiva, denominada por nós de “Psicologização do Social”, baseada na Fenomenologia.

Uma característica relevante desta Perspectiva é a exigência e a valorização da elaboração teórica com a recusa veemente aos padrões positivistas. A crítica ao Positivismo se dá na recusa à interpretação causalista e fatorial da Sociabilidade e na

⁴⁸ - O estrutural-funcionalismo surge com Talcott Parsons, recebendo contribuições posteriores de Mauss, Malinowski, Radcliffe-Brow e Merton. Concebe a Sociedade como um sistema estruturado, formado por subsistemas, os quais encontram-se num estado de equilíbrio suficientemente estável. Estuda a contribuição que um elemento dá ou pode dar para a preservação do sistema. Por este motivo, dedica-se, de forma particular, ao estudo das interações, dos papéis e das funções sociais (Castro & Dias, 1992).

recusa à assepsia ideológica do Conhecimento. Busca-se, segundo seus idealizadores, uma abordagem inspirada num pensamento não causal e que permita transcender o dualismo sujeito-objeto, vendo o/a homem/mulher de forma global em suas inter-relações.

Nesse sentido, os representantes desta Perspectiva afirmam nitidamente seus valores e objetivos profissionais: são valores cristãos e objetiva-se prioritariamente a transformação social.

A intervenção profissional do Serviço Social, segundo a ótica de tal Perspectiva, deve se inscrever nas ajudas psicossociais. A centralização, então, é na dinâmica individual baseada na tríade conceitual: diálogo, pessoa e transformação social. Esse processo de ajuda psicossocial se efetiva através do diálogo na busca da compreensão, ou seja, na busca da razão do comportamento do indivíduo, que coincide com a “decisão de ser” deste, que, por sua vez, tem consequências no seu comportamento. A principal reivindicação fenomenológica é com o resgate do sujeito (pessoa) que não deve perder o seu privilégio na rede de relações institucionais.

Desta forma, tal Perspectiva define procedimentos metodológicos como um processo de ajuda psicossocial, desenvolvido no diálogo, a partir do qual se operam transformações. A transformação social se traduz, assim, em modificações qualitativas de seus elementos, expressas no movimento do *ser* ao *ser-mais*. A intervenção deve se dar no nível existencial-pessoal e não no econômico-social, que é um efeito daquele (Netto, 1991).

Esta Perspectiva, embora mantenha-se discreta em relação a críticas à Postura Marxista, deixa claro e explícito, entretanto que não concorda com tal Postura. Contudo, utilizam uma terminologia muito semelhante ao Marxismo, a saber: dialética, práxis, totalidade, historicidade. Assim, alguns leitores mais desavisados podem se confundir e pensar - ao ler escritos de autores da Perspectiva de “Psicologização do Social” - que estão

lendo escritos marxistas devido à terminologia utilizada. Contudo, na Perspectiva em questão, tais termos têm um significado inteiramente diverso daquele utilizado pelos marxistas. Na verdade, a distância em relação à Postura Marxista é imensa, quer seja pelos pressupostos teórico-metodológicos e ideológicos, quer seja pela completa dissolução da discussão acerca das Classes Sociais.

Por este motivo, as produções teóricas que se aproximam da Perspectiva de “Psicologização do Social” não conseguem realizar análises que dêem conta da realidade histórico-social, com a competência esperada de uma corrente que valoriza a produção teórica competente. Por outro lado, era de se esperar tal consequência de uma perspectiva que prioriza abordagens individuais e psicologizantes, ou seja, o fundamental – pelo menos este é um dos fundamentos da Perspectiva - não é a análise das Estruturas Sociais, mas das Relações Inter-pessoais. Neste sentido, sua produção teórica termina em relatos, descrições e cenários sociais, em detrimento de exames da Estrutura e da Realidade Social.

Os Princípios defendidos por esta Perspectiva - Respeito à Dignidade da Pessoa Humana, a Individualização, a Promoção Ativa do Beneficiário e a Autodeterminação - remetem aos Princípios Tradicionais do Serviço Social baseados na Filosofia Neotomista. A crítica a estes Princípios se dirige à constelação filosófica na qual se inserem e à sua funcionalidade ideológica. Assim, a crítica, na verdade, passa pelo caráter abstrato com que tal constelação reveste os fins apregoados, a sua inépcia para contribuir com sua realização histórico-concreta e seu efetivo papel no ocultamento das circunstâncias histórico-sociais que se opõem à realização dos fins desejados (Netto, 1991).

Depreende-se do exposto que os filiados à Perspectiva de “Psicologização do Social” são cristãos ou profissionais ligados a valores ético-religiosos que, desiludidos com a Perspectiva Tradicional, desnudada em seu significado social pelas correntes mais críticas da Profissão e, sem concordarem com a Perspectiva que assume nitidamente a

concepção Materialista de História e a Luta de Classes como motor da História, encontram um terceiro caminho⁴⁹ que foge da Perspectiva Tradicional e se recusa a assumir a Perspectiva ligada ao Marxismo, propondo então uma volta à intervenção individual-compreensiva, baseada na noção de ajuda psicossocial. Seus defensores puderam, assim, segundo sua compreensão, afastar-se dos erros da Perspectiva Tradicional, preservando os valores que lhes eram caros.

Contudo, a nosso ver, a assunção dos valores abstratos do Neotomismo aliados à ênfase na Perspectiva Individual⁵⁰ faz com que tal Postura não avance além de meras intenções, tornando seu discurso de transformação social vazio e sem possibilidades de realização histórica.

Quanto à terceira Perspectiva, denominada por nós de “Defesa dos Direitos Sociais”, é, do nosso ponto de vista, a proposta mais consequente e a que conseguiu construir, ao longo destes anos, melhores proposições metodológico-interventivas como contraponto ao Serviço Social tradicional, mesmo que inicialmente tenha tido dificuldades em construir alternativas viáveis para a intervenção profissional. Esta Postura defende propostas marxistas, explicita suas vinculações político-ideológicas, ou seja, deseja ter compromisso com os interesses das Classes Trabalhadoras e, por fim, almeja contribuir com a construção de uma nova forma de Sociabilidade, sem dominação-exploração de Classe, Raça/Etnia e Gênero (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993).

⁴⁹ Aliás, não é pura coincidência que, desde o surgimento do Capitalismo e das propostas Socialistas, a Igreja Católica sempre defendeu, ao menos teoricamente, um terceiro caminho que não teria nem a “selvageria do Capitalismo”, nem o “ateísmo materialista do Socialismo”. Este terceiro caminho recebeu denominações diversas, mas o mais conhecido é “Comunitarismo Cristão”. Contudo, a Igreja jamais conseguiu explicitar claramente e concretamente como se daria a operacionalização deste ideal societário, uma vez que seu pressuposto básico é que a transformação deve se dar inicialmente nos indivíduos, mais precisamente nos seus corações e sentimentos, somente assim se dará a transformação social.

⁵⁰ Aqui não reside nenhuma recusa a atendimentos e abordagens individualizados na intervenção profissional do Serviço Social, os quais são importantes e devem continuar a ser feitos. O que se recusa é a volta ao Serviço Social de Caso, ou seja, recusa-se a volta da percepção na qual se acredita que os problemas sociais podem ter solução *efetiva* na intervenção individual.

Tal perspectiva tem sua formulação inicial na Universidade Católica de Minas Gerais, em meados da década de 70, e permanecerá presa a seus muros até o final de 70. Nesse período, formulou-se o método que ficou conhecido entre os (as) Assistentes Sociais como “Método BH” (de Belo Horizonte).⁵¹ Tal Momento foi importantíssimo para esta Perspectiva, pois foi a primeira tentativa de elaboração de um método de intervenção detalhado e cuidadoso que rompia com o Serviço Social tradicional. A experiência, contudo, foi abortada em 1975 com a demissão de seus principais formuladores e gestores.

Pode-se perceber nesta Perspectiva dois patamares: o primeiro vai até à abertura dos anos 80 e se expressa como uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional, com nítidos objetivos de clarificação epistemológica e desnudamento ideológico; o segundo abarca o primeiro terço da década de 80, que se nutre e se articula com o momento anterior, embora avance para elaborações mais abrangentes apoiadas em fontes originais dos clássicos. Nesse segundo momento, já não se pensa criticamente o elenco de propostas do Serviço Social, mas se procura pensar criticamente a própria instituição Serviço Social, ou seja, sua inserção e seu significado histórico-social, e isto configurou a maioridade intelectual e teórica desta Perspectiva (Netto, 1991).

O momento de clarificação epistemológica e desnudamento ideológico trouxe inúmeras críticas a esta Perspectiva, pois seus críticos afirmavam que ela só fazia críticas às demais posturas, mas se mostrava incapaz de apresentar propostas de intervenção renovadoras. De fato, apesar desse momento ser necessário, trouxe angústias e ansiedade para os profissionais que estavam no terreno da intervenção profissional e que optaram pela Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais”, pois, apesar das críticas feitas às ações realizadas até aquele momento pelo Serviço Social Tradicional, não se sabia ao certo como agir de forma “renovada”. Isto levou muitos profissionais a recusar determinadas tarefas

⁵¹ Para maiores detalhes sobre este método, ver Santos, 1993 e Netto, 1991, p. 261-270.

tradicionalmente atribuídas ao Serviço Social, sem, contudo, saberem traduzir essa recusa em novas formas de ações. Foi um momento necessário, como já assinalamos, mas o Serviço Social, de fato, ficou meio perdido e, por vezes, “jogou fora a água do banho com o bebê dentro”⁵².

O segundo momento, que Netto (1991) chamou de “Maturidade Intelectual da Perspectiva de Intenção de Ruptura”, tem como marco sinalizador o livro de Iamamoto & Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” (1983). Deter-nos-emos um pouco nesta produção teórica por conter elementos centrais acerca do significado social da Profissão e por ter sido a primeira a explicitar tais questões. Todas as produções posteriores no Serviço Social, que se aproximavam das fontes marxistas ou marxianas, partiram já do patamar conquistado pelas reflexões de Iamamoto. Além disso, esta Perspectiva tem hoje a hegemonia teórico-metodológica e ético-política no seio da Categoria, ou seja, é esta a Perspectiva que hoje dá a direção dos rumos das discussões na Profissão.

A reflexão de Iamamoto parte de fontes marxianas e enfoca o Serviço Social como Profissão referenciada ao contexto de aprofundamento do Capitalismo no País, afirmando que o significado da Profissão só pode ser compreendido em sua inserção na Sociedade e como instituição peculiar na (e a partir) da Divisão Social do Trabalho.

A autora parte da categoria da Produção Social. Para isto, trata da Produção Social Capitalista, tomando-a como uma relação entre pessoas, entre Classes Sociais que personificam determinadas Categorias Econômicas. Há uma complexidade contraditória em que a produção material imbrica-se na produção de relações sociais (as Classes, sua cotidianidade, seu modo de vida), políticas e ideoculturais (Ideologia, Ciência).

⁵² A este respeito, Palma (1993, p. 156) faz uma análise de profissionais de Serviço Social que se recusavam a utilizar e a ensinar as técnicas que constituíram o arsenal do Serviço Social, confundindo as técnicas – necessárias – com as ideologizações que as converteram em método.

Tal Abordagem, aprofundada em publicações posteriores pela autora (1992,1998 e 2001) trouxe a possibilidade de se discutir, com profundidade, o real significado da Profissão na Sociedade e abriu caminhos para produções cada vez mais elaboradas no Serviço Social, partindo de posturas marxistas.

Ao analisar o papel contraditório do Serviço Social, enquanto demandado por Setores Dominantes, para responder às necessidades dos Setores Sociais Dominados, afirma:

O Serviço Social participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta à sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o *móvel básico da história*. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (Iamamoto, 1983, p. 75 –grifos originais).

Iamamoto situa a emergência do Serviço Social na transição do Capitalismo Concorrencial ao Monopolista e isto se deu frente às exigências do Capitalismo Monopolista, que passa a exigir um profissional capacitado para as funções de articulação da população, operando com a coerção e a construção de consensos. A afirmação profissional se realiza, contudo, repondo duas ambigüidades: enquanto profissão liberal, na verdade um assalariado, e na disjunção entre os que demandam seus serviços – o Estado ou Patronato - e aqueles que o recebem – os Trabalhadores (Ibidem).

Continuando o seu raciocínio, caracteriza o Serviço Social como uma tecnologia social e o (a) Assistente Social como profissional subalterno, um técnico cuja atuação é geralmente mediatisada pela prestação de serviços sociais em instituições que

implementam políticas sociais. Mostra que os serviços sociais implementados pelo Estado são, por um lado, conquistas de lutas populares e, por outro, travestidos como concessões/doações pelos aparatos institucionais, reforçando a tutela e a dependência.

Assim, o significado social da Profissão está situado no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da Ideologia Dominante junto à Classe Trabalhadora, sendo, portanto, muito mais um profissional de cunho político-ideológico do que propriamente econômico. Sua eficácia enfim, é basicamente ideológica sob a aparência tecnificada.

Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos “clientes” (Ibidem, p. 115).

Acerca da questão da *subalternidade profissional*, Iamamoto assinala tanto o fato do Serviço Social ter se dedicado à intervenção e ter se limitado a “tomar emprestado” das Ciências Sociais o suporte necessário às suas ações, quanto a ênfase na necessidade de qualidades pessoais e emocionais para o exercício profissional muito mais do que na capacidade intelectual.

Isto é típico de profissões referidas a opções vocacionais, que se constituem em seus primórdios, a partir de ações benemerentes e filantrópicas, que valorizam o primado do ser – as qualidades pessoais, ideológicas, filosóficas e especialmente morais de seus adeptos – sobre o primado do saber, a ciência. A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como uma escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a que só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que, antes de ser trabalho, é uma missão (Ibidem, 84-85).

Devido a esta característica ainda muito presente na Profissão, a Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais” enfrentou dificuldades que se expressaram no *voluntarismo-messianismo* dos profissionais, agora não mais a serviço do Ideal Cristão, mas a serviço do Povo Oprimido/Classe Trabalhadora. Esse *messianismo* levou os (as) Assistentes Sociais, por vezes, a superestimar o papel do Serviço Social na transformação social, a colocar-se contra ações institucionais que, segundo essa leitura equivocada, reforçavam a ordem, a acreditar que era possível ao Serviço Social superar limites histórico-estruturais somente com o desejo e o compromisso de mudar. Por fim, esse equívoco levou, muitas vezes, alguns segmentos da Profissão a exigir, mesmo de forma velada e branda, o militarismo de todos os que desejavam ser Assistentes Sociais verdadeiramente.

Hoje, contudo, apesar de ainda persistirem posturas neste sentido, parece que o Serviço Social está caminhando para um maior amadurecimento ideo-político. Contribuiu para isto a experiência pela qual passou a Sociedade Brasileira nos últimos tempos, que, com a volta do Regime Democrático, trouxe o resgate e a revalorização da Liberdade. Os Movimentos Étnico-Raciais, de Mulheres, de Homossexuais na luta pelo direito à diferença e à diversidade também contribuíram para modificações de posturas autoritárias. Por fim, a experiência e o amadurecimento dos profissionais e da própria Profissão fizeram-nos avançar, partindo de reflexões e erros anteriores⁵³. Desta forma, o Serviço Social hoje, mais amadurecido, tenta analisar a Realidade mais adequadamente, vendo suas contradições, limites e possibilidades, tentando afastar-se de posturas autoritárias e que remetam ao messianismo-voluntarista ou ao pessimismo-fatalista.

⁵³ - Os (as) Assistentes Sociais inseriram-se nas lutas e movimentos sociais que emergiram no Brasil na luta contra a Ditadura Militar, através de suas entidades representativas e, a partir da Nova República, participam ativamente do processo de construção de alternativas democráticas, através da inserção e participação em diversos conselhos nos seus diversos níveis, em partidos políticos, associações diversas etc. É significativo a este respeito observar que a participação política dos (as) Assistentes Sociais tem crescido ao longo dos anos, e a realidade em Natal não é diferente, como mostra a nossa pesquisa apresentada no capítulo 4.

Outra dificuldade enfrentada se deveu ao descompasso, ainda presente, entre o Universo de Produção Teórico-Metodológica das Vanguardas e aqueles que pertencem à Massa da Categoria Profissional, que, por vezes, se encontram longe das discussões e dos avanços e reflexões críticas que modificaram a direção da Profissão nas últimas décadas. Este ainda é um caminho a ser trilhado que exige tempo e esforço para conhecimento e aprofundamento, pela maioria dos(as) profissionais – logicamente daqueles que assim o desejaram –, de categorias de análises que exigem esforço de reflexão e sistematização.

A dificuldade inicial de traduzir as idéias de contestação em indicativos prático-operativos parece-nos que, pouco a pouco, vai sendo superada. Têm contribuído para isso as experiências de Estágio Supervisionado nos Cursos de Graduação, as produções teóricas no âmbito da Pós-Graduação, que se voltam para análise da intervenção profissional, a discussão nos últimos tempos nas Unidades de Ensino, envolvendo o conjunto CFESS/CRESS sobre o novo Projeto Pedagógico para os Cursos de Serviço Social (Cadernos ABESS 7, 1997), e principalmente a discussão e aprovação do novo Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, no qual se expressa o Projeto Ético-Político desta Perspectiva.

O novo Código, além de explicitar seus princípios fundamentais, preocupa-se em traduzir em seus artigos tais princípios de forma operacional, tornando-se, assim, um guia para a ação profissional. Neste sentido, estabelece o reconhecimento da Liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos Direitos Humanos, a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, a ampliação e consolidação da Cidadania e a defesa e aprofundamento da Democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Por fim, defende o posicionamento em favor da Equidade e Justiça Social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. A defesa desses valores afasta tal proposta do

Humanismo Abstrato Cristão e defende o Humanismo Histórico-Concreto, através da defesa da Cidadania e da Perspectiva dos Direitos Sociais e da Democracia.

Como concretização destes princípios, o Serviço Social Brasileiro hoje se propõe a estar ao lado dos(as) usuários(as) dos serviços na luta pelo reconhecimento de seus direitos. Para isto, deve encontrar formas de assegurar a inclusão dos(as) usuários(as) nos serviços, bem como formas de melhorar tais serviços. Desta forma, o profissional deve estar atento à participação dos(as) usuários(as) nos serviços e procurar socializar informações necessárias para que possa utilizar os serviços mais adequadamente. Caso o atendimento não possa ser efetuado na instituição, procurar orientá-lo adequadamente e/ou encaminhá-lo a outro serviço. Caso se faça necessário, estar pronto a denunciar o desrespeito aos direitos dos(as) usuários(as), não sendo conivente com injustiças e falta de eqüidades.

Neste sentido, o novo Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social - aprovado em 1993 - não visa somente a proteger os (as) Assistentes Sociais, postura própria dos corporativismos. O Código prevê, sem dúvida, formas de proteção a profissionais injustiçados(as) no exercício de sua profissão, mas sua preocupação central é com o(a) usuário(a) dos serviços, e, neste sentido, rompe com o Corporativismo, ao afirmar que é dever do(a) Assistente Social denunciar colegas de profissão que estejam desrespeitando os direitos do(a) usuário(a) e os princípios do Código de Ética.

Há que se assinalar como uma observação importante, que a defesa dos Direitos Sociais não é exclusividade daqueles que adotam o Marxismo. A Perspectiva denominada por nós de “Defesa dos Direitos Sociais” foi construída pelo conjunto da Categoria Profissional nos seus Congressos e Convenções de Ensino, em meio a embates de idéias e de posturas teóricas diversas. Neste sentido, ela é uma construção coletiva, inclusive daqueles que não adotam o Marxismo como referência teórica. Desta forma, temos muitos

profissionais não marxistas que defendem os Princípios Fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social, expresso no seu Código de Ética.

Contudo, mesmo com tal postura sendo hoje hegemônica na Profissão, como já assinalamos, isto não significa que seja defendida pela maioria dos profissionais nem tampouco que essa hegemonia se dê sem conflitos ou embates. Isto foi uma conquista da Profissão nos últimos anos: a afirmação da necessidade do pluralismo e do debate de idéias como algo rico e necessário para o crescimento da Profissão. Na verdade, os profissionais que defendem tal postura foram crescendo – quantitativa e qualitativamente - no terreno da produção teórica, nos debates, encontros e congressos profissionais, foram assumindo posições nas organizações da Categoria (ABEPSS, CFESS/CRESS) e isto inibiu/impediu os defensores das demais Perspectivas, o que não significa que a Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais” seja defendida pela maioria dos profissionais.

Foram muitas as conquistas acumuladas pelo Serviço Social nos últimos anos, particularmente a partir da conquista da hegemonia da Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais. A este respeito Netto (1996) tece algumas considerações que mostram o Processo de Consolidação da Profissão na Sociedade Brasileira nos últimos anos e os possíveis caminhos que pode vir a trilhar.

Afirma inicialmente que o Serviço Social entra na década de 90 como uma profissão consolidada no Brasil. A Pós-Graduação *stricto senso*, implantada na década de setenta, encontra-se afirmada em 7 Universidades (hoje são oito, incluindo a UFRN, que conta, desde o ano 2000, com Mestrado em Serviço Social). A Profissão tem uma instituição credibilizada - a ABEPSS - e, enquanto corporação profissional, tem presenciado a dinamização do Conselho Federal e Conselhos Regionais expressa na

regularidade, representatividade e abrangência dos Encontros e Congressos brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS)⁵⁴.

Em relação à Produção Científica, o Serviço Social deixou de ser um simples vazadouro das produções das Ciências Sociais e passou a caminhar com seus próprios pés, criando uma bibliografia própria, séria e competente e que, por isso, tem encontrado receptividade além das fronteiras profissionais, afora contar com uma Revista que circula desde 1979 com periodicidade regular e com reconhecida qualidade.

A década de 80, assim, assinalou a maturidade intelectual do Serviço Social no Brasil no domínio da Produção teórica, podendo-se afirmar então que, nesse período, constituiu-se uma intelectualidade no Serviço Social no Brasil, a qual adquiriu respeito nas outras Áreas de Conhecimento. Todas essas conquistas foram propiciadas pelo rompimento com o Tradicionalismo no Serviço Social e a partir da interlocução com a Tradição Marxista.

Observa-se, contudo, algumas dificuldades trazidas por esse mesmo Movimento. A primeira delas diz respeito ao alargamento das demandas do (a) Assistente Social e ao surgimento de outros profissionais que disputam essas mesmas atividades. Essas novas competências e busca de novos espaços remetem à pesquisa, à produção de conhecimentos e a alternativas de intervenção. Contudo, a Categoria Profissional não dispõe de canais suficientes que possibilitem a efetiva socialização de tais avanços, o que tem contribuído para alargar a distância entre as Vanguardas Profissionais Acadêmicas e a Massa dos Profissionais que estão no “campo”. É fato o mútuo desconhecimento entre as Agências de Formação e os campos de intervenção - as iniciativas neste sentido ainda são insuficientes. Os (as) Assistentes Sociais do “campo”, por vezes, sentem-se inseguros pelas fragilidades

⁵⁴ - Como já assinalamos na Introdução deste trabalho, realizou-se, de 18 a 22 de outubro, em Fortaleza, o XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, cujo tema foi: “O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos. O evento contou com a presença de mais de três mil participantes, demonstrando, mais uma vez, a participação efetiva dos profissionais nos seus Encontros.

de sua formação, desmotivados pela baixa remuneração, pressionados pela concorrência de outros profissionais - aparentemente mais “seguros”, mais “legitimados” socialmente em seu saber e competência -, condicionados ainda por um lastro tradicional muito presente em relação às suas atribuições. Por todos estes motivos, os profissionais, por vezes, assumem uma atitude defensiva, pouco ousada face às novas demandas e de subalternidade frente aos outros profissionais.

Hoje o Serviço Social não é mais um bloco monolítico e há em seu interior diversas correntes lutando pela hegemonia no meio profissional e isto também é o resultado do rompimento com o Tradicionalismo na Profissão e sua aproximação com Tendências Marxistas Democráticas. Contudo, a hegemonia da Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais” começa a correr riscos a partir da virada da década de 90. O surgimento do Pós-Modernismo e o questionamento a todas as grandes narrativas, a celebração da desconstrução, do micro, pontual e fragmentado,⁵⁵ puseram em xeque a Modernidade e as Correntes que surgiram junto com ela.

Assim, partindo deste fato, Netto (1996) aponta alguns possíveis caminhos que o Serviço Social poderá tomar nos próximos anos:

1)Continuação da Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais”, com a ressalva de que muito do futuro dessa Perspectiva dependerá das respostas que conseguir dar às novas demandas do Mercado de Trabalho e da superação das dificuldades apontadas anteriormente;

2)Novo alento da Perspectiva Tecnocrática (novas roupagens da Perspectiva Técnico-Instrumental Desenvolvimentista), reatualizada pelo Discurso da Competência e especialização do Discurso Neoliberal;

⁵⁵ - O Movimento Pós-Moderno é complexo e amplo, tendo em seu interior diversas Perspectivas, inclusive do ponto de vista político. A bibliografia acerca desse Movimento é vasta e rica. Limito-me a remeter a um clássico sobre o assunto: Harvey, 1993. Acerca do Movimento e seu rebatimento no Serviço Social ver: Madureira, 1998.

3) Persistirá a Perspectiva de “Psicologização do Social” (recurso à Fenomenologia), sem crescimento significativo;

4) Desenvolver-se-á uma nova Vertente inspirada na Epistemologia Pós-Moderna, cuja ênfase se dará no âmbito local, no fragmento, no cultural;

5) Florescimento de Vertentes Radicais (Irracionalismo, Anticapitalismo Católico, etc), abertamente contrárias à Teorização sistemática e à Pesquisa rigorosa.

Estas tendências não são excludentes e podem se cruzar e se aliar entre si contra outras. Nos últimos anos, percebe-se em todo o Mundo Acadêmico uma expansão muito grande dos Pensadores Pós-Modernos, e isto, com certeza, influenciará o Serviço Social havendo já sinais disso nos Departamentos Acadêmicos das Universidades. Vejamos agora como todo esse processo vem se dando em Natal.

3.1 – O Serviço Social em Natal(RN) no pós-64

Que caminhos tomou o Serviço Social em Natal no Pós-64? Diante de todas as iniciativas que abundaram no Rio Grande do Norte por iniciativa da Igreja, na figura de seus leigos e clérigos, o Serviço Social aproximou-se do Marxismo ou permaneceu no Humanismo Cristão?

Assinalamos no item anterior o Contexto Histórico Brasileiro nas décadas de 60 e 70, época do Regime Militar. Assinalamos anteriormente também o Contexto do Rio Grande do Norte à época do Golpe Militar de 64, bem como apresentamos os três caminhos tomados pelo Serviço Social no Brasil no Pós-64.

No Rio Grande do Norte, como no Brasil, frente a toda a repressão deflagrada, ao Serviço Social, impossibilitado de pensar criticamente, restará a adequação à Perspectiva Técnico-Instrumental Desenvolvimentista, a qual se expressará na modificação do Currículo do Curso de Serviço Social, aprovado conforme o parecer 242/70, de 13 de março de 1970, e homologado pelo Conselho Federal de Educação(CFE). Tal Currículo

busca a formação de um profissional moderno, tecnicamente capaz, neutro e acrítico, apto a responder às exigências do Projeto de Desenvolvimento instaurado no Brasil no Pós-64. É nesse momento que o Serviço Social em Natal rompe com a Formação Católica ainda presente no Currículo anterior.

Passou a ser exigido das agências de formação (...) o rompimento com as características que marcaram o surgimento e a evolução do Serviço Social no Brasil, (...). A profissão moderniza seu caráter missionário, através do *status* de técnico, ao mesmo tempo que, na perspectiva estrutural-funcionalista, moderniza e inova seu instrumental técnico-operativo (Nicolau, 1999, p. 16 e 23).

Desta forma, seguindo a tendência de Modernização proposta pelo CFE e Reforma Universitária, que enfatizam a necessidade de, através de técnicas e planejamento adequado, reformar e melhorar o Ensino, a partir de 1968, a Escola de Serviço Social elabora o Currículo Pleno do Curso e passa a elaborar, a partir daí, Planos Binais de Ação.

O Plano Geral da Escola de Serviço Social de 71-75⁵⁶ se insere na “tentativa de estabelecer uma planificação sistemática do Ensino de Serviço Social, compatível com as exigências profissionais face ao Processo de desenvolvimento”. Sua ênfase no Processo de Formação Profissional do Assistente Social se dá no Planejamento, no conhecimento harmônico do Homem e da Sociedade e no desenvolvimento destes.

O Currículo Pleno implantado na Escola nesse período partiu das Instruções da Reforma Universitária e da Resolução 242/70, que, como já assinalamos, fixou o Currículo Mínimo para o Curso. Neste Currículo, que vigorou durante toda a década de 70, além da introdução da disciplina “Estudos dos Problemas Brasileiros I e II”, estão ainda presentes o “Serviço Social de Caso”, “Grupo” e “Comunidade” (UFRN/ESS, 1971).

⁵⁶ - Dentre os Planos da Escola de Serviço Social consultados, esse era o único que abrangia o período de 5 anos.

Na década de 80, frente a problemas detectados na Formação Profissional, o Departamento de Serviço Social (DESSO) de Natal vai implementando modificações no seu Currículo Pleno⁵⁷. No Plano Departamental 80.2/81.1, o Serviço Social é apresentado como tendo o objetivo de “atuar nas estruturas psico-sociais, visando a participação do homem como sujeito na superação das situações problemas geradas pela estrutura social”(UFRN/DESSO,1980). Neste Currículo, já com modificações, não estão presentes o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade (agora unificados nas disciplinas “Metodologia do Serviço Social I, II e III”) e já se fala na Reforma Curricular proposta pela ABESS, a partir de meados de 70.

De fato, mesmo com a repressão política e o cerceamento das liberdades democráticas e com um currículo amarrado a uma formação técnica, a partir de meados da década de 70, o País começou um Processo de Reorganização das Forças Populares e dos Movimentos Sociais, em que estes passaram a questionar a legitimidade da Ditadura Militar. A partir de então, inicia-se o Processo de “abertura”, que será uma transição lenta e gradual, comandada pelos Militares e que conduziu o Primeiro Civil à Presidência do Brasil, depois de 20 anos⁵⁸.

O Processo de Redemocratização do País, iniciado em finais dos anos 70, trouxe a necessidade de se repensar novamente o Currículo do Curso de Serviço Social. A ABESS, a partir de 1975, começa um Processo de discussão do Projeto Acadêmico e Curricular que resultou na elaboração da Proposta de um Currículo Mínimo, a ser adotado nas Escolas de Serviço Social. Em 1977, na XX Convenção da ABESS, realizada em Belo Horizonte, esperava-se, ao seu final, aprovar essa Proposta.

⁵⁷ - O CFE estabelece um Currículo Mínimo com as matérias básicas que devem ser ministradas no Curso. Caberá a cada Escola ou Departamento, partindo desse Currículo, elaborar o Currículo Pleno, que é o desmembramento das matérias nas disciplinas com suas respectivas ementas, carga horária e programas.

⁵⁸- Em 1985, instaura-se a “Nova República”, tendo como Presidente escolhido, ainda pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves e como Vice José Sarney. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência do Brasil.

Coube às Unidades de Ensino do Nordeste a iniciativa de questionar a elaboração do Currículo na referida Convenção, argumentando que, dada a natureza abrangente da Formação Profissional, tal Proposta deveria se dar fundamentada num estudo sobre a Profissão, buscando compreender as demandas postas ao Serviço Social nesse Novo Contexto da Sociedade Brasileira. Assim sendo, as Escolas concordam quanto à necessidade de uma maior reflexão antes da definição do novo Currículo e, desta forma, as Escolas do Nordeste iniciam, em 1978, uma pesquisa sobre a Prática do Serviço Social, denominada “Pesquisa Nordeste”, que é concluída no início dos anos 80⁵⁹.

A análise do material levantado permitiu apreender um fazer profissional focalista, a-histórico, acrítico, fragmentado, repetitivo. O impacto dos resultados levou as Organizações de Classe e as Escolas de Serviço Social a debaterem a Prática e a Formação Profissional. Em setembro de 1979, durante a XXI Convenção Nacional da ABESS, realizada em Natal, foi concluído e aprovado o novo Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, e, a partir de então, inicia-se a luta pelo seu reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação, o que ocorrerá em 23 de setembro de 1982, através do Parecer 412/82, que estabeleceu dois anos para a sua implantação em todas as Unidades de Ensino (Nicolau, 1999 e UFRN/DESSO, 1984).

Assim sendo, o Currículo Pleno foi implantado no Departamento de Serviço Social de Natal no ano de 1985, após uma série de estudos e debates envolvendo docentes e discentes do referido Departamento, nos quais se avaliou o Currículo anterior e se discutiu a proposta do Currículo Mínimo aprovado em 1982.

Quando o Currículo de 1984 foi implantado a Perspectiva de “Defesa dos Direitos Sociais” assumira progressivamente a hegemonia nas instâncias de Formação Profissional.

⁵⁹ - Pesquisa realizada com representantes das Unidades de Ensino de Serviço Social dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, congregando duas Universidades Católicas (Salvador e Pernambuco), cinco Federais (UFAL, UFPE, UFRN, UFSE, UFPB) e duas Regionais (UERN e UECE). Ver a este respeito Weisshaupt, 1985.

Desta forma, esse Currículo propunha a ruptura com o Serviço Social Tradicional e os paradigmas correspondentes, e, ao mesmo tempo, a interlocução com as fontes originais do Pensamento Marxiano. Nesse período, o debate profissional centrava-se em torno da Assistência Social, dos Movimentos Sociais, das Políticas Sociais e da Questão da história, teoria e metodologia adotadas no Serviço Social (Nicolau, 1999 e UFRN/DESSO, 1984).

Destarte, o Currículo de 1984, apesar de ter sido gestado em plena Ditadura Militar, nasceu da necessidade de se repensar a Profissão frente às modificações da Sociedade Brasileira, notadamente frente ao Processo de Redemocratização Social, do surgimento dos novos Movimentos Sociais e das discussões em torno das Políticas Sociais Brasileiras.

Contudo, logo após a implantação do Currículo, reinicia-se o debate, desta vez em torno da Revolução Tecnológica e da Reorganização da Economia Mundial, da Queda do Socialismo Real, da Globalização, Regionalização dos Mercados e da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Tal Processo, que contou com a participação dos Estados Nacionais, e que, no campo econômico e social, expressou-se através de ajustes fiscais, flexibilização dos direitos trabalhistas e cortes de gastos nas Políticas Sociais, tinha como objetivo assegurar competitividade às Economias Nacionais para o ingresso no Mercado Globalizado. Tal Política, que abrange um leque amplo de medidas econômicas e sociais, passou a ser denominada de “Neoliberalismo”⁶⁰ e, nos Países do Terceiro Mundo, assume uma fase particularmente perversa, se considerarmos que, nesses Países, o “Welfare State” nunca se configurou totalmente (UFRN/DESSO, 2000).

Recessão, desemprego em escala mundial, pauperização crescente, colapso das economias, *déficit* fiscal, exclusão social, enfraquecimento do Estado, são as consequências diretas dessa Política. Por outro lado, verifica-se a explosão urbana,

⁶⁰ - Acerca do Neoliberalismo ver Sader & Gentili (orgs), 1995 e Draibe, 1994.

crescimento do Setor de Serviços e de ONGs, alterações na estrutura familiar, os grupos discriminados socialmente exigindo reconhecimento dos seus direitos sociais.

O Contexto Mundial passava, então, por profundas transformações, e o Brasil, em seu caminho para a Redemocratização, aprovava em 1988 uma nova Constituição. Tal Constituição, elaborada sob constante pressão dos Movimentos Sociais e dos Grupos Discriminados Socialmente (Mulheres, Negros, Criança e Adolescente etc), assegurou uma Carta Magna mais voltada aos Direitos Sociais dos Trabalhadores, Excluídos e Grupos Discriminados.

Todos estes elementos vão exigir a re-construção do Projeto Profissional de Formação do (a) Assistente Social. Deste modo, os (as) Assistentes Sociais, atentos à Nova Conjuntura e participando ativamente dela, percebem a necessidade de se repensar novamente o Currículo recém-adotado. Neste sentido, diante desse Novo Contexto, também passou a fazer parte do novo Currículo preocupações com a preparação dos novos profissionais, que deveriam ser capazes de analisar as relações de Poder, o Papel do Estado, as Políticas Sociais frente ao Processo de Descentralização, Novas Formas de Sociabilidade, bem como torná-los aptos a assessorar Movimentos Sociais e ONGs, coordenar Equipes com vistas a elaborar planejamentos sociais, exercer funções de Coordenação e Direção de Projetos Sociais, etc⁶¹.

Face a todas estas mudanças, as entidades organizativas da Categoria Profissional (ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO e Centros Acadêmicos), em finais dos anos 80 e início dos anos 90, iniciam o processo de discussão das novas respostas que os

⁶¹ - Data de início dos anos 90 a aproximação do Serviço Social com o tema “Gênero”, aparecendo as primeiras produções acerca deste tema na Revista “Serviço Social e Sociedade” e nos Congressos da Categoria. É interessante assinalar que, como o Serviço Social é uma profissão eminentemente prática, suas discussões teóricas vão se dar em função de necessidades trazidas dos seus campos de atuação. Neste sentido, a Constituição de 1988 e as criações dos Conselhos de Direito, nas suas várias áreas de atuação, e das Delegacias especializadas de Mulheres vão fazer o Serviço Social se voltar mais sistematicamente ao estudo de temas específicos, entre eles, a questão de Gênero. O que não significa que a Categoria não já estivesse presente e atuante, como de fato já estava, desde o início do Processo de luta pela redemocratização do País e nas lutas dos grupos sociais discriminados socialmente.

profissionais de Serviço Social devem dar à Sociedade. Essas discussões vão se consolidar no novo Projeto Profissional, que se expressará no novo Código de Ética Profissional (Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993) e na nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93, de 7 de Junho de 1993), bem como na elaboração das Diretrizes Gerais Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em dezembro de 1995, em Recife (UFRN/DESSO, 2000 e ABESS, 1997)⁶².

As Oficinas locais realizadas em Natal, para avaliação do Currículo anterior e discussão das Diretrizes Curriculares para a elaboração do novo Projeto Pedagógico para o Curso de Serviço Social, ocorreram entre abril de 1995 a julho de 1999, período no qual foram realizadas 9(nove) Oficinas, que contaram com a participação de professores, estudantes e Assistentes Sociais.

Entre os problemas detectados nas referidas Oficinas, destacaram-se entre outros: centralidade na discussão estrutural/conjuntural, secundarizando tanto a compreensão dos processos sociais em nível do cotidiano, quanto a sistematização dos dados referentes à realidade da população; fraca articulação entre as diversas disciplinas e a dimensão ético-política da Profissão; fechamento ao diálogo com vertentes teóricas não-marxistas; superposição de conteúdos; rigidez na grade curricular; hierarquização das disciplinas, etc (UFRN/DESSO, 2000).

A nova Proposta Pedagógica, implantada no Curso de Serviço Social de Natal, em 2000, tenta superar esses problemas através do diálogo com diversas Vertentes Teórico-

⁶² - Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200(duzentas) Oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) Oficinas regionais e duas nacionais (ABESS, 1997).

Metodológicas, através dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional,⁶³ bem como das Disciplinas Optativas e Complementares.

Além disso, a referida Proposta explicita seu compromisso com o Projeto Ético-Político da Profissão expresso no Código de Ética de 1993, defendendo que a Perspectiva Marxista é a que “possibilita o real desvelamento das relações sociais capitalistas em seu movimento dialético”, conquanto, ao mesmo tempo, defenda a necessidade do pluralismo e do debate no seio profissional.

(...) A formação profissional desenvolve-se num contexto de lutas e embates entre projetos profissionais e sociais diversos. Neste sentido, a direção social com o ponto de vista de classe, tal como assumida neste projeto, é conquista ideológica e política construída no debate cotidiano entre diferentes projetos. ‘Direção Social é, portanto, conquista ideopolítica (...) direção e hegemonia na pluralidade, alimentando-se da diversidade, estabelecendo-se alianças claramente explicitadas em torno de pilares básicos’(UFRN/DESSO, 2000, p. 10).

É importante ressaltar que, no ano de 2000, também se deu a implantação do Mestrado em Serviço Social, na UFRN. Do nosso ponto de vista, o funcionamento regular de um Curso de Pós-Graduação, a partir da estruturação dos Núcleos de Pesquisa e do contato sistemático com outras Pós-Graduações, possibilita um maior aprofundamento das questões, um maior conhecimento da Realidade local e um maior incentivo à produção científica, trazendo, portanto, novas discussões e debates para o âmbito do Departamento de Serviço Social da UFRN.

Assim sendo, o Serviço Social em Natal hoje é resultado do processo de discussão e amadurecimento da Profissão ao longo desses anos. Um aprendizado que obrigou o

⁶³ - As matérias e disciplinas foram organizadas dentro de Núcleos, nos quais ressaltam-se sua interdependência e não-hierarquização. Os Núcleos são os seguintes: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Para maiores detalhes ver ABESS, 1997 e UFRN/DESSO, 2000.

Serviço Social a estar mais atento à Realidade local, a colocar-se ao/do lado da população com quem trabalha, a descobrir a importância do debate e das discussões e a abrir-se a contribuições de Perspectivas Teóricas diversas.

Desta forma, o Serviço Social em Natal, atualmente, pelo menos em sua Agência Formadora e no Conselho Regional de Serviço Social, continua defendendo o Projeto Ético-Político da Profissão e se esforçando para que, cada vez mais, os profissionais somem com este Projeto e o defendam no seu cotidiano profissional. Como o Serviço Social hoje é um bloco profundamente heterogêneo, fica a questão de como ele se desenvolverá nos próximos anos e, principalmente, o que representa o Serviço Social, neste momento, para os profissionais em Natal? Será que tal representação se nutre no Serviço Social Tradicional e, neste sentido, remete a Valores como ajuda, apoio, amor, serviço? Ou avançou na Perspectiva de “Defesa de Direitos Sociais”, e hoje significa direitos, cidadania, eqüidade, democracia? Será que há alguma influência da Perspectiva de “Psicologização do Social”? Será que ainda está em transição e alguns Valores Tradicionais se misturam com os mais novos? Será que há relação da Representação sobre o “Ser Mulher” com a Representação sobre o Serviço Social?

Na verdade, toda a história do Serviço Social encontra-se marcada pela presença feminina e ainda hoje é assim. O nome “Serviço Social” remete à Figura Feminina e a Figura Feminina remete a determinadas profissões – e entre elas o Serviço Social - que têm características ditas femininas, a saber: docura, sensibilidade, delicadeza, atenção, apoio, etc. Neste sentido, a história das Mulheres tem sido ter sua figura associada à subalternidade e ao serviço.

Já se começa a sentir entre nós a necessidade dessa carreira feminina em que ninguém disputará à mulher esses postos, que mesmo sendo postos de comando, são sobretudo, postos de serviço (Iamamoto, 1983, p. 188, citando pronunciamento feito na 1^a semana de Ação Social no Rio de Janeiro em 1936).

Desta forma, desde que o mundo tornou-se patriarcal, ser Mulher tem significado ter que estar sujeita às regras dos Homens, e, neste sentido, toda a Cultura Ocidental, alicerçada sobre valores greco-judaico-cristãos, foi formada no mais puro Patriarcalismo e somente com muita luta – que ainda está em Curso – começou-se a mudar valores que associam subalternidade, submissão, dependência, inferioridade etc às Mulheres.

Por este motivo, necessário se faz conhecermos um pouco da história das Representações feitas sobre as mulheres no Mundo Ocidental e, posteriormente, tentar descobrir o que há ainda de tradicional e de novo nessas Representações. É disso que trataremos a seguir, pois, somente desta forma, poderemos analisar mais adequadamente as Representações Sociais dos (as) Assistentes Sociais, sujeitos de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 2:

Gênero e Trabalho: uma discussão superada?



Diferenças - Bastille - Paris - 1997

Foto: Vilma Vitor Cruz

Eu não creio que haja qualidades, valores nos modos de vida especificamente femininos: isto será admitir a existência de uma natureza feminina, é aderir a um mito inventado pelos homens para colocar as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata, para as mulheres, de se afirmar como mulheres, mas de se tornar seres humanos por inteiro (Simone de Beauvoir).

1 – O Pensamento Ocidental Judaico-Cristão acerca das Mulheres

Para compreendermos como se constrói histórico-socialmente a “identidade feminina”, é necessário adentrarmos inicialmente à discussão acerca da relação do gênero humano com a realidade e, nesta, tentar compreender a atribuição de significações que é própria dessa relação.

Os homens e as mulheres ao entrarem em contato com a realidade, na tentativa de compreendê-la e apreendê-la, atribuem-lhe significações. Para atribuir significação, tanto aqueles quanto estas necessitam dos símbolos; não há como suprimi-los. Podemos ainda ir mais além e afirmar que não existe “realidade” sem significação, logo não existe realidade sem dimensão simbólica. Linguagem, imagens e símbolos dão inteligibilidade ao Real, logo são também o próprio Real. Bourdieu (2001) assinala que é preciso romper com a dicotomia entre a Representação e o Real como coisas separadas e incluir neste a sua representação.

Contudo, apesar de concordarmos que não existe Real sem representação e que a Representação é, num certo sentido, o próprio Real, não concordamos com a “mistura” dos dois conceitos. Neste sentido, entendemos que, apesar da interpenetração de ambos, é necessário distingui-los, a fim de manter o rigor acadêmico e não confundirmos as Representações sobre a Realidade com a própria Realidade (acerca do nosso posicionamento a este respeito, ver o Apêndice).

Feita esta distinção, faz-se necessário compreender que uma Sociedade só existe pela instauração de um espaço de representações compartilhadas por todos os seus membros. É necessária a postulação de fins, de normas e valores que regulem e orientem a

vida. Desta forma, é através dos vários discursos – religioso, científico, político, estético etc – que a Sociedade se torna inteligível. Assim sendo, “*a existência, portanto a realidade social para os indivíduos, é sempre a articulação do material e do simbólico num certo momento histórico*” (Costa, J. B., 1998, p, 69).

Neste trabalho, buscamos compreender as relações entre as significações do Assistente Social acerca do “Ser Mulher”, do Serviço Social e da *subalternidade profissional*. Para isso, inicialmente é necessário compreender as significações sociais acerca do “Ser Mulher”. Recuaremos, então, no tempo e buscaremos nossas raízes e os valores que formaram a Civilização Ocidental Cristã. Vamos nos reportar às representações acerca das Mulheres na Grécia Antiga e na Sociedade Judaica, Bases de nossa Formação.

Na Sociedade Antiga, especificamente na Grécia, a Moral Sexual se dirigia à conduta dos Homens, uma vez que as Mulheres tinham uma vida cheia de restrições. Eram consideradas objetos ou no máximo como “parceiras” do Homem, mas numa posição inferior, pois estes deviam formá-las, educá-las e vigiá-las, enquanto as tinham sob seu poder. Por outro lado, era preciso abster-se delas quando estavam sob o poder de outro Homem (pai, marido, tutor) (Foucault, 1998). Como objetos, não importava o que desejavam ou o que sentiam, cabia-lhes somente satisfazer a vontade e os desejos dos Homens. “*As cortesãs, nós a temos para o prazer, as concubinas para os cuidados de todo dia; as esposas, para ter uma descendência legítima e uma fiel guardiã do lar*” (Foucault citando Demóstenes: 1998, p. 129).

Este era o papel destinado socialmente à esposa na Sociedade Antiga: dar descendência *legítima*. Para assegurar essa legitimidade, necessário se fazia mantê-la submissa, obediente e principalmente fiel. Já ao homem, se aconselhava fidelidade somente para mostrar a sua superioridade sobre seus desejos, como forma de dar provas de

domínio de si⁶⁴. Destarte, a fidelidade do marido é bem diferente da *exclusividade sexual exigida da mulher*, baseada na necessidade de ter a certeza da paternidade dos filhos. Assim, a “fidelidade” do marido poderia ser somente aparente, o importante para a Sociedade da época e para as próprias esposas era assegurar a elas o seu posto de esposa, nos seus privilégios e na sua posição de respeito. Nesse sentido, há também uma relação de poder exercida na relação esposas/cortesãs, na qual, as primeiras detêm o respeito da Sociedade, desde que se mantenham obedientes e castas, não lhes cabendo, inclusive, o prazer sexual. Já as segundas, mesmo sem o respeito da Sociedade, por vezes, utilizam a sexualidade como forma de exercer poder sobre os Homens. Isto significa, como afirma Foucault, que não há aqueles que não exerçam poder nenhum, não há vazios de poder, o poder circula.

Mesmo que o poder seja exercido em todos os níveis e relações, isto não significa que não existam pólos dominantes e pólos dominados. A Moral da época, baseada em Aristóteles, afirmava que ao Homem cabia mandar e à Mulher obedecer, pois aquele era o elemento ativo, dominante em todos os sentidos. Afirmava-se que na relação sexual o Homem é quem determina, regula, atiça, domina o prazer da Mulher. É ele também o responsável pela saúde dos órgãos femininos, pois a penetração e a absorção do esperma são a chave para o equilíbrio do corpo da Mulher (Foucault, 1998).

De uma forma geral, a atividade sexual é vista como natural e necessária, mas a “medicina” da época vai aconselhar moderação principalmente nos meses mais quentes, pois não fazia bem ao corpo perder líquidos e secreções nesse período (Foucault, 1998). Apesar dos conselhos, não há uma codificação geral da vida matrimonial. Isto só será realizado pelo Cristianismo, que dará uma forma universal, um valor imperativo e o apoio de um sistema institucional às normas defendidas pela Igreja. Há, contudo, uma relação de

⁶⁴ - Aliás, esse é um tema recorrente nos escritos gregos. O que se condena é a falta de domínio de si, o entregar-se aos prazeres, sem conseguir lhes opor resistência.

continuidade e de ruptura entre a Moral da Antiguidade e a do Cristianismo⁶⁵. Será Santo Agostinho e posteriormente São Tomás de Aquino que farão a unificação doutrinal desses preceitos, adaptando-os ao Cristianismo e juntando, nesta codificação, os valores gregos, romanos e judaicos.

Da Concepção Judaica, aprendemos que temos um Deus-Criador. Ou seja, apesar de ser espírito, Deus é associado à figura masculina. Ivone Gebara (1991, p. 35) mostra que a Sociedade do povo hebreu era eminentemente patriarcal e, consequentemente, a imagem de seu Deus correspondia à sua organização social.

De vez em quando alguém destoava do grupo e passava a chamar Deus de mãe, de Terra-mãe, de sabedoria infinita, de Mistério da Vida. Mas todos esses nomes e ‘jeitos’ diferentes de chamar Deus não eram muito freqüentes. Isso porque toda a organização política, social e religiosa desse povo repousava sobre os pais-chefes e, portanto, Deus tinha que continuar sendo o Grande Pai para que se pudesse manter a estabilidade social e religiosa do grupo.

Associar a figura de Deus ao masculino significou um distanciamento da Mulher do Divino. Uma Mulher só pode se identificar com Deus através da negação de sua própria identidade. Ser Mulher passou a significar estar mais propensa ao mal, mais suscetível às ciladas do demônio.

É neste contexto de Sociedade Patriarcal que se insere a narrativa da criação da Mulher depois do Homem e a partir dele (da costela), e o mito judaico do pecado original, no qual a Mulher se torna responsável pelo pecado e sofrimento da Humanidade.

Para a mulher ele disse: ‘Multiplicarei os sofrimentos de tua gravidez. Entre dores darás à luz os filhos, a paixão arrastar-te-á para o marido e *ele te dominará*’. Para o homem ele disse: *Porque ouviste a voz da mulher* e comeste da árvore, cujo fruto te proibi comer, *amaldiçoada será a terra por tua causa*. Com fadiga tirarás dela o alimento durante toda a vida. Produzirás para ti espinhos e abrolhos e tu comerás das ervas do campo. Comerás o

⁶⁵ - A continuidade se dará na continuação da dominação masculina, já em relação ao Homossexualismo, os gregos e romanos eram bem mais tolerantes (Foucault, 1998).

pão com suor do teu rosto, até voltares à terra, donde foste tirado. Pois tu és pó e ao pó hás de voltar' (Bíblia - Gênesis, 3: 16-19)(grifos nossos).

A Mulher se torna, assim, responsável por suas próprias dores, pelo sofrimento de toda a Humanidade e pela morte do gênero humano. Por conseguinte, o Processo de Cristianização, que tem suas bases alicerçadas no Judaísmo, alimentou também esse processo crescente de afastamento da participação da Mulher na intermediação com o Divino, principalmente com o predomínio da visão de Paulo na Igreja Cristã nascente, o qual teve formação Judaica (Ortega, 1985 e Gebara, 1991 e 1994).

Assim, temos, nas Cartas de São Paulo, as seguintes afirmações:

Não permito que a mulher ensine nem se arogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir e sim a mulher que, enganada, incorreu em transgressão (Bíblia - 1^a Carta de São Paulo a Timóteo, 2 : 12-14).

Mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça da sua esposa, assim como Cristo, salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo a seus maridos (Bíblia - Carta de São Paulo aos Efésios, 5: 22-24)

Posteriormente, a partir do século IV, com o domínio espiritual da Igreja sobre o Mundo Ocidental conhecido, os padres da Igreja, seus doutores, ou mesmo os manuais da Inquisição vão sempre estar baseados na concepção Vétero-testamentária, ou seja, na Concepção Judaica do Mundo. Vejamos alguns exemplos que mostram a Moral da época:

A maldade da mulher é tratada em Eclesiasticus XXV: “(...) Eu prefiro viver com um leão e um dragão do que manter casa com uma mulher(...)”. Por este motivo, S. João Crisóstomo afirma, no texto, “Não é bom se casar: o que mais é a mulher além de uma inimiga da amizade, uma inescapável punição, um mal necessário, uma tentação natural, uma

calamidade desejada, um perigo doméstico, um mal da natureza, pintada com cores suave”(Malleus maleficarum)⁶⁶.

Tu deverás usar sempre o luto, cobrir-te de farrapos e machucar-te pela penitência a fim de reparares o erro de teres feito com que o gênero humano se perdesse... Mulher, tu és a porta do diabo(Tertuliano)⁶⁷.

Assim, para Santo Agostinho, os Homens refletem o Espírito de Deus no corpo e na alma. A Mulher, diferentemente, possui reflexos de Deus apenas na alma, pois seu corpo constitui obstáculo ao exercício da razão. Para São Tomás, a Mulher foi criada mais imperfeita do que o Homem mesmo no que toca à sua alma (Pitanguy, 1985 e Foucault, 1998). Graciano, no século XII, principal fonte jurídica do Direito Canônico *até nossos dias*, baseando-se em Santo Agostinho e Santo Ambrósio, chega à conclusão de que Deus, ao criar primeiramente o varão, imprimiu somente nele a sua imagem. Dessa forma, a Mulher não foi feita à imagem de Deus (Boff, 1996).

Essa visão teológico-machista permaneceu durante toda a Idade Média, período em que houve o domínio espiritual da Igreja sobre todos os campos. Mesmo ao chegar ao Renascimento, no contexto das descobertas científicas, a Sociedade continuava presa a preconceitos medievais cristãos. Nesse novo contexto de nascimento das Ciências, percebe-se o jogo de poder entre os sexos, particularmente através da relação entre a medicina – prática masculina - e as curandeiras.

A medicina nascente da época⁶⁸, preocupada em se legitimar e deslegitimar as mulheres - que cuidavam da gestação, parto, alívio de doenças e sintomas através de porções e ervas -, ratifica o Pensamento Cristão acerca das Mulheres e da sexualidade, reforçando a idéia de que o saber da curandeira era perigoso. Tal postura vai legitimar a caça às bruxas.

⁶⁶ - Escrito da Inquisição, citado por Jacqueline Pitanguy, 1985, p. 31.

⁶⁷ - Ibidem.

⁶⁸ - Note que a prática de administrar ervas e poções é antiga, mas a medicina, como instituição científica, se inscreve também no quadro de modificações e descobertas científicas a partir do Renascimento.

A capacidade das Mulheres de prepararem poções e ervas que aliviassem as doenças e, por vezes, propiciassem a cura, passou a ser associada, naquele período, à sua capacidade natural de associação com o demônio, logo à bruxaria. Diante da figura da Mulher, que o Imaginário Católico considerava maléfica e propensa ao mal, foi relativamente fácil ao Imaginário da época, estabelecer a caça às bruxas e, neste sentido, ao sexo feminino.

O escrito da Inquisição *Malleus maleficarum* afirma: “*se hoje queimamos as mulheres é por causa de seu sexo*” pois, “*existe um defeito na formação da primeira mulher, (...) ela é assim um ser vivo imperfeito, sempre enganador*” (Pitanguy, 1985, p. 33).

Noutro texto, posterior, mas que exprime a permanência da mesma mentalidade temos: “*como o intento do demônio é fazer na terra todo o mal que pode, por isso conserva as mulheres, porque elas são de todo o mal o instrumento* (Antonio da Silva, Sermões da Tarde de Domingo da Quaresma, Pernambuco, 1763. In: Del Priore, 1995, p. 114).

Com a legitimação do Saber Científico como o conhecimento verdadeiro e legítimo, este passa a ser espaço próprio dos Homens, o que leva a medicina – forma moderna de curar – a tornar-se uma profissão masculina. Neste sentido, passa-se a negar às Mulheres a capacidade de curar. Por isso, até muito recentemente, muitos associavam as Mulheres que se dedicam à saúde a algo não científico, algo que tem *um status de segunda classe*. Já a “medicina científica” é associada aos Homens:

Embora a cura estivesse associada a mulheres durante milênios, os séculos recentes relegaram as curandeiras femininas um status de segunda classe. Apenas muito recentemente, fomos capazes de quebrar a idéia de que todos os médicos são homens e *todas as enfermeiras são mulheres* (Zweig, 1994, p. 303, grifos nossos).

A Mulher, vista como “naturalmente” má e enganadora, deveria ser controlada, vigiada, mantida submissa⁶⁹. Assim, a masturbação feminina no século XIX foi alvo de medidas drásticas, com o respaldo do saber médico.

No fim do século XIX, (...), as grandes operações cirúrgicas tiveram as meninas por objeto. Eram verdadeiros suplícios: a cauterização clitoriana com ferro em brasa era, senão corrente, ao menos relativamente freqüente na época. Via-se, na masturbação algo dramático (Foucault, 1999, p. 266).

Esse contexto de nascimento e consolidação do Saber Científico - desde o Renascimento até o século XIX - vai significar o progressivo rompimento com a explicação teológica do Mundo, predominante na Idade Média. O Mundo e o Universo, que eram explicados a partir de Deus e da Bíblia, passam, pouco a pouco, a ser explicados a partir de métodos racionais - experimentação, observações, teorias e demonstrações científicas. Esse processo foi chamado por Mircea Eliade (1956) de “dessacralização do mundo” - o Homem torna-se o senhor da explicação e substitui Deus e o sagrado por explicações científicas; e, por Weber, de “desencantamento do mundo” – as explicações racionais substituem as explicações mágicas⁷⁰.

Este, contudo, foi um processo lento e gradual e, no Brasil, país que teve seu Processo de Colonização com base na Religião Católica, essas modificações se deram mais lentamente ainda, pois a Família Patriarcal Brasileira, que se tornou modelo dominante com o Ciclo da Cana de Açúcar no Nordeste Brasileiro, resistiu, durante muito tempo, às mudanças trazidas pela Modernidade⁷¹.

O Modelo de Família Patriarcal dominante na Elite do Nordeste Brasileiro enfatiza a autoridade máxima do pai de família sobre todos os outros membros familiares, poder

⁶⁹ - Teremos ao longo da história humana, arquétipos de mulheres que significam o lado “negativo” da mulher: Eva – tentação e queda; Afrodite – tentação e sedução; Pandora – curiosidade, ousadia, castigo. É interessante assinalar que o comportamento “desviado” dessas mulheres traz sempre como consequência desgraças para o gênero humano.

⁷⁰ - A este respeito conferir: Eliade (1956), Touraine (1995), Marx e Engels (s/d), Berman (1986), Boff (1982) e Weber (1983).

⁷¹ - A família nuclear burguesa como a conhecemos hoje só surge no século XVII, na Europa.

total, incontestável⁷². Tal poder se estendia a parentes e agregados, pois as famílias eram, na verdade, extensos clãs que serviam para legitimar e garantir o poder de seu chefe. Os casamentos, via de regra, visavam a unir famílias importantes e contavam com controle da sexualidade e regulação da procriação com vistas à questão da herança e sucessão. Tal organização, entretanto, contrastava com a organização familiar plebéia, na qual predominava mancebia, ligação transitória e poliandria difusa (Osterne, 2001).

A estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata do Brasil colonial – associada a outras condições, tais como descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional - determinou a instalação de uma sociedade paternalista, na qual as relações de natureza pessoal se tornaram deveras importantes (Osterne, 2001, p.60).

Assim, características específicas da nossa Sociedade farão dos Homens das Classes Dominantes não só o chefe da família, mas também o patriarca, o coronel, o dono do poder econômico e político. Este era o tipo de família existente no Brasil entre os séculos XVI e XIX, que convivia, como já assinalamos, com as diversas formas de organização familiar plebéia.

Deste modo, apesar da existência de diversas formas de organização familiar, aquela que se torna o modelo para a Sociedade Brasileira é a forma adotada pelas Classes Dominantes, tornada assim pela força do poder econômico e político daqueles que adotavam tal forma de organização. Assinalemos também, a este respeito, que a forma de vida das Elites, sempre exerceu fascínio nas Classes Dominadas, que, por vezes, imitam e mesclam tal estilo de vida com seus próprios costumes e hábitos⁷³. Portanto, toda a

⁷² - O Modelo Familiar Brasileiro, desse período, compreende uma família bem mais extensa que os moldes atuais. A família compreendia pai, mãe, filhos, e agregados em geral (afilhados, primos, sobrinhos etc, qualquer um que morasse na casa grande sob a autoridade do homem).

⁷³ - A este respeito, Bourdieu apresenta considerações interessantes acerca da relação entre os gostos e estilos de vida de pessoas de classes sociais diferentes na Sociedade Contemporânea Francesa,

Formação Social Brasileira, que tinha como modelo dominante a forma de organização familiar adotada pelas Elites, deriva daí.

As produções literárias da época demonstram o papel que cabia à Mulher neste Modelo⁷⁴.

Em 1724 (séc. XVIII), Arceniaga escreve:

(...) deve estar sujeita ao seu marido(...) deve reverenciar-lhe, querer-lhe, obsequiar-lhe. Deve inclinar-se ao séquito da virtude e com seu exemplo e paciência ganhá-lo para Deus. Não deve fazer alguma coisa sem o seu conselho. Deve abster-se de pompas e gastos supérfluos e usar de vestido honesto (...) deve instruir e educar seus filhos cristãmente, cuidar com diligência das coisas da casa, não sair dela sem permissão de seu marido, cujo amor deve ser superior a todos, depois de Deus (p. 122).

Neste sentido, o controle sobre a vida da Mulher era total. Um escrito, de autor anônimo, que circulava pelas feiras da época, se dá ao trabalho de enumerar as proibições exigidas das Mulheres. Era proibido a estas:

Estar à janela cheia de bisuntos, levantar os fatos quando não há lamas, levantar a voz entoando falsete, por ostentar melindre; tingir o sobrolho com certo ingrediente e fazer o mesmo à cara com tintas brancas e vermelhas, trazer boas meias e fingir um descuido para as mostrar, rir de manso por esconder a podridão ou falta de dentes e comer mal para vestir bem (p.119).

Em 1782, o mesmo Arceniaga escreve: “*Quando o marido a corrigir de alguma forma, mostre-se agradecida a seu bom afeto e receba a correção com humildade*”.

Ainda em 1789, Azeredo Coutinho, defendendo a importância da Mulher para a paz e o crescimento da Nação, escreve: “*Elas têm uma casa que governar, um marido que*

mostrando a admiração/imitação/rejeição das classes populares pelos gostos mais “sofisticados” das classes dominantes. Ver Bourdieu, Gostos de classes e estilos de vida, 1994.

⁷⁴ Os trechos seguintes foram retirados de Del Priore, 1995.

fazer feliz e filhos que educar na virtude”(p.112). Ou seja, a vida das Mulheres era em função da casa, marido e filhos não lhes cabendo vida própria.

Com a chegada da Família Real ao Brasil, o Modelo de Família Patriarcal Brasileiro vai sofrer modificações trazidas pela nova realidade de maior desenvolvimento urbano e costumes europeus. Soma-se posteriormente a isso a Realidade Urbana, a Industrialização, o Fim da Escravidão e a Influência do Modelo de Família Nuclear Burguês trazido da Europa. Contudo, o Modelo Familiar adotado, baseado agora somente no pai, mãe e filhos, não interfere na sua Matriz Patriarcal, ou seja, o novo Modelo incorporou o Patriarcalismo em vez de derrubá-lo. Assim, permanece a repressão à sexualidade feminina, o poder do Homem sobre a Mulher e os filhos, a intolerância com o adultério feminino ao lado da tolerância com o adultério masculino e a prostituição.

Ainda hoje, apesar do Movimento Feminista, do ingresso da Mulher nas Escolas e no Mercado de Trabalho e modificações crescentes nas relações familiares, permanece, predominantemente, o modelo no qual cabe ao Homem a última palavra, mesmo no que se refere a decisões domésticas e à educação dos filhos – funções tradicionalmente destinadas a coordenação das Mulheres, mas que não lhes confere poder de mando e decisão nem nestes aspectos⁷⁵.

Apesar disto, muitas modificações se deram e tais modificações têm sua gestação inicial com o ingresso das Mulheres no Mercado de Trabalho e o desenvolvimento do Movimento Feminista. Trataremos disso a seguir.

⁷⁵ - “O papel da Mulher eu acredito que seja cuidar bem do esposo e do filho, procurar ser paciente”. “O papel da Mulher é respeitar o marido, não andar com chafurdo no meio da rua (...) Quem manda nessa família é meu marido. Por exemplo, eu compro as coisas, só que quando ele chegar eu vou e falo, agora..., se ele não concordar eu vou e devolvo” (trechos de entrevistas In: Osterne, 2001, p. 215 - 216).

1.1 – O Movimento Feminista

Na Modernidade, a Revolução Francesa é o marco inicial na luta pelos direitos humanos e foi nela que surgiu o primeiro exemplo de um Movimento de Mulheres. Dela, as Mulheres participaram ativamente na luta contra a Aristocracia. Contudo a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) fala apenas no Homem genérico e, por isso, enfrentou a resistência de uma mulher: Olympe de Gouges. Ela afirmava que a Declaração não atendia às necessidades das Mulheres, pois assegurava somente os direitos de Homens. Desta forma, em 1791 publicou uma Declaração de Direitos das Mulheres. Entretanto, na França de 1793, ela foi julgada e guilhotinada e todas as mulheres proibidas de exercerem atividade política (Gaarder, 1995)⁷⁶.

Contudo, a Modernidade, ao mesmo tempo que propiciou o surgimento de Movimentos Sociais que possibilitaram o questionamento e a queda de preconceitos históricos contra as Mulheres, se estruturou alicerçada no Pensamento Cristão, o que estabeleceu a permanência de inúmeras contradições em seu interior.

Essas contradições no interior da Modernidade estabeleceram o que comumente chamamos de “machismo”. Este é aqui compreendido como uma “*forma de organização social e de exercício de poder e dominação masculina, onde as mulheres existem como sujeitos com alguns direitos e na qual têm espaços de autonomia, mas também vulnerabilidade*” (Barbieri, 1993, p.14).

Posteriormente em Manchester, em 1865, formou-se o primeiro Grupo de Mulheres dispostas a lutar pelo direito de voto. Deste modo, o Movimento Feminista⁷⁷ inicialmente

⁷⁶ - Após 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a ONU promulgou a Declaração dos Direitos Humanos desde uma Perspectiva de Gênero, reconhecendo a luta de Olympe de Gouges.

⁷⁷ - “O feminismo, de acordo com o dicionário, é a teoria da igualdade política, econômica e social dos sexos e organizativamente como a mobilização necessária para eliminar as restrições que discriminam as mulheres. Na verdade o feminismo não é um substantivo cujas propriedades se possam

se articulou e lutou por sufrágio universal. Contudo, foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial que o Movimento Feminista deixa de ser algo de pequenos grupos e ganha um grande número de adeptas. Isto foi possível graças à incorporação maciça das Mulheres aos postos de trabalho e à Sociedade, na substituição dos Homens - que estavam na Guerra.

O período entre guerras, e também após a Segunda Guerra, vai significar um retorno das Mulheres aos lares, incentivadas e estimuladas pelo Poder Público, pelas ciências da época e pressão dos maridos, que, ao voltarem da Guerra, não desejavam Mulheres diferentes das que haviam deixado, nem tampouco desejavam nenhuma grande modificação em suas vidas. Assim, após as duas Guerras mundiais, houve um estímulo para a volta das Mulheres aos lares e um refluxo destas do espaço público.

O Pós-Guerra significou também uma maior ênfase à necessidade da heterossexualidade e procriação (necessária para suprir as perdas da Guerra, desde que, no espaço “sagrado” do casamento). Neste sentido, a década de 20 assiste a uma valorização crescente do discurso dos higienistas e dos psicólogos behavioristas, que, baseados em uma determinada Concepção de Cientificidade, adotam o Conceito de Normalidade e Equilíbrio no Lar ancorado na Figura Feminina.

Para se ter uma idéia, Lewis Terman e colaboradores elaboraram medidas quantificáveis de “masculinidade” e “feminilidade”, que, afirmavam eles, eram qualidades reais e cientificamente verificáveis numa escala que ia da normalidade ao desvio. Desta forma, estabeleceu-se “cientificamente” que o trabalho remunerado era local convencionalmente masculino e a capacidade de um homem sustentar financeiramente sua mulher e os filhos era um importante componente da masculinidade. A Mulher, insensibilizada ou endurecida pela vida profissional, acabaria por repelir os homens e

definir de forma exata e definitiva. O termo indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o feminismo é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (Ergas, 1991, p. 588).

terminaria trazendo desequilíbrio ao lar, portanto era preferível que elas permanecessem em seus lares, cuidando do equilíbrio deste. Partindo desta concepção, a explicação para as causas de qualquer problema familiar mais sério deveria ser buscada na Mulher, mãe da família, que provavelmente não estava cumprindo suas funções como deveria (Cott, 1991).

A insistência da Psicologia e Ciências Sociais em evitar especulações metafísicas ou filosóficas e ater-se a descobertas experimentais e empíricas não deixava espaço para qualquer opinião crítica reconhecida. À medida que se baseavam inteiramente na observação e em convenções inteiramente sociais, as Ciências da época tinham tendência a se limitarem à ordem sexual já existente e, por conseguinte, a confirmá-la.

Ainda somavam-se a isto os especialistas em Economia Doméstica e publicitários afirmando que, se as Mulheres cuidassem convenientemente do seu lar, contribuiriam para o conforto e ajustamento dos seus entes queridos. Desta forma, o Conceito de Normalidade passa a ser amplamente aceito e constroem-se testes estandardizados para avaliar crianças e adultos. Tal Conceito reforçava a necessidade da Mulher no espaço privado, cuidando dos filhos e marido, e do homem no espaço público, sustentando e provendo as necessidades da família (Cott, 1991).

Assim, da mesma forma que a década de 20 - em virtude da Guerra e da necessidade de facilitar o Movimento das Mulheres e de libertar seu corpo para o trabalho público - assistiu ao surgimento da figura feminina mais despojada e simples (saias mais curtas e simples, abandono dos espartilhos, cabelos curtos), a década de 30 trouxe uma revalorização da Figura da Dona de Casa, guardiã do equilíbrio do lar.

Outro elemento veio se somar, como argumento, para os que desejavam a volta das Mulheres ao lar: a Crise Econômica Mundial de 1929 e a situação de desemprego crescente. Para diversos especialistas da época, o desemprego tinha sua causa no fato das Mulheres terem deixado seus lares para irem trabalhar e, desta forma, terem ocupado os

empregos que outrora era somente dos Homens. “*Em todos os países se imputa igualmente o crescimento do desemprego masculino à progressão do trabalho feminino*” (Lagrange, 1991, p. 516)

Ora, nos anos 20, as Ciências Sociais, a Psicologia, a Economia Doméstica, a Medicina, embora não fossem monolíticas, apresentavam uma frente unida baseada na convicção de que os seus saberes eram cruciais para o estabelecimento de uma ordem social mais justa, equilibrada, estável, eficaz (Cott, 1991). Assim, o apoio da Igreja e de Setores Conservadores da Sociedade aos estudos científicos que mostravam a importância da volta da mulher ao lar, foi fundamental para o êxito desta forma de pensar à época.

Fortalecida com o apoio da Igreja, uma política familiarista toma como alvo privilegiado o trabalho das mulheres, e especialmente o das mulheres casadas. Desse trabalho nasce todo mal, a ele é imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos. Trata-se de uma luta cerrada e em dois registros simultâneos. Um radical e repressivo: a proibição pura e simples; o outro educativo e político: a revalorização do trabalho doméstico (Lagrange, 1991, p. 508)

A solução, portanto, foi criar medidas para incentivar as mulheres a voltarem a seus lares. E sem dúvida foi isso que foi feito. Em Portugal, no ano de 1935, foi proibida a contratação de qualquer mulher em qualquer setor onde houvesse um homem inscrito na lista dos desempregados. Na Alemanha, também em 1935, concedem-se empréstimos matrimoniais às noivas que deixem seu emprego e, em 1937, proíbe-se mulheres casadas nos empregos administrativos. Na Holanda, as professoras primárias casadas são convidadas a deixarem a escola. Na França, Alemanha, Inglaterra e Holanda cortam-se os subsídios de desemprego às mulheres casadas que estão sem trabalho. Motivo? Elas podem ser sustentadas pelos seus maridos! (Lagrange, 1991).

Apesar de todas estas medidas, será difícil fazer as Mulheres voltarem ao que eram: a Guerra tinha lhes permitido perceber que podiam dar conta de suas vidas sozinhas e isto, não pôde ser apagado. Contudo, no Pós-Guerra, assistiu-se, sem dúvida, a uma redução do número de Mulheres no Mercado de Trabalho. As Mulheres de então trabalhavam até casarem-se ou no máximo até o primeiro filho, pois a elas cabia o equilíbrio do lar⁷⁸.

A 2^a Guerra Mundial dará um novo impulso ao Movimento Feminista, que cresceu significativamente nesse período, conquanto se possa assinalar a década de 60 como o período de ressurgimento dos Movimentos Sociais em geral. Este foi o período dos questionamentos a todas as formas de controle, os quais se expressaram de diferentes formas em campos diversos: como contestação a comportamentos considerados antiquados e conservadores teve-se o movimento *hippie*, a geração paz e amor e a defesa do sexo e drogas livres; como questionamento ao poder masculino sobre o corpo das Mulheres, recorde-se das minissaia e das queimas de *soutiens*; como reflexo dessa inquietação social no mundo científico, tem-se a invenção da pílula anticoncepcional e, como consequência disto, a dissociação sexo-reprodução; no campo político-ideológico, é a época da geração de 68, das grandes movimentações estudantis e do ressurgimento dos Movimentos Sociais em geral. O Movimento Feminista, portanto, à semelhança dos demais, terá seu ápice nas décadas de 60 e 70.

É, portanto, desse período uma grande variedade de fenômenos que expressaram a rejeição das Mulheres feministas ao modelo tradicional de Mulher, a saber: mulheres americanas, no Cemitério Nacional de Arlington, enterraram “a feminilidade tradicional”, posteriormente coroaram um carneiro como a “Miss América” e colocaram num “caixote do lixo da liberdade” *soutiens*, cintas e pestanas postiças, símbolos da opressão à mulher. Na França, as mulheres depuseram uma grinalda dedicada “à mulher desconhecida do

⁷⁸ - Ainda hoje, quando não se tem com quem deixar o filho, é “natural” que seja a mulher que deixe de trabalhar.

soldado desconhecido". Cresciam em todo mundo as manifestações maciças, exigindo mudanças na legislação que se concretizaram em numerosos países entre 1970 e 1980 (Ergas, 1991).

Deste modo, com a ocupação crescente do espaço público pelas Mulheres, as reivindicações vão se ampliando e estabelecendo o direito ao aborto, ao divórcio, ao livre exercício da sexualidade, etc (Toscano & Goldenberg, 1992)⁷⁹. As Mulheres começaram a exigir igualdade entre os sexos e a mostrar que suas vidas não podiam resumir-se aos cuidados das casas, dos maridos e dos filhos.

Com o crescimento do Movimento Feminista e a inserção, em números cada vez mais expressivos, das Mulheres no Mercado de Trabalho, estas passam a chamar a atenção do mundo e então, tornam-se objeto de estudo acadêmico já a partir da década de 60⁸⁰ (Fonseca, s/d).

As discussões e análises na Academia levaram ao levantamento de uma primeira hipótese explicativa, acerca do poder exercido pelos Homens em todos os níveis sociais: a subordinação que afeta as Mulheres é um poder que não se localiza exclusivamente no Estado e aparelhos burocráticos, é um poder múltiplo, localizado em diferentes espaços sociais⁸¹.

Tal concepção partia de Foucault e se contrapunha à concepção que dominava as discussões acadêmicas que se ancoravam na Concepção Marxista. Para esta, o Estado,

⁷⁹ As conquistas dos Movimentos Feministas vão ter especificidades em cada país. Na França, por exemplo, a legalização do divórcio se deu em 1792, mas o direito de voto somente em 1944. No Brasil, o direito de voto é reconhecido em 1932 e o divórcio bem tardivamente, em 1977.

⁸⁰ - No final dos anos 70, já existia uma organização feminista embrionária no Rio Grande do Norte chamada de "Centro da Mulher Natalense" e que, no início dos anos 80, fundiu-se com o Movimento Mulheres em Luta. Na década de 80, surgiram os primeiros Conselhos das Mulheres, a União das Mulheres de Natal (UMNA) e o Grupo Autônomo de Mulheres (GAM). Na década 90, a criação do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte e mais recentemente, o Coletivo "Leila Diniz", Ações de Cidadania e Estudos Feministas. O Nepam- Núcleo Nísia Floresta de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero – foi criado em 1991 na UFRN, sendo um núcleo temático de caráter interdisciplinar. Integra a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) desde 1991 e a Rede Nacional de Estudos Feministas (REDEFEM) desde 1994.

⁸¹ - Evidentemente, os estudos não apontam um único caminho e há divergências de posturas, mas não nos deteremos neste aspecto no momento.

enquanto instrumento de dominação da Burguesia através do qual se exerce a dominação capitalista, é a encarnação por excelência do Poder. É preciso modificar o Sistema de Produção, destruir a Burguesia e o Estado Capitalista e, como consequência, a Sociedade será transformada, inclusive as relações de gênero(Scott, 1990)⁸².

A vinculação do Poder com a noção de Estado, de forma mecânica e simplista, bem como a falta de análises acerca dos poderes exercidos em outros níveis e relações, ocupou, por certo tempo, as discussões acadêmicas sobre gênero e possibilitou o surgimento de diferentes propostas de trabalho⁸³.

Por volta da década de 70, um contingente variado de Mulheres dedicou-se a gerar conhecimentos sobre a condição de vida das Mulheres, fazendo-as visíveis na História. Numa segunda fase, ainda nesse mesmo período, o caminho tomado foi o da valorização das diferenças entre os sexos, demonstrando que o problema não estava nas Mulheres, mas na depreciação de tudo que se ligava a estas e na valorização de tudo que se ligava aos Homens. Isto teve repercussões que foram além da denúncia ou do resgate dos papéis das Mulheres na História, pois possibilitou a construção e a ratificação da categoria “gênero”. Assim, nascem os centros e núcleos de estudo sobre “a Mulher” e sobre “as Mulheres”⁸⁴. A investigação sobre as Mulheres, a partir desse momento, assume dois caminhos: 1) sobre as condições de vida e trabalho; 2) sobre a sociedade como geradora da subordinação das Mulheres. Ambas as posições precisavam construir uma teoria e perceberam que a questão não era simples, localizada só num nível ou dimensão. Todas as disciplinas, especialmente as sociais, deveriam ser revistas e darem sua contribuição⁸⁵.

⁸² - Esta é uma síntese de uma determinada posição marxista. Por ser uma síntese, ela é necessariamente simplificadora, pois a análise marxista da sociedade é muito mais complexa. De toda forma, muitos militantes tinham esta visão de sociedade e das relações de gênero.

⁸³ - A partir daqui, as considerações se baseiam predominantemente em Barbieri (1993).

⁸⁴ Aqui, é importante assinalar que, o emprego do termo no singular ou plural não era considerado irrelevante, pois o termo “a mulher” faz referência a uma essência feminina única, a-histórica de raiz biológica e metafísica, enquanto que “mulheres” expressa a diversidade e historicidade em que as mesmas se encontram (Barbieri, 1993).

⁸⁵ - Para aprofundamento desta discussão, ver Gergen, (1993).

A primeira utilização do termo “gênero” data de 1955 e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos Homens e às Mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller em 1968. Stoller investigou meninos e meninas que, devido a problemas anatômicos, haviam sido educados(as) de acordo com um sexo que, fisiologicamente, não era o seu, e observou que, esses meninos e meninas se empenhavam em manter as formas de comportamento para as quais haviam sido educados(as), mesmo depois de conhecerem que sofriam de uma mutilação accidental ou de uma má formação de seus genitais externos. Assim, este autor definiu sexo como o aspecto anatômico e fisiológico da espécie humana e gênero como relacionado ao significado que cada Sociedade atribui ao sexo (Gomáriz, 1992).

Tal conceituação foi retomada pelo Movimento Feminista e se constitui numa ferramenta útil para discutir as diferenças socialmente construídas entre os sexos. Assim, “(...) *gênero é o sexo socialmente construído*⁸⁶” (Barbieri, 1993, p. 4).

Os sistemas de gênero/sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas (Barbieri, 1993, p. 4).

Segundo Scott (1990), as feministas começaram a utilizar gênero como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Na sua utilização mais recente, o termo parece ter surgido primeiro junto às feministas americanas que queriam ressaltar o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra indicava assim,

⁸⁶ - Outras feministas optaram pelo conceito “relações sociais de sexo”. Tal escolha se deu principalmente entre feministas francesas ligadas ao Marxismo, mas, como assinala Kergoat (1992), tal escolha trata-se muito mais de formalizações preferenciais, apesar de envolver também outros elementos. Quando se adota o termo “gênero” se estabelece, a nosso ver, uma dicotomia entre o sexo biológico e sua significação cultural. Assim, o conceito de “relações sociais de sexo” parece-nos mais apropriado. Contudo, aqui optamos por “gênero”, pois é o termo mais utilizado no Brasil.

antes de tudo, rejeição ao determinismo biológico. O conceito “Gênero” enfatiza o aspecto relacional, no qual as Mulheres e os Homens são definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles pode ser alcançada por um estudo separado (Scott, 1990). Desta forma, gênero torna-se

(...) uma maneira de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1990, p. 7).

Neste sentido, um estudo sobre Mulheres não é necessariamente um estudo de gênero, mas isto não quer dizer que tais estudos não sejam necessários. Gênero, contudo, é mais que isto e demanda dar espaço à busca de sentido do comportamento de Homens e Mulheres como seres socialmente sexuados (Barbieri, 1993) e implica a busca da articulação desta categoria com outras.

Os estudos de gênero são um conjunto no qual se integram os avanços procedentes das ciências do comportamento, a análise da construção social da mulher e do homem, as formulações sobre o espaço microsocial (em relação com a temática da família, ao menos no que se refere ao casal), as teorias sobre o fator gênero como eixo articulador dos sistemas sociais, também em relação com outros (raça, classe) (...)(Gomáriz, 1992, p. 110).

Então, a partir desses caminhos tomados inicialmente, a década de 80 assiste à disseminação da Teoria de Gênero e o surgimento de diferentes Correntes em seu interior, a saber: Feminismo Radical, Feminismo da Diferença, Feminismo Igualitário e diversas correntes ligadas à discussão gênero/sexo (ver Quadro sintético, no Anexo 1, no qual são apresentadas as diversas Correntes).

Desta forma, o Movimento Feminista cresceu e se expandiu lutando contra inúmeras divisões em seu interior. Ora, não podia ser diferente. As Mulheres, ao mesmo tempo que têm uma identidade social que as unifica enquanto “Mulher”, têm também suas identidades construídas em torno de outros elementos que as diferenciam⁸⁷: a Orientação Sexual, a Raça, a Classe Social, a Cultura de seus respectivos Países, a Ideologia Política e por fim, a Corrente do Feminismo que defendem.

Uma divisão profunda no Movimento Feminista tornou-se visível, especialmente em meados da década de 70, quando as Mulheres Negras do Terceiro Mundo acusaram as Mulheres Brancas do Primeiro Mundo de imperialismo e tendências coloniais. De fato, o Feminismo Ocidental Branco, na sua pretensão de deter as chaves de compreensão das Mulheres do Terceiro Mundo - esquecendo-se que elas próprias não se constituem uma categoria unitária -, traz consigo, pelo menos implicitamente, o imperialismo das Nações Desenvolvidas. Este tema ocupou as discussões nas Conferências da Década da Mulher (1975-85), organizada pela ONU e serviu para trazer à tona as diferenças raciais, culturais, políticas, sociais, econômicas e ideológicas que separam as Mulheres (Ergas, 1991).

O Feminismo, portanto, ao mesmo tempo que tinha a necessidade de construir uma unidade identitária, lutava também para destruir a categoria “Mulher” como essência ahistórica e metafísica. Ao mesmo tempo que encaminhava lutas por direitos iguais aos dos Homens, afirmado a igualdade entre os sexos, lutava também por direitos especiais, baseado na especificidade do sexo feminino.

No coração do feminismo ocidental contemporâneo reside, nas palavras de um analista, uma tensão contínua, que se corporifica na “linha de partilha que se forma regularmente no pensamento e na ação feministas entre a necessidade de construir a identidade ‘mulher’ e de

⁸⁷ - Lipianski (1992) apresenta uma interessante discussão sobre identidade, mostrando que ela só pode ser construída sobre o constante paradoxo entre o processo de ser igual a outro semelhante a mim mesmo e, ao mesmo tempo, no estabelecimento da diferença com o outro, não semelhante a mim. A identidade, assim, é, ser numa só vez, semelhante e diferente, único e parecido com os outros.

lhe dar significado político sólido e a necessidade de destruir a própria categoria ‘mulher’ e desmantelar a sua história, demasiado sólida” (Ergas, 1991, p. 591).

Estas questões, presentes em todos os momentos, fizeram surgir inúmeras divergências em seu interior e distinguem não somente diversas correntes teóricas, mas representam fraturas existenciais profundas, que têm desdobramentos nas formas das Mulheres se expressarem, nas formas de encaminharem as lutas, de se comportarem politicamente etc.

Nessas diferentes perspectivas, sempre ocuparam um lugar de destaque as discussões sobre a relação produção-reprodução. Há os que defendem que a esfera doméstica está sobredeterminada por seu lugar na produção de bens e serviços (algumas abordagens marxistas); outros apontam que a vida familiar, afetiva, maternagem e sexualidade condicionam a forma de uso e o controle da força de trabalho feminina e há aqueles que tentam romper com este raciocínio de causalidade unilateral, estabelecendo a múltipla e mútua influência entre Produção e Reprodução.

De todas estas, tendemos a concordar com a Postura Marxista, apesar das críticas feitas a seu suposto reducionismo econômico. Do nosso ponto de vista, a grande contribuição das Abordagens Marxistas é o contínuo chamamento de nossa atenção à relação dos fenômenos com a organização social, afirmando que Homens e Mulheres são antes de tudo seres sociais e, como tais, condicionados histórica e socialmente, de modo que nossos valores, preconceitos, construção identitária, nossa forma de agir e sentir, são produtos sociais. É lógico que outras abordagens, inclusive não-marxistas, também consideram a importância das determinações sociais nos indivíduos, mas, do nosso ponto de vista, o diferencial do aporte Marxista é que este parte da Perspectiva da Totalidade, das relações entre as Classes Sociais e da necessidade de transformação Social.

A afirmação de que as Abordagens Marxistas enfatizam a Produção Material em detrimento da Reprodução, no nosso entendimento, é falsa, apesar do Movimento Marxista, por vezes, ter se apropriado da discussão de modo simplificado. Em Marx e Engels, *a sociedade é uma totalidade*, na qual Homens e Mulheres estabelecem relações de produção e de reprodução historicamente determinadas. Assim sendo, Produção e Reprodução formam um só e único processo. Para compreender adequadamente uma Sociedade, é necessário, portanto, explicar estes dois processos situados historicamente. Neste sentido, há mútua e múltipla influência entre Produção e Reprodução.

É mister, entretanto, assinalar que prevaleceu nas análises marxistas a ausência de um enfoque mais aprofundado sobre o impacto da Subjetividade e das Representações na construção do Social, estabelecendo, por vezes, um vínculo excessivamente direto entre base econômica e modificação nos valores e padrões culturais (Araújo, 2000). Contudo entendemos que se constitui, também, um erro a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre Homens e Mulheres, desvinculada da base material. É preciso compreender que “*a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade*” (Saffioti, 2000, p. 74). Por outro lado, consideramos também um engano ver o simbólico como oposto do real, sem efeitos reais. Faz-se necessário, desse modo, compreender também a objetividade das experiências subjetivas (Bourdieu, 1999). A nosso ver, portanto, a relação entre Feminismo e Marxismo é salutar e enfatiza uma perspectiva teórica que se recusa a separar a materialidade da vida do seu significado.

Concordamos, portanto, com a posição que rompe com a causalidade unilateral, estabelecendo a múltipla e mútua influência entre Produção e Reprodução, diversidades dentro de uma mesma unidade e compreende uma única divisão sexual e social do trabalho. Desconfiamos, assim, das análises que estudam os fenômenos e dão explicações

unilaterais. Tendemos a concordar com explicações que, mesmo reconhecendo as limitações de suas análises, esforçam-se por perceber a Realidade como síntese de múltiplas determinações e assim rejeitam relações causais unilaterais.

“A vida social implica uma pluridimensionalidade de relações permeadas por antagonismos, contradições de várias ordens que, a cada momento e em cada lugar, ganham uma configuração própria” (Castro & Lavinas, 1992, p. 241)⁸⁸.

Assim, após esses anos de discussão, os estudos sobre gênero conseguiram alguns avanços e fizeram cair mitos históricos existentes dentro do próprio Feminismo. Podemos assinalar como mitos históricos destruídos pelo Movimento Feminista e pelos estudos de gênero:

a)o mito da igualdade entre os sexos – defendia que ambos os sexos eram iguais em todo possível e que toda diferença entre eles foi construída socialmente. Os estudos feministas mostraram que, apesar da maioria das diferenças entre homens e mulheres serem produtos sociais, há também diferenças biológicas inegáveis.

b)o mito da natureza única da Mulher – a Mulher tem uma essência delicada, boa, ligada à intuição, à natureza etc; O Feminismo quebrou o mito da essência a-histórica e eterna da Mulher, mostrando que as Mulheres são extremamente diversas a partir de cada Sociedade e do período histórico considerado.

c)o mito da bondade ontológica da Mulher – o mito anterior termina desembocando na percepção da Mulher como essencialmente boa;

d)o mito do poder masculino – o poder é sempre e unicamente masculino; os Homens são os opressores e as Mulheres, as vítimas⁸⁹. O Feminismo, a partir do conceito de gênero como categoria relacional, descobriu os Homens como presas de valores

⁸⁸ - Nas palavras de Kergoat (1984, p. 120): “Uma relação social não pode ser um pouco mais forte que outra, ela é ou não é”.

⁸⁹ - O Feminismo, por vezes, se afastou de lutas e questões mais gerais porque se tratava de assuntos de homens (Gomariz, 1992).

construídos em torno da virilidade, fortaleza, coragem, que os impede de demonstrar fraqueza e os oprime da mesma forma. Assim, Homens e Mulheres perdem com a construção dicotômica de suas identidades⁹⁰.

Além disso, o Movimento Feminista possibilitou a percepção de que a discussão de gênero não deve ser um apêndice de outras discussões mais importantes. Mais que isso, partindo de suas lutas e divergências internas, foi possível construir a compreensão de que as relações de poder se estruturam nos eixos classe, gênero, raça, etnia⁹¹ e não há um mais importante que outro. *“Há que se ter o gênero como um, mas não o único, constituinte de sistemas de exclusões e privilégios”*(Castro, s/d, p. 65) A divisão do mundo em situações de desigualdades econômica, social, política e simbólica, faz permanecer situações de exploração e opressão, impossível de entender quando nos prendemos a uma análise linear da questão.

(...) portanto, qualquer leitura única corre o risco de tender para um economicismo ou idealismo reificador da complexidade das relações sociais e de seus significados na produção de subjetividades múltiplas, combinadas e contraditórias, quanto a gênero, raça, classe e geração⁹²(Castro, s/d, p. 57).

Apesar da complexidade das relações sociais e dos múltiplos elementos nelas envolvidos, o Pensamento Ocidental Judaico-Cristão construiu-se alicerçado numa divisão

⁹⁰ -Não se trata agora de colocar os homens na posição de vítimas, pois muitas vezes, são os homens, de fato, os principais opressores das mulheres, pois estes, enquanto presas do imaginário machista, se sentem dominantes. Trata-se somente de romper com visões dicotômicas, maniqueístas e generalizantes da realidade social.

⁹¹ Os termos “raça” e “etnia” são polissêmicos. Alguns autores apontam diferenças entre os termos, outros não. Os que apontam diferenças assinalam que a discussão sobre raça baseia-se em aspectos físicos, enquanto etnia se baseia em grupos com diferenças somente culturais (Cf. Rex, 1988).

⁹² - Acerca da posição de Castro, ao adicionar o termo “geração”, junto aos outros 3 eixos, Saffiotti (1997), com a qual concordo, assinala que não se pode atribuir a geração, o mesmo peso dado a gênero, raça/etnia e classe social, pois a geração refere-se somente a fases da vida, pelas quais todas as pessoas passam, diferentemente dos outros três eixos que sofrem mudanças em ritmo lento e/ou apresentam relativa fixidez, sendo fundantes na construção da identidade social.

bipolar e dicotômica do Mundo (pobre/rico, alto/baixo, homem/mulher⁹³, branco/negro, produção/reprodução, público/privado, entre outras) e isto refletiu-se no mundo do trabalho, no qual, coube ao homem o espaço da produção e do domínio público e à Mulher, o espaço da reprodução e da esfera privada.

Alguns estudos mostram o processo de construção dessa dicotomização identitária e assinalam o forte traço deixado por isto em nossa formação pessoal.

Podemos pensar que desde o nascimento se inicia o processo no qual a criança vai adquirindo pouco a pouco o sentimento de sua identidade. Ele começa um pouco antes, desde que o futuro bebê começa a existir na imaginação dos pais, no desejo de ter uma filha ou um filho, ao escolher seu nome, ela já tem uma identidade sexual e simbólica. (...) No entanto, a identidade sexual não resulta somente do sexo anatômico, ela advém também das identificações da criança e (...) também dos modelos da feminilidade e virilidade da sua cultura (Lipiansky, 1992, p. 24; 26, tradução nossa).

Representações de gênero fornecem uma referência importante através da qual a criança adquire uma identidade que lhe permite situar-se no mundo social. (...) Ora, representações de gênero exatamente porque se referem a uma dimensão central de organização e poder social, carregam consequências também centrais para nossas definições de Eu. Nós não podemos pensar em nós mesmos como neutros em relação ao campo dos gêneros: de uma forma ou outra nós sempre pensamos em nós mesmos como homens ou mulheres, (...) (Duveen, 1995, p. 266; 268; 289).

As identidades sexuais, portanto, encontram-se também ligadas a escolhas feitas ao longo de toda a vida do indivíduo, inclusive a escolhas profissionais. Ribeiro (2000), falando acerca disto, ressalta que as Representações Sociais relacionadas à profissão e que estruturam a identidade profissional não são imperativas, mas contratuais, assinalando que

⁹³ - O pensamento dicotômico também está na base da heterossexualidade compulsória presente, ao longo da história humana, nas sociedades. Outro elemento que explica a heterossexualidade compulsória é a necessidade da reprodução sexual/social. Como assinalamos anteriormente, por exemplo, no período Pós-Guerra na Europa, devido à dizimação de parte da população, reprimiu-se mais severamente as relações entre pessoas do mesmo sexo e se incentivou os casamentos heterossexuais e as políticas de aumento do índice de natalidade.

essas Representações são resultantes de um processo de escolha, diferentemente das Representações Sociais de Gênero.

Sem dúvida, as Representações Sociais de Gênero são estruturantes da personalidade e, justamente por isso, as “escolhas” profissionais feitas pelo indivíduo encontram-se ligadas a elas. O escolher uma profissão não se dá por acaso ou por vocação – isso fazendo um exercício de abstração, pois, na realidade social de desemprego crescente, fica difícil escolher “livremente” uma profissão – tal escolha também se encontra ligada às nossas construções sociais acerca dos gêneros.

Estas questões ligadas às escolhas profissionais e à divisão do trabalho social entre homens e mulheres passaram a preocupar uma parte das estudiosas feministas e isto as levou a estudar o Mundo do Trabalho, particularmente no que se referia às desigualdades entre Homens e Mulheres (diferenças salariais, profissões masculinas e femininas, diferentes condições de trabalho etc). Como o nosso estudo visa a analisar uma profissão que se inscreve na divisão do trabalho como profissão predominantemente feminina, é pertinente debruçarmo-nos sobre a produção teórica feminista que se dedicou a estudar a divisão sexual do trabalho, a fim de nos apropriarmos melhor de elementos que dizem respeito a nosso objeto de estudo. É disto que trataremos a seguir.

1.2 - Divisão Sexual do Trabalho: perspectivas e limites

Como já assinalamos, uma parte das estudiosas feministas passou a se preocupar com as condições de trabalho das Mulheres e com as discriminações e preconceitos que estas sofriam no que se referia a este aspecto de suas vidas. Tais estudos passaram a se preocupar, especificamente, com a questão da divisão sexual do trabalho.

O termo “divisão sexual do trabalho” é utilizado na linguagem sociológica com acepções muito diferentes, con quanto ele remeta comumente a uma abordagem descriptivo-explicativa, na qual se mostra que há uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais, tentando encontrar explicações para as permanências e/ou modificações que se dão na divisão do trabalho social. Assim, tal termo designa a preocupação de estudiosas feministas com as condições de trabalho das Mulheres e Homens no espaço doméstico e/ou no mercado de trabalho, sendo ele formal ou informal (inserção, salários, condições de trabalho, significado social do trabalho etc)⁹⁴.

Inicialmente, pode-se agrupar tais estudos, a partir dos aspectos a que se dedicaram em relação ao trabalho das Mulheres, em três grandes grupos. O primeiro busca detectar os grandes movimentos históricos da incorporação do trabalho da Mulher, baseado em dados estatísticos das tendências de emprego feminino. O segundo dedica-se a qualificar situações específicas de trabalho, com vistas a verificar, através de estudos de caso, como a condição de gênero se expressa nas diferenciações impressas no cotidiano do trabalho. O terceiro, por fim, enfoca o trabalho feminino a partir da unidade doméstica e da organização da vida familiar(Castro e Guimarães, 1977). Esta classificação não assinala posturas teóricas diferentes e excludentes entre si, por isso, é provável que encontremos estudos que mesclam elementos de dois ou mais grupos.

Os estudos sobre divisão sexual do trabalho se multiplicaram e mostram interessantes considerações. A desvalorização do trabalho feminino e a valorização do trabalho masculino expressos claramente na diferença salarial e menos claramente - mas perceptível da mesma forma – no “status” social atribuído à profissão, deu-se desde o momento em que as Mulheres começaram a ocupar o mercado de trabalho.

⁹⁴ Comumente distingue-se também emprego de trabalho, uma vez que o trabalho feminino não se dá somente no mercado de trabalho e no espaço público, mas também no espaço doméstico com ou sem remuneração. Aqui, utilizaremos o termo “trabalho” no seu sentido mais abrangente, ou seja, significando tanto a inserção no mercado formal ou informal, quanto o trabalho doméstico. Acerca da ampliação do conceito de trabalho, ver Bruschini, 2000.

Após muitos anos de luta, quando não era mais possível deixá-las fora do mercado de trabalho, forjou-se a idéia de que era preciso deixá-las no que sabem fazer. As Mulheres, sem dúvida, souberam aproveitar este espaço, ocupando-o maciçamente, embora, ao mesmo tempo, elas “naturalmente” tendam a gostar de determinadas atividades mais “adequadas” à sua natureza. Assim, por causa da “vocação”, a maioria das Mulheres termina buscando as profissões femininas (Bourdieu, 1999). Desta forma, vai se incentivando-as a buscarem profissões nas quais possam servir, ensinar, cuidar e as Mulheres, pela educação mesma que recebem, sentem-se “vocacionadas” a tais escolhas.

Neste sentido, o Setor de Serviços progrediu rapidamente. Dentre este, dois tiveram papel fundamental na contratação de Mulheres na década de 30 na Europa: os Bancos e as Companhias de Seguro (50% da criação dos empregos) e Funcionalismo Público (onde as Mulheres duplicam de 1906 a 1936). Já em 1975, na França, pela primeira vez, a percentagem de mulheres assalariadas (84,1%) ultrapassa a dos homens (81,9%). O Setor Terciário ocupa um lugar preponderante e, na França, entre 1968 e 1973, esse Setor assegurou 83% da criação de empregos assalariados, e as Mulheres ocupavam 60% dele (Laggrave, 1991).

Muitos estudos assinalam que os Setores nos quais se concentram as Mulheres são os mais vulneráveis às crises econômicas. De fato, os dados mostram que elas são as primeiras a serem demitidas e as últimas a serem contratadas (Hirata, 2002). Contudo, Hirata, apesar de concordar com a tese de que as Mulheres são mais facilmente demitidas e mais dificilmente admitidas, mostra que, contraditoriamente, a rigidez da Divisão Sexual do Trabalho funciona como uma proteção para os empregos femininos, uma vez que a maioria dos homens, só em situações extremas, os deseja, não sendo, portanto, motivo de competição entre ambos.

Hirata (op.cit, p. 176-177) se expressa nestes termos:

A segregação das mulheres e dos homens por setores de atividade, oficinas ou postos de trabalho significa que mesmo se as mulheres são concentradas nos postos menos qualificados e menos estáveis, essa divisão sexual do trabalho, longe de tornar o trabalho feminino mais vulnerável e instável, tende a criar uma relativa proteção desses empregos em período de crise, justamente pela rigidez que suscita no mercado de trabalho. A própria natureza dos empregos femininos, que requerem qualidades ‘femininas’ faz com que constituam um domínio relativamente protegido da concorrência masculina. Este ponto de vista introduz, como fator a ser considerado, em período de crise, a “especialização sexual dos empregos”, mais que o EIR. Esta tese tem estreita relação com a divisão sexual dentro da família, essa nova articulação entre família e setor produtivo, foi considerada por inúmeros pesquisadores franceses.

Assim, ao longo do século XX e ainda no século XXI, a divisão sexual do trabalho persiste, modificaram-se suas formas, mas ela continua presente, atuante, segregadora.

Bourdieu (1999, p.113), discutindo a divisão sexual do trabalho nos Estados Unidos, apresenta dados de 1986, assinalando que:

Numa listagem de 335 carreiras segundo a percentagem de seus membros que são mulheres, vemos aparecer no primeiro nível das carreiras femininas, as profissões que têm por eixo o cuidar de crianças (child care, ensino), de doenças (enfermeiras, nutricionistas), de casas (household cleaners and servants), de pessoas {secretárias, recepcionistas e domesticidade burocrática}.

Bruschini(2000), a este respeito, num estudo acerca da divisão sexual do trabalho no Brasil entre 1985-1995, assinala que ainda persistem guetos ocupacionais femininos e masculinos⁹⁵:

As trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho, embora estas tenham se reduzido no período (de 32% para 29,8%), cedendo lugar para os homens (de 8,9% para 12%). A área social vem a seguir, agregando 16% das

⁹⁵ - Acerca da discussão sobre a noção de gueto ocupacional, ver Bruschini, 1979.

possibilidades de ocupação feminina e registrando queda em relação a 85 e, principalmente, a 90. Segue-se o comércio de mercadorias, setor no qual tanto homens como mulheres têm ampliado suas chances de colocação. Apesar dos deslocamentos, a presença das mulheres continua sendo marcante no setor de serviços e social, além do agrícola(...). (...) Permanecem também alguns dos principais guetos femininos, como: a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros (p. 25-26 e 35).

Entretanto, Bruschini também assinala que há sinais de mudança:

É no interior do grupo das ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas que ocorrem as principais mudanças; as mulheres ampliaram, significativamente, sua presença em inúmeras ocupações e profissões de prestígio, entre as quais vale ressaltar: a arquitetura e a odontologia, ambas com um aumento relativo de 170%, a medicina 137%, e o jornalismo, com aumento de 146% do percentual feminino. Até mesmo na engenharia, profissão na qual a presença de mulheres ainda não alcança os 7%, o aumento foi considerável: de 126%. Mas a categoria que mais aumentou a participação das mulheres, no período considerado, foi a das ocupações jurídicas. Apresentou índices de 144% entre os advogados e defensores públicos, de 116% entre os procuradores, promotores e curadores e um notável aumento do número de juízas que de apenas 380 em 1980 passaram a ser um contingente de 1596 em 1991, o que significou uma ampliação de mais de 300%!(Ibidem, p. 35)

Portanto, o que se constata é que alguns Setores começam a mudar, enquanto outros ainda permanecem como guetos ocupacionais femininos ou masculinos. Fonseca (2000, p.93-95), por sua vez, ao estudar a divisão sexual do trabalho também no Brasil, em duas fábricas, mostra como esta questão ainda se faz presente no universo fabril:

Às mulheres-operárias destinam-se as operações de fiação, corte/costura e controle de qualidade, primordialmente; às demais mulheres, postos de secretárias, recepcionistas, auxiliares administrativas, responsáveis pelos serviços de refeitório, creche, assistência médica e social, cuidados de enfermagem, etc. Poucas encontram-se em postos de chefia, seja no interior das unidades fabris, seja nos escritórios da administração. Quanto aos

homens, é observado que os mesmos ocupam os postos de segurança e vigilância, bem como postos de fabricação, como, por exemplo, os da tinturaria e da tecelagem, e outras atividades correlatas, como as de manutenção e regulagem das máquinas. São, contudo, prioritariamente encontrados em áreas de planejamento e controle da produção e da administração em geral, ocupando postos de chefia ou de assistentes das mesmas, podendo ser classificados, genericamente, como diretor, gerentes, supervisores, contramestres e assistentes. Isto é, embora nem todos os homens sejam chefes, a grande maioria das chefias é constituída por homens.

No tocante à área de assistência social, observa-se que a mesma se conserva como ‘gueto’ ocupacional de mulheres, revelando estruturar-se de acordo com a tradição de privilegiar a mão-de-obra feminina nas atividades assistenciais, sejam elas desempenhadas por profissionais de Serviço Social, nutricionistas ou atendentes de enfermagem, de creche e de refeitório (grifos nossos).

O que se observa é que há um comportamento que se espera das Mulheres e outro que se espera dos Homens. São consideradas profissões femininas aquelas que congregam em si as características que se esperam adequadas às Mulheres e, são consideradas profissões masculinas aquelas que apresentam características que se esperam dos Homens. Bourdieu (1999) assinala, como exemplo, que tudo que se espera implicitamente de uma mulher, se torna explícito nos cursos de recepcionista: aprende-se a sentar, ficar de pé, andar muito graciosamente e sem estardalhaço, sorrir, sentar-se à mesa, tratar os hóspedes, ser gentil e amável, a ter compostura (no vestir-se, maquiar-se – sem cores berrantes, fortes ou grosseiras).

Já no Brasil, os estudos que começaram a traçar um perfil do trabalho feminino assinalam que, à semelhança da Europa, desde o início do Processo de Industrialização, o Setor de Serviços era predominantemente feminino. Isto se deu ainda mais acentuadamente nos Países de industrialização recente, pois o reduzido impacto quantitativo do emprego, levou as Mulheres a serem incorporadas à Indústria em quantidade proporcionalmente

menor em relação aos Países Capitalistas originários. Se havia limites estruturais na oferta de empregos na Indústria, isto manteve a Mulher restrita a alguns espaços ocupacionais característicos, pela natureza das tarefas exercidas ou habilidades requeridas: o trabalho tido como leve ou delicado, culturalmente assimilado como feminino (Castro e Guimarães, 1977).

Outro elemento a se considerar no Mercado de Trabalho no Brasil é o contexto no qual se deu a incorporação da mulher. O Governo Brasileiro, principalmente na figura de Getúlio Vargas, forjou uma realidade, em que se afirmava: já que não se pode impedir as Mulheres de trabalharem, é necessário, então, profissionalizá-las e incentivá-las naquilo que “naturalmente” elas já sabem fazer: cuidar e educar doentes, pobres e crianças, reforçando, portanto, papéis e funções sociais “destinados” a elas⁹⁶ (Silva, 1995).

“(...) a divisão do trabalho, mais que uma simples divisão de tarefas, implicava, (...) uma diferenciação de funções com distribuição assimétrica do controle, da hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário”(Castro e Guimarães, 1977, p. 195).

Este incentivo, por parte dos governos, para que as Mulheres assumissem, na esfera pública, as tarefas assumidas por elas no espaço privado, é denominado pelos (as) autores (as) de “escolarização do doméstico” e tem seu contraponto na ação das Mulheres que, aproveitando essas chances de inserção no Mercado de Trabalho, nele ingressaram maciçamente. Neste sentido, as profissões que ainda hoje permanecem como guetos ocupacionais femininos, a saber, Serviço Social, Enfermagem, Educação - mais precisamente o Magistério no Ensino Infantil e Fundamental I -, Nutrição, Puericultura etc, nasceram ou tiveram seus quadros extremamente ampliados, em virtude de, por um lado,

⁹⁶ - Já nos referimos a esta questão anteriormente, mas estávamos nos reportando ao processo de inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho na Europa. Aqui no Brasil, à semelhança da Europa, os Governos adotaram a mesma política de incentivo à inserção das mulheres em atividades mais adequadas, conforme seus próprios termos, à “natureza” feminina.

esse incentivo governamental e, por outro, a habilidade das Mulheres de aproveitarem os espaços criados (Cf. Silva, 1995).

Por outro lado, esse ingresso das Mulheres em determinadas ocupações, feminilizando algumas profissões que antes era reduto masculino, fez com que estas fossem abandonadas pelos Homens. Esse foi o caso, por exemplo, do Ensino Infantil, que, antes das Mulheres terem acesso às Escolas Normais, era uma ocupação masculina. Com o ingresso, em massa, das Mulheres nessas Escolas a partir de 1930, os Homens deixaram de procurar o Curso. *“Quando as mulheres progridem numa profissão ou numa disciplina, os homens abandonam-na, ou já antes a tinham abandonado. Não é uma situação de rivalidade, nem sequer de justa concorrência, é um abandono silencioso”*⁹⁷ (Lagrange, 1991, p. 506).

Diversos elementos somam-se na determinação desse silencioso abandono por parte dos Homens. O primeiro deles refere-se ao fato de que toda profissão que se feminiliza perde *status* e seu nível salarial decresce. Além disso, os próprios Homens, pela educação recebida, sentem-se constrangidos em freqüentar um curso “feminino” e, posteriormente, em assumir uma profissão considerada “feminina”⁹⁸.

É interessante conhecer, por exemplo, os motivos que levam um especialista, nos anos 30, a aconselhar os homens a deixarem as profissões de escritório:

O homem não encontra aí o seu lugar: é uma ciência que é serva das outras ciências. Esse papel subordinado convém mal ao orgulho natural do homem. A mulher não se sentiria

⁹⁷ - Isto não se dá em todas as profissões. Nas profissões intelectuais nem sempre a divisão sexual do trabalho se exerce sobre a própria profissão, mas sobre suas hierarquias internas. A este respeito é sintomático o curso de Medicina, por exemplo, que, se hoje pode ser considerado misto, o mesmo não se pode dizer de suas especializações, permanecendo, em seu interior, uma clara divisão sexual entre a especialidade de Pediatria - predominância feminina -, e de Cirurgia - predominância masculina. Isto, contudo, também se encontra em processo de mudança.

⁹⁸ - Nas entrevistas realizadas, que serão apresentadas no capítulo 4, o Assistente Social Homem que foi entrevistado, apesar de afirmar ter se sentido à vontade durante o período que fez o Curso de Serviço Social e hoje, com a profissão que exerce, relatou “brincadeiras e chacotas” de amigos acerca do fato dele ser Assistente Social, “uma profissão de mulher”!.

humilhada por servir, por ter na biblioteca o papel que desempenha no seu lar. (Lagrange, 1991, p. 514).

Deste modo, estes elementos somados contribuem para que os Homens abandonem as profissões feminilizadas ou para que não busquem aquelas profissões que, desde o seu início, já eram “femininas”.

Destarte, mesmo hoje, com todas as conquistas sociais das Mulheres e mesmo com as últimas modificações no Mundo do Trabalho - empobrecimento, competitividade, aumento da escolaridade, redução da taxa de fecundidade, flexibilização etc -, na Divisão Sexual do Trabalho, permanece ainda uma forte tendência à ocupação por sexos, ou seja, algumas profissões – apesar de já haver sinais de mudanças em seu interior – permanecem como “masculinas” ou “femininas” (Castro, 1992).

Mais que isso, as diferenças de *status* tendem a atenuar as reivindicações por eqüidade salarial, “*na medida em que a posição socialmente inferior das mulheres foi automaticamente transmitida ao prestígio ocupacional das tarefas por elas desempenhadas*”(Castro e Guimarães, 1977, p. 191).

Aqui se percebe que a esfera doméstica, pelo lugar que ocupa na produção de bens e serviços, é desvalorizada na Sociedade; ao mesmo tempo, e pelo mesmo movimento, a vida familiar, afetiva e a sexualidade condicionam a forma de uso e o controle da força de trabalho feminina, ou seja, há múltipla e mútua influência entre Produção e Reprodução.

Assim, os estudos feministas, ao estudar a Divisão Sexual do Trabalho, partem da constatação de que em toda formação social coexistem a Produção dos Bens e a Produção Social dos seres humanos, formas distintas, mas relacionadas. A primeira costuma-se chamar de “Produção”, a segunda, de “Reprodução”. A primeira comumente é mais valorizada e associada aos Homens; a segunda é menos valorizada e associada às Mulheres (Combes, 1977).

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; e de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro”(Marx e Engels, s/d, p. 7-8, vol. 3)⁹⁹.

Observe-se que, no pensamento de Engels, apesar da distinção entre as duas instâncias, não se coloca uma instância como determinando a outra, nem como reflexo da outra. Contudo, no pensamento “oficial” marxista e/ou no pensamento de grande parte dos militantes de esquerda, a Reprodução ou “*o ‘segundo aspecto da vida material’, tem sido tendencialmente apagado para se diluir no pano de fundo ou, simplesmente, ser incorporado nas noções habituais de ‘vida material’*”(Rubin, 1993, p. 5). Mas esta afirmação de Engels, de fato, sinalizou para a existência e importância da vida social enquanto totalidade e, por ela, pode-se perceber a recusa a explicações economicistas.

Na verdade, recusamo-nos a adotar explicações que apresentam a Reprodução determinada pela Produção ou que estabelecem um raciocínio afirmando a materialidade das relações sociais, apresentando o ideológico ou simbólico como simples reflexo das condições materiais de existência. Percebemos o Social como um conjunto

⁹⁹ - O Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou, representante do Socialismo oficial, preocupou-se com esta afirmação de Engels, pois ele coloca a Produção e a Reprodução no mesmo grau de importância. Assim, há uma nota de rodapé no texto em questão, colocada pelo referido Instituto, chamando a atenção para a “inexatidão” da afirmativa de Engels e *afirmando que o modo de produção material é o fator principal que condiciona o desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais*. Há, portanto, uma simplificação e reducionismo, por parte do Instituto, do pensamento original de Engels, desembocando no Economicismo.

(...) de relações materiais e imateriais, práticas e simbólicas. O simbólico¹⁰⁰, nesse sentido, não reflete, mas reelabora e reproduz em todos os níveis da vida social as relações de dominação existentes, baseando-se no fato de que reproduz um imaginário subjacente(...)(Micela apud Bandeira, 1997, p.173).

Destarte, uma expressão que me parece adequada para exprimir a totalidade das relações sociais, incluindo, portanto, os seus aspectos objetivos e subjetivos, ou seja, a concreticidade das relações materiais e seus significados, é *relações sociais sexuadas*. O termo se refere à totalidade das expressões das relações sociais e lembra que, elas, em qualquer instância, têm um significado sexuado.

Segundo Hirata (2002), a expressão *relações sociais sexuadas* é um conceito correlativo ao de Divisão Sexual do Trabalho, ou seja, um não pode ser inteiramente compreendido sem o outro.

Neste sentido, Kergoat (1992, p. 16) assim se expressa:

Relações sociais sexuadas e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que constituem um sistema. (...) Se separarmos as duas expressões por razões didáticas, diremos que as “relações sociais sexuadas” é uma “noção que tem a totalidade das práticas como campo de aplicação” Por outro lado, a divisão sexual do trabalho é apenas um aspecto das relações sociais sexuadas, e permite romper com a abordagem em termos de papéis e de funções.

Assim, a relação entre Homens e Mulheres não se limita à exploração que se dá no Mundo do Trabalho. Existem diversas e tantas outras relações que se dão simultaneamente na relação entre os sexos e na Sociedade e Kergoat as chama de *relações sociais sexuadas*. Muitas destas fazem parte do universo simbólico, do prazer, da sublimação, do desejo, da paixão, do sofrimento (Bandeira, 1997).

¹⁰⁰ - O simbólico refere-se tanto aos valores manifestos quanto aos modelos afetivos e às razões inconscientes que atravessam as Culturas (Bandeira, 1997, p.160).

Deste modo, a interiorização das normas sociais, os valores, as ligações afetivas são tão reais quanto à dimensão material da Sociedade. Elas se materializam nas ações e nas instituições e também “produzem” a Sociedade (Bourdieu, 1999). Não há Sociedade sem dimensão simbólica, assim como não há Sociedade sem produção material.

A dimensão simbólica reinventada e também reproduzida de geração em geração e incorporada em nossas subjetividades e em nossos corpos faz-nos obedecer a determinados valores impostos antes mesmo de nascermos e aos quais, por vezes, obedecemos com naturalidade. A submissão feminina é, portanto, ao mesmo tempo espontânea (parece natural, inscrita nos corpos e estruturas) e extorquida (é fruto de um longo processo de inculcação que forja a identidade social do indivíduo)(Bourdieu, 1999).

Bourdieu (1999, p. 32-34) explica brilhantemente esta incorporação da submissão feminina e dominação masculina, num trecho longo, que achamos necessário reproduzir quase integralmente, sob pena de pertermos a riqueza de suas observações:

Não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo de virilidade. (...) é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos.

A força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.

Ocorre então uma somatização das relações sociais de dominação: é à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas (...) se encarnam (...).

A ação de formação dos agentes não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem

agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce).

Desta maneira, a dependência da mulher em relação ao homem envolve outros elementos e implicam uma série de valores incorporados desde seu nascimento. Há que se considerar a força de nossas relações cotidianas e concretas. Muitas de nós, Mulheres, temos ainda relações pessoais e afetivas que não conseguiram romper totalmente com a subalternidade e que, por vezes, reproduzem preconceitos.

Por isso, a independência econômica da mulher não necessariamente a liberta dos laços afetivos, sexuais, familiares, marcados, por vezes, por sentimentos de baixa auto-estima, insegurança afetiva, mantidos, não por dependência econômica, mas insegurança e vulnerabilidade social. A autonomia econômica é condição necessária, mas não suficiente, para romper com a relação de poder entre homens e mulheres.

Não basta (...) indicar posições de homens e mulheres nas empresas e em ocupações do setor informal e relacionar à forma como a mulher vivencia sua experiência de trabalho remunerado com a forma como ela vivencia a sua experiência de membro da família, deduzindo associações lineares diretas entre economia e família, ora considerando a economia, ora considerando a família, como “variável independente” ou “fator explicativo” sobre a situação da mulher trabalhadora remunerada. Houve de fato, um avanço ao se passar da concepção da divisão sexual do trabalho como separação de esferas, isto é, mulher no privado e homem no público, para o enfoque que relaciona produção e reprodução. Contudo este enfoque também não lida com a multiplicidade das linguagens do erótico, da afetividade, da ética, da estética, dos medos, das fantasias, (...) (Castro, s/d, p. 56).

Além desta discussão há que se levar em conta que as conquistas femininas, hoje, escondem e mascaram a realidade da divisão sexual do trabalho. Apesar das desigualdades persistirem, tanto no que se refere a guetos ocupacionais masculinos ou femininos quanto

no que se refere às diferenças salariais entre homens e mulheres, elas diminuíram significativamente nas estatísticas, quando, por exemplo, se observam os avanços significativos das Mulheres em áreas, antes, exclusivamente masculinas. Este elemento somado à figura da “Super Mulher” - que dá conta da casa, trabalho, filhos e marido, com eficiência e felicidade e, na Classe Média, ainda encontra tempo para cuidar de si mesma, submetendo-se aos ditames dos padrões de beleza dominante -, serviu para tornar o Feminismo fora de moda ou para se afirmar que esta é uma discussão que, atualmente, perdeu o sentido.

É necessário, entretanto, assinalar que as modificações, sem dúvida, se deram, mas que a dominação masculina continua presente e viva nas mentes, corações, corpos e estruturas. Bourdieu (1999) assinala que as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os Homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo o econômico, a área da produção), ao passo que as Mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (o doméstico, lugar da reprodução) ou a espécies de extensões desse espaço, os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, por exemplo, ou ainda as áreas de produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc).

Neste sentido, é necessário reafirmar que o Feminismo e a discussão sobre divisão sexual do trabalho são atualíssimos, pois, apesar dos avanços, há muito a ser feito. As Mulheres continuam vítimas cotidianas da violência, da exclusão, da discriminação.

É preciso, portanto, reafirmar a percepção de que somos seres diferentes e que, por este motivo, é necessário encontrar o caminho no qual a diferença possa ser exercida e reconhecida plenamente, sem implicar hierarquizações e opressão. Somos seres diferentes não somente por sermos Homens ou Mulheres, mas por sermos ao mesmo tempo negros, brancos ou amarelos, patrões ou empregados, ricos ou pobres, velhos ou jovens, enfim, por

sermos, ao mesmo tempo, diversos e tão iguais. O mundo que desejamos é um mundo de idéias e práticas mais democráticas e justas com as chamadas “minorias”, um mundo que estabeleça a igualdade sem esquecer da importância da liberdade para o ser humano.

Cabe-nos aqui, já que este trabalho tem limites e objetivos bem definidos, como contribuição para a construção deste mundo mais democrático e justo, expressar as idéias com as quais concordamos, defendê-las e encontrar caminhos que nos auxiliem a modificar as idéias e as práticas que alicerçam hoje um mundo injusto, violento e discriminatório. Idéias que ajudam na construção de um mundo mais democrático e justo estão sendo forjadas e desenvolvidas em todo o mundo e o conhecimento crítico, segundo nossa concepção, pode representar a possibilidade de se agir mais adequadamente e com maior probabilidade de sucesso, na busca e construção de uma outra forma de sociabilidade mais próxima aos nossos desejos e sonhos. Foi isso que tentamos fazer ao longo deste capítulo.

Agora, que já discutimos e expressamos nosso ponto de vista acerca das relações de gênero, podemos conhecer melhor a situação de vida de Homens e Mulheres Assistentes Sociais e o significado social atribuído por eles(as) a alguns elementos escolhidos por nós. Vamos conhecer as Representações Sociais que têm acerca de si mesmos (e/ou dos outros) e de sua profissão e analisar a possibilidade de transformação destas. Antes, porém, no capítulo seguinte, vamos discutir a Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici, e a Teoria do Núcleo Central, proposta por Jean-Claude Abric, para podermos, em seguida, analisar os resultados da pesquisa, com base nas formulações destas Teorias, bem como nas formulações da Teoria de Gênero.

CAPÍTULO 3:
Representações Sociais - uma tentativa de
aproximação



Lavadeiras - Goianinha - 1999

Foto: Vilma Vitor Cruz

Alguém escreveu muito a propósito que aqueles que comparam o conhecimento à ação de fotografar a realidade esquecem – entre outras coisas – que o aparelho fotográfico regista o que enquadram na objetiva o olho e a mão do fotógrafo, e é por isso que uma fotografia nunca é idêntica a outra. O sujeito que conhece ‘fotografa’ a realidade com a ajuda de um mecanismo específico, socialmente produzido, que dirige a ‘objetiva’ do aparelho. Além disso, ‘transforma’ as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua que pensa, pela mediação da sua situação de classe dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes ou subconscientes e, sobretudo, pela mediação da sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa (Adam Schaff).

1 - A Teoria das Representações Sociais - Uma tentativa de compreensão

Vimos, no capítulo anterior, como se estruturou o nosso Imaginário Ocidental Cristão e como ao longo da História Ocidental, a Mulher foi vista e tratada como um ser de segunda classe (“o segundo sexo”, como dizia Simone de Beauvoir), a quem cabia somente obedecer, inicialmente ao pai, posteriormente ao marido, e caso não casasse, a qualquer irmão do sexo masculino (ou parente do sexo masculino) ou ainda à hierarquia da Igreja, caso se tornasse freira. Ora, as Representações Sociais nada mais são do que Construções Coletivas dos Grupos Sociais que se inserem num Imaginário mais amplo.

Desta forma, os Homens e as Mulheres como seres histórico-sociais nascem e se formam ligados a valores e significações sociais herdadas histórico-socialmente. É partindo dessas significações anteriores herdadas e de uma realidade que precisa ser compreendida e conhecida que os seres sociais constroem suas Representações.

Para entender as Representações Sociais, é necessário inicialmente compreender a noção de Representação. Este termo comumente é associado a dois fenômenos: primeiro, ao processo de fazer corresponder dois elementos (representante e representado), no qual o primeiro substitua ou apresente o segundo; segundo, a um aspecto do resultado deste processo, ou seja, ao produto, o elemento representante (Santos, 1996). Neste sentido, a noção de Representação remete necessariamente à atividade simbólica que, cotidianamente, utilizamos. A linguagem, por exemplo, é um dos sistemas de referências mais presentes no nosso dia-a-dia que utilizamos para substituir objetos ausentes. O ser humano para ler a realidade e compreendê-la, *re-presenta*, ou seja, torna-a presente novamente, toma a realidade já existente e atribui-lhe significados, valores.

A noção de Representação Social parte disso, mas é muito mais complexa. Foi utilizada pela primeira vez por Serge Moscovici em 1961, para designar o que ele chamou de “Teorias do Senso Comum”, utilizadas para orientar as condutas e ações dos Grupos Sociais. Moscovici parte da idéia de que esses Grupos utilizam sistemas de referências para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da vida cotidiana. A circulação crescente das informações científicas e/ou coletivas através do acesso a televisão, jornais, revistas, a comunicação entre as pessoas (telefone, Internet) e o processo natural que se dá nas conversas – recortes, resumos, classificações -, tudo isto, misturado com experiências, impressões e recordações pessoais, cria o fenômeno de formação no senso comum, de *teorias coletivas*¹⁰¹ *sui generis* que visam interpretar e reconstruir o Mundo Real e regular as condutas desejáveis ou não. Assim, as Representações Sociais estariam ancoradas em Representações Coletivas ou em Informações Científicas¹⁰².

É uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. (...) A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais, os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação (Moscovici, 1978, p. 26-28).

Ora, as novas questões e acontecimentos sociais exigem que busquemos compreendê-los, aproximando-nos deles com o conhecimento, a experiência e os valores adquiridos socialmente. Na busca de explicações e através da interação social, vão se produzindo as novas Representações Sociais, que visam a orientar as condutas, explicar o objeto e facilitar a comunicação. Assim, o que antes era novo, inalcançável, desconhecido

¹⁰¹ O grifo visa a chamar atenção para a impossibilidade de um indivíduo “sozinho” construir uma Representação Social. Ela, necessariamente, é a forma de pensar de um Grupo Social que se expressa através dos indivíduos, os quais imprimem nas Representações Sociais marcas de suas singularidades, suas nuances individuais.

¹⁰² - Inicialmente Moscovici vai conceituar Representações Sociais como um fenômeno tipicamente moderno, no qual a Ciência penetraria no dia-a-dia das pessoas e geraria esse novo senso comum. Posteriormente, reelaborou o conceito e admitiu que as Representações Sociais também se formam a partir de Representações Coletivas.

torna-se familiar e alcançável e o conhecimento, valores e experiências anteriores são reformulados, revistos, reconstruídos, tornando também o familiar insólito, com novos elementos, novas configurações e significações novas. “*Desse trabalho mil vezes começado, repetido e deslocado de um ponto para outro da esfera, os acontecimentos e as surpresas que captam a atenção dão origem às nossas representações sociais*” (Moscovici, 1978, p.55).

Para a Teoria das Representações Sociais, o sujeito não é um simples codificador de mensagens recebidas de fora (Visão Cognitivista), não reproduz passivamente o objeto. Ele é ativo, ele reconstrói a Realidade. Moscovici não nega que as Representações Sociais tenham um Componente Cognitivo, mas lembra que elas não se reduzem a isso, tendo também o Componente Social.

Aliás, o Sistema Cognitivo das Representações Sociais é composto de 2 Subsistemas: o Operatório, que realiza associações, inclusões, discriminações e deduções, e o Metafísico, que controla o material produzido pelo primeiro. Contudo o conceito de Moscovici, como já assinalamos anteriormente, rompe com a Visão Cognitivista e prioriza o Aspecto Social. “*As representações sociais estão submetidas aos processos cognitivos do sujeito, mas determinadas pelas condições sociais*” (Santos, 1996).

Neste sentido, a imagem vista normalmente como um reflexo interno de uma realidade externa, como sensações mentais de impressões que os objetos e as pessoas deixam no nosso cérebro, não serve para exprimir o que Moscovici deseja. Ele não admite passividade no sujeito. O sujeito é construtor da Realidade não somente através da ação, mas também na Representação Social. Assim, nesta não há separação entre o exterior e o interior, ou seja, “*A resposta não é uma reação ao estímulo, mas até certo ponto, está na sua origem. O estímulo é determinado pela resposta*” (Moscovici, 1978, p. 48). Desta

forma, o que Moscovici deseja assinalar com esta afirmação é que o sujeito interfere também com suas Representações na Realidade Social já dada.

Para chegar a essas afirmações, Moscovici desenvolveu seus estudos a partir de três pressupostos básicos (também sintetizados por Berger & Luckmann (1996)) : a) a Sociedade é um produto humano; b) a Sociedade é uma realidade objetiva; c) o Ser Humano é um produto Social. Dito desta forma, estas três constatações parecem óbvias e banais, contudo a eterna discussão entre objetivistas e subjetivistas parte da superestimação de um destes aspectos. A grande dificuldade consiste em não superestimar nenhum deles, ou seja, em tentar ter um novo olhar para a questão da relação sujeito x objeto. A este respeito, Berger e Luckmann afirmam:

A sociedade possui na verdade facticidade objetiva. E a sociedade de fato é construída pela atividade que expressa um significado subjetivo. (...) É precisamente o duplo caráter da sociedade em termos de facticidade objetiva e significado subjetivo que torna sua ‘realidade sui generis’ (1996, p. 33-34).

Assim, “*a sociedade como produto humano, dá-se na compreensão de que um objeto social só é na relação com o sujeito e o sujeito recria os objetos ao apreendê-los, atribuindo-lhes significados*” (Santos, 1996). Esta é a compreensão da qual parte Moscovici para desenvolver o conceito de Representações Sociais.

As afirmações de Moscovici a respeito do sujeito como construtor da Realidade, por vezes, foram confundidas com posturas que negam a anterioridade ontológica desta. Moscovici nega veementemente tal confusão e esclarece sua posição, ao afirmar:

Não há nada nas representações que não haja na realidade, a não ser a própria representação. O próprio termo representação implica a existência de uma realidade independente pré-representada, que é de espécie natural ou de construção social. (...) A representação supõe o pré-representado. Nem tudo é construído numa construção, ou seja,

mesmo a representação construindo a realidade, ela encontra também uma realidade já dada (Moscovici, 1994, s.p.).

Por outro lado e ao mesmo tempo, Moscovici defende que as Representações Sociais tornam-se realidade. Assim, complementando o seu pensamento, diz: “*Damos um status ontológico às nossas representações, uma espécie de realidade pública. Nos situamos em um mundo de realidades compartilhadas*”(Ibidem).

Esses significados compartilhados que constituem o cerne do conceito de Representações Sociais devem ser distinguidos de outros conceitos parecidos. Para começar, o conceito de Representações Sociais ultrapassa a noção de Opinião e de Atitude, apesar de contê-las. A Opinião “é uma fórmula socialmente valorizada a que um indivíduo adere, e por outro lado, uma tomada de posição sobre um assunto controvertido da sociedade”(Moscovici, 1978, p. 46). É pouco estável, incide sobre pontos particulares e é um momento de formação de atitudes. Já Atitude “é a orientação global em relação ao objeto representado” (Ibidem, p. 71). Normalmente, é-se favorável ou desfavorável a alguma coisa, mas há atitudes intermediárias. Desta forma, a Opinião e a Atitude são elementos presentes na Representação Social, na verdade, são momentos de construção da Representação Social.

Na Representação Social, somam-se também elementos de ordem perceptual e conceitual. A percepção é predominantemente sensorial e o conceito intelectual. O primeiro implica a presença do objeto, o outro, a sua ausência. A Representação Social torna a percepção e o conceito intercambiáveis. A ausência do objeto é condição do aparecimento da Representação Social, mas a Representação deve recuperar o objeto tornando-o tangível, como na percepção.

Do conceito, a Representação Social vai reter o poder de organizar, unir, filtrar o que vai ser reinterpretado. Da percepção, ela retém a capacidade de registrar o inorganizado e o descontínuo.

Assim, Moscovici elabora um conceito que é um meio termo entre o Social e o psíquico, afastando-se da Perspectiva Sociologizante¹⁰³ e Psicologizante, sendo assim, um Conceito Psicossocial.

Talvez possamos clarear mais o conceito de Representação Social se o aproximarmos de outros conceitos com os quais este é comumente confundido. A distância deste para a Ciência talvez seja a mais clara, uma vez que esta é uma forma de conhecimento mais metódica baseada na validade empírica, que busca a verdade do objeto e não admite contradições em suas teorias¹⁰⁴. Já a Representação Social tem validação consensual, segue um caminho “natural”, visando a compreender o Real, justificar as tomadas de posição e condutas do sujeito, salvaguardando as especificidades e valores do grupo e orientando as comunicações sociais. Neste sentido, é por vezes um pensamento contraditório e que admite o primado da conclusão, ou seja, esta é dada desde o princípio do raciocínio e é quem determina a seleção dos argumentos que servirão para demonstrar esta mesma conclusão, num raciocínio circular e tautológico.

A Representação Social, portanto, tem a função de contribuir exclusivamente para os processos de formação da conduta e de orientação das comunicações sociais. Pode-se argumentar que a Ciência e a Ideologia também orientam condutas e comunicações, mas estas não são seus objetivos principais. Segundo Moscovici (1978), para propor condutas e

¹⁰³ - Por este motivo, apesar de partir do conceito de Representação Coletiva de Durkheim, Moscovici não o considera apropriado, pois o conceito era muito amplo, não se preocupava em explicar os processos que dão origem à pluralidade dos pensamentos e era estático. A preocupação de Moscovici era elaborar um conceito que desse conta da dinamicidade e rapidez da Sociedade atual.

¹⁰⁴ - Aqui estamos nos limitando ao conceito de Ciência mais difundido e aceito Socialmente a partir do Iluminismo. As controvérsias neste campo são enormes e vão desde a discussão que afirma que não se pode falar de “A Ciência”, mas de “Ciências” com métodos e posturas teóricas diversas, até as “novas” discussões no campo científico, que questionam que o objetivo da Ciência seja a busca da verdade. Ver a este respeito: Demo, 1989; Bruyne, 1991; Alves, 1981; Comissão Gulbenkian, 1996 e Prigogine, 1999.

comunicações, tanto a Ciência quanto a Ideologia transformam-se em Representações Sociais. Assim, a razão de ser destas últimas é consolidar a estrutura interna do grupo e, por isso, visam à comunicação de idéias e não se espera delas nenhum produto, pois objetivam simplesmente servir para o indivíduo ou grupo poder orientar-se, poder compreender e ler a Realidade. Por fim, é transitória e limitada no tempo(Ibidem).

Têm-se, portanto, as seguintes distinções básicas entre Ciência e as “Teorias do Senso Comum”:

	CIÊNCIA	SENSO COMUM
ELABORAÇÃO	<i>Parte de passos delimitados:</i> delimitação do problema, hipóteses, observação, experimentação, validação, previsão e aplicação dos resultados.	Parte da objetivação e conduta, seguindo <i>uma lógica natural</i> . Admite contradições nas suas formulações.
FUNÇÃO	Conhecer a natureza e dominá-la. Buscar conhecer os fenômenos e se aproximar da verdade objetiva.	Orientar condutas, possibilitar a comunicação, compreender e explicar a Realidade Social, justificar as tomadas de posição e condutas do sujeito, salvaguardar as especificidades do grupo, definindo identidades.

Mesmo partindo desta diferenciação, Moscovici não admite uma hierarquia entre Ciência e Senso Comum. Ambos são importantes e servem a finalidades distintas. Para Trindade (1991), a Teoria das Representações Sociais possibilitou a recuperação da importância do Senso Comum, até então visto como um saber menos importante, ilusório.

Neste sentido, para esta teoria não tem sentido falar em erro, quando a Representação se distancia da Realidade Objetiva. O objetivo da referida Teoria não é chegar à verdade, não é discutir os erros presentes numa Representação, mas compreender como e por que se manifesta uma determinada forma de pensamento que tem sua explicação e razão de ser no Social. Deste modo, a Representação Social não é algo falso por não ser científico. É somente uma forma de conhecimento diferente do Conhecimento Científico.

Destarte, é preciso ter claro que nem Moscovici nem todos os que adotam a Teoria das Representações Sociais negam a existência da verdade ou a importância de discutir esta questão. Não é que não exista erro, inverdade, no sentido clássico da definição da verdade. A questão é que o objetivo da Teoria, como já assinalamos, não é discuti-lo, é compreendê-lo como uma forma de representação do mundo. Tem-se claro, portanto, que nem sempre a forma como os Homens e as Mulheres representam a si mesmos, sua época, sua sociedade corresponde àquilo que de fato é a Realidade, ou seja, aquilo que os indivíduos pensam ou representam não coincide, por vezes, com o Real. Como afirma Marx:

As representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, estas representações são a expressão consciente - real ou ilusória - de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização política e social (Marx e Engels, 1991, p. 36).

Assim sendo, mesmo que as Representações Sociais de um determinado grupo, acerca da Realidade, afastem-se do que ela é objetivamente, ontologicamente, a Teoria das Representações Sociais, como já assinalamos, não tem como fim mostrar esse “*erro*”, esse afastamento do Real. Seu objetivo é compreender como e por que uma determinada forma

de pensamento social se desenvolveu. É desta forma que a Teoria das Representações Sociais comprehende o Senso Comum.

É justamente porque parte deste ponto de vista, que esta Teoria traz a possibilidade de recuperação da importância do Senso Comum. Contudo, é fundamental reiterar que a Ciência, do nosso ponto de vista, ainda visa a aproximar-se da verdade objetiva e, no âmbito da Academia, este é o objetivo buscado¹⁰⁵. Neste sentido, não podemos confundir o que as pessoas representam sobre a Realidade com a Realidade de fato. Desta forma, é importante conhecer essas formas de Representação, comprehendê-las em relação a seu contexto de construção e de suas funções sociais, embora seja fundamental também confrontá-las com a Realidade, percebendo em que se distanciam em relação a ela¹⁰⁶ e, caso necessário, encontrar caminhos para a transformação dessas Representações¹⁰⁷.

Outro conceito comumente confundido também com o conceito de Representação Social é o de Ideologia, pois a diferença entre ambos é sutil. A Ideologia é uma visão de mundo, uma concepção de mundo que tende a qualificar **globalmente** um conjunto de atividades intelectuais e práticas. Tal interpretação baseia-se em Gramsci¹⁰⁸ e, hoje, esta é a concepção mais conhecida, inclusive no Senso Comum, no qual, quase sempre, o termo

¹⁰⁵ - No nosso caso, que trabalhamos com Ciências Humanas e Sociais, buscar a objetividade em nossas pesquisas significa buscar a *objetivização da subjetividade dos outros* (ver Apêndice).

¹⁰⁶ - Esta posição suscita um questionamento que indaga: o que nos assegura que temos a Representação mais próxima do Real? O que nos assegura que o Real é assim como supomos e não de outra forma? Teoricamente nada nos garante. De toda forma, é preciso ter um critério para compreendermos e analisarmos, da forma mais adequada e criticamente possível, nossos “*objetos*” de estudo. Logicamente, o critério da intersubjetividade não pode ser descartado da Academia, pois além dos critérios objetivos da verdade, a Comunidade Científica também é chamada a se posicionar. Contudo, a resposta materialista a esta questão, com a qual concordo, afirma que é a *práxis*. “A *práxis* é o critério de verdade, pois no terreno da discussão teórica não há solução possível para esta questão” (Karl Marx, Teses nº 2 sobre Feuerbach).

¹⁰⁷ - Parece-me que, caso não se tenha em mente esta possibilidade, a saber: a intervenção sobre as Representações Sociais com vistas a transformar aquelas que se julguem necessário, a Teoria das Representações Sociais corre o perigo de só interpretar o mundo e de não contribuir para sua transformação, servindo, portanto, ao *status quo*. E aqui, mas uma vez, valho-me de Marx quando afirma: “Os filósofos até agora se preocuparam em interpretar o mundo, o que importa é transformá-lo” (Teses nº 11 sobre Feuerbach).

¹⁰⁸ - O conceito de Ideologia, de larga utilização nas Teorias Marxistas, inicialmente foi usado por Marx, referindo-se a um conjunto de idéias que mascaram a realidade com um nítido recorte de Classe. Posteriormente, outros autores marxistas, conservaram o recorte de Classe, mas passaram a utilizá-lo com o sentido de conjunto de idéias de uma determinada Classe Social. Gramsci será o autor marxista que deu mais amplidão a tal conceito, conceituando-o como visão de mundo.

significa “visão de mundo” ou “conjunto de idéias”. As Representações Sociais, por sua vez, se referem a objetos específicos. As Ideologias – mais amplas portanto - se expressam nas Representações Sociais de objetos específicos.

Enfim, a proposta de Moscovici, que ele denomina **realismo social**, visa a romper com a dicotomia sujeito-objeto, estudar mais profundamente a maneira como se formam e se desenvolvem as Teorias do Senso Comum, lembrando sempre que há uma Realidade que precede o sujeito (Realidade Natural e Social), mas que ambas são reconstruídas por esse mesmo sujeito. É neste processo de reconstrução da Realidade que se dá a formação das Representações Sociais. Veremos isto a seguir.

1.1 – Processo de Formação das Representações Sociais

No cotidiano da vida moderna, com o acesso à informação de forma cada vez mais veloz, somos chamados a nos posicionar sobre diversos assuntos, ou seja, sofremos uma *pressão para a inferência*. Acerca desses assuntos sobre os quais somos chamados a nos posicionar, nem sempre dispomos de informações suficientes. Assim devido à defasagem entre o nosso conhecimento e a posição que temos que tomar e a *dispersão de informações* existente na Sociedade, simplesmente escolhemos uma posição. Tendemos a escolher aquelas que mais se harmonizem com nossas posições construídas ao longo de nossa história (valores familiares, amigos mais próximos, grupos de inserção políticos, culturais etc). A isso denomina-se *focalização* dos sujeitos sobre determinados aspectos do objeto. Esses três elementos (pressão para a inferência, a dispersão de informações e a focalização) são apontados por Moscovici como os determinantes sociais que levam à formação das Representações Sociais. Dito de outra forma: há na Sociedade atual, moderna, dinâmica, na qual a informação circula por todos os meios possíveis e a uma velocidade excepcional –

impensável há poucos anos atrás – uma pressão para nos posicionarmos acerca dos mais diversos assuntos. Incapazes de processarmos tudo o que nos chega, escolhemos determinadas posições que mais se adequam a nossos valores. Essa é a dinâmica social que leva à formação das Representações Sociais.

Para serem formadas internamente, as Representações Sociais passam também por dois processos principais: *a objetivação e a ancoragem*. A objetivação transforma o conceito em imagem, de modo que as idéias novas que nos chegam tornam-se palpáveis, concretas, exteriores e encontradas nos outros e em nós mesmos. A objetivação se dá a partir de 3 movimentos: a) seleção e descontextualização - aqui apenas alguns elementos do objeto são retidos em função de significados já existentes, tais elementos ao serem extraídos, separados, são descontextualizados; b) formação do núcleo figurativo – é a construção do núcleo imaginante (imagem) a partir da transformação dos conceitos apreendidos; c) naturalização – enfim, os elementos construídos Socialmente passam a ser percebidos como elementos da própria realidade do objeto.

Já a ancoragem¹⁰⁹ é a inserção do objeto num sistema de pensamentos pré-existentes, estabelecendo significações. Nesse processo, é bom ressaltar, modifica-se a significação do objeto ao inseri-lo em significações pré-existentes e modifica-se, ao mesmo tempo, essas significações anteriores nas quais se insere o objeto. A ancoragem dá-se também em três movimentos: a) atribuição de sentido, que é inscrever a Representação do objeto num sistema de valores e conhecimentos anteriores; b) instrumentalização do saber, na qual se utiliza a Representação Social construída do objeto para traduzir e compreender o mundo; c) enraizamento no sistema de pensamento, no qual se realiza a sedimentação da

¹⁰⁹ - A palavra “ancoragem” é um termo técnico que designa a inserção de uma barra metálica entre duas paredes para impedir que se afastem. Moscovici a utiliza para fazer uma analogia com a função da ancoragem na construção das Representações Sociais, que é a inserção do objeto no contexto Social e nos valores já recebidos anteriormente (Moscovici, 1978).

nova Representação nas significações anteriores (Cf. Santos, 1996; Moscovici, 1978; Ribeiro, 2000; Mazzotti, 1994).

Em resumo, pode-se afirmar, simplificadamente, que a objetivação apreende o objeto e o liga a uma imagem, e a ancoragem dá um sentido a essa figura. É importante ressaltar ainda que os dois processos são simultâneos e se relacionam dialeticamente, não havendo relação de anterioridade e/ou causação entre os dois.

Desta forma, no processo de organização da Representação Social, nenhum elemento pode ser branco e preto ao mesmo tempo. Repartem-se objetos, indivíduos e comportamentos em classes definidas a fim de alcançar clareza cognitiva (Moscovici, 1978). E para se constituir como organização cognitiva, a Representação Social parte de dois princípios:

A analogia – que permite a construção do objeto representado a partir de uma informação sumária sobre o objeto mesmo, relacionando seus atributos com atributos semelhantes pertencentes a outros objetos; e a compensação – operações que fazemos maximizando as diferenças ou semelhanças a fim de introduzir o objeto em uma determinada classe. É uma tendência à estabilidade e coerência na inserção do objeto em classes (Santos, 1996).

Neste sentido, as Representações Sociais estão submetidas aos processos cognitivos do sujeito, embora sejam sempre determinadas pelas condições sociais nas quais se inserem este mesmo sujeito. Por outro lado, este, mesmo sendo determinado, do ponto de vista histórico e Social, não é um mero joguete dessas condições, ele as re-elabora e as reconstrói. Em Moscovici, portanto, o sujeito, ao mesmo tempo que é determinado, jamais é passivo: *“Para nós há um sujeito que tem uma identidade Social e individual, portanto não há redução cognitiva”* (Moscovici, 1994, s/p).

Em termos gerais, a tentativa de aproximação da Teoria das Representações Sociais levou-nos à descrição dos seus processos de formação e a considerações acerca do funcionamento do Sistema Cognitivo no processo de organização da Representação Social. Vimos que, nos *processos de formação*, as Representações Sociais visam a contribuir para a gênese das condutas e comunicações sociais e preservar a identidade e coesão do grupo. Vimos, ainda, os dois processos formativos da Representação Social : *a objetivação e a ancoragem*. No primeiro, dá-se a passagem de conceitos e idéias para imagens concretas, com base em informações parciais e selecionadas. Dá-se, assim, a naturalização dos termos abstratos. Esse processo contribui para formar o núcleo imaginante da Representação Social. Já na ancoragem dá-se a constituição de uma rede de significações em torno do objeto, que passa a orientar as conexões entre este e o meio Social. A Representação torna-se, então, um mediador e um critério das relações entre os grupos. Foram vistos então os determinantes sociais para a formação da Representação que são a *dispersão das informações, a pressão para inferência e a focalização dos grupos e indivíduos*.

Por fim, vimos a Representação Social como Sistema Cognitivo, o qual se subdivide em 2 Subsistemas: o Operatório - que realiza associações, inclusões, discriminações e deduções - e o Metafísico - que controla o material produzido pelo primeiro. Os princípios intelectuais subjacentes, que regem o Sistema Cognitivo em suas operações mentais são: a Analogia e a Compensação (Moscovici, 1978). (Ver Quadro sintético sobre Representações Sociais: componentes, processo de formação etc, no Anexo 2)

Para, contudo, darmos conta adequadamente da estrutura e dinâmica interna da Representação Social, da qual nos ocuparemos neste trabalho, achamos necessário acrescentar às formulações de Moscovici, a contribuição de Jean-Claude Abric, que, partindo de uma aparente contradição presente na Teoria das Representações Sociais,

desenvolveu a Abordagem Estrutural das Representações Sociais ou a Teoria do Núcleo Central, como é comumente conhecida. É dela que trataremos a seguir.

1.2 – A Abordagem Estrutural das Representações Sociais ou a Teoria do Núcleo Central

Moscovici, ao desenvolver a Teoria das Representações Sociais, afirma que estas são, concomitantemente, estáveis e flexíveis, individuais e coletivas. Tal afirmação trouxe, por um certo tempo, um problema para os teóricos que utilizavam a Teoria: Como uma Representação Social pode ter características contraditórias ao mesmo tempo? Esta aparente contradição da Teoria levou Jean-Claude Abric a desenvolver a idéia de que a Representação Social é uma entidade unitária, mas regida por um sistema interno duplo: o Núcleo Central e o Sistema Periférico, e que a existência de ambos explicaria essa aparente contradição.

Abric (2000) afirma assim que toda Representação Social se estrutura em torno de um Núcleo Central, ao redor do qual estaria o Sistema Periférico. O Núcleo Central corresponderia àquele conjunto de elementos pertencentes à Representação Social que, como o próprio nome já assinala, são centrais nesta, ou seja, corresponde aos elementos mais rígidos, não flexíveis, mais resistentes a mudança. Por formarem um núcleo, seus elementos são mais ligados entre si formando uma rede intrincada. Tal núcleo duro resistirá a mudança, pois qualquer modificação neste acarretará uma modificação completa na Representação Social, ou seja, qualquer mudança nos elementos do núcleo indica uma mudança de Representação. Assim, o Núcleo Central é um sub-conjunto da Representação, composto de um ou mais elementos, cuja ausência desestruturaria a Representação ou lhe daria uma significação completamente diferente (Sá, 1996).

Ainda segundo Abric (1998), as Representações Sociais têm um Núcleo Central porque elas são uma manifestação do pensamento social e, em todo pensamento social, um

certo número de crenças, coletivamente engendradas e historicamente determinadas, não pode ser questionado, porque essas crenças fundamentam modos de vida e elas garantem a identidade e a perenidade de um grupo social.

Assim, o Núcleo Central assegura três funções essenciais para a Representação Social:

- **a significação da Representação** (função geradora) - é através dessa função que o Núcleo Central cria ou transforma o significado dos outros elementos constitutivos da Representação Social, ou seja, é através do Núcleo Central que os outros elementos ganham um sentido ou um valor.
- **sua organização interna** (função organizadora) - permite que se estabeleça a natureza dos elos que unem entre si os elementos.
- **sua estabilidade** (função estabilizadora)- por ser resistente a mudança, o Núcleo Central tem a função de estabilizar a Representação Social.

Acerca da importância da organização dos elementos que formam o conteúdo da Representação Social, Abric (1998, p. 2-3) assinala:

A apreensão do conteúdo de uma representação não é, portanto, suficiente para se conhecer e definir uma representação, é a organização desse conteúdo que é essencial: duas representações sociais podem ter o mesmo conteúdo e ser, entretanto, radicalmente diferentes, se a organização deste conteúdo é diferente. Duas representações serão consideradas como idênticas se elas são organizadas em torno de um mesmo núcleo central, mesmo se o seu conteúdo é extremamente diferente.

Neste sentido, para sabermos efetivamente, se uma Representação está em modificação ou não, se são idênticas ou não, é necessário conhecermos seu Núcleo Central e seu Sistema Periférico, ou seja, conhecer sua estruturação interna, pois

Não é o fato de compartilhar um mesmo conteúdo que define a homogeneidade de um grupo com relação a um objeto da representação: é o fato de se referir aos mesmos valores

centrais apresentados no núcleo. *Pesquisar o núcleo Central é, portanto, pesquisar a raiz, o fundamento social da representação*, que, em seguida, modular-se-á, diferenciar-se-á e individualizar-se-á no sistema periférico (Abric, 1998, p. 5, grifos originais).

Destarte, o Sistema Periférico corresponderia àqueles elementos presentes na Representação Social que são mais flexíveis e menos centrais, por conseguinte mais fáceis de modificarem-se. É esse Sistema que permite as diferenças individuais e que é mais associado, assim, às características mais individuais e ao contexto imediato no qual os indivíduos estão inseridos. Sendo mais próximo da realidade e mais concreto, permite, mesmo aos indivíduos que partilham da mesma Representação, práticas diferenciadas (Abric, 2000). Neste sentido, o Sistema Periférico, segundo Abric (1998), tem cinco funções principais:

- **Concretização** - É na periferia que a Representação aparece em termos concretos, ancorados na Realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis.
- **Regulação** - Permite a adaptação da Representação às evoluções do contexto, ou seja, o Sistema Periférico se adapta às transformações da situação concreta pela modificação de certos elementos periféricos e/ou pela integração de elementos novos, sem modificar, entretanto, os elementos centrais da Representação.
- **Prescrição dos comportamentos** - Os elementos periféricos funcionam como esquemas, definindo assim o que é normal dizer ou fazer, numa situação dada, levando em conta a significação e a finalidade da situação. Eles guiam a ação de maneira instantânea.
- **Proteção do Núcleo Central** - O Sistema Periférico constitui o sistema de defesa da Representação. Ele permite absorver, levar em conta os elementos novos e contraditórios com o Núcleo, sem entretanto, pôr em questão a Representação, sem mexer, portanto, com o Núcleo Central.

- **Modulações personalizadas** - O Sistema Periférico permite, enfim, uma diferenciação do conteúdo da Representação em função do que cada indivíduo viveu e das características individuais. É nele que aparecem, portanto, as nuances individuais.

Sinteticamente, apresentamos num Quadro as diferenças entre o Sistema/Núcleo Central e o Sistema Periférico.

SISTEMA CENTRAL	SISTEMA PERIFÉRICO
Ligado à memória coletiva	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Superta a heterogeneidade do grupo
Estável	Flexível
Coerente e rígido	Superta as contradições
Resistente a mudança	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Funções: Significação da Representação Determina sua organização Permite a estabilidade da Representação	Funções: Permite a adaptação à Realidade (regulação) Permite a diferenciação do conteúdo (individualizações) Protege o sistema central Responsável pela concretização e prescrição dos comportamentos

Fonte: Sá, 1996 (com adaptações nossas).

Na verdade, ao propor a Teoria do Núcleo Central, Abric estava também preocupado em explicar o processo de transformação das Representações Sociais. Como se dá esse processo? O que fazer quando se deseja interferir ou transformar uma

Representação Social? Partindo destas indagações e da relação entre o Núcleo Central e o Sistema Periférico e, logicamente, da relação de ambas com todo o contexto Social e suas práticas, Abric assinalou a possibilidade de ocorrerem diferentes tipos de transformações nas Representações Sociais.

Destarte, esse autor (2000) afirma que o processo de transformação das Representações Sociais ocorre quando as pessoas percebem o surgimento de novas práticas sociais como irreversíveis, ou seja, pessoas “obrigadas” a conviver com novas práticas, adaptam-se a elas, modificando suas representações, somente se as percebem como irreversíveis. Caso contrário, não modificam substancialmente suas representações, nem suas práticas, adaptando-se temporariamente às novas situações e, voltando posteriormente, assim que possível, às práticas antigas com suas respectivas representações. Neste sentido, a relação Práticas/Representações Sociais é fundamental não só para compreender as Representações Sociais como para estudar seu processo de transformação.

Partindo deste pressuposto, Abric (1998 e 2000) estabelece 3 tipos possíveis de transformação nas Representações Sociais . São elas:

.Transformação resistente - quando surgem elementos novos e estranhos à Representação Social, estes são incorporados ao Sistema Periférico, evitando, assim, o questionamento do Núcleo Central, embora, com a multiplicação desses esquemas estranhos, ao longo do tempo, possa se dar a transformação do Núcleo que, neste caso, será lenta e gradual.

.Transformação progressiva - neste caso, as práticas novas não são totalmente contraditórias com o Núcleo Central, de modo que vai se dando a incorporação progressiva desses elementos novos a este. A transformação ocorre, então, sem rupturas.

Transformação brutal – ocorre quando práticas novas atacam diretamente o significado central da Representação Social, ou seja, seu Núcleo Central. Neste caso, não é possível a utilização dos mecanismos de defesa do Sistema Periférico. Aqui, observa-se a importância das práticas novas, de sua permanência e de seu caráter irreversível que provocam uma transformação direta e completa no Núcleo Central.

Estas considerações de Abric, bem como as formuladas inicialmente por Moscovici, levaram inúmeros pesquisadores - Abric (1998 e 2000), Flament (1994) , Almeida, Santos e Trindade (2002) e Rouquette (2000) entre outros - a analisar a relação Práticas/Representações Sociais e a tentarem esclarecer como se dá a relação entre ambas. Entre estes estudos, aproximamo-nos das considerações de Rouquette que estabelece algumas diferenciações de ordem conceitual, que também achamos por bem esclarecer.

Essa relação normalmente parece sempre muito complexa para todos os que refletem sobre ela, pois, ao mesmo tempo que o que fazemos depende do que pensamos, ou seja, nossas práticas dependem de nossas Representações; por outro lado, nossas Representações dependem e mudam de acordo com nossas vivências e práticas anteriores e, neste caso, nossas Representações dependem de nossas práticas. Alguns pensadores inclusive se recusam a assumir uma posição acerca dessa relação, afirmando que é algo sobre o qual nunca se poderá dar uma palavra certa e definitiva.

De fato, é impossível estabelecer uma posição com certeza, mas parece-nos que, no terreno da Ciência, nenhuma posição se estabelece para sempre, nem como certezas absolutas. Assim, podemos nos posicionar, fazendo a ressalva de que não se trata de uma posição baseada em certezas absolutas, mas em considerações que nos parecem prováveis.

A primeira colocação feita por Rouquette (2000), que nos parece pertinente, é estabelecer que estes dois elementos, a saber: Práticas e Representações Sociais, não estão numa relação de dependência causal, mas de correlação.

Para demonstrar esta afirmação, Rouquette mostra que o que se pensa ou se representa pode ser modificado, pode-se encontrar alternativas diversas, escolhas outras, e, neste sentido, existe um certo grau de liberdade para a modificação das Representações. Assim, o conteúdo do Pensamento e das Representações são “revisáveis”. Já no terreno da Prática e da Realidade Objetiva, aquilo que faço nem sempre é o que escolhi. Sou obrigado, como indivíduo social, a ter determinados modos de comportamento, condutas e práticas, isto porque a *“a realidade social ou banalmente física, não tem a mesma plasticidade que as representações (...) e as consequências ou efeitos manifestos das condutas sempre se impõem, talvez pelos caminhos mais inesperados”* (Rouquette, Op. Cit, p. 42-3). Neste sentido, podemos afirmar, então, que, no primeiro caso, temos uma relação de condição de coerção variável e, no segundo, uma determinação objetiva, ou seja,

Não é mais exato dizer, sem outra precisão, que ‘as representações sociais e as práticas se influenciam reciprocamente’, uma vez que não se trata de reciprocidade; para uma maior informação, convém tomar as representações como uma condição das práticas, e as práticas como um agente de transformação das representações (Rouquette, 2000, p. 43, grifos originais).

Dito de outra forma, segundo Rouquette, a influência recíproca das Representações e das Práticas deve ser compreendida como *condição*, quando se tratar do papel das Representações no desenvolvimento da conduta, e como *determinação*, quando se tratar da ação das Práticas sobre as modalidades do conhecimento ou da Representação¹¹⁰. É partindo desse entendimento que analisaremos nosso objeto de estudo.

Desta forma, como nosso interesse é analisar as Representações Sociais dos Assistentes Sociais acerca do “Ser Mulher”, se as novas práticas sociais determinaram

¹¹⁰ Esta posição não é consenso entre os que adotam a Teoria da Representação Social. Abric no I Encontro Internacional “Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano” (CAPES/COFECUB) em Junho de 2003, em Brasília –DF, defendeu posição contrária a esta defendida por Rouquette.

mudanças nas formas de representar o “Ser Mulher”, ou se estas continuam presas a uma visão tradicional da Mulher, parece-nos pertinente a utilização da Teoria das Representações Sociais, pelas possibilidades abertas por esta para analisar o nosso objeto. Neste sentido, Santos(1996) nos lembra que “*adotar uma postura teórica significa ter um guia de conduta*” que nos auxilia na delimitação do problema, na definição dos procedimentos metodológicos e na forma de abordar o problema. Foi isso que a Teoria das Representações Sociais nos possibilitou e é disto que trataremos a seguir.

1.3 - No Caminho das Representações Sociais: o nosso Percurso Teórico-Metodológico

No Brasil, vem crescendo a fecundidade teórica no campo das Representações Sociais, no sentido de vir a compreender os principais fenômenos brasileiros. Dentre os estudos teóricos nesta área, destacamos obras como as de Guareschi e Jovchelovitch (1995), que oferecem resultados de pesquisas sobre Neopentecostalismo, Gênero e AIDS; ou Moreira (2001), com pesquisas na área de Saúde, Exclusão Social, Educação, Gênero, Epilepsia, Maternidade, Drogas, Depressão Infantil, Problema Ambiental, Realidade Urbana e Meninos de Rua.

As pesquisas sobre Gênero, no Brasil, vêm se destacando principalmente no que diz respeito à preocupação com a transformação das Representações Sociais e das práticas influenciadas por elas. Assim, temos estudos sobre Maternidade e Paternidade (Trindade, 1991 e 1998; Ribeiro, 2000; Santos, Novelino e Nascimento, 2001), Identidade de Gênero (Duveen, 1995), Sexualidade (Martinez,1998), Menopausa (Villafuerte, 1998), Família e Dominação Masculina (Osterne, 2001), entre outros.

Na leitura dessas obras, pudemos constatar que alguns resultados semelhantes podem nos ajudar em nossas preocupações com o Serviço Social, a predominância feminina e a questão da *subalternidade profissional*. Em todos eles, as Representações

Sociais dos (as) entrevistados (as) apontam para uma dicotomia muito forte entre o “Ser Homem” e o “Ser Mulher”, configurados na identidade masculina (homem calado, reservado, sem expressar as emoções, forte, determinado, senhor do espaço público) e feminina (mulher falante, expressando livremente suas emoções, forte, mas necessitando do homem como apoio – mesmo quando não necessário - responsável pelo espaço doméstico, pelas crianças e pelas relações familiares).

Mesmo nos estudos que não visavam especificamente a investigar questões relativas a Gênero, como os de Moscovici sobre Psicanálise, estas questões aparecem. Assim, no seu já clássico estudo, os entrevistados associam Psicanálise às Mulheres, por seu exibicionismo, tempo livre e fraqueza/fragilidade. Os entrevistados afirmam ainda que os Homens são fortes e não têm tempo para estas coisas. Por outro lado, associa-se doença a fragilidade, desvirilização e sensibilização, o que, mais uma vez, leva a que se associe doença a “coisa de mulher”. Da mesma forma, o autor, ao perguntar aos entrevistados a imagem que tinham de psicanalista, obteve como resultado: Homem, barbudo e de óculos. Esta imagem, na verdade, está associada à força, maturidade e inteligência, e por isso não se associa a figura de psicanalista a uma Mulher.

Essa dicotomia entre o “Ser Homem” e “Ser Mulher” ainda hoje presente nas relações cotidianas, nos remete a questões do tipo: O “Ser Mulher” e o “Ser Homem” contemporâneos podem ser identificados pelas características apresentadas nos estudos acima citados? Quais características, historicamente construídas, poderão servir de indicadores das transformações do “Ser Mulher”? Ou ainda, é possível afirmar que o “Ser Mulher” é algo unitário ou é um complexo de elementos mutáveis e contraditórios? Se partirmos do pressuposto que o “Ser Homem” e “Ser Mulher” resultam de um processo de formação interativo entre indivíduo e Sociedade, podemos realmente afirmar a existência de elementos definidores de tais identidades? A dicotomia constatada, na resolução de

problemas prático-cotidianos, contém elementos do “Ser Mulher” ou do “Ser Homem” ainda não modificados pela historicidade das Relações Sociais?

Na verdade, nossas leituras nos levam a acreditar que o pensamento dicotômico acerca dos Homens e das Mulheres esteve presente já desde as origens do Pensamento Ocidental. Nas análises que fizemos desse Pensamento, ficou claro que ele encontrou seu coroamento na codificação feita pelo Catolicismo, ao aglutinar o Judaísmo, o Pensamento Grego e o Pensamento Romano Antigo, bem como as próprias Concepções Cristãs do Mundo. Mesmo assim, as questões acima apresentadas ganham força, na nossa investigação, por exigirem uma busca mais refinada no tratamento dos elementos transformadores das Representações Sociais acerca do “Ser Mulher”, que são historicamente constituídos, em particular, na Sociedade Brasileira.

Neste sentido, somos instigados a questionar se, aqui no Brasil, o “Ser Mulher” sofreu mudanças significativas em relação ao Modo de Pensar Dicotômico Ocidental? Ou a nossa formação histórico-social predominante de Doutrinação Católica, reforçada através do Autoritarismo e do forte Patriarcalismo herdado dos Senhores de Engenho e dos Coronéis possibilitou raízes profundas para este Pensamento Dicotômico Ocidental? No Brasil Contemporâneo, o “Ser Mulher”, fundido nas concepções do Iluminismo e da Modernidade trazidas da Europa ainda persiste? Ou o Processo de Modernização que se admite viver no País, desde o “Milagre Econômico”, ofereceu grandes modificações na forma de pensar e ser dos brasileiros e brasileiras, em relação aos papéis rigidamente definidos dos Homens e Mulheres?

Sabe-se que, na Europa, o questionamento a essa rígida divisão dos papéis entre Homens e Mulheres vai se dar mais explícita e maciçamente através do Movimento Feminista e com a incorporação crescente das Mulheres no Mercado de Trabalho, a partir das duas grandes Guerras e, particularmente, a partir do momento da Revolução Cultural

da década de 60, já no século XX. Tais questionamentos chegam às Universidades e iniciam um período de intensas discussões sobre as construções sociais do significado do “Ser Homem” e do “Ser Mulher”. Durante esse período, o Movimento Feminista e a reflexão teórica sobre as relações de Gênero caminharam e conseguiram importantes vitórias, expressas concretamente no direito ao voto das Mulheres, no direito ao aborto, na dissociação vida sexual/procriação, no direito ao prazer, no direito a ingressar no Mercado de Trabalho etc.

Por outro lado e, concomitantemente a esses acontecimentos, forjam-se as condições sociais que tornaram possível o nascimento do Serviço Social, a saber: a Sociedade Burguesa, o empobrecimento crescente da maioria da população e o ingresso do Capitalismo em sua fase Monopolista. Tais condições, juntamente com o processo crescente de organização do Proletariado e o crescimento do Movimento Socialista no mundo, levaram a Igreja Católica, no final do século XIX, a solicitar de seus leigos, particularmente das Mulheres, seu engajamento mais efetivo, na luta por um Mundo mais justo e equilibrado.

Tal luta deveria se dar fugindo de todos os caminhos propostos àquela época, a saber: o Feminismo, o Socialismo, o Liberalismo. O Serviço Social deveria pautar-se pelos valores cristãos para possibilitar a construção de um mundo mais justo, fugindo, portanto, da luta de Classes, da “perniciosa” igualdade excessiva entre Homens e Mulheres, bem como do Liberalismo desenfreado que separava a Igreja do Estado.

As informações pelas quais nos orientamos para analisar historicamente o Movimento de Construção do “Ser Mulher” e o processo de caracterização da *Subalternidade Profissional* nos remetem, no Brasil, para o nascedouro do Serviço Social. Tal nascedouro, já nos anos 30 do século XX, se dá nos mesmos moldes do Serviço Social Europeu, ou seja, baseado nos Valores Cristãos e no repúdio aos pensamentos Socialista,

Feminista e Liberal. Foi desta forma que se desenvolveu o Serviço Social no Brasil até à década de 70, quando se iniciou o processo de ruptura com o Pensamento Conservador¹¹¹, do qual o Serviço Social nutria-se.

O que esse apelo religioso, que se encontra na origem do surgimento do Serviço Social e que foi impulsionado pelas exigências sociais, trouxe de contribuição na formação do “Ser Mulher”, aqui no Brasil? O que representou, para a Categoria dos profissionais do Serviço Social daquela época, fugir dos caminhos propostos pelo Feminismo, pelo Socialismo e pelo Liberalismo? Poderemos, ainda hoje, identificar nos(as) Assistentes Sociais, resquícios dos Valores Cristãos edificados, naquele momento de engajamento religioso-social, por um mundo mais justo que repudiava a “perniciosa” igualdade entre Homens e Mulheres?

Hoje, não só o Serviço Social é outro, como também o Brasil e o Mundo são outros. Assim, o processo de contínuo desenvolvimento das Forças Produtivas derrubou inúmeras crenças e subverteu inúmeros valores que certamente alteraram nossa concepção atual do “Ser Mulher” e do “Ser Homem”, quanto permanecem ainda – como mostraram diversos estudos - Representações acerca do Homem e da Mulher baseadas em visões dicotômicas e antigas. Isto é que nos fomenta a curiosidade em querer identificar os valores que permaneceram estáveis nessas relações. Disto também decorre nossa preocupação em saber o que mudou e por que mudou, ou seja, como se justifica a permanência de antigos valores na Representação Social do “Ser Mulher”, hoje? Ou o que motivou a mudança no “Ser Mulher” na Contemporaneidade?

Diversos estudos demonstram que Representações antigas acerca do Homem e da Mulher, baseadas em visões dicotômicas, se incorporaram ao longo da História humana, no dia-a-dia das pessoas e no cotidiano do Mercado de Trabalho e das Profissões,

¹¹¹ - Acerca do Pensamento Conservador, ver Martins, 1981.

estabelecendo uma Divisão Social e Sexual do Trabalho, baseada na Divisão dos Papéis entre Homens e Mulheres. Nessa divisão verifica-se que há uma maior valorização Social e econômica daqueles trabalhos que cabem Socialmente aos Homens ou são predominantemente realizados por eles. Há, portanto, um Processo de Subalternização Social das Tarefas e Funções que são relacionadas à Figura Feminina, expressa objetivamente no baixo *status* profissional, nas condições de trabalho diferenciadas e nos salários mais baixos.

No caso do Serviço Social, em específico no Brasil, somam-se aos elementos acima citados o caráter de serviço, que estabelece um aspecto missionário à Profissão, levando à percepção de que, para exercê-la, basta ter boa vontade e ser boa pessoa, dispensando, assim, um maior preparo intelectual. Soma-se a isso também a “fluidez” profissional em virtude da amplidão do seu objeto de trabalho, que se expressa nos meios das discussões profissionais na busca de uma solução, através da tentativa de estabelecer a especificidade do fazer profissional do Assistente Social.

Partindo disto, foi possível estabelecer como pressuposto básico deste trabalho que, formados nesta visão dicotômica, os(as) Assistentes Sociais internalizam a *subalternidade social* conferida socialmente às Mulheres e a todo elemento relacionado a elas, inclusive a determinadas profissões. Seguindo esta linha de raciocínio, se isto é verdade, propomo-nos então, neste trabalho, a conhecer o conteúdo das Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais acerca do “Ser Mulher” e do Serviço Social, analisando se tais Representações têm relação com a questão da *subalternidade profissional* presente na Profissão.

Perguntamo-nos, ainda, se a modificação das práticas sociais das Mulheres e dos Homens nos últimos tempos, estabeleceu alterações significativas nessas Representações. Dito de outra forma: perguntamo-nos, se a modificação crescente da Sociedade, as

conquistas sociais das Mulheres e a própria redefinição profissional do Serviço Social iniciada nos anos 70, trouxeram transformações nas Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais sobre o “Ser Mulher” e o Serviço Social e, consequentemente, se isto influenciou, de alguma forma, a questão da *subalternidade profissional*, ou se, apesar dessas modificações, as Representações Sociais apenas se adaptaram às novas circunstâncias.

Para investigar estas questões, com a ajuda da Teoria das Representações Sociais, Alves-Mazzotti (1994, p. 70-71) nos lembra que é preciso estudar o conteúdo das Representações e inseri-lo numa rede de significações anteriores com as quais ele interage:

O pesquisador deve ter em mente as questões que esta linha de investigação se propõe a responder : (...)como o social interfere na elaboração psicológica que constitui a representação e como esta elaboração psicológica interfere no social. Isto quer dizer que estamos interessados em uma modalidade de pensamento social quer sob o aspecto constituído, isto é, como produto, quer sob o aspecto constituinte, o que supõe a análise dos processos que lhe deram origem: a objetivação e a ancoragem. Ao estudá-las como produto, procuramos apreender seu conteúdo e sentido, através de seus elementos constitutivos: informações, crenças, imagens(...).(...)Ao estudá-las como processo, estamos interessados na relação entre a estrutura da representação e suas condições sociais de produção.(...)Isto geralmente requer a análise de aspectos culturais, ideológicos(...).

A este respeito Sá (1998) assinala que, ao se trabalhar em pesquisa com a Teoria das Representações Sociais, três perguntas podem ser formuladas:

- Quem sabe e de onde sabe? – supõe o estudo das condições de produção e circulação das Representações Sociais;
- O que e como se sabe? – supõe o estudo dos processos e estados das Representações Sociais, seu conteúdo e estrutura;

- Sobre o que se sabe e com que efeito? – o estudo sobre o estatuto epistemológico das Representações Sociais, relações com a Ciência e o Real (ver anexo 3).

Segundo este autor, uma pesquisa completa deve remeter a estas 3 (três) dimensões. Desta forma, o trabalho com Representações Sociais é um trabalho difícil e não se limita a coletar informações sobre determinado objeto Social, sem uma análise mais aprofundada de seu conteúdo e das condições sociais de sua produção. Às vezes, por falta de recursos ou de tempo, limita-se a pesquisa a somente uma dessas dimensões, mas isso não é o desejável. Neste sentido, Alves-Mazzotti (op.cit), assinala ainda:

Muitas das pesquisas sobre representações sociais (...) se limitam a descrever o campo da representação¹¹² sem sequer identificar a organização e hierarquização entre os elementos que o compõem. Embora declarem que vão utilizar aquele quadro teórico, não o vemos em operação e os resultados apressados não passam de ‘opiniões sobre’ não se distinguindo de tantas outras pesquisas ditas ‘qualitativas’ que se limitam a arrolar falas dos entrevistados, com pouca ou nenhuma tentativa de teorização(p. 71).

É esse o grande desafio dos que se propõem a utilizar a Teoria das Representações Sociais, que, segundo seu criador, é uma via de pesquisa ainda aberta e não presa a uma certa ortodoxia, pois ainda em construção.

Esta abertura da Teoria fez surgir, no seu interior, posições teórico-metodológicas diferenciadas, uma vez que ênfases diferentes sobre os elementos constitutivos das Representações Sociais resultam em práticas operacionais e posturas metodológicas diversas. Assim, na mesma linha de raciocínio de Sá (Ibidem), Santos (1996) assinala que os estudos que utilizam a Teoria das Representações Sociais podem privilegiar os seguintes aspectos:

¹¹² - O campo da Representação pode ser conceituado como “o conteúdo concreto e limitado de proposições acerca de um aspecto preciso do objeto. Existe um campo de representação ou imagem, onde houve uma unidade de elementos ordenados e estruturados” (Moscovici, 1978, p. 69). Os outros elementos cuja análise, junto com o campo de Representação, permite descrever as linhas sociais de separação entre os grupos são: a atitude e a informação(Santos, 1996).

a)o estudo do conteúdo da Representação Social de um objeto num determinado contexto Social;

b)o estudo do processo de construção da Representação Social;

c)o estudo da estrutura e dinâmica interna de uma Representação Social.

Tendemos a defender a necessidade de se dedicar aos diferentes níveis/aspectos da pesquisa em Representação Social, embora, entendamos que nem sempre isto é possível. No caso de nossa pesquisa, especificamente, nos deteremos nos aspectos “a” e “c” ou seja, nos deteremos no conteúdo, estrutura e dinâmica interna da Representação Social. Quanto ao aspecto do Processo de Construção Social da Representação Social, teceremos algumas considerações acerca disto, no momento das entrevistas em profundidade, mas não aprofundaremos muito este elemento.

Partimos, portanto, destas considerações para construir o caminho que percorremos e que nos permitiu aproximarmo-nos dos(as) Assistentes Sociais, conhecer suas Representações Sociais e analisá-las, a partir do contexto em que estavam inseridas.

Para conseguirmos uma aproximação adequada da nossa amostra com vistas a poder investigar o que nos propomos, consideramos importante que o trabalho de coleta de dados se desse utilizando diversas técnicas em momentos diferentes. Achamos por bem, portanto, apresentar inicialmente, a seguir, como tínhamos planejado a pesquisa, esclarecendo os motivos da escolha de determinadas técnicas e instrumentos, bem como os *softwares* planejados para auxiliar-nos na análise. Depois, apresentamos também como a pesquisa se deu de fato: suas dificuldades e percalços e as estratégias utilizadas para superá-los.

1.3.1 – Entre o planejado/sonhado e a Realidade: Que caminhos tomar?

Antes de escolher nossa amostra foi necessário, inicialmente, esclarecer melhor a noção de “Grupo”. Moscovici define os contornos de um grupo pelas Representações Sociais compartilhadas entre seus membros.

Vemos ser possível definir, por sucessivas aproximações, os contornos de um grupo em função da visão que ele tem do mundo ou de uma determinada ciência. (...) Nós observamos que a representação também traduz a relação de um grupo com um objeto Socialmente valorizado, notadamente pelo número de suas dimensões, mas, sobretudo, na medida em que ela diferencia um grupo de outro, seja por sua orientação, seja pelo fato de sua presença ou de sua ausência. Por causa dessa reciprocidade entre uma coletividade e a sua ‘teoria’ (consciência, representação, etc.), a teoria, como acabamos de verificar empiricamente, é um de seus atributos fundamentais (Moscovici, 1978, p. 75).

Para alguns, entretanto, tal definição se aplicaria apenas a grupos reais que se intercomunicam, desempenham papéis e têm entre si relações de compromisso (Alves-Mazzotti, 1994). No entanto, grande parte dos(as) pesquisadores(as) trabalha com grupos “taxionômicos”, ou seja, grupos criados pelo(a) pesquisador(a) e constituídos por pessoas agregadas por este(a) e ligadas por semelhanças de crenças.

Partindo do pensamento de Codol, Alves-Mazzotti afirma que cada indivíduo se apropria, atualiza e expressa a cultura de seu grupo, assim é perfeitamente legítimo tentar captá-la nas falas e condutas individuais. Desta forma, a pertinência de utilizar grupos taxionômicos ou não depende do tipo de questão que se pretende responder (Alves-Mazzotti, 1994).

Do nosso ponto de vista, os(as) Assistentes Sociais formam um grupo social e mesmo que individualmente tenham histórias de vida diferentes, a formação e o exercício profissional propiciam uma certa homogeneidade na forma de ver a vida e o mundo. Assim sendo, um dos critérios para escolha dos(as) Assistentes Sociais foi estar exercendo a

profissão há pelo menos 2 anos. Consideramos este um tempo mínimo para se familiarizar com o exercício e a cultura profissional e isto pareceu-nos importante para estabelecer esta certa homogeneidade presente nas Representações Sociais de qualquer grupo Social.

Outra questão a se considerar é que o indivíduo pertence a vários grupos sociais e nada garante que ele se identifique com aquele em que o pesquisador o inseriu. De fato, a questão é pertinente, mas este fato, em vez de inviabilizar a pesquisa, pode dar mais elementos para analisarmos melhor nosso objeto de estudo.

Na Perspectiva Teórica adotada por nós, uma Representação Social se define por dois componentes: seu conteúdo (informações e atitudes para usar os termos de Moscovici), e sua organização, ou seja, sua estrutura interna (o campo da Representação para Moscovici). Por outro lado, não é unicamente o conteúdo em si que deve ser pesquisado, mas a organização desse conteúdo, e tal organização repousa numa hierarquia entre os elementos que fazem parte do Núcleo Central e do Sistema Periférico. Partindo-se daí, percebe-se que os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados devem não só fazer aparecer os elementos constitutivos da Representação, mas, ao mesmo tempo, possibilitar conhecer a organização desses elementos, delimitando o Núcleo Central, o que requer uma abordagem multimetodológica (Sá, 1996), bem como a utilização da Teoria do Núcleo Central, proposta por Jean-Claude Abric.

Para utilizarmos uma abordagem multimetodológica, o percurso escolhido por nós tentou evitar a dicotomia pesquisa qualitativa-quantitativa, pois consideramos que a cisão entre ambas só tem contribuído para posturas equivocadas - alguns consideram que a questão numérica e estatística não é importante, preocupando-se somente com o significado atribuído pelos sujeitos; outros menosprezam a importância dos significados atribuídos, ficando presos a análises numéricas que, quando não devidamente qualificadas, não exprimem a realidade a contento.

Tentando evitar esses extremos, vemos as duas como complementares, pois cada uma investiga a realidade de uma determinada forma. A pesquisa quantitativa nasceu junto com a concepção de Ciência como experimentação e quantificação, posturas que não se adequam, por vezes, às Ciências Humanas e Sociais. Esse tipo de pesquisa tem, contudo, como mérito a possibilidade de trabalhar com um número grande de pessoas e de tornar possível, desde que seguindo os parâmetros estabelecidos, a generalização dos dados. Já a pesquisa qualitativa nasceu da percepção da dificuldade nas Ciências Sociais de decompor os fenômenos em variáveis isoladas, quantificá-las e determinar quais são as responsáveis por determinado fenômeno. Percebeu-se que, nas Ciências Humanas e Sociais, as coisas acontecem de forma tão imbricada que se corre o risco, ao se adotar uma postura simplesmente quantitativa, de não se conhecer o fenômeno com todos os seus múltiplos determinantes e em toda sua riqueza. A pesquisa qualitativa preocupa-se com encontros de profundidade¹¹³ e, por este motivo, a questão numérica não é tão relevante nesta Perspectiva. Consideramos, no entanto, a questão numérica importante, desde que devidamente qualificada. Assim, por entendermos que as duas são complementares, optamos por utilizar as duas formas na nossa pesquisa.

O Planejamento da Pesquisa e a Delimitação da Amostra

Optamos por realizar o trabalho de coleta de dados dividindo-o em dois momentos principais. No primeiro, a nossa idéia era trabalhar com uma amostra probabilística¹¹⁴ dos(as) Assistentes Sociais inscritos no CRESS – 14^a região (Conselho Regional de Serviço Social – RN). Para facilitar essa coleta e o acesso aos(as) entrevistados(as),

¹¹³ - A pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: a) supõe o contato direto e prolongado entre o pesquisador, o ambiente e a situação investigada; b) todos os dados da situação investigada são considerados importantes, privilegiam-se depoimentos, descrições; c) o pesquisador interessa-se em ver a problemática nas manifestações e interações cotidianas; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador (Cf. Minayo (1992) e Ludke (1986)).

¹¹⁴ - Amostra probabilística é aquela na qual todos os elementos da população têm a mesma chance de serem sorteados. É feito um sorteio aleatório para selecionar a amostra e o resultado da pesquisa pode ser generalizado, pois a amostra utilizada é representativa.

utilizamos, como segundo critério de escolha da amostra, somente os profissionais que moravam e/ou trabalhavam em Natal, pois isto facilitaria o acesso aos seus locais de trabalho e residências.

No período de definição da metodologia, ou seja, no período em que estávamos formulando o Projeto de Tese, o CRESS forneceu-nos o número de Assistentes Sociais ativos e inscritos nesse Conselho, que, na época, perfazia um total de 837(oitocentos e trinta e sete)¹¹⁵, dos quais 826(oitocentos e vinte e seis) eram Assistentes Sociais Mulheres. Partimos deste número para selecionar as Mulheres que fariam parte da amostra.

Assim, após efetuarmos o cálculo da amostra para que fosse representativa do universo escolhido, esta foi definida com um número de 270(duzentos e setenta) Mulheres Assistentes Sociais, mais os 11(onze) Homens, perfazendo um total de 281(duzentas e oitenta e uma) pessoas (ver cálculo da amostra no anexo 4).

Desse modo, nesse primeiro momento da pesquisa, planejamos aplicar com as 281(duzentas e oitenta e uma) pessoas, além das questões habituais sobre dados pessoais – faixa etária, estado civil, sexo, qualificação profissional etc -, questões formuladas com o objetivo de o entrevistado fazer associação de palavras. Este é um método de coleta de dados que permite trabalhar com um grande número de entrevistados e obter uma série de cadeias associativas com pouco esforço e pouco tempo do sujeito, apreendendo o conteúdo das Representações Sociais. Planejamos também aproveitar o mesmo instrumento para coletar dados a partir de uma *check-list*, na qual foram colocadas profissões reconhecidamente masculinas e femininas a fim do entrevistado atribuir notas a estas (ver Anexo 5).

Num segundo momento, utilizariámos entrevistas semi-estruturadas com alguns (algumas) Assistentes Sociais, que seriam selecionados(as) a partir da análise do material

¹¹⁵ - Dados de fevereiro de 2002.

coletado no primeiro momento. Optamos por não definir previamente o número de Assistentes Sociais desse segundo momento, pois isto seria definido a partir da análise do material coletado. Tínhamos também em mente utilizarmos *softwares* específicos para análise do material coletado em cada momento da coleta de dados.

Neste sentido, os nossos planos iniciais dividiam a pesquisa em dois momentos, assim delimitados:

	Nº de pessoas	Instrumento	Objetivo	Software de Análise
1º momento	281 (270 Mulheres mais os 11 Homens)	Dados pessoais e <i>Check-list</i>	Conhecer o perfil dos(as) Assistentes Sociais e a atribuição de valor em relação a profissões femininas e masculinas	Excel e SPSS
	281 (270 Mulheres mais os 11 Homens)	Associação de palavras	Apreender o conteúdo e a estrutura das Representações	EVOC
2º momento	“X”	Entrevista semi-estruturada	Compreender a ancoragem das Representações Sociais	ALCESTE

Em seguida, detalharemos cada momento da pesquisa de forma separada, esclarecendo mais detalhadamente os instrumentos utilizados, os procedimentos de coleta de dados, os procedimentos de análise dos dados e as dificuldades encontradas.

O PRIMEIRO MOMENTO:

a) Os instrumentos utilizados: A associação de palavras e a *check-list*

No primeiro momento da pesquisa, como já assinalamos, optamos por trabalhar com associação de palavras porque esta além de permitir obter-se uma série de cadeias associativas com pouco esforço e pouco tempo do sujeito, apreendendo o conteúdo das Representações Sociais, permite também se trabalhar com um grande número de entrevistados. Consideramos importante trabalhar com um grande número de sujeitos, pelo menos como ponto de partida, a fim de possibilitar uma maior representatividade da amostra em relação ao universo. Tal método, assim, nos permitiria trabalhar com a amostra pensada inicialmente com a vantagem de permitir uma rápida coleta de dados. Como esse método nos permite conhecer os elementos constituintes do conteúdo da Representação Social, optamos por utilizá-lo logo no primeiro momento da coleta de dados. Por outro lado, a associação de palavras não permite que se chegue à organização interna do conteúdo da Representação Social, mas somente à apreensão dos seus elementos.

Sá (1996), partindo de Abric, assinala a importância desse método em virtude de seu caráter mais espontâneo e menos controlado em relação a outros métodos. Esta característica, juntamente com sua dimensão projetiva, permite a captação de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas.

Desta forma, optamos pela associação livre com várias palavras e escolhemos como palavras indutoras: *Serviço Social*, *Ser Mulher* e *Mulher/Serviço Social*. Neste momento, solicitava-se, então, ao sujeito que dissesse, a partir destas palavras, o que ele pensava, sentia ou imaginava, ao ouvi-las (no mínimo 4 palavras), solicitando, em seguida, que escolhesse dentre essas palavras as duas que considerava mais importantes (ver Anexo 5).

A solicitação ao sujeito para que escolhesse as palavras mais importantes visava reduzir a interferência do pesquisador. A este respeito, Abric assinala a importância do

próprio sujeito entrevistado efetuar o trabalho cognitivo de análise, comparação e hierarquização de sua própria produção, pois isto permite, segundo ele, reduzir, em grande medida, a interpretação e elaboração da significação pelo próprio pesquisador, e torna, assim, a análise dos resultados mais pertinente(Sá, 1996).

Como já assinalamos, aproveitamos este mesmo instrumento e elaboramos uma *check-list*, que avaliamos ser, também, um instrumento relativamente rápido de ser respondido, pois o entrevistado deveria somente assinalar os valores atribuídos às profissões listadas. O objetivo desta *check-list* era saber qual o valor atribuído pelos(as) Assistentes Sociais à sua profissão e às outras e analisarmos se tal valor tem relação com a questão do masculino e feminino.

Neste sentido, elencamos profissões reconhecidamente masculinas e femininas e solicitamos que os sujeitos assinalassem numa escala de números de 0 a 10 (zero a dez), valores que indicassem a ordem de importância da referida profissão para o sujeito pesquisado, lembrando que o “0” (zero) correspondia à ausência de valor e o “10” (dez) ao valor máximo atribuído (ver Anexo 5).

b) Os Procedimentos de Coleta de Dados e as Dificuldades encontradas

Ora, colher os dados, seja qual for a população pesquisada, sejam quais forem os métodos ou técnicas empregadas, sempre escapa de nossas previsões e vai além de nossas expectativas. Foi o que percebemos quando iniciamos a coleta de dados. A nossa primeira providência para iniciarmos a coleta foi procurar o CRESS, que nos forneceu uma lista com o nome dos profissionais, número de inscrição no Conselho, endereço residencial e telefone¹¹⁶. Contudo, ao verificarmos a lista percebemos que agora – janeiro de 2003 -

¹¹⁶ - Para ter acesso à tal lista, foi necessário apresentar ao CRESS um documento assinado por nós, assegurando o sigilo das identidades dos profissionais, o respeito aos princípios do Código de Ética Profissional, bem como a utilização dos dados coletados somente para atingir os objetivos da pesquisa em curso.

tínhamos um total de 809(oitocentos e nove) Assistentes Sociais, sendo destes 11(onze) homens, número diferente do fornecido anteriormente e, a partir do qual, tínhamos Realizado os cálculos da amostra. Mesmo com o número total de Assistentes Sociais sendo menor agora, mantivemos os mesmos cálculos da amostra feitos anteriormente e partimos dessa lista fornecida pelo CRESS para fazermos o sorteio dos que seriam entrevistados. Portanto, ainda pretendíamos contactar 281(duzentos e oitenta e um) Assistentes Sociais ao todo.

Para nos auxiliar neste momento, selecionamos e treinamos 8 (oito) pessoas - alunas de Serviço Social e profissionais já formados(as) que se interessaram em ajudar - durante o mês de fevereiro de 2003. O critério de escolha das alunas foi ter cursado a disciplina “Pesquisa em Serviço Social”.

A coleta de dados propriamente dita teve início em 10 de março de 2003 e, após o sorteio, a primeira dificuldade com a qual nos deparamos foi que havíamos preestabelecido dois critérios para a escolha dos entrevistados: 2 (dois) anos de exercício profissional e não estar aposentado. Com a lista dos homens em mãos (11 nomes na lista), percebemos que destes, muitos estavam aposentados e outros estavam fora do município ou do Estado, e, como o número de Homens era muito reduzido em relação ao de Mulheres, optamos por entrevistar todos os Homens que conseguíssemos contactar, mesmo os que estivessem aposentados, desde que estivessem na cidade de Natal e tivessem exercido a Profissão. Mesmo assim o número se reduziu para 5(cinco) homens. Destes, conseguimos localizar e fazer a associação de palavras com 4(quatro).

Encontramos esta mesma dificuldade com as Mulheres e, inicialmente, sugerimos às colaboradoras que, sempre que isso acontecesse, nos comunicassem e estas Assistentes Sociais seriam substituídas.

Contudo, a principal dificuldade foram os dados desatualizados do CRESS. Na primeira semana, todas as voluntárias voltaram com pouquíssimos contatos feitos (cada uma ficou com 35 (trinta e cinco) pessoas), pois o telefone e o endereço fornecido na lista do CRESS estavam incorretos. Houve também outros motivos que nos levavam a substituir as pessoas: estavam aposentados há muito tempo; não exerciam a Profissão, apesar de não terem cancelado a inscrição no CRESS; haviam se mudado para outro estado ou município; estavam contratados como Assistentes Sociais, mas diziam não estar exercendo a Profissão; recusaram-se a responder a pesquisa; e por fim, alguns(mas) profissionais estavam de férias.

Este foi o momento mais difícil da pesquisa. Todos os dias precisávamos ir ao CRESS substituir praticamente as 270(duzentas e setenta) Mulheres. Então como substituir? Novo sorteio? Mas se fizéssemos isto, ocorreria a mesma coisa e este momento demoraria demais, atrapalhando toda a coleta.

Optamos, então, por substituir as pessoas que estávamos com dificuldade de encontrar por outras que tivessem o número do CRESS próximo do número de inscrição da que havia sido sorteada e que estava sendo substituída. Assim, optou-se por pesquisa intensiva aos arquivos do CRESS, procurando números posteriores ou anteriores razoavelmente atualizados. Isto, por vezes, implicava escolher números aparentemente distantes, pois se excluíam os posteriores ou anteriores que estavam aposentados, ou estavam em outros municípios, ou sem exercer a profissão, ou com endereço desatualizado etc.

Isto implicou um trabalho diário, por cerca de 3(três) meses, de consulta às pastas do CRESS, com substituições que eram repassadas para as colaboradoras, as quais, quase sempre, precisavam ser substituídas novamente, num círculo que parecia não ter fim. Era preciso ter cuidado também para, na substituição, não colocar alguém que já tivesse sido

sorteado para outra colaboradora. Era um caminho difícil, mas pareceu-nos o único caminho possível!

Para facilitar as substituições, optou-se por entrevistar as Mulheres aposentadas recentemente (no máximo 2(dois) anos) ou aquelas que, mesmo aposentadas há mais tempo, continuassem em contato com a Profissão (congressos, participação no CRESS, em grupos de estudos na Universidade etc), pois, segundo nosso entendimento, isto fazia com que essa profissional mantivesse ainda vínculo com a Profissão e, portanto contribuísse na construção das Representações Sociais do grupo em estudo.

10 (dez) profissionais recusaram-se a participar e foram substituídas, pois, à época, via-se necessidade de manter a amostra representativa. Percebeu-se noutras resistência e/ou receio de participar - segundo elas estavam desatualizadas, não sabiam se iam responder direito, etc. Foram feitas ao todo, até o final desta primeira fase da coleta de dados, em média, 24,12(*vinte e quatro vírgula doze*) substituições por colaboradora o que é um número alto, considerando que cada uma ficou responsável por 35 (trinta e cinco) pessoas.

Ainda tivemos dificuldades com algumas colaboradoras, ocupadas com outras atividades e que não se dedicavam como desejaríamos à pesquisa, atrasando mais ainda a coleta, tendo uma “produção” muito abaixo das demais. Outra dificuldade foi no momento da digitação dos dados quando se percebiam formulários que faltavam preencher algumas informações. Fizemos diversas reuniões com as colaboradoras e mostramos a importância de, ao receber ou preencher o formulário, estarem atentas para ver se continham alguma lacuna, mas, mesmo assim, sempre apareciam falhas e isto implicava voltar a procurar a pessoa e encontrá-la para preencher a informação que faltava.

Mesmo com esta dificuldade com algumas colaboradoras, como eram, ao todo, 8 (oito) pessoas, havíamos imaginado que estaríamos terminando essa fase da pesquisa, mesmo com os imprevistos, em, no máximo, 2(dois) meses. Contudo, mesmo com cerca de

3 (três) meses de coleta, nessa primeira fase, tínhamos em mãos, até aquele momento, somente 120 (cento e vinte) instrumentos devidamente respondidos pelos(as) profissionais.

Naquele momento, ficamos muito preocupados com o fato de termos extrapolado o tempo previsto inicialmente e de não termos em mãos, ainda, nem a metade do número que havíamos planejado colher, de instrumentos respondidos. A preocupação se acentuava, pois, mesmo tendo extrapolado o cronograma previsto, sentíamo-nos na obrigação de fazer todas as substituições necessárias a fim de manter a amostra representativa, pois o Projeto tinha sido aprovado desta forma na Banca de Qualificação.

Entretanto, ao participar de um Encontro na Universidade de Brasília em junho de 2003¹¹⁷, no qual tivemos a oportunidade de apresentar os resultados parciais da pesquisa - na época, como já assinalamos, tínhamos coletado os dados com 120 pessoas -, diante de uma Banca de Professores, todos foram unâmines em considerar que devíamos parar a coleta de dados, pois já tínhamos dados suficientes. Com a concordância da orientadora, que, aliás, desde o início, não via necessidade de amostra representativa, decidimos, então, parar a coleta de dados nessa fase, com o número de pessoas que tivesse sido contactado até ali.

Ainda demoramos cerca de um mês até conseguirmos receber todas as entrevistas que já haviam sido agendadas. Conseguimos assim, nesse primeiro momento, 171 pessoas e a coleta de dados, nessa primeira fase, terminou em 18 de julho de 2003.

c) Os Procedimentos de Análise dos Dados: os softwares Excel, EVOC e Estatística

Foi possível, inicialmente, com a coleta dos dados pessoais e com a ajuda do software “Excel”, construir gráficos que apresentassem o perfil descritivo dos Assistentes

¹¹⁷ - O Encontro em questão foi o IV Encontro Nacional e I Encontro Internacional “Desenvolvimento Humano, Violência e Exclusão Social” (CAPES/PROCAD e CAPES/COFECUB). Junho de 2003, UnB: Brasília -DF.

Sociais (quem são, onde estão, faixa etária, estado civil, participação em organizações da Sociedade Civil etc). A construção de tais gráficos é relativamente fácil. Cada linha no “Excel” corresponde a um entrevistado e cada coluna corresponde às variáveis coletadas (sexo, estado civil, faixa etária etc). É necessário, portanto, somente digitar os dados pessoais coletados de cada entrevistado seguindo esse raciocínio e depois construir os gráficos no próprio programa, cruzando as variáveis.

Já para a análise do material coletado a partir da associação livre, utilizamos o *software* EVOC, que realiza a organização interna do material a partir de três critérios: a freqüência, a ordem de evocação e a importância das palavras (aqueelas assinaladas pelo sujeito como importantes). É consenso, por exemplo, entre os que utilizam a Teoria das Representações Sociais, que a saliência e a conexidade de uma ou várias palavras em relação a outras é o primeiro indicador da centralidade de tal palavra. Assim sendo, ao utilizar estes critérios, o EVOC parte do pressuposto da centralidade de um elemento, quando este é freqüentemente citado, primeiramente lembrado e considerado importante. Dito de outra forma: a análise do EVOC permite o levantamento das primeiras hipóteses acerca dos elementos do Núcleo Central e do Sistema Periférico. Os momentos posteriores serviram para checar se estes primeiros resultados são consistentes.

Conforme assinalamos, tal Programa permite levantar as primeiras hipóteses sobre os elementos constituintes do Núcleo Central e do Sistema Periférico de uma Representação Social. Mas como o EVOC realiza isso?

Os sujeitos pesquisados, a partir dos termos indutores propostos pelo pesquisador – no nosso caso, Ser Mulher, Serviço Social e Mulher e Serviço Social - enumeraram uma série de palavras que lhes vêm à mente. O EVOC, a partir de uma análise quantitativa, cruza e define a relevância desses elementos citados pelos sujeitos pesquisados. O resultado desse cruzamento é apresentado num gráfico que tem dois eixos, divididos em 4

quadrantes. No eixo vertical tem-se a freqüência de evocação das palavras e, no eixo horizontal, a ordem de evocação. Com a apresentação do gráfico, pode-se, a partir da localização das palavras, supor quais as que pertencem ao Núcleo Central e as que pertencem à Periferia (ver a seguir).

Núcleo Central	Palavras primeiramente evocadas e de maior freqüência.	Palavras significativas, mais menos salientes (freqüentes, mas que não foram as primeiras evocadas).
Periferia próxima	Palavras significativas, mais menos salientes (menos freqüentes, mas foram as primeiras evocadas).	Palavras menos freqüentes e as últimas evocadas.
Periferia distante ou Segunda periferia		

Assim, partindo disto, o EVOC faz uma análise das palavras principais do centro e da periferia, comparando a freqüência de evocação com a freqüência das palavras consideradas importantes pelo sujeito. Em seguida, faz o cálculo da “queda de freqüência”, obtendo desta forma, o segundo indicador dos elementos centrais e periféricos.

Por fim, o EVOC faz uma análise de categorias, que consiste numa simplificação dos dados para torná-los mais abrangentes e possibilitar a construção de categorias. Contudo, não utilizamos esta parte do programa, pois optamos por outro caminho, através das entrevistas em profundidade.

Na verdade, ao utilizar esses cruzamentos, o criador do *software* EVOC partiu de uma série de considerações feitas pelos teóricos que utilizam a Teoria das Representações Sociais e do Núcleo Central.

Percebeu-se, por exemplo, que as palavras freqüentemente evocadas, também tinham grande poder associativo, aparecendo, portanto, uma elevada conexidade em torno

delas. Contudo, posteriormente se percebeu que estes elementos (a saliência e a conexidade) dão conta do aspecto quantitativo da Representação Social, aspecto importante, mas incompleto e insuficiente, para explicar a organização interna do conteúdo da Representação Social.

O erro foi, para nós, considerar como causa da centralidade de uma cognição sua forte conexidade, quando não se trata senão de uma consequência. Não é porque uma cognição é fortemente ligada a todas as outras que ela é central; é porque ela é central que ela ligada às outras. E ela é central porque entretém um laço privilegiado com o objeto da representação. Esse laço é simbólico e resulta das condições históricas e sociais que presidiram o nascimento da representação. (...) (Assim), as propriedades quantitativas das cognições centrais, não são senão a consequência de uma propriedade inicial, que se relaciona a natureza mesma das mentalidades, e que é fundamentalmente qualitativa. (Moliner, 1994, apud Sá, 1996, p. 111).

Desta forma, apesar desses dois elementos serem importantes, é preciso estar atento para detectar seu laço simbólico com o objeto da Representação. Assim, detectar o valor simbólico de um elemento torna-se imprescindível ao pesquisador, pois o valor simbólico de um elemento não pode ser dissociado do objeto de Representação, sob pena de ver esse objeto perder toda a sua significação (Sá, 1996). Neste sentido, somente após estabelecer o valor simbólico de um elemento em relação ao objeto da Representação, o pesquisador pode se permitir incluí-lo no Núcleo Central.

Procurando sistematizar isso, Moliner atribui quatro propriedades distintas aos elementos desse Núcleo: *seu valor simbólico, seu poder associativo, sua saliência e sua forte conexidade na estrutura*. O autor esclarece que as duas primeiras são propriedades qualitativas, as duas outras são quantitativas e aparecem como consequência das primeiras.

Destarte, partindo da distinção entre propriedades qualitativas (o valor simbólico e poder associativo) e propriedades quantitativas (saliência e conexidade), o autor lembra

que a saliência e conexidade, encontradas no resultado de uma pesquisa, só permitem a formulação de hipóteses iniciais quanto à constituição do Núcleo. E necessário, a partir do levantamento inicial, realizar a análise qualitativa do valor simbólico e do poder associativo da Representação Social¹¹⁸ (Sá, 1996).

Contudo, a colocação dos dados coletados no “EVOC” também não se deu sem problemas. Após toda a digitação do material coletado no “Word” em três arquivos que correspondiam às três perguntas formuladas e transformar no formato “somente texto” – exigência do Programa para permitir o reconhecimento do material fornecido – o Programa não aceitava nosso material. Apresentava erro com os três arquivos e não conseguia ler o material. Voltamos para os arquivos, analisando todo o material digitado com cuidado, corrigimos alguns erros, mas ao retornar ao *software* o erro se repetia. Após várias tentativas infrutíferas, que nos consumiu boa parte do tempo, procurando informação sobre o referido *software*, soubemos que uma versão mais nova – 2002 – encontrava-se disponível na Internet.

Esta versão possibilita, segundo o manual, trabalhar com os arquivos no formato “somente texto” e no “Excel”. Como já tínhamos digitado o material no formato “somente texto”, tentamos passar o material que tínhamos, mas, mais uma vez, ocorreram problemas, desta vez com a zona de identificação dos arquivos. Resolvemos, então, transferir todo o material para o “Excel” numa última tentativa, o que implicava copiar os arquivos por partes para uma tabela no “Word” e posteriormente passar todos estes dados para o “Excel”. Foi esta estratégia que, finalmente, nos possibilitou termos nossos dados analisados pelo “EVOC”. Este finalmente conseguiu, sem problemas, “ler” todos os arquivos e apresentar os resultados.

¹¹⁸ - Na nossa pesquisa, apresentada na capítulo 4, só nos foi possível a construção destas hipóteses iniciais acerca da constituição do Núcleo Central da Representação Social.

A partir do resultado delineado no “EVOC”, tínhamos indicações dos elementos que pertenciam ao Núcleo Central e ao Sistema Periférico, mas não checamos esses dados posteriormente, para termos a certeza da centralidade ou não destes, em virtude do pouco tempo que tínhamos disponível e porque ainda tínhamos pela frente todo o segundo momento da pesquisa e a análise do material. Contudo, o material coletado permitiu-nos configurar, ao menos aproximadamente, as Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais sobre o “Serviço Social” e o “Ser Mulher”.

Já a análise da *check-list*, que foi construída para checar a valoração dos (as) entrevistados (as) em relação às profissões, se deu com a ajuda do *software* “Statística”, que nos permitiu trabalhar com cruzamentos e observar melhor os resultados, através dos gráficos e tabelas. Assim, foi possível a construção de análises de perfis que nos permitiu analisar a percepção dos vários sujeitos em relação às profissões, levando-se em conta variáveis que considerávamos importantes (no caso específico qualificação, participação Social, tempo de graduação e faixa salarial)¹¹⁹.

Continuando a avançar na busca de uma análise mais qualitativa dos dados e a partir da análise do material coletado neste primeiro momento, passamos ao segundo momento da pesquisa. Este momento consistiu nas entrevistas semi-estruturadas com 5(cinco) Assistentes Sociais (4 Mulheres e 1 Homem). No item a seguir, tecemos algumas considerações sobre estes aspectos.

¹¹⁹ - No capítulo seguinte, no qual apresentamos os resultados, detalharemos melhor estas escolhas feitas no momento de análise dos dados.

O SEGUNDO MOMENTO:

a) Os instrumentos utilizados: Entrevistas em profundidade

Quando se deseja conhecer mais profundamente os sujeitos pesquisados, opta-se por entrevistas em profundidade, instrumento mais adequado a tal fim, conquanto apresente a limitação de não poder ser realizada com um grande número de sujeitos, a não ser quando há muitos pesquisadores envolvidos no trabalho. Como, no nosso caso, somos apenas uma pessoa, nos limitamos a escolher um pequeno número de Assistentes Sociais Mulheres e Homens, pois um número grande de pessoas a serem entrevistadas tornaria difícil a análise do material coletado. Tais sujeitos foram escolhidos, a partir da análise do material do “EVOC”, checados e confrontados com os formulários da associação livre, que permitiram apontar os sujeitos mais típicos do conteúdo da Representação Social. No nosso caso, após esta confrontação dos dados, escolhemos 5 Assistentes Sociais - 4 Mulheres e 1 Homem – que, ao nosso ver, eram os mais típicos da Representação Social encontrada.

Optamos por uma entrevista semi-estruturada, pois daria possibilidade ao(a) entrevistado(a) de desenvolver mais livremente seu pensamento. Elaboramos assim um roteiro de entrevista semi-aberto, que nos daria certa liberdade na conversa com os(as) entrevistados(as) (ver Anexo 6), tendo os cuidados ressaltados por Richardson et al (1999), no que tange à formulação do “guia” das perguntas (roteiro bem elaborado com vistas a atingir os objetivos da pesquisa, não dirigir as respostas do entrevistado etc). O objetivo principal das entrevistas foi tentar detectar a ancoragem das Representações Sociais acerca do “Ser Mulher”, acerca da profissão, e tentar observar se há relação destas com a questão da *subalternidade profissional*.

Durante o processo de entrevista, mesmo tendo claro que não é possível um ambiente de total naturalidade para o entrevistado, tentamos diminuir ao máximo essa

interferência na espontaneidade do entrevistado, tentando deixá-lo à vontade e estabelecendo inicialmente um clima agradável e de confiança, esclarecendo os objetivos da pesquisa, a importância de sua colaboração etc. Duas observações nos guiaram nestes momentos de contato com os entrevistados:

(É importante que) se compreenda a relação que deve existir entre “pesquisador” e “pesquisado”, ambos são sujeitos de um processo de desenvolvimento. *Em Ciência humanas não existe objeto de pesquisa* (Richardson , 1999, p.219, grifos nossos).

Nota-se que a conversação não se funda exclusivamente na produção individual de cada falante, mas na produção conjunta. Isto permite que se tome a conversação como uma atividade de *co-produção discursiva*, mesmo quando a fonte é um indivíduo de cada vez.

(...) Como o falante não fala para si e sim para um ou mais interlocutores, ele não produz sua fala unilateralmente, pois, mesmo enquanto fala, está sendo de alguma forma comandado pelas reações não-verbais do(s) outro(s) (Marcuschi, 1991, p. 84, grifos originais).

Assim, as entrevistas foram realizadas dentro deste espírito de co-produção discursiva, mesmo tendo claro que, no caso destas, trata-se de um diálogo assimétrico(Cf. Marcuschi, 1991).

b) Os Procedimentos de Coleta de Dados e as Dificuldades encontradas

Como já assinalamos a seleção das pessoas se deu partindo da confrontação do material coletado com o resultado encontrado no “EVOC”. Ao analisá-los, escolhemos aquelas pessoas que mais citaram palavras que se encontravam no Núcleo Central da Representação Social do “Serviço Social” e do “Ser Mulher”. Tal escolha se deu olhando as palavras citadas e confrontando com o resultado do Evoc sem identificação dos entrevistados.

Após a escolha dos(as) profissionais que seriam entrevistados(as), era o momento de marcarmos as 5(cinco) entrevistas. Os primeiros contatos foram feitos no dia 20 de maio de 2004 e as duas primeiras entrevistas foram agendadas para o dia 25 do mesmo mês.

As duas entrevistas realizadas foram muito boas – um(a) entrevistado(a) permitiu a utilização de gravador, o(a) outro(a) não -, e nos deixaram animada, pois imaginamos que, marcando duas entrevistas por dia, levaríamos pouco tempo nessa fase, e poderíamos passar para a transcrição e análise dos dados, rapidamente.

Contudo, as entrevistas seguintes não foram tão fáceis de agendar. Em virtude de compromissos diversos dos(as) entrevistados (as), duas entrevistas foram agendadas somente para meados e finais de junho. A última entrevista a ser realizada foi a mais difícil, pois, desde o primeiro contato telefônico até à entrevista de fato, passou-se cerca de um mês e meio, pois o(a) entrevistado (a) adoeceu e não podia receber-nos. E neste caso, como a escolha dos(as) entrevistados(as) tinha se dado naqueles que consideramos os mais típicos da Representação Social encontrada, não poderíamos substituí-los, mas somente esperar que estes pudessem nos receber.

Durante este período em que não conseguíamos realizar as entrevistas, utilizávamos o tempo digitando as entrevistas realizadas - transcrevendo aquelas que permitiram a utilização do gravador e organizando e digitando as que foram escritas à mão. Além disso, concomitantemente trabalhava os dados, para construir o perfil descritivo dos Assistentes Sociais, bem como para realizar a análise de perfil, a partir da *check-list*. Todas as entrevistas duraram cerca de uma hora, e a última entrevista foi realizada em 01 de julho. Depois de sua digitação foi possível passarmos, então, para o último procedimento de análise, deste segundo momento.

c) Os Procedimentos de Análise: A Análise Temática

Para a análise do material coletado no segundo momento (entrevistas em profundidade), tínhamos intenção de utilizar o “ALCESTE” (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte), outro *software* que realiza análise de dados textuais, através de similitude das palavras. Contudo, a exigência mínima do Programa é um material textual de cerca de 20 páginas digitadas (cerca de 70.000 caracteres) em fonte “Courier New 10”, espaço simples.

Quando terminamos as entrevistas realizadas e digitamos o material dentro das especificações exigidas pelo Programa, tínhamos somente 14 (quatorze) páginas (cerca de 45000 caracteres) e o *software*, como já assinalamos, exige 20 (vinte). Diante da impossibilidade de utilizar o Programa - a não ser que fôssemos atrás de mais material, o que nos parecia sem sentido, pois já tínhamos as entrevistas dos(as) Assistentes Sociais mais típicos do conteúdo das Representações Sociais encontradas – optamos por utilizar a análise que nos pareceu a mais adequada para tal fim: a análise temática.

Assim, após a impossibilidade de utilizar o “Alceste”, concentramo-nos na organização do material coletado para possibilitar a análise temática. Vimos que esta se adequava bem a nossos objetivos e nos garantiria atingi-los da melhor forma possível.

Para a análise do material coletado na entrevista, guiamo-nos pela nossa experiência enquanto Assistente Social e pela experiência adquirida no Mestrado na utilização da análise temática. Foi-nos, também, particularmente úteis as observações encontradas em Marcuschi (1991) e Richardson (1999). Deste modo, realizamos uma leitura cuidadosa do material assinalando os aspectos que consideramos importantes nas respostas (elementos em comum, discordâncias, temas relevantes etc). Após identificarmos esses elementos, elaboramos, manualmente, um grande quadro. Nele, anotamos, sinteticamente, as partes destacadas de cada uma das entrevistas, facilitando assim a

comparação entre estas. A partir desse quadro, foi possível ir separando as falas por temas que consideramos importantes e sobre os quais os(as) entrevistados(as) foram inquiridos. Confrontamos as falas dos(as) entrevistados(as) sobre os temas abordados e fomos analisando o material, conforme será apresentado no capítulo seguinte.

É importante assinalar que as Representações Sociais são compartilhadas e têm um campo comum, embora o pesquisador precise ir além para buscar as diferenciações a partir da história de vida, inserção social, classe etc. Foi isso o que as entrevistas e a análise do material nos possibilitaram.

Resumidamente, e visando a melhorar a compreensão do percurso metodológico, podemos, então, apresentar, agora, como os dois momentos da coleta de dados, propostos por nós, foram realizados de fato:

	Nº de pessoas	Instrumento	Objetivo	Análise
1º momento	171	Dados pessoais e <i>Check-list</i>	Conhecer o perfil dos(as) Assistentes Sociais e a atribuição de valor em relação a profissões femininas e masculinas	Excel e Estatística
	171	Associação Livre	Apreender o conteúdo e a estrutura das Representações	EVOC
2º momento	5	Entrevista semi-estruturada	Compreender a ancoragem das Representações Sociais	Análise temática

Terminada, então, a coleta de dados, foi o momento de nos debruçarmos sobre os dados coletados e utilizarmos as ferramentas necessárias para realizarmos uma boa análise

do material. Destarte, feitos os devidos esclarecimentos acerca dos métodos e técnicas usados, no capítulo a seguir, apresentamos os resultados encontrados e a análise do material.

CAPÍTULO 4:

O Dito e o Não Dito: a Pesquisa Fala



Fazendo Dendê - Baía Formosa/RN - 1983

Foto: Vilma Vitor Cruz

“Se entende por fato algo que é simplesmente dado, sem nenhuma interferência de nossa parte, então fatos, não importa o tipo, não têm existência alguma”(Scheler).

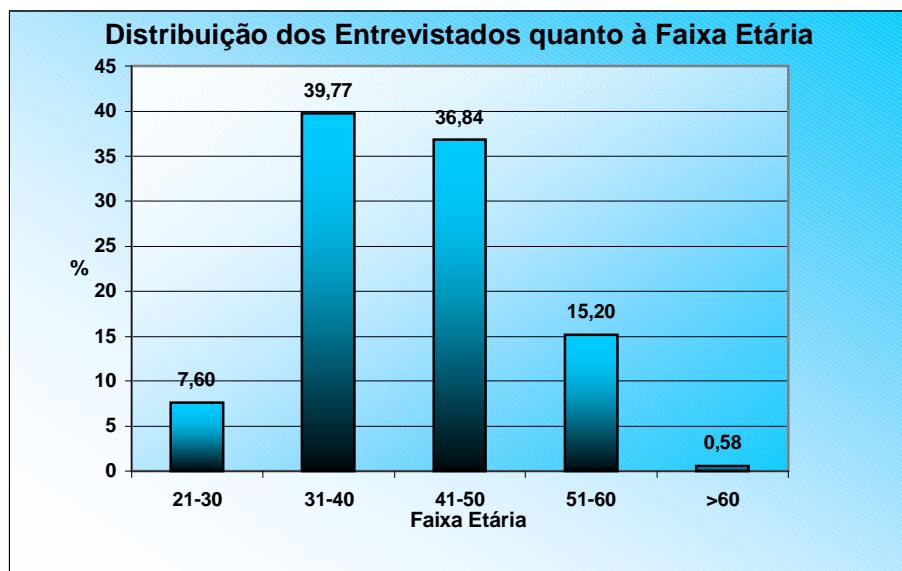
“Emoção e objetividade não se opõem. É a emoção que cria o objeto. ‘Sem valorações não temos interesse nem sentido de importância ou significação e, consequentemente, nenhum objeto’”(Rubem Alves).

1 – O Perfil Descritivo dos(as) Assistentes Sociais

Com o material coletado no primeiro momento da pesquisa, principalmente no que se referia aos dados pessoais dos(as) entrevistados(as), tínhamos o material necessário para traçarmos o perfil dos(as) Assistentes Sociais que trabalham e/ou moram em Natal(RN)¹²⁰. Os Gráficos a seguir foram construídos no “Excel” e nos permitem visualizar o perfil descritivo dos(as) Assistentes Sociais, ou seja, quem são, de onde vêm, onde estão trabalhando etc.

O Gráfico 1 permite-nos observar que a maioria dos(as) Assistentes Sociais se concentram na faixa de idade entre 31 e 50 anos (totalizando 76,61% dos Entrevistados).

Gráfico 1



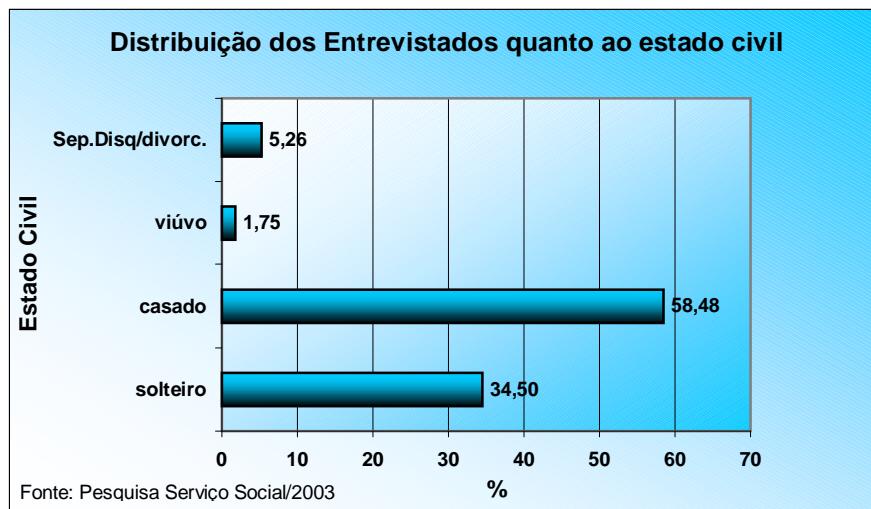
Fonte: Pesquisa Serviço Social/2003

Já no Gráfico 2, percebe-se uma modificação no perfil dos(as) Assistentes Sociais, o qual mostra como se distribuem os(as) profissionais em relação ao Estado Civil.

¹²⁰ Para nos ajudar na construção dos Gráficos contamos como a colaboração do Professor do Departamento de Estatística da UFRN Paulo Roberto Medeiros de Azevedo e de um aluno do PET do mesmo Departamento, Lauro César Correia de Moraes.

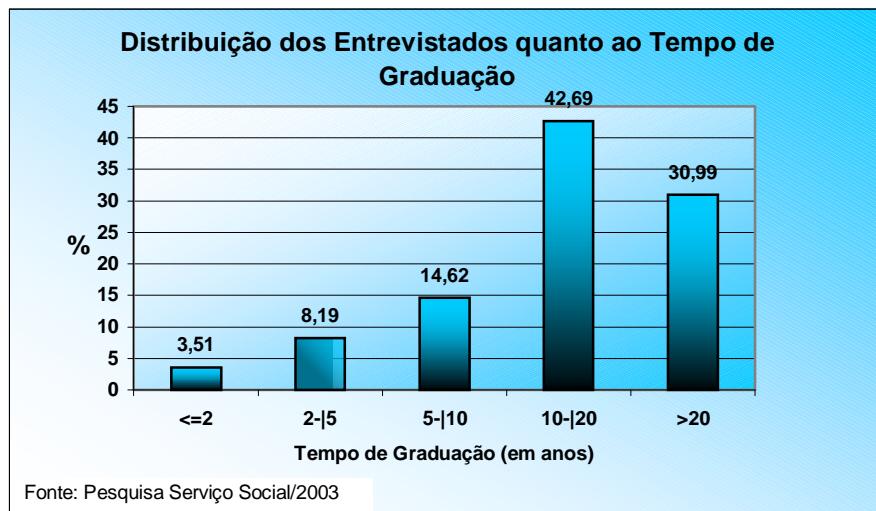
Assinalamos no Primeiro Capítulo que, em seu início, a Profissão era composta predominantemente por Mulheres solteiras. Hoje, no entanto, temos um percentual de 58,48% de profissionais casados(as). Este dado, de certa forma, permite inferir que os(as) profissionais que exercem hoje a Profissão já não a vêem como missão divina, quase sacerdócio que os(as) obrigaria à dedicação total de suas vidas, renunciando ao casamento.

Gráfico 2



O Gráfico 3 nos mostra que a maioria dos(as) profissionais entrevistados(as) se encontra com um tempo de graduação variando entre 10 e 20 anos. Uma das explicações para este dado pode ser a realidade atual do desemprego crescente, na qual os(as) mais novos(as) graduados(as) nem sempre se inserem logo no mercado de trabalho e deste modo não se inscrevem no CRESS, tendo-se, portanto, mais registros antigos que novos no referido órgão. Como partimos dos inscritos no CRESS para escolher nossa amostra, é provável que este Gráfico reflita isto.

Gráfico 3



O Gráfico 4 nos mostra que 97,66% dos(as) *Assistentes Sociais* são mulheres, revelando mais uma vez o perfil predominantemente feminino ainda presente na Profissão. Quanto à área de atuação (Gráfico 5), a Saúde ainda é a que mais emprega Assistentes Sociais - 43,86% trabalham nesta área -, vindo em seguida Criança e Adolescente e Educação com 12,87%, em cada uma destas.

Gráfico 4

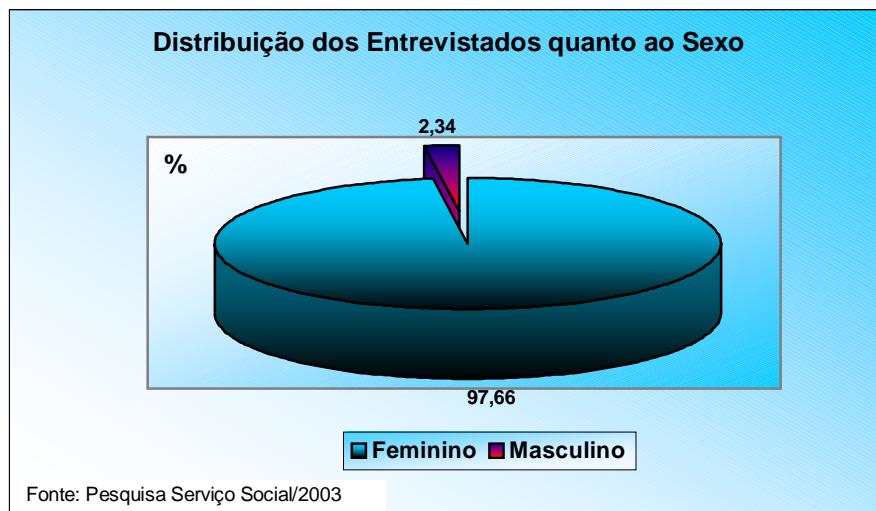
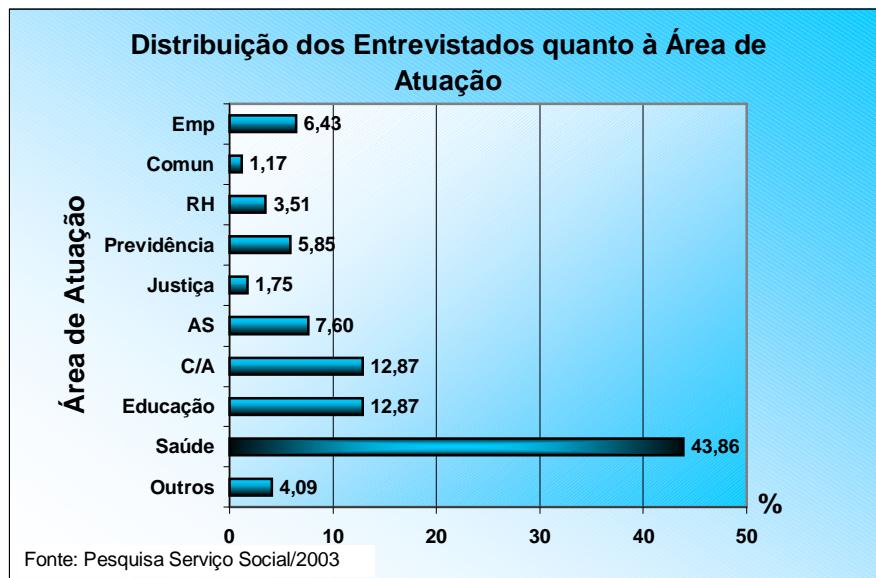


Gráfico 5



A religião que a maioria dos(as) entrevistados(as) professa ainda é a católica (67,25% - Gráfico 6), contudo há que se assinalar que o fato dos(as) profissionais se dizerem católicos(as) não significa obediência aos preceitos da Igreja e nem participação ativa nesta. O Catolicismo no nosso País tem como características marcantes a não obediência rígida aos ensinamentos romanos, a devoção aos santos oficiais e/ou a milagreiros não oficiais com o estabelecimento de rezas, novenas e promessas, enfim, é uma religiosidade vivida em casa e sem freqüência assídua à igreja. Neste sentido, provavelmente, esta predominância Católica refere-se muito mais à formação que os profissionais tiveram no seio de suas famílias do que à influência do Catolicismo atualmente em suas vidas. Isto foi confirmado posteriormente nas entrevistas em profundidade que realizamos com dois(duas) profissionais que se professaram Católicos(as), mas somente de formação familiar e afirmaram que atualmente se consideram somente cristãos(ãs).

Gráfico 6

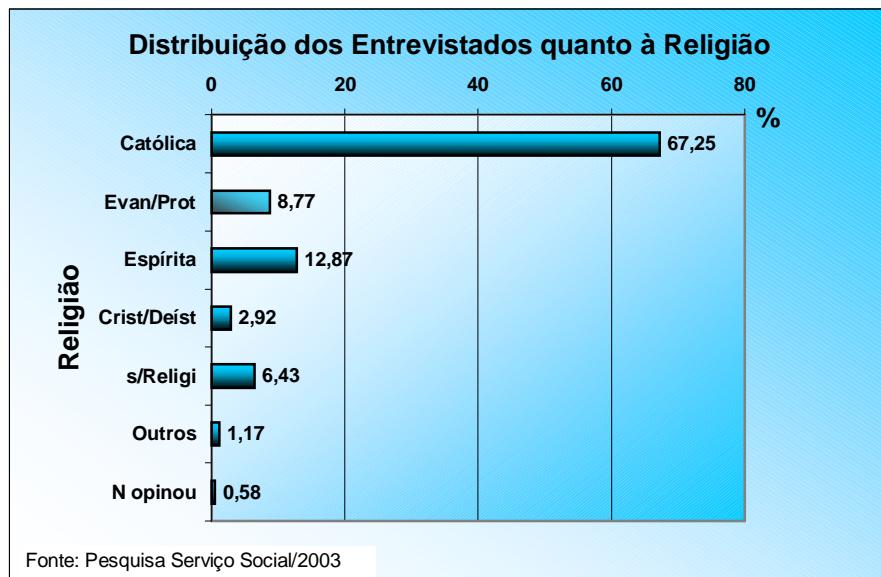
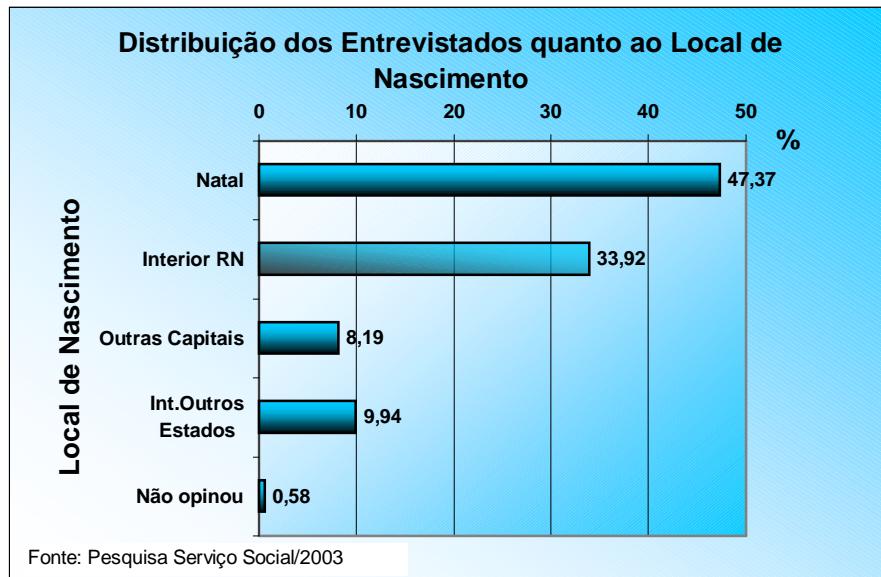
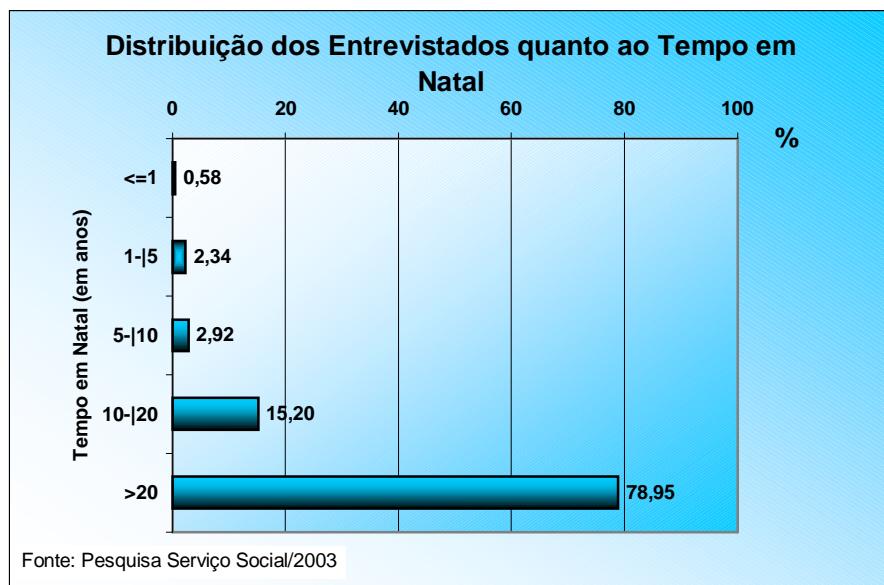


Gráfico 7



Em relação ao local de nascimento (Gráfico 7), a maioria dos(as) profissionais é de Natal (47,37%) ou estão residindo em Natal há mais de vinte anos (78,95% - Gráfico 8). Este quadro é reflexo da tendência crescente, que vem ocorrendo desde os anos 70, de esvaziamento das cidades do interior e inchação das capitais. A população parte em busca de trabalho, educação e condições de vida melhores. Isto também foi confirmado nas entrevistas que fizemos e das quais falaremos posteriormente.

Gráfico 8



Quanto à qualificação (Gráfico 9), os(as) profissionais em sua maioria são somente graduados(as) (44,44%), contudo um número expressivo de Assistentes Sociais tem Aperfeiçoamento/Atualização ou Especialização (totalizando 45,03%). Percebe-se, contudo, um distanciamento da Categoria profissional em relação à busca por qualificação, pois somente um total de 19,88% dos(as) profissionais estão em qualificação atualmente (Gráfico 10).

Gráfico 9

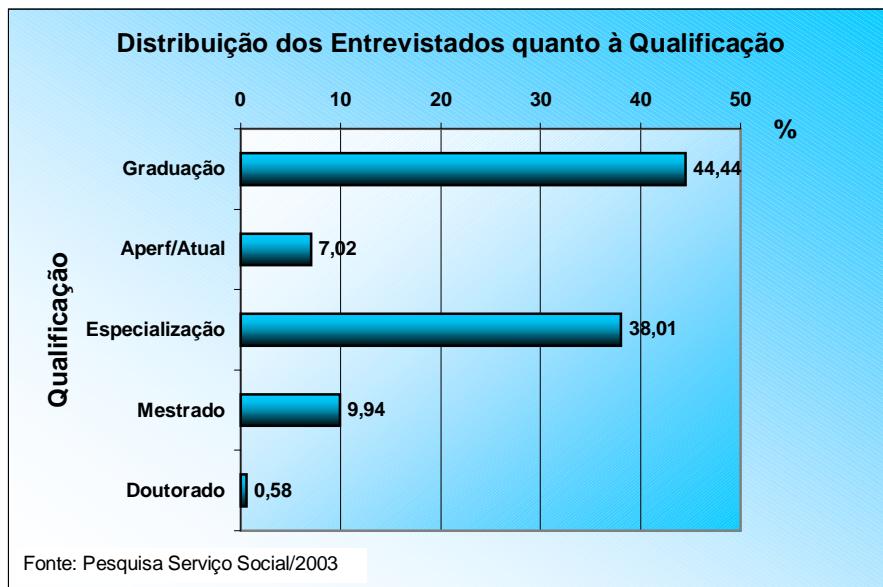
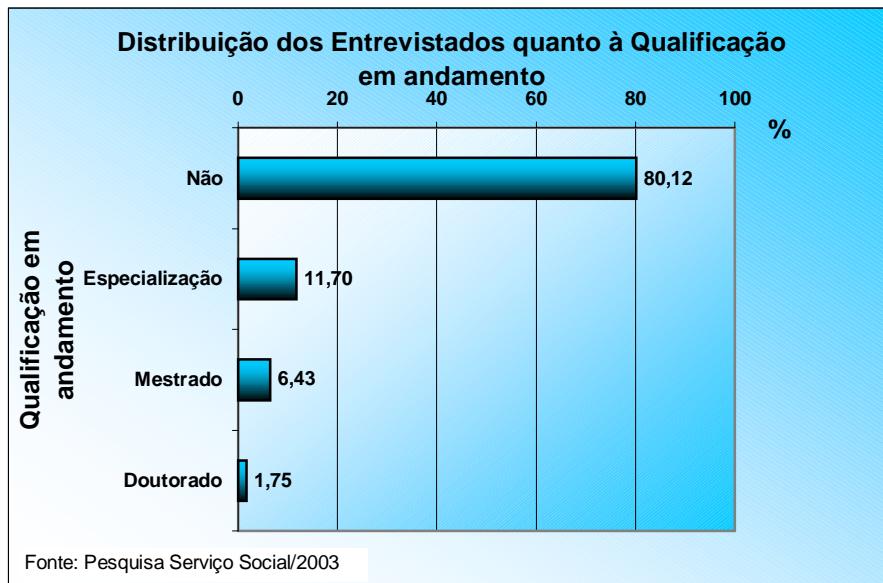


Gráfico 10



Nas entrevistas realizadas, os(as) profissionais reclamaram das dificuldades encontradas nas instituições para quem deseja se qualificar. As instituições não os

liberam para realizar Pós-Graduação ou só o fazem se os(a) profissionais deixarem de receber seus salários, o que inviabiliza a saída destes(as), uma vez que as bolsas de estudo nas Universidades - que poderiam suprir a falta do salário – têm sido insuficientes para a demanda.

A maioria dos(as) entrevistados(as) (65,50%) não exerce funções de direção nas instituições onde trabalha (Gráfico 11), mas participa de organizações da Sociedade Civil (53,21% - Gráfico 12).

Gráfico 11

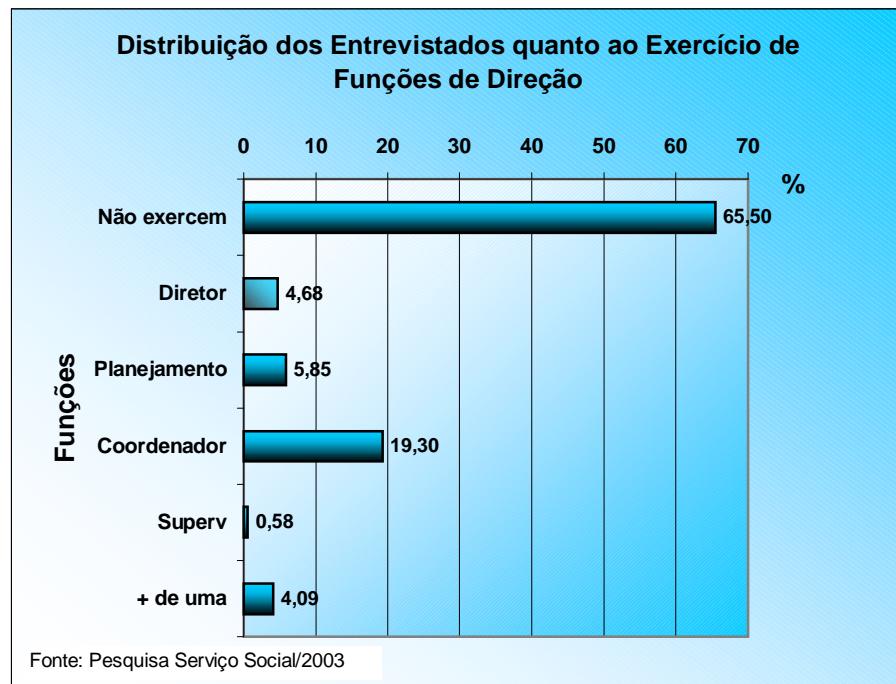
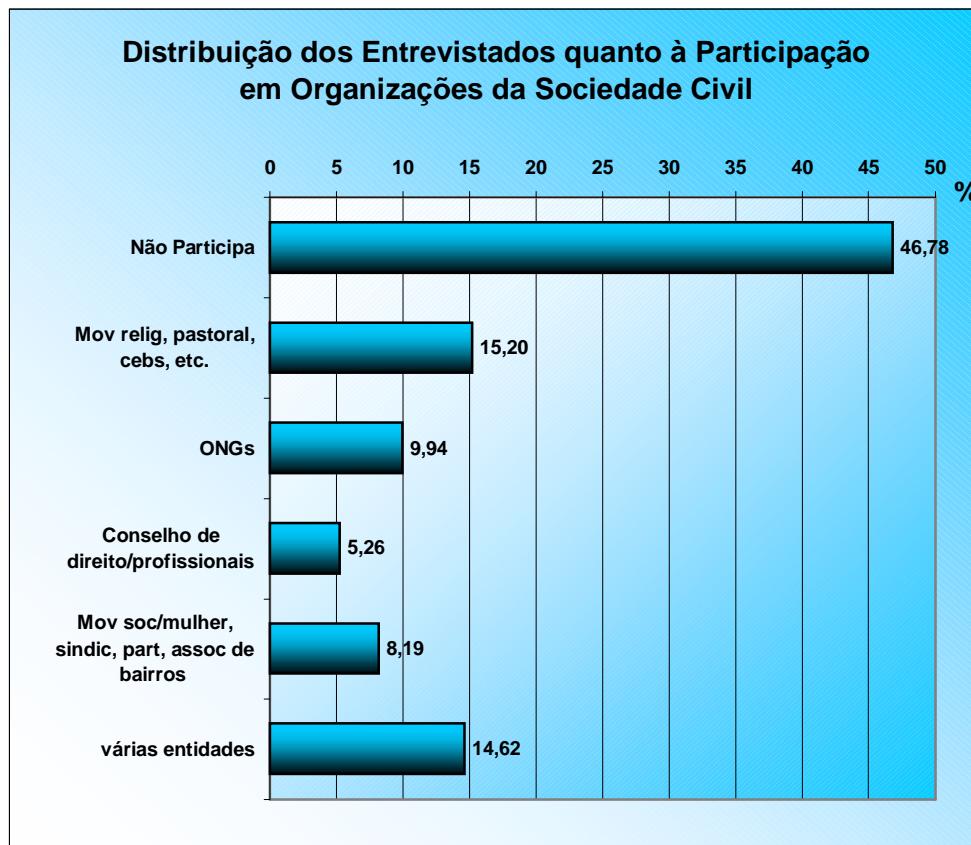


Gráfico 12



Fonte: Pesquisa Serviço Social/2003

Aqui, percebe-se uma tendência à modificação no perfil dos(as) Assistentes Sociais.

Na última pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS (1999), a maioria dos(as) profissionais não participava de Organizações da Sociedade Civil e aqueles que participavam eram, em sua maioria, de movimentos religiosos. A tendência a participação em movimentos religiosos ainda se mantém entre os(as) Assistentes Sociais, pois a inserção em nesses movimentos representa 15,20% do total geral de profissionais, o que significa 28,57% dos(as) que participam de Organizações da Sociedade Civil. Este número, contudo, é seguido de perto pela tendência a participação em várias entidades (14,62% do total geral), significando, portanto, 27,47% dos(as) profissionais que participam de Organizações.

O nível salarial dos(as) Assistentes Sociais é baixo (Gráfico 13), muito provavelmente devido ao fato de ser uma profissão considerada feminina, o que socialmente significa menores salários. 61,4% dos(as) profissionais ganham até 6 salários mínimos e somente 38,6% ganham acima deste valor. Há que se assinalar que muitos(as) desses(as) profissionais que ganham “melhor” estão exercendo a Profissão há muito tempo (39,18% entre 10 e 20 anos e 23,39% há mais de 20 anos, perfazendo um total de 62,57%) como mostra o Gráfico 14, o que representa, quase sempre, ganhos salariais advindos do tempo de serviço. Outro elemento que pode significar melhores salários é ter mais de um emprego ou vínculo empregatício, contudo, somente 8,8% dos(as) entrevistados(as) relataram ter mais de um emprego.

Gráfico 13

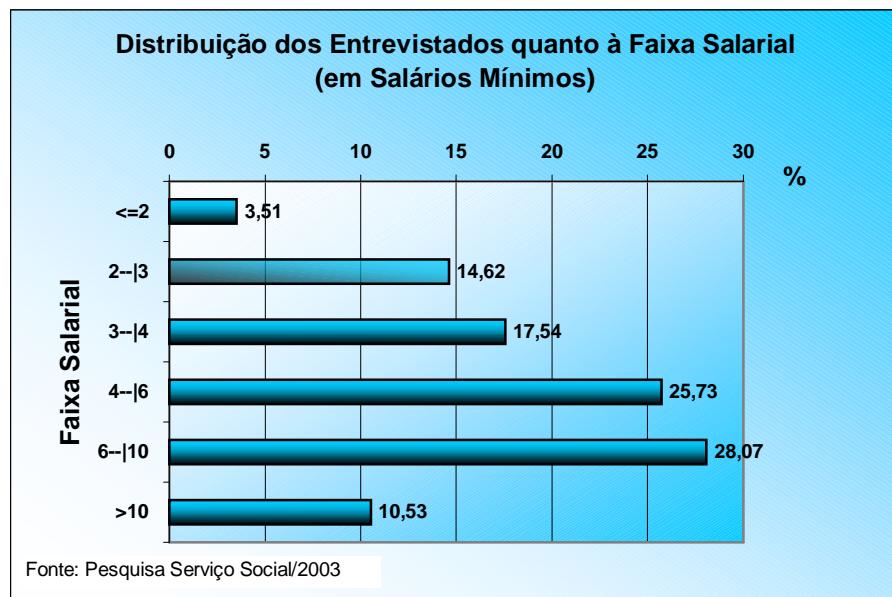
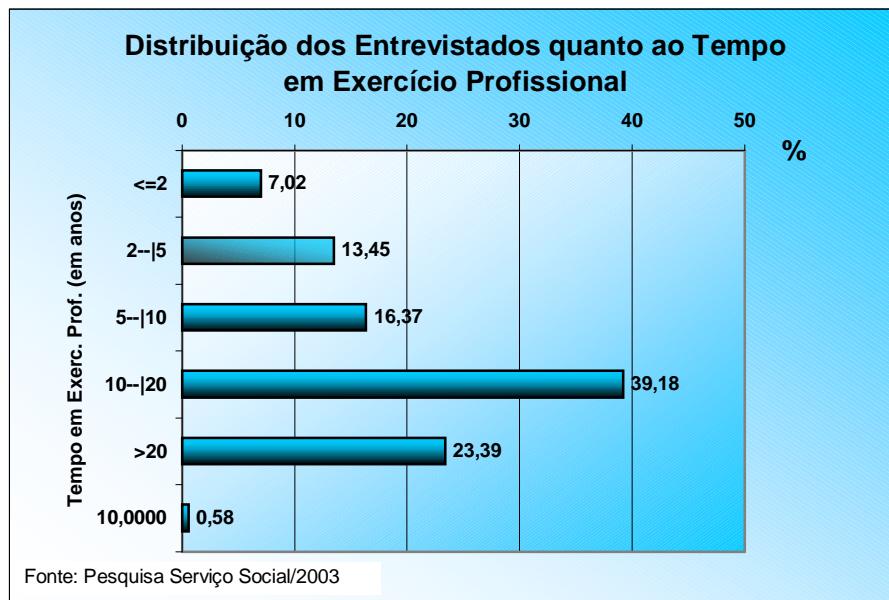


Gráfico 14



Feitas estas rápidas considerações acerca do Perfil Descritivo dos(as) Assistentes Sociais, chegamos ao momento de trabalhar os dados desse perfil, tentado cruzá-los com as notas atribuídas a determinadas profissões consideradas masculinas ou femininas. Apresentamos estes resultados a seguir.

2 – A Análise do Perfil dos(as) Assistentes Sociais em relação à valoração das Profissões

Após a construção do perfil descritivo, queríamos saber também se havia relação significativa entre essas variáveis que formam o perfil dos(as) Assistentes Sociais e a forma como estes avaliaram a lista das profissões elencadas ao fim das evocações, na *check-list*¹²¹. Tínhamos como hipótese que algumas dessas variáveis interferiam na forma de avaliar as profissões, como, por exemplo, a faixa salarial, a qualificação do profissional, o tempo de exercício profissional, entre outras.

¹²¹ Este momento do trabalho também contou com a ajuda do Professor do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do aluno do PET já citados anteriormente.

Contudo, para que esta análise fosse feita, foi necessário fazermos algumas escolhas. Constituía-se num trabalho gigantesco analisar cada Profissão separadamente em relação a cada variável, então se optou por agrupá-las. Tal agrupamento se deu utilizando o *software* “Statística” e a técnica estatística de agrupamento denominada “Análise de Cluster”, que, baseada em critérios técnicos, agrupa as profissões por semelhanças.

Tínhamos as seguintes profissões listadas inicialmente: Pedagogia, Engenharia, Física, Biologia, Serviço Social, Psicologia, Ciências da Computação, Sociologia, Magistério, Medicina, Filosofia, Direito. De acordo com as saídas do Programa, obteve-se, então, a seguinte formação de grupos:

Agrupamento de Profissões

Grupos	Profissões
Grupo 1	Direito
Grupo 2	Filosofia
Grupo 3	Biologia e medicina
Grupo 4	Engenharia, Física e Ciências da Computação
Grupo 5	Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Magistério

Agora têm-se 5(cinco) variáveis relativas às profissões, em vez das 12(doze) inicialmente consideradas. A nota dos indivíduos pesquisados, para cada um dos grupos formados, passou a ser dada pela média aritmética das notas atribuídas às respectivas profissões de cada grupo.

Foram realizados testes de Qui-quadrado para verificar a existência de associação entre cada grupo de profissões e cada uma das outras variáveis consideradas neste estudo, com exceção da variável “sexo”, posto que havia somente 4(quatro) pessoas do sexo masculino, num total de 171(cento e setenta e um) indivíduos pesquisados.

Desejávamos verificar se alguma variável tinha relação com a forma de avaliar todas as profissões e principalmente o Serviço Social, ou seja, se alguns destes elementos influenciava/interferia de alguma forma na forma de valorar as profissões. Os resultados

encontrados nos testes de Qui-quadrado nos mostraram que somente a variável “Área de Atuação” relacionava-se significativamente com quase todos os grupos profissionais - exceto com o grupo de Filosofia que não apresentou relação significativa com nenhuma variável (ver Anexo 7).

O passo seguinte seria traçar uma análise de perfil, ou seja, ver quais eram os perfis que encontraríamos ao cruzar qualquer das variáveis consideradas com as notas atribuídas às profissões. O nosso interesse era encontrar uma variável que mantivesse uma associação significativa com os valores dados a todos os grupos profissionais, mas somente a variável “Área de Atuação” respondia a esta exigência.

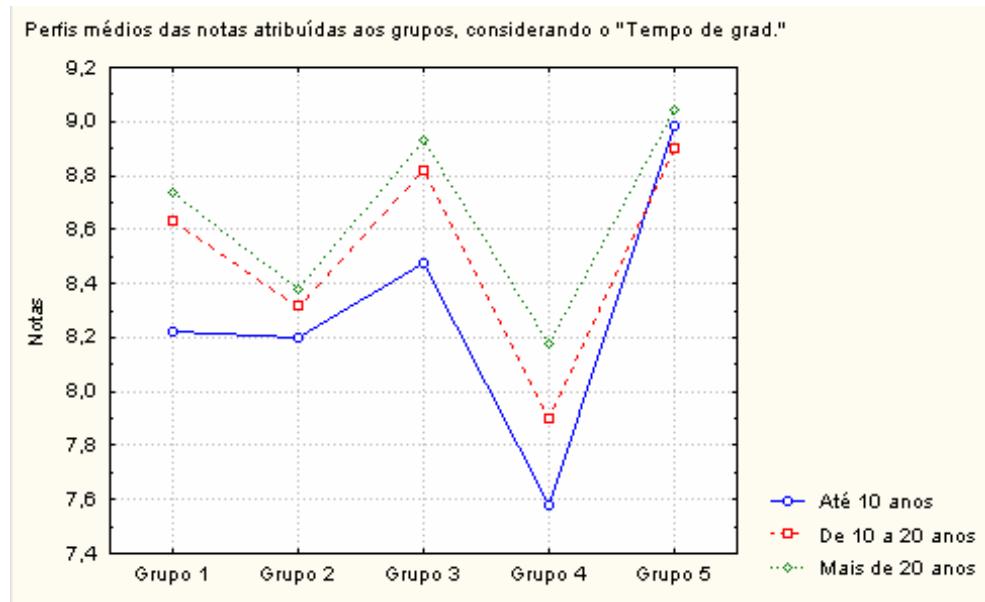
Contudo, para construir tal análise, fazia-se necessário redividir as variáveis que queríamos considerar, ou melhor, reagrupá-las, redividindo-as novamente em 3(três) ou 4(quatro) grupos no máximo. Percebemos, entretanto, a impossibilidade de traçarmos uma análise de perfil acerca da variável “Área de Atuação”, pois não foi possível uniformizar 9(nove) áreas de atuação distintas em 3(três) ou 4(quatro) grupos, conforme exigência da técnica em questão.

Assim, mesmo sem termos encontrado relação significativa entre as variáveis consideradas e as notas atribuídas às profissões, optamos por construir análises de perfis das seguintes variáveis: Tempo de Graduação, Qualificação, Participação em Organizações da Sociedade Civil e Faixa Salarial. Escolhemos estas variáveis, pois consideramos interessante analisar o perfil destas em relação à avaliação das profissões feita pelos Assistentes Sociais.

Como já assinalamos, foi necessário redividir as variáveis para possibilitar a construção da análise do perfil. Nos Gráficos, as variáveis já aparecem recategorizadas. A seguir, têm-se as análises de perfil, com relação aos grupos de profissões anteriormente formados (cinco grupos ao todo).

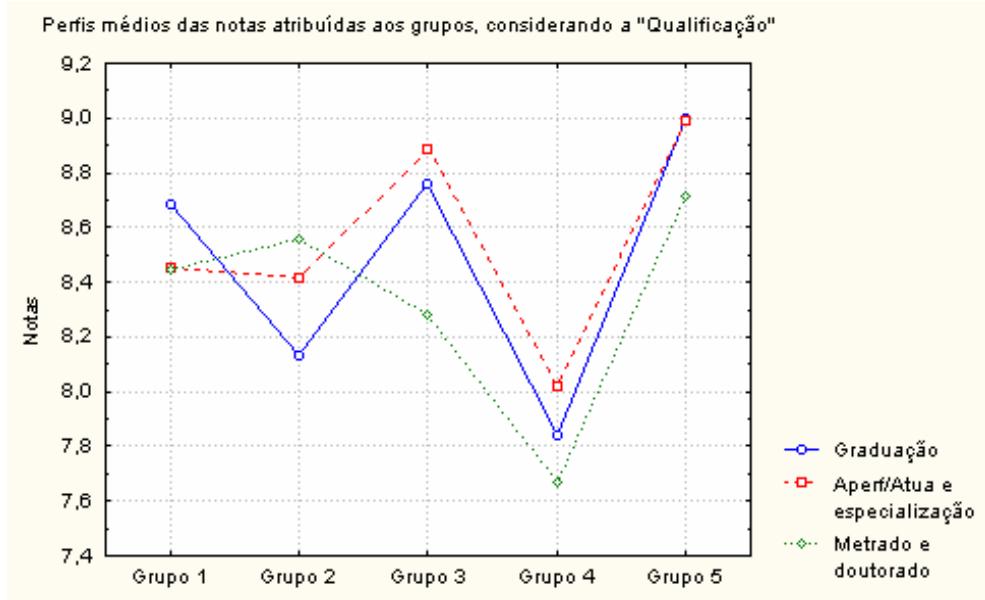
I – Para a estratificação quanto a “Tempo de graduação”, tem-se:

Gráfico 15:



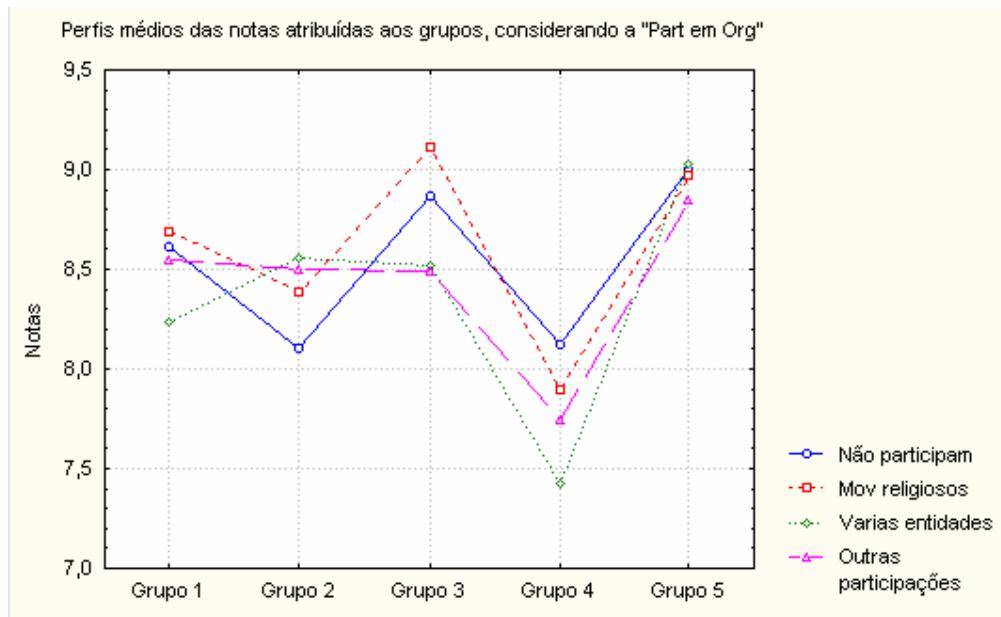
II – Para a estratificação quanto a “Qualificação”, tem-se:

Gráfico 16:



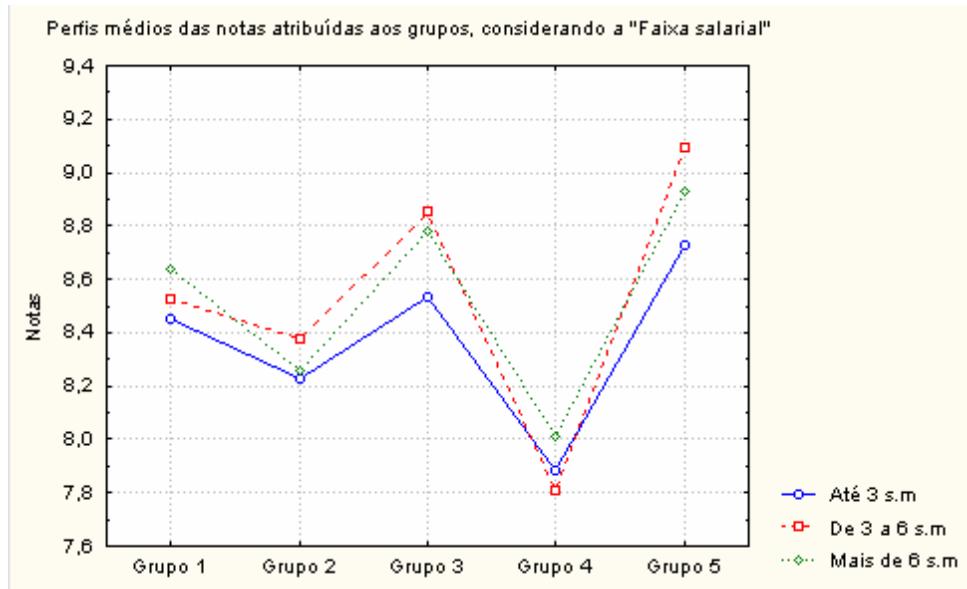
III – Para a estratificação quanto a “Participação em Organizações”, tem-se:

Gráfico 17:



IV – Para a estratificação quanto a “Faixa Salarial”, tem-se:

Gráfico 18:



Nestes Gráficos, o eixo de “x” representa os grupos das profissões anteriormente recategorizadas em 5 Grupos, e o eixo de “y” representa as médias das notas atribuídas às profissões. Cada linha representa, portanto, a estratificação feita em relação ao Tempo de Graduação, Qualificação, Participação em Organizações da Sociedade Civil e Faixa Salarial (respectivamente Gráficos 15,16,17 e 18). Observa-se que, em todos os Gráficos, o Grupo 5 (Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Magistério) foi o melhor avaliado pelos(as) profissionais sendo seguido de perto pelo Grupo 3 (Biologia e Medicina). O Grupo que teve a pior avaliação feita pelos(as) Assistentes Sociais foi o grupo 4 (Engenharia, Física e Ciências da Computação). Observa-se, assim, uma tendência entre os(as) Assistentes Sociais a avaliar mais positivamente as profissões mais similares à sua e a avaliar negativamente aquelas da Área de Exatas.

Para continuar com esta análise, de forma mais precisa, era necessário constatar se, estatisticamente, esses perfis eram paralelos, para, em seguida, ver se eram coincidentes. Dito de outra forma, era preciso verificar se os 3(três) perfis poderiam ser considerados paralelos e posteriormente se poderiam ser considerados como um só. Foram realizados, portanto, o Teste de “Paralelismo” e o de “Coincidência de Perfis”(ver Relatório no Anexo 8).

Para cada Gráfico considerado (quatro ao todo), formulam-se e testam-se duas hipóteses excludentes entre si. Assim sucessivamente foram formuladas e testadas para cada Gráfico de perfil duas hipóteses excludentes. Como resultado dos testes aplicados foram obtidas evidências de “paralelismo” dos perfis médios das notas atribuídas pelos(as) Assistentes Sociais, estratificados segundo todas as variáveis consideradas, ou seja, em cada Gráfico apresentado pode-se considerar todas as linhas paralelas.

Para testar a “coincidência do perfis”, também partiu-se em cada Gráfico de duas hipóteses excludentes. Como resultado dos testes aplicados, foram obtidas evidências de

que são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas pelos(as) Assistentes Sociais, estratificados segundo todas as variáveis consideradas, ou seja, em cada Gráfico apresentado pode-se considerar a existência de uma só linha.

Mas o que significa isto concretamente? Significa que independente do “Tempo de Graduação dos Profissionais”, da sua “Qualificação”, da “Participação ou não em Organizações da Sociedade Civil” e da sua “Faixa Salarial”, os(as) Assistentes Sociais avaliam da mesma forma as profissões consideradas.

Vimos que em cada Gráfico pode-se supor a existência de somente uma linha e não mais três como inicialmente, mas pode-se ainda perguntar: “Será que é possível considerar que todas estas médias coincidem em uma só?”, ou seja, “Será que em vez de uma linha em cada Gráfico pode-se considerar a existência de somente um ponto?” Dito de outra forma: “Será que as médias atribuídas pelos(as) Assistentes Sociais aos diferentes grupos profissionais podem ser consideradas, do ponto de vista estatístico, iguais?”

Para responder a estas questões, realizou-se um novo teste estatístico: o Teste de Igualdade de Médias. Novamente partiu-se de duas hipóteses excludentes entre si que devem ser testadas.

Após o Teste, verificou-se que as notas médias atribuídas aos cinco grupos de Profissões não podem ser consideradas todas iguais do ponto de vista estatístico, ou seja, há diferenças relevantes entre elas.

De fato, observa-se nos 4(quatro) Gráficos considerados – que, agora, podem ser considerados um só e formado por uma só linha - que os(as) Assistentes Sociais atribuem maiores notas às profissões que se aproximam da sua área (Grupo 5) ou da área Médica/Biológica (Grupo 3), e as piores notas são atribuídas ao grupo da Área de Exatas (Grupo 4), vindo em seguida o Grupo 2 e 1 respectivamente (Filosofia e Direito), sendo que a média atribuída a Direito já se aproxima do Grupo 3 (área Médica /Biológica). Desta

forma, a Profissão de “Direito” fica como terceira colocada na ordem das valorações positivas.

O que se constata, portanto, é a tendência, por um lado, a valorizar as profissões que se aproximam, enquanto área de ação, do Serviço Social, ou seja, profissões que são consideradas mais humanas, mais voltadas para o outro, e, por outro, a desvalorizar aquelas consideradas “frias”, ou seja, aquelas que se reportam a cálculos matemáticos e são, portanto, da Área de Exatas.

Destarte, a valorização das profissões para os(as) Assistentes Sociais não se dá tendo como parâmetros a valorização social ou o *status* da profissão na Sociedade. Nesta, quase sempre, há uma valorização maior das profissões ligadas ao cálculo e ao raciocínio lógico-matemático e das profissões mais consolidadas histórico-socialmente – com o consequente desprestígio das demais. Estas profissões, de uma forma geral, são exercidas por homens, ou mesmo, se estão em processo de modificação nos seus quadros, ainda é fortemente associada à figura masculina. No nosso caso, observa-se que o(a) Assistente Social, diferentemente, valoriza as profissões ligadas à Área de Humanas ou a preocupações sociais – que quase sempre são exercidas predominantemente por mulheres.

Deste modo, apesar de não termos investigado o porquê de tal diferenciação nas notas atribuídas aos Grupos de Profissões, podemos supor, a partir das notas atribuídas, que o principal critério de julgamento e atribuição de valor para os(as) Assistentes Sociais ao avaliar as profissões é o envolvimento da Profissão avaliada com o mundo à sua volta e com seus problemas, daí as notas baixas atribuídas às profissões ligadas às Ciências Exatas (Grupo 4) e a Filosofia (Grupo 2). As primeiras, talvez, por parecerem aos(as) Assistentes Sociais, “frias e calculistas” demais, distantes dos problemas do mundo e da realidade social, e a segunda, por parecer também alheia aos problemas reais do mundo, permanecendo no campo das idéias e especulações.

Um dado interessante a respeito da avaliação dos(as) Assistentes Sociais acerca do Grupo 2 (Filosofia) é que os(as) profissionais que cursaram “Mestrado e Doutorado” avaliam mais positivamente Filosofia que Direito (Grupo 1) – ver Gráfico 16. Pode-se supor também que, provavelmente, em nível de Pós-Graduação, percebeu-se a importância da referida disciplina para a atividade reflexiva e para a discussão acerca dos pressupostos das Ciências. Contudo acreditamos que, para a maioria dos(as) profissionais, estes(as) que cursaram Mestrado e Doutorado tornaram-se, também, “teóricos(as) e especulativos(as)” demais, à semelhança dos Filósofos.

Em relação à Profissão de Direito, percebe-se certa ambigüidade na valoração por parte dos(as) Assistentes Sociais. Em alguns Gráficos, o Direito (Grupo 1) quase se iguala ao Grupo de Filosofia (Grupo 2). Em outros, distancia-se aproximando-se do Grupo 3 (Área Médica/Biomédica). Podemos analisar essa ambigüidade levando-se em conta que a Profissão de Direito não é especulativa nem distante da realidade – critério avaliativo, que estamos supondo seja utilizado pelos(as) Assistentes Sociais -, tendo inclusive um papel social deveras importante. Entretanto, o seu exercício profissional, pela sua própria função e especificidade social, oscila entre a defesa dos direitos sociais dos excluídos e mais pobres e a defesa de grupos poderosos e dominantes, dependendo de quem o(a) advogado(a) esteja representando. Ora, os(as) Assistentes Sociais têm como valor central de sua formação o compromisso social com os excluídos e, neste caso, é este o critério avaliativo que pesa para os(as) Assistentes Sociais ao avaliar a profissão de Direito, passando, portanto, a avaliar ora negativamente a referida profissão, ora positivamente.

Desta forma, como Iamamoto (1998, p. 65) assinala, o(a) Assistente Social se guia por valores não utilitários, não mercantilistas e, neste sentido, se guia por eles ao atribuir valores aos objetos à sua volta.

Não é por acaso que se faz a escolha por esta profissão: ninguém a procura para ter mais dinheiro, para ter mais status, para ter mais prestígio. (...) é uma profissão especial, guiada por valores nobres e não utilitários, envolvida em uma mística que torna o seu exercício mais do que um emprego, um meio de realizar projetos pessoais e sociais, de fundo religioso, político, humanista etc (Iamamoto).

Assim, mesmo que hoje se tenha superado o envolvimento da Profissão com a Igreja Católica e não se veja mais a mesma como uma “missão divina”, permanece ainda a forte ligação com os valores da justiça, eqüidade social e necessidade de transformação social, valores dos quais seus profissionais não abrem mão.

É isto, inclusive, que aparece nitidamente quando examinamos as Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais acerca do Serviço Social. Vejamos isto mais detalhadamente a seguir quando apresentamos e analisamos as Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais acerca do Serviço Social, do “Ser Mulher” e da relação entre ambos.

3 – As Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais

A parte dos dados colhidos que correspondiam às evocações coletadas deveria ser colocada no *software* “EVOC”, pois, partindo da análise deles, iríamos selecionar aqueles que iriam para o segundo momento da pesquisa: as entrevistas em profundidade.

Passada essa fase e de posse de uma primeira aproximação dos resultados encontrados pelo EVOC (ver no Anexo 9, parte do material apresentado por esse Programa), cabia-nos olhá-los e, partindo deles, ir além deles. Os dados em si precisam ser interpretados e analisados e até a ausência de determinados dados deve ser lida e interpretada pelo(a) pesquisador(a). O que a configuração encontrada nos mostrou veremos a seguir.

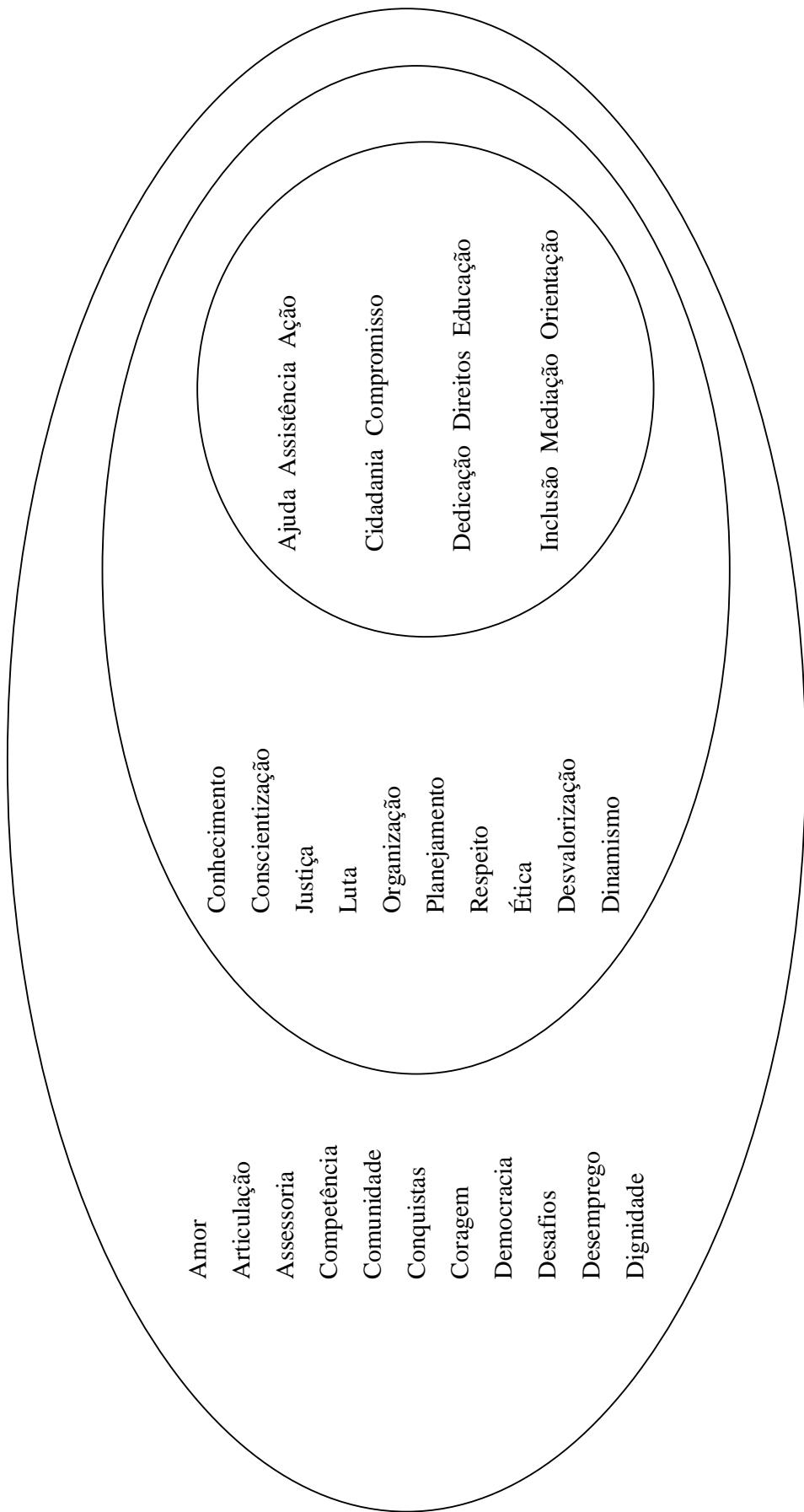
O SERVIÇO SOCIAL

A Representação Social dos(as) Assistentes Sociais sobre o Serviço Social (Figura 1) parece indicar um crescente afastamento dos valores dos quais o Serviço Social se originou e com os quais se identificou por tanto tempo. A palavra “cidadania” foi a mais citada (79 vezes), indicando, no nosso modo de ver, uma modificação da Representação Social dos(as) Assistentes Sociais sobre o Serviço Social.

O Serviço Social, como já assinalamos no primeiro capítulo, a partir da década de 70, questionou suas bases tradicionais e começou a traçar um novo caminho teórico-metodológico e ético-político. Esse caminho se propõe a buscar o reconhecimento dos direitos sociais dos(as) usuários(as) dos serviços, ou seja, o(a) usuário(a) é visto(a) como cidadão(ã) de direitos. Neste sentido, o Serviço Social se distanciou da postura inquisitória e policialesa que caracterizou seu surgimento e uma parte de sua prática histórica, pela qual o Serviço Social inquiria e investigava a vida pessoal da população, a fim de determinar se estes “mereciam” ter acesso ao serviço e/ou recurso solicitado ou não. Mesmo que ainda hoje, entre as atribuições do Serviço Social nas instituições, se encontre a triagem ou seleção dos(as) usuários(as) para acesso ao serviço, os(as) Assistentes Sociais encaram esta atribuição institucional de outra forma. Não vêem nisto nenhum poder ou mérito do Assistente Social, diferentemente de algum tempo atrás, no qual, alguns(algumas) profissionais - excessivamente presos(as) às normas institucionais e ao poder que lhe era atribuído pelas instituições de selecionar/triar a população - pareciam encontrar prazer/poder em selecionar/excluir os(as) usuários(as).

Figura 1

Representação Social dos Assistentes Sociais sobre o Serviço Social: 950 palavras citadas, 268 diferentes. Freqüência mínima 4, intermediária 9 e *rang* médio 3,5.



Hoje, o Serviço Social, mesmo quando realiza triagem, procura encontrar formas de incluir a população nos serviços, pois a vê como sujeitos de direitos historicamente negados. Desta forma, a alta freqüência da palavra “cidadania” parece indicar que o Serviço Social e sua prática hoje tem um novo significado para os(as) profissionais.

A segunda palavra mais citada foi “assistência”, palavra que, aos menos avisados, pode parecer remeter às bases históricas tradicionais do Serviço Social. Contudo, justamente durante a década de 80, ou seja, já depois de iniciado o processo de ruptura profissional com o Serviço Social Tradicional, um grupo de profissionais se preocupou em resgatar criticamente o significado histórico desse termo e em distinguí-lo de “assistencialismo”, publicando posteriormente suas reflexões em forma de livro¹²².

As discussões teóricas acerca da Assistência estabeleceram a distinção entre as ações de cunho assistencialista - ou assistência na perspectiva “*stricto sensu*” - e aquelas ações de cunho assistencial - ou realizadas na perspectiva “*lato sensu*”. As primeiras são aquelas que visam a perpetuar a dependência da população, ou seja, é um conjunto de atividades de caráter fragmentado, indefinido, instável, apresentando-se como auxílios temporários ou emergenciais que são repassadas como favor, benesse, bondade do poder público ou do político que as realiza. As segundas, mesmo se carregadas de elementos contraditórios, podem ser prestadas na perspectiva do direito e inclusão social¹²³.

Foi partindo desta percepção que os(as) Assistentes Sociais se envolveram na discussão para elaboração da Constituição de 1988 e conseguiram assegurar a inclusão da Política de Assistência Social como direito e enquanto componente da Seguridade

¹²² - Estamos nos referindo ao livro “Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise” das Professoras Sposati, Bonetti, Yasbeck e Falcão(1985)

¹²³ - Para uma discussão mais aprofundada sobre a discussão acerca da assistência social ver: Sposati, Aldaíza de Oliveira et al,1985; Sposati, 1991; 1991b, 1994; Yasbeck, 1993; Pereira, 1996 e Schons,1999.

Social, juntamente com a Previdência e a Saúde¹²⁴. Deste modo, a Política de Assistência Social se distingue das outras Políticas Sociais de corte social e que se realizam por áreas (Saúde, Habitação, Educação, etc...). A Assistência Social é política social que se realiza de forma transversal e, por isso, atravessa todas as outras Políticas de corte social, visando a integrar a população às demais Políticas.

Neste sentido, como já assinalamos, os(as) Assistentes Sociais se envolveram nesta discussão e passaram a perceber a Assistência como própria do seu exercício profissional e, mesmo reconhecendo suas limitações, passam a percepção-la como estratégica e como forma de inclusão da população nos serviços¹²⁵.

Expressando esta nova forma de ver a Assistência Social, Sposati(1991b, págs. 23-24) escreveu:

Vários estudos apontam mesmo para o papel histórico da assistência social no reconhecimento dos direitos sociais e, portanto, no fortalecimento, e não apenas no esvaziamento, das lutas populares pela conquista desses mesmos direitos. No projeto da Lei Orgânica da Assistência Social ela ficou entendida assim: 'A Assistência Social, enquanto direito de cidadania, é dever do Estado; é política social que provê, a quem necessitar, benefícios e serviços para acesso à renda mínima e o atendimento às necessidades humanas básicas, historicamente determinadas'(art. 1, projeto de lei nº 3099-C, de 1989). As ações da assistência social são hoje conduzidas como forma de preencher o vazio das demais políticas sociais (perfura poços de água potável, introduz rede de energia elétrica, abre escolas, creches...). Neste processo, mesmo que realizado de forma populista ou assistencialista, o reconhecimento do direito e a restituição da cidadania são discursados e postos em prática mesmo que em patamares apenas provocativos. Embora não se esqueça de sua face perversa, já não se duvida do poder estratégico dessa ação.

¹²⁴ - Ver Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II, Artigo 194, 203 e 204.

¹²⁵ - Os(as) Assistentes Sociais se envolveram e contribuíram através de seus órgãos representativos na discussão sobre a Assistência Social na elaboração da Constituição de 1988, bem como nas discussões posteriores para a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e na criação dos Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de Assistência Social, estando até hoje presentes e atuantes como membros de tais Conselhos.

Destarte, associar Serviço Social à Assistência não mais significa vê-lo como caridade, ações emergenciais, mas como associado a cidadãos(ãs) portadores de direitos sociais. Estas duas palavras mais citadas e presentes no Núcleo Central mostram, do nosso ponto de vista, uma nova configuração na Representação acerca do Serviço Social. Outras palavras com uma alta freqüência e que vão igualmente nesta mesma perspectiva são: “compromisso” (21 vezes), “orientação” (27), “participação”(20).

Por outro lado, a palavra “ajuda”, mesmo com uma freqüência de 16 vezes, teve um *rang* baixo, ou seja, foi uma das palavras primeiramente lembradas quando se falava em Serviço Social, o que mostra a permanência da associação entre a Profissão e o ato de ajudar ou a caridade falada nos primórdios profissionais. A palavra “dedicação”, apesar de ter sido citada somente 10 vezes, foi também uma das palavras primeiramente lembradas ao se falar sobre Serviço Social. Isto mostra ainda uma relação com a idéia de missão/vocação/dedicação, presente também nos primórdios da Profissão. A convivência destas palavras junto com “cidadania”, “assistência”, “compromisso”, “participação”, “orientação”, “inclusão”, “educação”, entre outras, no Núcleo Central da Representação Social, mostra que ocorreu uma importante transformação nesta, embora, ainda seja forte no meio profissional a noção de ajuda como associada ao Serviço Social.

Mesmo assim, a palavra “amor”, que no início da Profissão era central ao se falar sobre Serviço Social, parece ter sido substituída por “compromisso”, que agora consta no Núcleo Central da Representação. “Amor” ficou com uma freqüência de apenas 6 evocações e com um *rang* alto (3,67), ou seja, não foi uma das palavras primeiramente lembradas ao se falar em Serviço Social. O mesmo pode ser dito da palavra “comunidade” (5 vezes evocada e com *rang* de 5,60), palavra-chave nas

décadas do desenvolvimentismo no Brasil (1950-1970) e que passou a ser questionada por ocasião do novo projeto profissional

Junto com a palavra “amor”, aparecem palavras novas no discurso profissional, que pouco a pouco estão entrando no universo representacional dos(as) Assistentes Sociais, inserindo-se na periferia da Representação e constituindo o que Abric denominou de “transformação progressiva”. Tais palavras estão também associadas ao novo projeto profissional, mas não com a mesma força que “cidadania”, “compromisso”, “assistência”. Daí se explica o seu aparecimento na periferia distante da Representação. Entre estas podemos enumerar: “articulação”, “assessoria”, “competência”, “conquistas”, “democracia”.

Temos ainda as palavras que se encontram na primeira periferia e que por vezes encontram-se muito próximas ao Núcleo Central. No caso da Representação em questão, quase todas as palavras que se encontram na primeira periferia remetem à nova forma de ser do Serviço Social, a saber: “conhecimento” (11 vezes), “conscientização” (13), “justiça” (26), “luta” (25) etc.

É interessante assinalar que a presença na primeira periferia da palavra “Ética” (15 vezes, mas com um *rang* de 5) não significa que esta palavra esteja distante dos(as) profissionais. Apesar de não ter sido uma palavra logo lembrada ao se falar em Serviço Social, ela remete ao novo Projeto Ético-Político que se expressou no novo Código de Ética Profissional e na nova lei de regulamentação da Profissão na década de 90. Desta forma, em todas as outras palavras citadas do Núcleo Central ou da primeira periferia que remetam à nova forma de ser do Serviço Social, encontra-se presente a discussão ético-política de associar o Serviço Social à defesa destes valores, entre eles: justiça, cidadania, democracia, inclusão etc. Dito de outra forma: a discussão e o compromisso ético-político atual do Serviço Social perpassam todas as outras palavras citadas que

remetam a esta nova forma de ser do Serviço Social e, neste sentido, é irrelevante o fato da palavra “Ética” ter tido um *rang* alto ou ter sido menos citada que outras, uma vez que ela se expressa nestas outras palavras. Parece-nos, assim, que o novo Projeto Ético-Político do Serviço Social se encontra presente perpassando a nova configuração da Representação Social sobre o Serviço Social.

O que se observa, portanto, é que a Representação Social dos Assistentes Sociais sobre o Serviço Social mescla, tanto no Núcleo Central quanto no Sistema Periférico, elementos que remetem a formas tradicionais do modo de ser profissional com elementos que estão ligados ao novo modo de ser da Profissão, com predominância, entretanto, dos novos elementos. Pode-se assinalar, desta forma, que o Serviço Social ainda se encontra em fase de transformação. O Serviço Social não se despiu totalmente da velha roupagem, é verdade, mas tampouco permanece da mesma forma. Pelo contrário, percebemos fortes indícios de um processo de transformação na forma de representar o Serviço Social e tal processo já atingiu o Núcleo Central, configurando, assim, uma transformação na Representação Social.

Todo este processo de transformação no Serviço Social, na verdade, acompanha o processo de reflexão e ruptura profissional com o Serviço Social Tradicional que se iniciou nos anos 70 e que, por sua vez, foi resultado do contexto histórico pelo qual passou a Sociedade Brasileira no seu processo de redemocratização e de reorganização dos Movimentos Populares e Sociais. Como já assinalamos, no Primeiro Capítulo, o Serviço Social pressionado pelo mundo à sua volta viu-se obrigado a se redefinir e, neste sentido, questionou-se e traçou novos caminhos para o ser profissional. Esta nova forma de ser, de atuar e de se colocar socialmente na sua relação com os(as) usuários e a Sociedade em geral, que, do ponto de vista histórico é relativamente nova, está sendo incorporada pelos(as) profissionais do Serviço Social. A forma como os(as)

profissionais vêem a Profissão já não é a mesma. Ela encontra-se mesclada de “velho” e “novo”, mas com predominância do “novo” e isto nos enche de esperança.

O SER MULHER

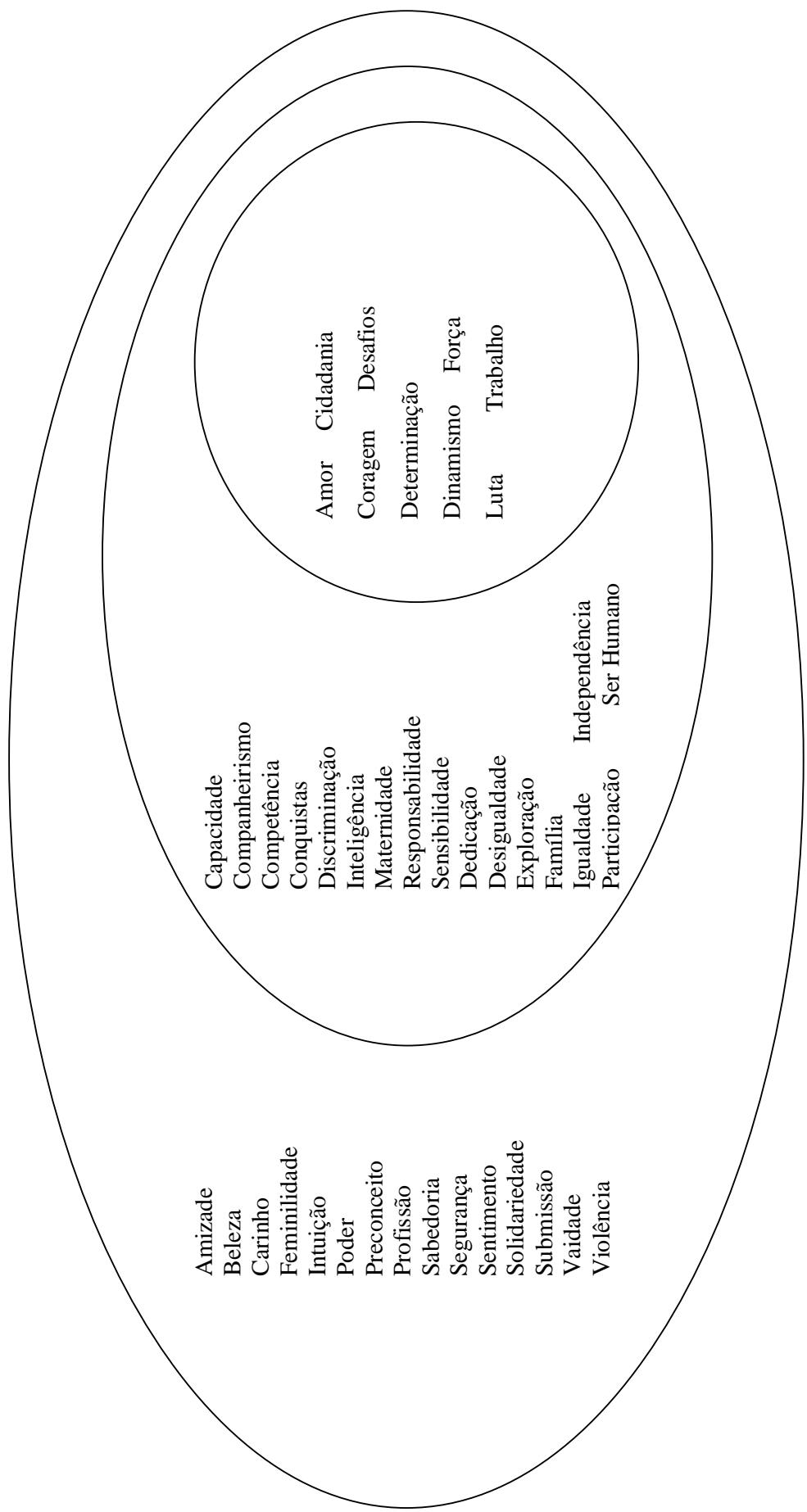
Com relação à Representação Social sobre o “Ser Mulher”(Figura 2), também parece-nos que se deram transformações importantes na forma de se perceber e representar as Mulheres, apesar de, à semelhança da Representação acerca do Serviço Social, aparecerem elementos no Núcleo Central da Representação que remetem a valores tradicionais ligados à Figura Feminina.

É o caso da palavra “amor” que, neste caso, aparece no Núcleo Central com uma evocação alta (13 vezes) e um *rang* médio de 3,0, o que indica que a associação mulher-amor ainda é forte entre os(as) entrevistados(as). Contudo, deve-se assinalar que todas as outras palavras componentes do Núcleo (“cidadania”, “coragem”, “determinação”, “força”, “luta”, “trabalho”) remetem à Representação Social da palavra “mulher”, como um ser forte, determinado, corajoso e que trabalha. Deste modo, as Mulheres se vêem como seres fortes e decididos, mas, ao mesmo tempo, se vêem fundamentalmente como um ser de “amor”, voltado para este elemento e tendo-o como valor básico.

Destas palavras presentes no Núcleo Central, é importante assinalar que a palavra “luta” foi a mais citada (84 vezes), vindo em seguida a palavra “força” com 45 evocações. As duas palavras aparecem muito juntas e tendo, por vezes, o conteúdo semântico muito próximo. Neste sentido, podem remeter tanto a esta nova representação do “Ser Mulher” – ser corajoso, batalhador, forte, trabalhador - como também significar a luta diária das Mulheres no mundo competitivo do Mercado de Trabalho,

Figura 2

Representação Social dos Assistentes Sociais sobre “o Ser Mulher”: 969 palavras citadas e 233 palavras diferentes. Freqüência mínima 5 e intermediária 10 e o *range* médio de 3,5.



acrescida da jornada de trabalho com filhos e cuidados domésticos na volta para casa¹²⁶.

Da mesma forma que no Núcleo Central, na periferia próxima se mesclam elementos novos e antigos e assim, junto com “capacidade”, “competência”, “conquistas”, “inteligência” aparecem, com muita força, as palavras “maternidade” (36 vezes, *rang* de 3,69) e “sensibilidade” (44 vezes, *rang* de 3,89) remetendo a uma Representação tradicional sobre o “Ser Mulher”. Já as palavras “família” e “dedicação” foram pouco lembradas – respectivamente 7 e 8 vezes –, mas aparecem também na primeira periferia, pois foram primeiramente evocadas. Contudo, apesar destas palavras estarem presentes e remeterem a uma Representação antiga sobre o “Ser Mulher”, elas se constituem minoria e, sem dúvida, na primeira periferia predominam os elementos que remetem a uma nova forma de ver as Mulheres.

Ora, como já assinalamos no capítulo 2, somos resultado de um longo processo de construção histórica da Representação Social da figura da Mulher e da figura do Homem, construídas como seres dicotômicos e antagônicos. As últimas décadas de luta e participação social e política das Mulheres tentam romper com esta visão, construindo percepções de mundo e das pessoas menos dicotômicas e mais parceiras e companheiras.

Percebe-se, portanto, uma Representação Social que tem em si muito mais elementos novos, construídos nas lutas e transformações sociais pelas quais passou a Sociedade. Como assinala Iamamoto (1988, p. 105):

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor

¹²⁶ - São ainda freqüentes e muito comuns as desavenças, brigas e reclamações das Mulheres com seus companheiros acerca da divisão do trabalho doméstico.

no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país.

Assim sendo, olhamos este resultado com esperança, pois ele mostra que as Mulheres hoje se vêem mais corajosas, determinadas, ligadas ao trabalho, cidadãs, mesmo se ainda regidas predominantemente pelo amor¹²⁷.

No Sistema Periférico distante da Representação Social sobre o “Ser Mulher” dos(as) Assistentes Sociais aparecem 3 elementos para os quais achamos necessário chamar atenção. Os termos “Preconceito” e “Violência” aparecem na periferia distante, o que é motivo de preocupação para nós, pois pode indicar que, a partir do surgimento desta nova mulher, mais decidida, forte, trabalhadora, os(as) Assistentes Sociais possam estar se esquecendo de que o preconceito e a violência persistem na Sociedade, às vezes de forma silenciosa e subterrânea, mas presente, atuante, excludente e silenciadora. A Mulher, vista como independente, determinada, resolvida, parece, num primeiro momento, distante do preconceito e da violência. É como se eles já não mais existissem na Sociedade. Este pode ser um dos motivos para que estes elementos apareçam na periferia distante da Representação Social sobre o “Ser Mulher”. Embora estes dois elementos possam estar longe da realidade pessoal e/ou afetiva de cada uma, o fato de ser Mulher - mesmo quando numa classe privilegiada e com uma relação afetiva satisfatória -, faz com que nos deparemos cotidianamente com o preconceito e a violência contra as Mulheres. É necessário alertarmos para isto, pois as modificações sociais, embora significativas, ainda deixam muito a desejar e é preciso ter isto claro, retomando a importância da denúncia da violência e do preconceito para avançarmos

¹²⁷ - Aqui não vai nenhuma depreciação do valor do amor nas nossas vidas. O amor é importante fonte de ligação entre os seres humanos e entre os gêneros (ver a este respeito brilhante *post-scriptum* sobre o amor de Bourdieu, 1999). O que estou tentando chamar atenção é para a construção histórica da associação da Mulher com o amor forjando uma mulher frágil e sentimental, diferentemente do homem, representado como forte e racional, distante, portanto, deste ou de outro sentimento que, segundo esta concepção, o fragilizaria.

mais ainda na busca de transformações cada vez maiores, no sentido de relações mais igualitárias entre os gêneros.

O terceiro elemento que nos chamou atenção e que também aparece na periferia distante da Representação Social sobre o “Ser Mulher” dos Assistentes Sociais é o termo “vaidade”. Historicamente associado à mulher, esse termo, ao mesmo tempo em que significava o cuidado e embelezamento da imagem pessoal, carregava também o forte traço semântico que o associava à futilidade, falta do que fazer. Havia um raciocínio subjacente e implícito que partia do pressuposto de que se a mulher se preocupava excessivamente com a beleza era porque lhe faltava o que fazer, não tinha outras preocupações mais importantes – diferentemente do homem – e por isso a vaidade era, na verdade, pura futilidade de pessoas vazias e desocupadas.

A Sociedade atual, com o seu discurso em torno da boa forma, corpo “sarado” e da beleza, onde “a imagem é tudo” – como diz o comercial de televisão – modificou a forma de ver e tratar a vaidade, incentivando os cuidados com o corpo, cabelos, pele, enfeites etc.

Desta forma, a vaidade foi se tornando uma característica comum aos dois sexos - o que a torna menos associada ao sexo feminino ou ao “Ser Mulher”. Esta equalização da importância da vaidade para os dois sexos veio reforçar a permissão de um novo olhar para a vaidade. Se, agora, o homem também se cuida e é vaidoso - e ele tem coisas muito importantes para realizar - então isto é positivo e não mais futilidade. Parece-nos, portanto, que estas determinações fizeram o termo “vaidade” migrar para a periferia distante na Representação Social sobre o “Ser Mulher”.

Ainda nessa Periferia aparecem elementos que remetem, do ponto de vista semântico, à figura da Mulher dócil, intuitiva, sentimental. São eles: “amizade”, “beleza”, “carinho”, “feminilidade”, “intuição”, “sentimento”, “solidariedade”. Por

outro lado, aparecem também elementos que, do nosso ponto de vista, significam novos valores que estão sendo incorporados ao Sistema Periférico sem representar questionamento ao Núcleo Central, mas que com o passar do tempo podem vir a se incorporar a ele. São eles: “profissão”, “sabedoria”, “poder” e “preconceito”.

Neste sentido, acreditamos que a Representação Social dos(as) Assistentes Sociais sobre o “Ser Mulher” encontra-se em processo de transformação. Tal transformação pode ser constatada através da presença destes novos elementos que foram sendo gradativamente incorporados ao Sistema Periférico e, com a permanência das práticas sociais novas, foram pouco a pouco migrando para o Núcleo Central.

Uma outra observação nos parece relevante acerca da Representação Social sobre o “Ser Mulher: apesar de serem poucos, os Homens que foram entrevistados – quatro ao todo -, analisando separadamente as palavras citadas por eles, percebe-se que evocam mais as palavras ligadas à Representação tradicional do “Ser Mulher”. Diferentemente, as Mulheres têm mais elementos no Núcleo Central de sua Representação que remetem a uma Representação nova do “Ser Mulher”. Assim sendo, aparecem, com mais freqüência, as seguintes palavras citadas pelos Homens ao serem indagados acerca do “Ser Mulher”: “família”, “dedicação”, “ternura”, “pureza”, “sensibilidade”, “intuição”, “zelo”. Também aparecem palavras que remetem à Representação Social que se aproxima mais da nova mulher: “inteligência”, “organização”, “competência”, “igualdade”. Contudo o que importa assinalar é que os Homens citaram pouquíssimas palavras – na verdade somente duas: “luta” e “cidadania” - que aparecem no Núcleo Central da Representação Social, as demais palavras citadas por eles encontram-se, em sua maioria, na primeira Periferia (ver Figura 2).

Isto indica, antes de tudo, que as Mulheres se vêem diferentemente da forma como os Homens as vêem, uma vez que os elementos considerados significativos por eles acerca do “Ser Mulher” são diferentes dos elementos elencados pelas Mulheres como significativos. Isto indica também que uma transformação na Representação Social dos homens aqui estudados¹²⁸ acerca do “Ser Mulher” tende a ser mais lenta. Dito de outra forma: mesmo percebendo-se que entre os homens há indícios de uma transformação na forma de ver as Mulheres - e que esta transformação vem se dando na direção de uma visão mais coerente com as Mulheres dos tempos atuais -, essa modificação não se dará com facilidade, pois os elementos que para as Mulheres não são mais centrais na Representação, provavelmente, ainda estão arraigados como centrais para os Homens, e, neste sentido, encontram-se protegidos pelo Sistema Periférico. Entretanto, acreditamos que com a irreversibilidade das práticas sociais novas, que conferem às Mulheres novos papéis a cada dia, também ocorrerá uma transformação progressiva na Representação Social dos Homens Assistentes Sociais sobre o “Ser Mulher”, ou seja, novos elementos, que já se encontram na periferia de suas Representações, podem migrar para o Núcleo Central, transformando a Representação Social.

O SERVIÇO SOCIAL E O SER MULHER

Acerca da terceira questão que indagava sobre a Representação Social dos(as) Assistentes Sociais acerca da relação “Serviço Social e Mulher”, os resultados parecem apontar para uma mescla das duas Representações anteriores (ver Figura 3). Os termos centrais parecem ser aqueles que mais exprimem este “novo Serviço Social” na

¹²⁸ - Seriam necessários mais Homens Assistentes Sociais para ser possível verificar a organização estrutural da Representação Social destes no *software* EVOC. De toda forma, são elementos da Representação Social e, mesmo com estas ressalvas, percebem-se diferenças significativas entre a forma dos Homens Assistentes Sociais ver as mulheres e a forma das Mulheres Assistentes Sociais se verem.

conjunção com esta “nova Mulher”. Assim, como palavras mais freqüentemente lembradas e citadas, presentes no Núcleo Central, aparecem “conquistas” (21 vezes), “luta” (51), “profissão” (25), “maioria” e “trabalho” (21 cada). Do nosso ponto de vista, por tratar-se de uma relação entre palavras indutoras anteriormente citadas – “Mulher” e “Serviço Social” – a maioria das evocações dadas como resposta somente mesclam elementos que já apareciam nas duas primeiras questões.

Somente uma palavra que remete às Representações antigas sobre o “Ser Mulher” e “Serviço Social” aparece no Núcleo Central: “sensibilidade”(22 vezes). O interessante é que tal palavra não aparece em lugar nenhum na Representação Social sobre o Serviço Social e aparece na primeira periferia da Representação Social sobre o “Ser Mulher”. O que fez esta palavra migrar da periferia de uma Representação isolada para o Núcleo Central desta mesma Representação conjugada a outro elemento – aqui no caso na Representação de “Mulher e Serviço Social”?

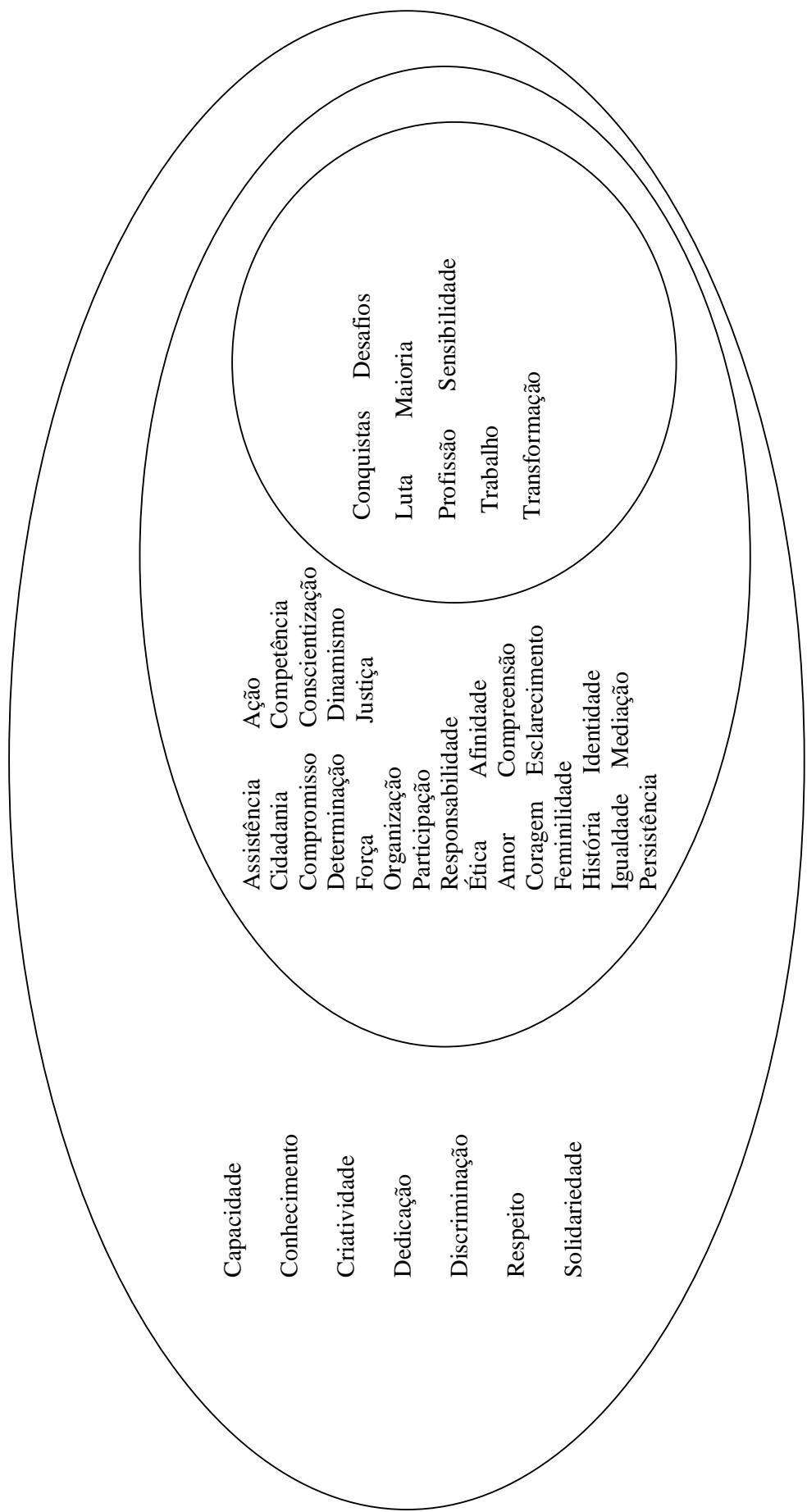
Na verdade, na Representação Social do “Ser Mulher”, a freqüência de tal palavra já foi alta - uma freqüência de 44 vezes e com um *rang* de 3,89. Por este motivo, ela aparece na primeira periferia¹²⁹. No caso específico da Representação Social sobre “Mulher e Serviço Social”, parece-nos que este elemento se torna forte porque o termo “Ser Mulher”, conjugado ao termo “Serviço Social”, reforça a idéia da sensibilidade da Mulher para as questões sociais e da Mulher como um “Ser para os outros” e, da mesma forma, o termo “Serviço Social” remete a preocupações sociais e preocupações com os outros, ou seja, os dois termos juntos reforçam significados que remetem à Representação tradicional do “Ser Mulher”. Isto explica também o aparecimento, na primeira periferia, dos termos “compreensão”, “amor” e “feminilidade”.

¹²⁹ - Não voltamos aos entrevistados para testar a centralidade ou não dos elementos. Assim, os nossos resultados apontam uma configuração provável da Representação Social.

Figura 3

Representação Social dos Assistentes Sociais sobre “Mulher e Serviço Social”: 837 palavras citadas e 261 palavras diferentes.

Freqüência mínima 5 e intermediária 10 e o rang médio de 3,0.



A que nos leva, portanto, a análise destas três Representações? A primeira consideração a ser feita é que as transformações na forma de representar o “Serviço Social” e o “Ser Mulher” andaram juntas em seu processo de transformação. A Sociedade mudou, as Mulheres conquistaram novos espaços e o Serviço Social acompanhou o seu tempo.

Desta maneira, ao longo destes 30 anos, o Serviço Social, acompanhando as modificações sociais e assumindo a postura de comprometimento com os setores para os quais se destina seu trabalho, delineou um novo Projeto Profissional, que foi aceito e incorporado pela maioria dos(as) profissionais. Assim sendo, parece-nos que o Serviço Social está tecendo uma nova forma de se ver e de se construir historicamente. Essa nova forma ainda está em processo de construção e mudança, mas seus sinais são evidentes.

O mesmo pode ser dito da forma como os(as) Assistentes Sociais vêm as Mulheres, ou melhor dizendo, como vêm a si mesmas, pois são Mulheres em sua grande maioria. Neste sentido, as Mulheres Assistentes Sociais construíram uma nova forma de se ver e de ver as Mulheres em geral e esta nova forma é mais compatível com o que experimentam nas suas vidas e em suas lutas diárias. Trata-se de uma Mulher determinada, trabalhadora, lutadora, forte e que mescla com todos estes elementos o amor, colocando-o como base de suas ações. Sendo assim, é também uma Mulher em transição e em processo de transformação de suas Representações.

Por fim, a Representação Social sobre “Mulher e Serviço Social” parece também mesclar elementos novos e antigos, mas com predominância de elementos novos no Núcleo Central, o que parece indicar que houve transformações significativas em todas as formas de Representações investigadas.

Essas transformações que surgiram nas Representações estudadas mesclam elementos das transformações conceituadas por Abric como resistente e progressiva, ou seja, elementos novos trazidos por práticas sociais novas, foram se incorporando à Periferia das Representações e mesmo ao Núcleo Central, sem grandes rupturas, modificando as Representações de forma lenta e gradual.

Realizada esta fase da pesquisa, era o momento das entrevistas em profundidade. Relatamos a seguir este momento.

3.1 – A Ancoragem das Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais

Ao analisar os dados coletados no primeiro momento da pesquisa de campo e confrontá-los, escolhemos 5(cinco) profissionais, pois consideramos que estes representavam melhor os resultados delineados no EVOC. Como já assinalamos, das Mulheres, escolhemos 4(quatro); dos Homens, 1(um).

Apresentamos a seguir uma tabela, na qual consolidamos o perfil das 4(quatro) Mulheres. Achamos melhor não colocar o perfil do único Homem entrevistado, pois quando realizamos as entrevistas, garantimos aos(as) entrevistados(as) sigilo absoluto quanto às suas identidades. No caso dos Homens, como temos pouquíssimos na Profissão, seria fácil identificá-lo com os dados que forneceríamos.

Tabela 1 – Consolidação dos Dados Socioeconômicos dos Entrevistados

Entrev	Est.	Idad	Temp.	Área	Relig.	Qualif.	Partic.	Salário	Temp.
97	Solt	34	6 anos	Judic.	Catól.	Grad.	Sindic.	4-6	3 anos
135	Cas	40	18 anos	Saúd	Catól.	Espec.	Mov.	4-6	17
							Relig. e		anos
							ONG		

138	Cas	40	7 anos	Assist.	Evan.	Grad.	Não	3-4	7 anos
Social									
165	Solt	49	22 anos	Educaç	Evan.	Atualiz	Mov.	6-10	11
Relig. e Mov.									
Mulheres									

O que é interessante observar é que, posteriormente, vimos que as pessoas escolhidas não apresentavam um perfil relativamente homogêneo, ou seja, mesmo tendo Representações semelhantes, tinham perfis extremamente diferentes entre si, variando entre solteiras e casadas, recém-graduadas a pessoas com muito tempo de Graduação, pessoas com Cursos de Atualização/Especialização, outras somente com Graduação, católicas e evangélicas, algumas com pouco tempo de exercício profissional e outras com muito tempo, faixas salariais diversas, etc.

Isto reforça o que os testes estatísticos mostraram, a saber: independentemente das variáveis consideradas, os(as) Assistentes Sociais avaliam os objetos à sua volta de forma relativamente homogênea, ou seja, baseados fundamentalmente na mesma forma de valoração. Isto, por sua vez, nos remete à noção de Grupo, discutida por nós no capítulo anterior deste trabalho, na qual Moscovici (1978, p. 75) define os contornos de um grupo pelas Representações Sociais compartilhadas entre seus membros. Deste modo,

Nós observamos que a representação também traduz a relação de um grupo com um objeto socialmente valorizado, notadamente pelo número de suas dimensões, mas, sobretudo, na medida em que ela diferencia um grupo de outro, seja por sua orientação, seja pelo fato de sua presença ou de sua ausência. Por causa dessa reciprocidade entre

uma coletividade e a sua ‘teoria’ (consciência, representação, etc.), a teoria, como acabamos de verificar empiricamente, é um de seus atributos fundamentais.

Sabíamos, portanto, que, apesar das diferenças individuais, estes(as) entrevistados(as) tinham uma Representação sobre os objetos pesquisados relativamente homogênea. Isto nos fez indagar: Se têm perfis tão variados, o que tornou a Representação homogênea? A história de vida? A Formação Profissional? O exercício profissional? Ou serão todos estes elementos somados?

A primeira constatação, de âmbito mais geral, é que o perfil diferenciado apresentado no quadro anterior se torna real e concreto com o conhecimento das histórias de vida. Nada há que os(as) ligue, exceto o fato de, há algum tempo atrás, terem optado pelo Curso de Serviço Social e, posteriormente, terem se tornado Assistentes Sociais.

Houve mais dificuldades socioeconômicas na vida de 3 (três) entrevistados(as), entretanto todos(as) três assinalaram que tiveram o básico para sobreviver, estudando em Escolas Públicas e sendo incentivados(as) pelas mães para verem o estudo como uma forma de melhorar de vida. Os(as) outros(as) dois(duas) que tiveram menos dificuldades econômicas apresentaram relatos diferentes sobre o estímulo para o estudo. Um(a) assinalou que nunca recebeu incentivo nenhum para estudar, nem ele(a), nem seus irmãos. Estudou porque sentiu necessidade de ir à luta. O(a) outro(a) foi cobrado(a) pelo pai para que estudasse e não pela mãe como relataram os(as) três primeiros(as) entrevistados(as).

Acerca da situação familiar, 3 (três) têm famílias grandes variando entre 10 e 14 membros ao todo e 2 (dois) têm famílias compostas de 5 pessoas (1 com três mulheres como filhas e a outra com 2 mulheres e 1 homem). 4(quatro) dos(as) entrevistados(as)

vêm do interior e, destes, 3(três) vieram para Natal ainda na adolescência, a fim de estudar, e 1(um/uma) veio somente depois que se casou.

Para facilitar a exposição das falas dos Entrevistados, dividimo-las por temas que foram organizados na seguinte ordem de apresentação: o papel das Mulheres em suas famílias, a visão acerca das Mulheres, a escolha do Curso, a visão sobre o Serviço Social, sobre a questão da predominância feminina na Profissão e sobre a *subalternidade profissional*. Vejamos os relatos a seguir.

O PAPEL DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS

Em relação a este aspecto, têm-se também situações diversas: duas entrevistadas têm, em suas histórias de vida, a figura do pai provedor que lhes garantiu o sustento. Neste caso, cabia à Mulher providenciar todo o conforto doméstico ao provedor quando este retornasse ao lar. Por outro lado, esta Mulher – no caso, as mães das entrevistadas – nada sabia fazer fora de casa. É o que vemos nestes dois relatos:

“Eu me lembro assim, até onde minha lembrança alcança, era por exemplo de meu pai ter tudo pronto, a casa, as refeições. Minha mãe parou de trabalhar, ela trabalhava, então quando ela casou, meu pai não queria que ela trabalhasse e ela aceitou e foi viver para a casa e para os filhos” (J...).

“Depois que meu pai faleceu minha mãe ficou mais independente. Antes ela nem sabia assinar um cheque, quando papai era vivo ela nunca pegava num centavo que fosse. Tudo era comprado por papai, ele providenciava tudo para casa, tudo... tudo quem comprava era ele. Agora, mamãe sai, assina cheque, sabe cuidar das coisas dela...”
(R...).

Contradicitoriamente, as duas entrevistadas relataram que foram educadas pelas mães para não dependerem de ninguém, para terem uma Profissão e serem autônomas. Isto nos leva a refletir sobre a modificação no papel das Mulheres na Sociedade. O que vemos nesta aparente contradição é que as mães, vindo de outra geração, foram

educadas para cuidar da casa e dos filhos e não conseguiram viver de outra forma. Contudo, as modificações na Sociedade e no papel das Mulheres nesta, com sua inserção no Mercado de Trabalho, estabelecendo autonomia e independência financeira das mulheres em relação aos homens, faz com que essas mães eduquem suas filhas diferentemente da forma como foram educadas, incentivando-as a terem uma profissão, a se inserirem no Mercado de Trabalho e a não dependerem dos maridos para sobreviverem.

Aqui há que se assinalar também o papel do divórcio na modificação destes valores. Antes do divórcio, o casamento era para sempre - mesmo que continuasse por pura obrigação -, garantindo às mulheres o sustento até o fim de suas vidas, pois, mesmo quando viúvas, ainda lhes cabia a pensão do marido ou o sustento, por parte dos filhos. A aprovação do desquite e posteriormente do divórcio, a obrigação do marido de, em casos de separação, contribuir somente na sustentação dos filhos e, em alguns casos, a possibilidade da mulher contribuir no sustento do ex-marido e dos filhos - quando está em melhores condições financeiras do que o ex-marido e este ficar com a guarda dos filhos -, todas estas novas práticas expressas na aprovação de novas leis trouxeram modificações na forma de se educar as Mulheres das novas gerações, incentivando-as à independência, ao trabalho e à autonomia financeira.

“Ela sempre passou pra gente isso, da gente buscar através do estudo algo melhor(...) ela falava da gente estudar, de ter uma graduação, não parar por aí (...), ela sempre enfatizou muito isso, que a gente buscassem independência econômica, de não depender de (...), de não depender de um casamento, de um relacionamento, de não depender de ninguém, ter sua autonomia financeira (...) para fazer o que quiser (J...).

“O relacionamento na minha família era muito bom, entre eu e meus irmãos também. Mamãe sempre mandava a gente estudar muito para ter alguma coisa (...)(G...).

Do mesmo modo se deu com os(as) outros(as) três entrevistados(as). Nestes casos, com uma diferença: a mãe sempre trabalhou fora de casa, o que estabeleceu, desde cedo, um exemplo concreto a ser seguido. De toda forma, além do exemplo concreto de suas mães, eles(as) foram também educados(as) a crescerem autonomamente e independentes financeiramente¹³⁰.

Percebe-se, entretanto, mesmo com estas modificações na Sociedade, uma certa continuidade no papel e atribuições que cabem à Mulher no âmbito familiar. Ainda cabe a esta o papel de educadora, cabe a ela cobrar dos filhos estudo, responsabilidade, ensinar-lhes os valores recebidos etc. Mesmo quando elas trabalham e são independentes, ainda lhes cabe fundamentalmente este papel, apesar de, também neste aspecto, já se perceberem, timidamente, algumas modificações.

Observa-se, por conseguinte, que a modificação na Representação Social acerca do “Ser Mulher” é algo que se deu a partir da modificação e irreversibilidade das práticas sociais, estabelecendo modificações progressivas na estrutura da Representação Social, configurando, assim, o que Abric denominou de “transformação progressiva”, na qual elementos novos vão se incorporando à periferia da Representação e aos poucos vão “migrando” para o Núcleo Central e passando a conviver com elementos antigos, estabelecendo, posteriormente, modificações totais no Núcleo Central da Representação Social.

A ESCOLHA DO CURSO E A VISÃO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL

Os(as) entrevistados(as) não estabeleceram relação nenhuma entre a escolha do Serviço Social como curso e a religião professada, aliás, dos(as) três que afirmaram o

¹³⁰ - Somente uma entrevistada relatou que foi educada para cuidar de casa e dos filhos, mas a própria vida, através de um processo de separação do marido, a obrigou a tornar-se independente.

Catolicismo como religião¹³¹, somente um(a) afirmou a importância dos valores católico-cristãos ainda hoje em sua vida. Os(as) demais afirmaram que foram educados(as) no Catolicismo, mas, hoje, tais valores não são tão fortes, professando, atualmente, somente a defesa de valores cristãos e a crença em Deus.

“A questão da religião sempre foi muito forte, a família de minha mãe é católica, então foi passando pra gente os valores católicos, eu fui criada desde cedo freqüentando a Igreja, recebo os sacramentos da Igreja, batismo, eucaristia, crisma e foi muito presente estes valores. E hoje, eu continuo na mesma religião, (...) eu acho importante, eu acho importante e isto está bem presente na minha vida até hoje” (J...).

“Na minha infância todos eram muito católicos. Depois de 90 para cá mudou muito. Hoje 2 irmãos são evangélicos, 1 da Presbiteriana e outro da Assembléia de Deus. Tive formação católica, mas nunca de ir à Igreja, mamãe é muito católica, mas é daquelas de não ir a Igreja, é aquele catolicismo de casa, até hoje, ela acende vela para um bocado de santo todo dia no fim da tarde, se você for lá em casa agora vai ver (...). Eu já não tenho esta coisa forte do catolicismo. Não sou seguidora de nenhuma religião. Tenho só Deus muito forte no meu coração”(R...).

“Bem, eu tenho formação católica, fui batizado, fiz primeira comunhão, tem uma tia minha que é freira, assim...eu tenho essa questão da formação católica, mas hoje eu digo que sou cristão, acredito em Deus...”(C...).

Apesar disto, um(a) destes(as) entrevistados(as), mesmo afirmando que não via relação entre a escolha do curso e sua religiosidade, assinalou que tais valores, ensinados desde a infância e ao longo da vida, servem como alicerce para a formação da personalidade e, desta forma, podem, de alguma forma, estar por trás da escolha do curso.

“Eu acho que esta formação me deu valores que até hoje eu tenho, que eu acho que tem a ver com a questão do curso, algumas coisas nesse sentido, alguns princípios, que eu

¹³¹ - Dois dos(as) entrevistados(as) são evangélicos(as).

acho que não dá para se abrir mão de alguns princípios, mas não que tenha me levado a fazer o curso por isso..." (C...).

Acerca da escolha do curso, quase todos(as) os(as) entrevistados(as) tinham inicialmente outro curso em mente. As opções iniciais eram Direito, Psicologia, Nutrição, Ciências Sociais ou algum curso da Área de Saúde. Após tentativas infrutíferas de serem aprovados(as) no Vestibular, optaram por Serviço Social como um curso que também se aproximava do que desejavam.

Aqui, podemos confrontar este dado com a avaliação feita pelos(as) Assistentes Sociais acerca de várias profissões elencadas na *check-list*, a qual foi coletada no primeiro momento da pesquisa e apresentada nos Gráficos 15, 16, 17 e 18. Ali, constatou-se que, independente de qualquer variável considerada, os(as) Assistentes Sociais deram as piores notas aos cursos da Área de Exatas. Levantou-se, então, como possibilidade de explicação para isto, o fato dos(as) Assistentes Sociais perceberem tais cursos como distantes da realidade social, como profissões que não têm um envolvimento, uma ação e um compromisso mais efetivo com a Sociedade, no sentido de melhorá-la.

O que se percebe agora, a partir das primeiras opções de cursos por ocasião do Vestibular, é que a rejeição aos cursos da Área de Exatas precede a formação profissional do(a) Assistente Social e pode ser justificada face à dificuldade em lidar com os números e com a Matemática. Esta rejeição também remete à discussão de Gênero, uma vez que as Mulheres percebem que têm mais facilidade em áreas ligadas à comunicação (Letras, Jornalismo etc) ou que lidam com pessoas (profissões da Área Médica/Biomédica ou Social) – diferentemente dos Homens. Os cursos que lidam com cálculos, por sua vez, são predominantemente masculinos, o que reforça a idéia de que as Mulheres têm mais dificuldade que os Homens em cálculos e em Matemática.

Esta questão, contudo, não é tão simples e remete ao processo de socialização de Homens e Mulheres, que os forma, como já assinalamos, de forma dicotômica, tornando estas mais comunicativas e mais ligadas à afetividade e ao contato com o outro e os homens mais ligados ao raciocínio lógico e matemático.

Apesar da rejeição aos cursos da Área das Ciências Exatas já existir anteriormente ao próprio ingresso na Graduação, acreditamos que o processo de formação profissional do(a) Assistente Social reforce essa rejeição, pois assinala a importância do envolvimento com a realidade social e com um processo de intervenção. Tanto é assim, que o curso de Direito, que aparece como uma primeira opção de curso para alguns dos(as) entrevistados(as) por ocasião do Vestibular, passa a ser avaliado de forma ambígua pelos(as) profissionais – neste caso não devido à distância com a realidade, mas, provavelmente, devido ao fato do(a) advogado(a), por vezes, no cumprimento de suas obrigações profissionais, colocar-se do lado de grupos poderosos.

A avaliação feita pelos(as) profissionais do curso de Filosofia reforça também a idéia, defendida por nós, de que os(as) Assistentes Sociais avaliam negativamente os cursos considerados por eles(as) distantes da realidade. Deste modo, mesmo que a rejeição a determinados cursos fosse pré-existente, o processo de formação profissional deixou marcas nos(as) Assistentes Sociais no que se refere à forma de avaliar as profissões, reforçando a rejeição anterior às Ciências Exatas e criando ambigüidades na forma de avaliar outras - neste caso, o curso de Direito.

Note-se que não estamos afirmando que o processo de formação profissional do(a) Assistente Social na Graduação “ensina” pré-conceitos acerca de determinadas profissões. Na verdade, o que ocorre é que esse processo de formação reforça a importância do compromisso e do envolvimento do(a) Assistente Social com a realidade social.

Neste sentido, as informações novas que chegam ao graduando vão construir novas Representações Sociais. Essas informações vão passar por recortes, seleção, descontextualização, reclassificação e se inserir nas impressões, experiências passadas e nos valores pré-existentes, configurando o que Moscovici denominou de “objetivação” e “ancoragem” no processo de construção das Representações Sociais.

Ora, as Representações Sociais têm, entre outras funções, justificar tomadas de posição, consolidar a estrutura interna do grupo, salvaguardando suas especificidades e definindo identidades grupais. Assim, os(as) Assistentes Sociais, por mecanismos que escapam, de certa forma, a seu controle, tendem a construir Representações que avaliam positivamente o grupo do qual fazem parte – ou outros que se aproximem deste – e, por outro lado, por oposição, avaliam negativamente os grupos que se distanciam do seu grupo.

Contudo, isto é um processo que vai se dando gradativamente, ao longo do processo de formação profissional e de familiarização com o Curso, o qual deve resultar num processo de identificação ou, pelo menos, de maior aproximação com a Profissão. Tal processo de familiarização/aproximação/identificação também ocorre devagar, sendo construído durante o processo de Graduação e mesmo ao longo do exercício profissional. Vemos isto aparecer claramente em uma das entrevistas:

“Se eu fosse escolher de novo, eu escolheria Serviço Social novamente. O curso era como eu esperava ser, inclusive trouxe mais coisas que eu nem sabia. Eu pensava que era um curso mais simples(...). Aprendi a valorizar a profissão e mais ainda quando comecei a trabalhar.(...)Temos colegas que trabalham e não gostam da profissão, isso me deixa triste, é preocupante para a profissão. (...) Eu particularmente adoro a minha profissão, valorizo demais, eu me chateio e brigo quando falam do Serviço Social nas instituições...”(R...)

Neste sentido, quase sempre, antes do ingresso no curso de Graduação poucos(as) candidatos(as) tinham claro o que era de fato o Serviço Social. Neste sentido, o que imaginavam da Profissão, no momento da escolha do Curso, por ocasião do Vestibular, apresenta-se de forma bem diversa:

“Eu tinha idéia que era para trabalhar com o público, com pessoas, com o social, nem pensava em coisa de caridade. Sabia que era para trabalhar com pessoas, com o social”(R...).

“Eu não tinha idéia do que era o Serviço Social, achava que era um curso que ajudava as pessoas, que trabalhava com o povo” (G...).

“Eu imaginava assim, na minha cabeça, ele trabalhava com grupos carentes, com pessoas carentes, que trabalhava com essa realidade...”(J...).

“Eu talvez não tivesse, assim, uma idéia tão concreta do que era o Serviço Social, mas eu queria fazer um trabalho ligado... eu comecei a participar de movimentos comunitários e eu sabia que com o Serviço Social eu tinha como trabalhar com diversos movimentos, com movimentos políticos...”(C...).

“Sou uma pessoa muito sensível, eu achava que com o Serviço Social eu ia resolver o problema das pessoas, ajudar, fazer o bem”(M...).

Esta forma diversa de pensar adquire certa homogeneidade agora, depois da Graduação e do exercício profissional. Todos os(as) entrevistados(as) assinalaram que o Curso amplia a visão de mundo, ajuda a enxergar melhor a realidade, fazer uma análise mais crítica dos problemas da Sociedade e que a realidade é mais rica e complexa do que qualquer teoria.

“Eu acho que dá mais pra gente ser mais pé no chão, conhecer a realidade que a gente tá, não totalmente né, mas dá subsídio pra gente pensar o mundo que a gente tá vivendo (...)e quando a gente sai e vai para a instituição, a gente vai vendo as dificuldades...”(J...).

“Por mais que você tenha uma boa formação, a realidade ela se mostra... o que você vê é como se fosse assim, teoricamente, uma foto, você vê um momento, determinada

estrutura, determinada coisa, e quando você vê a realidade é como se fosse um filme, um filme é diferente de você ver um álbum de fotografia..."(C...).

Como a realidade é sempre mais rica do que qualquer formação possa ensinar, o exercício e o cotidiano profissional vieram se somar à Graduação eclarecer mais ainda o que vem a ser o Serviço Social e o Assistente Social. Nesta direção, eles(as) assinalaram:

“Eu me vejo como profissional que serve para facilitar, como facilitadora, para facilitar o acesso da população aos serviços e encaminhar a população para informação, para a cidadania, com responsabilidade em busca de seus direitos” (G...).

“Aí eu vejo o Serviço Social , o Assistente Social como um facilitador, como um mediador de conflitos, (...) como alguém que pode contribuir na condução de determinadas conjunturas junto a movimentos...” (C...).

Vê-se, portanto, que, apesar de histórias de vidas, valores, educação diferentes etc, quando se trata do Serviço Social a Representação adquire certa homogeneidade, que, do nosso ponto de vista, foi adquirida no processo de formação profissional, o qual é resultado da Graduação somada ao exercício profissional.

Mais uma vez assinalamos que o novo Projeto Profissional - iniciado com os primeiros questionamentos ao Serviço Social tradicional na década de 70, que foi adquirindo contornos mais definidos ao longo da década de 80 e veio amadurecendo nas suas discussões e produções teórico-metodológicas dos anos 90 até nossos dias - conseguiu construir uma nova forma de representar o Serviço Social. Esta aproxima-se dos conceitos de cidadania/direitos sociais, assistência, inclusão e educação, distanciando-se do Serviço Social controlador e autoritário de suas origens histórico-sociais. Por este motivo, os(as) entrevistados(as) em seus relatos falam de cidadania,

direitos, inclusão e alguns conceituam o Serviço Social como facilitador de direitos, facilitador do processo de cidadania.

A QUESTÃO DA PREDOMINÂNCIA FEMININA E DA SUBALTERNIDADE PROFISSIONAL

Em relação à predominância feminina na Profissão, todos(as) os(as) Assistentes Sociais entrevistados(as) relacionaram tal característica às suas origens históricas, relembrando que o fato desta ter nascido ligada à Igreja Católica e a uma idéia de caridade associada à figura feminina, deixaram marcas na Profissão que perduram até hoje.

“Não sei se foi por causa da própria formação do curso, a questão ligada ao pessoal que fazia caridade, a questão bem da origem da profissão, as mulheres que eram ligadas a Igreja, aquela história toda...”(C...).

“Acho que pela questão da Igreja, a ligação com ela no surgimento, com as damas de caridade. A Igreja teve uma grande importância na criação. A profissão surgiu como filantrópica e como coisa de mulheres. Ela surgiu para ser feminina e isto ficou quase que como um ‘marketing’”(R...).

A mesma facilidade para falar sobre a origem da Profissão desapareceu quando o assunto aproximou-se da questão da *subalternidade profissional*. A maioria dos Entrevistados teve dificuldades de falar sobre assunto, uns mais e outros menos, mas todos igualmente não sabiam dizer como a *subalternidade* se expressava no dia-a-dia, o que a caracterizava e o que a causava.

Apenas duas entrevistadas, após certa insistência, falaram claramente sobre o assunto e expressaram opiniões radicalmente diversas acerca dessa característica. Vejamos o que disseram:

“Eu percebo a subalternidade na profissão, mas de forma individual, depende do profissional ser subalterno ou não. Vejo que quando um profissional não é subalterno, ele não tem medo de responder, de falar, de se colocar, de falar o que é certo para a sua prática profissional (...) O subalterno é alguém que não está seguro na profissão e outro que se acha maior percebe isto. Se a gente não se sentir subalterno e se sabe agir profissionalmente, ele deixa de ser subalterno, é capaz, é um profissional (...) então, para mim, a subalternidade se dá de forma individual, depende do profissional e não coletivamente”(R...).

“Somos subordinados nas empresas, nas instituições, somos discriminados(...). Não somos valorizados, inclusive do ponto de vista salarial. Para o Assistente Social ser valorizado é preciso estar num posto de direção, pois se for Assistente Social, ele só é um Assistente Social, não tem recursos, não tem poder, tem que fazer o que é viável, ele tem que se submeter às regras(...) (M...).

E agora? Como analisar uma questão colocada de forma tão diferente por dois profissionais? A primeira coisa que devemos ressaltar é que cada um(a) fala de seu lugar profissional, ou seja, a partir de sua própria experiência e vida profissional, incluindo aí as relações estabelecidas no âmbito institucional, alianças, questão salarial, cargos que ocupa, espaço profissional conquistado na instituição etc.

Neste sentido, o(a) primeiro(a) entrevistado(a) está na chefia do Serviço Social numa instituição pública e, pela suas outras falas, vê-se que este(a) profissional tem uma relativa liberdade de ação na instituição, adquiriu respeito institucional e tem suas propostas apresentadas quase sempre aceitas. O(a) entrevistado(a) reconhece que isto nem sempre se dá nas demais instituições, mas assinala também que este espaço foi conquistado ao longo dos anos, com competência e propostas de atuação.

O(a) segundo(a) entrevistado(a) trabalha numa instituição privada, está num posto subordinado na instituição, não tem liberdade de ação, trabalha diretamente

subordinado(a) à chefia que lhe vigia de perto os passos, ou seja, de fato, sente a *subalternidade* na pele e no cotidiano profissional.

Deste modo, a análise feita por ambos se baseia na própria experiência profissional e institucional e, partindo dela, os(as) entrevistados(as) tentam construir uma generalização acerca da *subalternidade* da Profissão. Assim sendo, na fala dos profissionais, a análise da *subalternidade profissional*, mesmo assinalando sua dimensão coletiva, tem como elemento norteador a experiência particular.

Por outro lado, podemos partir, como sugerem as abordagens que se debruçam sobre análise institucional¹³², da relação objeto institucional x objeto de atuação do(a) Assistente Social, para analisarmos a questão da *subalternidade profissional*. Tais análises assinalam que se o objeto de atuação do(a) Assistente Social coincidir com o objeto institucional, o(a) Assistente Social será um(a) agente privilegiado(a) na instituição e não teremos aí uma situação de subalternidade. Contudo, caso isso não ocorra, teremos, então, uma situação de subalternidade.

Apesar de, quase sempre, esta explicação proceder, nestas duas situações dos(as) entrevistados(as) isto não ocorre, pois aquele(a) que se queixa de *subalternidade* tem seu objeto de atuação coincidindo com o objeto institucional e o(a) outro(a), apesar do seu objeto de atuação não coincidir com o objeto institucional, não se queixa de *subalternidade* e se posiciona claramente frente aos agentes institucionais de mais “prestígio”:

“... Eu sinto demais quando querem colocar o Serviço Social lá em baixo. Eu não admito que nenhum outro profissional denigra nossa profissão. Eu não admito que um médico se ache o máximo, superior – eu digo médico, porque devido a história que alguns se acham os donos do saber, e eu questiono muito isso aqui na instituição. Eu não deixo”(R...).

¹³² - Ver a este respeito a Introdução deste trabalho.

Ora, se os(as) dois(duas) estão falando o que de fato presenciam e vivem no cotidiano profissional, então o que dizer sobre isto? A *subalternidade profissional* existe? Depende da instituição? Depende do(a) profissional? Tem relação com a predominância feminina na Profissão?

O histórico de *subalternidade profissional* do Serviço Social nos permite responder sim a todas as questões levantadas acima, sem corrermos o risco de estarmos caindo em contradição. Na verdade, observa-se que, socialmente, as profissões ditas “femininas” têm um histórico de subalternidade e têm dificuldades em fazer as pessoas reconhecerem sua competência ou importância, no mesmo grau que profissões já consolidadas historicamente e mais associadas a homens ao longo de suas histórias. Isto se dá porque as profissões ditas “femininas” são, do ponto de vista histórico, relativamente recentes e, por este motivo, menos consolidadas socialmente. Nasceram associadas ao que as Mulheres sabiam fazer “naturalmente” no espaço doméstico - educar, cuidar, tratar de doentes, nutrit, assistir etc -, daí também advém a idéia de que não é necessário muito pregar intelectual e competência para tais tarefas. Deste raciocínio conclui-se, assim, que a remuneração não precisa ser muito alta, afinal, são tarefas fáceis, “naturais” para as Mulheres. Deste modo, os salários das profissões com predominância de mulheres tendem a ser mais baixos - aqui também contribui a idéia de que o Homem é o provedor “natural” da família e a Mulher tem um salário somente complementar ao dele, o qual deve receber salários mais altos. Do exposto acima, se observa que há toda uma configuração de determinantes sociais que levam a *subalternidade profissional* às profissões femininas.

Por outro lado, não se pode negar que há as configurações particulares que estabelecem elementos novos nessa constelação de determinações sociais: são as singularidades de cada situação. Deste modo, há que se considerar a realidade

institucional de cada ambiente de trabalho, ou seja, a questão da ocupação de cargos de chefia ou não, a possibilidade de alianças profissionais ou não, a questão da natureza da instituição (pública, privada ou ONG) que impõe limites e desafios ao fazer profissional nem sempre fáceis de romper e, por fim, a própria competência profissional, que diante de todos estes elementos deve saber como agir para garantir seu espaço de atuação.

Desta forma, a *subalternidade profissional*, sem dúvida, é uma queixa recorrente não só no Serviço Social, mas nas profissões ditas “femininas” em geral, as quais ainda buscam um maior reconhecimento social de sua importância. Neste sentido, há, de fato, uma relação entre a *subalternidade profissional* e a predominância feminina na Profissão e, dependendo da postura do profissional e de sua postura como Mulher, o preconceito social, que já existe, pode encontrar terreno adequado e fértil para se desenvolver e estabelecer relações institucionais nas quais o Serviço Social seja mais subordinado ainda.

Neste sentido, um(a) dos(as) profissionais afirmou:

“Deve ter alguma relação entre a subalternidade e o fato do curso ser feminino, só que eu nunca parei para pensar sobre isso, (...), a própria posição da mulher, de ser uma profissão que inicialmente começou feminina e tal, com certeza tem, leva traços, pelos próprios profissionais que já vem... todos nós, mesmo chegando a universidade e, tendo toda a discussão colocando a realidade de outra maneira, mas tem a realidade que a gente foi formado, leva traços, leva traços...”(C...).

Concordamos com este raciocínio, pois todos(as) nós, como já assinalamos em diversos momentos deste trabalho, somos seres histórico-sociais e como tais, levamos para o nosso cotidiano profissional toda a nossa formação e todos os nossos valores adquiridos ao longo de nossa história. Por outro lado, vemos também que a postura individual do Assistente Social no cotidiano profissional - estabelecendo alianças, apresentando propostas, transformando problemas isolados em demandas profissionais

através de estudos e projetos de trabalhos e fazendo-se respeitar pelos outros profissionais - pode estabelecer uma diferença significativa numa profissão com um histórico de subalternidade frente às demais profissões mais consolidadas socialmente.

A este respeito, um(a) outro(a) profissional exemplificou:

“Um dia chegou aqui na sala de Serviço Social, um acadêmico de medicina ou já era médico, não me lembro, e veio questionando uma coisa e saiu andando e falando, para a gente ir atrás dele escutando, como se ele não tivesse tempo para parar e nós tivéssemos obrigação de ir atrás dele para escutá-lo. Eu disse a ele que não ia escutá-lo enquanto ele não parasse para conversar comigo, eu não ia andar atrás dele para escutá-lo. Eu adquiri respeito aqui assim” (R....).

Assim sendo, observa-se que, de fato, a *subalternidade profissional* existe e que tem relação com diversos determinantes sociais e entre eles encontra-se a predominância feminina na Profissão. Deste modo, tal *subalternidade* encontra-se presente não só no Serviço Social, mas é um fato, também, em todas as outras profissões ditas “femininas”. Contudo, o relato acima permite-nos assinalar que a competência teórico-metodológica e ético-política e a segurança do profissional frente a outras profissões mais consolidadas socialmente, podem ser um contrapeso em relações institucionais quase sempre viciadas e preconceituosas. Desta forma, tal competência e segurança na defesa da importância da profissão contribuem para modificações presentes e futuras no estabelecimento de relações de respeito e igualdade entre as diversas profissões e, como consequência - como nada existe de forma isolada -, contribuem também para modificações nas relações entre os gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de estarmos nas “Considerações Finais”, sentimo-nos ainda iniciando a jornada. O caminho percorrido nos trouxe mais incertezas que certezas. Talvez esta seja a função do Doutorado: perceber que estamos apenas começando, que o caminho da Ciência é cheio de incertezas e dúvidas e que é um caminho árduo que exige dias, meses e anos de dedicação a quem deseja trilhá-lo com seriedade.

Foram 4 anos e meio de dedicação a um Projeto que ao longo do tempo foi se modificando. Pensávamos inicialmente em cumprir todos os prazos, mas a vida escapa do nosso controle. Têm-se os imprevistos ao longo do caminho e dos quais nem sempre é possível escapar, afinal a vida não pára devido o Doutorado. Além disso, há a especificidade do estudo na Área Social: Sujeito e Objeto se misturam, não há certezas absolutas, só tendências, probabilidades, conjecturas. Têm-se inúmeras teorias que tentam se aproximar do real e explicá-lo. É necessário conhecê-las – e como não é possível conhecer todas, tentamos, ao menos, conhecer as principais - e optar por aquelas que consideramos mais adequadas ou aptas para explicar o objeto que estamos estudando.

No nosso caso, que desejávamos investigar o universo representacional dos(as) Assistentes Sociais acerca da sua profissão e da *subalternidade profissional*, optamos por trabalhar com a Teoria das Representações Sociais e com abordagens acerca da questão de Gênero.

Nosso objeto possibilitou-nos reaproximarmos da literatura produzida acerca do Serviço Social - obras, por vezes, já lidas no período da Graduação, Especialização e/ou Mestrado -, e que agora foram relidas, com um novo olhar. Foi o momento de debruçarmo-nos também com mais atenção nas teorias que estudam as questões de

Gênero e através delas tentarmos analisar os dados colhidos e as falas dos(as) entrevistados(as).

A coleta de dados também foi um momento ímpar de aprendizado. A necessidade de treinar alunas e profissionais para este momento e acompanhá-las durante o processo, os imprevistos encontrados no empenho diferenciado destas, na desatualização dos dados do CRESS, na dificuldade de encontrar os(as) profissionais(as) e marcar as entrevistas, tudo isto fez-nos mais uma vez extrapolar o tempo do cronograma pensado inicialmente e reprender que há uma diferença significativa entre o planejado e o realizado e que é necessário encontrar caminhos e estratégias para superar as dificuldades e, assim, aproximar o possível do planejado/sonhado.

Contudo, ainda bem que existem as dificuldades, pois sem elas não cresceríamos e não seríamos obrigados a encontrar novas alternativas e caminhos. Foi assim com a nossa coleta de dados. Diminuímos a amostra inicial, mudamos os *softwares* que pensamos em utilizar inicialmente, adicionamos sugestões das bancas, mas tentamos não perder de vista nossos objetivos - pelo menos nos esforçamos para isso.

O que os dados nos mostraram? O que dizer acerca das questões para as quais buscamos respostas?

Antes de tudo o perfil predominantemente feminino do Curso persiste: 97,66% dos(as) profissionais são Mulheres, o que mostra que se mantêm a idéia de que lidar com o social ainda é tarefa feminina. A principal área de atuação ainda é a Saúde - 43,86% trabalham nesta área -, vindo em seguida Criança e Adolescente e Educação, com 12,87% cada uma. O Catolicismo ainda é a religião dominante entre os(as) Assistentes Sociais com 67,25% dos(as) entrevistados(as), o que não significa que essa Religião tenha ainda um peso muito forte entre os(as) profissionais, uma vez que o

Catolicismo no Brasil, como já ressaltamos, é um Catolicismo vivido em casa e na fé com os(as) santos(as) de devoção, sem muita obediência aos preceitos romanos.

Em relação à valoração das profissões, vimos que os(as) Assistentes Sociais avaliam positivamente as profissões que se aproximam de preocupações sociais ou têm alguma intervenção efetiva na Sociedade (Pedagogia, Medicina, Psicologia, Sociologia etc) e avaliam negativamente aquelas que, provavelmente, consideram “frias” e distantes da intervenção na realidade social (profissões da Área de Exatas e Filosofia).

Este dado permite inferir que a preocupação com a Sociedade e o envolvimento com formas de ação concretas em favor de modificações sociais no sentido de torná-la mais justa, são o principal elemento que o(a) Assistente Social leva em consideração ao avaliar as profissões. Pode-se inferir daí também que os(as) Assistentes Sociais têm tal parâmetro – envolvimento ou não com ações concretas na Sociedade - como norteador de suas avaliações e que este, provavelmente, se “transfere” para outras valorações realizadas pelos(as) Assistentes Sociais no dia-a-dia.

Ao nos debruçarmos sobre a história do Serviço Social, no Primeiro Capítulo, vimos que este cresceu e se redefiniu ao longo dos últimos trinta anos. O Movimento de Reconceituação¹³³ – que, a partir da década de 60, iniciou o processo de rompimento com o Serviço Social Tradicional e possibilitou o surgimento de iniciativas no seio da Profissão que buscavam se aliar e se colocar do lado dos usuários dos serviços - possibilitou também, posteriormente, o surgimento da perspectiva, hoje hegemônica na Profissão, denominada por nós de “Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais”.

Desta forma, em relação às Representações Sociais dos(as) Assistentes Sociais vimos que a “Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais”, que inicialmente estava

¹³³ Aqui, há que se assinalar o contexto de surgimento do Movimento de Reconceituação, ou seja, a efervescência cultural, política e social das décadas de 60 e 70 que desencadearam no mundo o questionamento a ordens e noções instituídas e ao *status quo*, ou seja, o que estamos assinalando é que o Serviço Social não se auto-explica, a gênese de sua explicação deve ser buscada na Sociedade e na conjuntura da qual faz parte.

distante da maioria dos(as) profissionais, lançou raízes entre estes(as) e configurou uma nova “cara” para o Serviço Social. Entre os(as) profissionais pesquisados(as) (171 profissionais inscritos no CRESS – 14^a região), a Representação Social do Serviço Social relaciona-se a “direitos sociais”, “cidadania”, “assistência”, “compromisso”, “participação”, demonstrando, portanto, uma identificação desses(as) profissionais com o novo Projeto Ético-Político da Profissão, apesar de ainda persistir uma forte ligação com a noção de ajuda.

O fato de ser um curso predominantemente feminino possibilitou-nos investigar também como as Mulheres se representam. Constatou-se, então, que as Mulheres Assistentes Sociais se vêem como seres fortes, decididos, corajosos, trabalhadores, apontando também uma modificação na forma de Representação Social das Mulheres acerca delas mesmas. A palavra “amor” ainda é freqüentemente associada ao “Ser Mulher” e isto mostra uma persistência de um elemento que remete à Representação Tradicional sobre o “Ser Mulher”.

Na primeira periferia, são maioria os termos que remetem a uma nova forma de “Ser Mulher”, contudo ainda aparecem com muita força termos que historicamente são associados às Mulheres, a saber: “maternidade”, “sensibilidade”, “dedicação” e “família”. O fato dos termos “preconceito” e “violência” aparecerem na periferia distante desta Representação Social preocupou-nos, pois isto mostra os(as) Assistentes Sociais distantes desta realidade presente cotidianamente na vida de todas nós Mulheres.

Ainda acerca desta Representação, assinalamos também que os Homens Assistentes Sociais distanciam-se da Representação Social configurada pelas Mulheres Assistentes Sociais, pois eles tendem a associarem mais fortemente o “Ser Mulher” a palavras que, para elas, só aparecem na primeira periferia, tais como: “família”, “dedicação”, “ternura”, “pureza”, “sensibilidade”, “intuição”, “zelo”. Aqui, é importante

recordarmos que duas Representações podem ter o mesmo conteúdo e serem radicalmente diferentes, pois o que torna duas Representações Sociais iguais é o fato de se organizarem em torno do mesmo Núcleo Central. Neste sentido, levantamos a possibilidade de que os Homens Assistentes Sociais possam ter uma Representação Social acerca do “Ser Mulher” diferente do que as Mulheres Assistentes Sociais representam acerca do mesmo objeto.

E, por fim, outro dado interessante é que o termo “vaidade”, que outrora talvez fosse central na Representação Social sobre “Ser Mulher”, aparece na periferia distante da Representação, mostrando mais uma vez que modificações importantes se deram nessa Representação Social.

A explicação para tais modificações foi encontrada na inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho, na sua independência financeira e nas lutas e conquistas do Movimento Feminista nas últimas décadas. Tais acontecimentos imprimiram modificações sociais importantes, os quais possibilitaram práticas sociais novas, que, por sua vez, transformaram as Representações Sociais acerca das Mulheres.

Deste modo, as práticas sociais novas tanto no mundo circundante, já assinaladas anteriormente, quanto no seio do Serviço Social – o rompimento com o Serviço Social Tradicional e a construção de novos caminhos - possibilitaram transformações nas Representações Sociais acerca do Serviço Social e do “Ser Mulher”.

Em relação à questão da *subalternidade profissional* percebeu-se, antes de tudo, uma dificuldade dos(as) profissionais em falar a este respeito, ora não sabendo a “o quê” atribuir tal fato, ora não sabendo o que falar acerca disso. Na verdade, tal assunto, abordado sempre nas produções teóricas do Serviço Social como fato público e notório sem grandes considerações sobre seus determinantes, leva os profissionais a não saberem o que falar sobre o assunto, apesar de senti-lo, por vezes, no seu dia-a-dia.

O nosso estudo, levou-nos a constatar que temos um conjunto de elementos determinantes que configuram a *subalternidade profissional*: a predominância feminina, a ligação com o “estar a serviço” e com um discurso religioso em sua origem, a não tradição intelectual, o Movimento de Reconceituação e o irrompimento da “Perspectiva de Defesa dos Direitos” e, por fim, a insegurança profissional.

A predominância feminina estabelece um *status subalterno* em todas as profissões nascidas originalmente como profissões “femininas”. Como já vimos, no Segundo Capítulo, tais profissões nasceram num contexto histórico no qual, ao se perceber a impossibilidade de impedir o acesso das Mulheres ao Mercado de Trabalho, passa-se a incentivá-las a assumirem tarefas e profissões que tenham como atividades aquelas que as Mulheres já sabiam fazer “naturalmente”. Como consequência disto, as profissões ditas “femininas” passaram a receber menores salários, posto que não exigiam um maior preparo intelectual já que as Mulheres faziam tarefas que “naturalmente” já sabiam fazer! Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, uma vez que aos Homens caberiam funções consideradas mais difíceis e de maior preparo intelectual e eles eram os provedores “naturais” da família, deveriam receber uma maior remuneração e, neste sentido, os salários das Mulheres eram somente salários complementares aos dos homens.

Deste modo, o Serviço Social, em suas origens, teve todas as características que o tornaram apto a ser sub-valorizado: dedicava-se a cuidar e assistir doentes, crianças, trabalhadores mais pobres – função por excelência feminina –; ligava-se à Igreja – associada também a Mulheres –; era visto como serviço, quase sacerdócio – daí a remuneração não ser questão a ser seriamente discutida¹³⁴; exercia funções femininas de serviço, dedicação e amor e, portanto, não exigiam um maior preparo intelectual. Todos

¹³⁴ Como já assinalamos também, a sua origem burguesa fez com que durante muito tempo o que menos importasse para os profissionais fosse a questão da remuneração.

estes elementos acompanharam o Serviço Social ao longo de sua história, fazendo com que se inserisse no Mercado de Trabalho como atividade “auxiliar e subsidiária”- nas palavras de Iamamoto – e portanto como Profissão subalterna.

Soma-se a isto o rompimento, no Movimento de Reconceituação, com a tradição conservadora e o surgimento e o desenvolvimento posterior da “Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais”, que inicialmente – durante a década de 80 - fez um balanço crítico da Profissão e de sua forma de ação, questionando seu papel, funções e atividades, situando-a no campo da reprodução das condições de vida dos trabalhadores e da reprodução da ideologia da Classe Dominante. O Serviço Social percebeu, portanto, que tinha como uma de suas funções sociais principais a Reprodução das Relações Sociais Capitalistas. Tal período e tal crítica foram necessários, mas, como todo processo de crescimento e de descoberta, resultou em confusão e desnorteamento entre os profissionais, que já não sabiam o que fazer, nem como agir no exercício profissional.

Ao longo dos anos 90 e já no limiar deste século, a Perspectiva de Defesa dos Direitos Sociais aprofundou as suas críticas e apresentou e amadureceu propostas de ação. Isto trouxe um novo alento e fôlego à Profissão e entusiasmou os que se somavam na defesa desta Perspectiva. Contudo, ainda há no meio profissional resquícios do período anterior, no qual os profissionais eram formados numa perspectiva crítica, porém sem construções consistentes no que dizia respeito a propostas de intervenções renovadas, resultando em profissionais inseguros, divididos entre o “velho” Serviço Social – já consolidado institucionalmente - e o “novo” Serviço Social - crítico, mas ainda em construção.

Junta-se a isto a abrangência do campo de atuação do(a) Assistente Social que recebe na Graduação formação genérica – correta, segundo nosso ponto de vista – e

somente ao ir para o campo de atuação no qual desenvolverá seu trabalho ou ao optar por uma especialização na área na qual trabalha, pode conhecer mais profundamente tal campo e encontrar caminhos mais concretos de ação para o exercício profissional.

Desta forma, devido à abrangência dos campos de atuação do(a) Assistente Social e da dinamicidade social não é possível um modelo de atuação, uma receita e, por este motivo, muitos profissionais sentem-se inseguros diante de outras profissões mais consolidadas socialmente e com um campo de ação mais delimitado.

Todos estes elementos somados e imbricados se expressam no cotidiano profissional, por vezes, em forma de insegurança, levando o(a) profissional, por diversas vezes, a não saber como agir e a não saber apresentar propostas de intervenção para um campo de trabalho específico. Deste modo, todos estes determinantes elencados anteriormente, em confluência e imbricados, explicam a chamada *subalternidade profissional* do Serviço Social.

Apesar de tudo isto, a pesquisa nos permitiu terminar estas considerações de forma otimista. O Serviço Social está em processo de transformação, há propostas de trabalho, há novas formas de ver e pensar o social, há profissionais comprometidos(as) com o novo Projeto Ético-Político Profissional, há profissionais que se orgulham da Profissão e de serem Mulheres. Tudo isto foi possível perceber através das Representações Sociais sobre o Serviço Social e sobre o “Ser Mulher”.

Assim sendo, os resultados nos deram um novo alento na busca de novos caminhos para a Profissão e para o seu sonho - e nosso - de construção de uma Sociedade mais justa e igualitária, do ponto de vista das Classes Sociais, e não discriminatória e não preconceituosa, respeitando o direito às diferenças de credo, raça, gênero, etnia e opção sexual.

O caminho é longo...Conseguiremos algum dia? De fato, não sabemos, mas isto não nos impede de sonhar, de lutar pelo que desejamos e de, desde já, nas lutas e relações diárias construir cotidianamente o mundo desejado. Deste modo, optamos por finalizar estas considerações com Comte-Sponville (2002), pois ele expressa, brilhantemente, a necessidade da luta pela justiça e igualdade no respeito à diversidade:

‘A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica’. Não são os justos que prevalecem; são os mais fortes, sempre. Mas isso, que proíbe sonhar, não proíbe combater. Pela justiça? Por que não, se nós a amamos? A impotência é fatal; a tirania é odiosa. Portanto, é necessário ‘por a justiça e a força juntas’; é para isso que a política serve e é isso que a torna necessária. (...) O que é um justo? É alguém que põe sua força a serviço do direito, e dos direitos, e que, decretando nele a igualdade de todo homem com todo outro, apesar das desigualdades de fato ou de talentos, que são inúmeras, instaura uma ordem que não existe, mas sem a qual nenhuma ordem jamais poderia nos satisfazer. (...) É por isso que o combate pela justiça não terá fim (93-95).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. (trad. coordenada por Alfredo Bosi). 2^a ed. São Paulo: Mestre Jou. 1982.

ABESS/CEDEPSS (Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social/Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social). Cadernos de Pesquisa CEDEPSS. Configuração de um projeto profissional para o Serviço Social: o pensamento das entidades nacionais. nº 1. Agosto de 1994.

_____. Ensino em Serviço Social: Pluralismo e Formação Profissional. Cadernos ABESS, nº 4, São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Formação Profissional: Trajetória e Desafios. Cadernos ABESS, edição especial, nº 7, São Paulo: Cortez, novembro de 1997.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das Representações Sociais: desenvolvimentos recentes. (Trad. Maria de Fátima de Souza Santos). V Conferência Internacional sobre Representações Sociais. México. 1998.

_____. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, Antônia S. Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais. Goiânia: AB, 2000.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 3^a ed. 1985.

ALENCAR, Francisco, RAMALHO, Lúcia Carpi & RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. História da Sociedade Brasileira: 2º Grau. 2a ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza e TRINDADE, Zeidi de Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e desafios metodológicos. Revista **Temas em Psicologia**, vol. 8 nº 3, p. 257-267. 2002

ALMEIDA, Raimunda e CASTRO, Maria das Neves Gurgel de O. Geografia/História: Rio Grande do Norte. São Paulo: FTD, 1995.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais : aspectos teóricos e aplicações à educação. Em aberto, 61, Brasília, ano 14, jan/mar. 1994.

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e suas regras. 10^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. A identidade como representação e a representação da identidade. In: MOREIRA, Antônia S. Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais. Goiânia: AB, 1998.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. Revista Crítica Marxista, 11, São Paulo: Boitempo Editorial, out. 2000.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Divisão sexual do trabalho – práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia F., CAPPELLIN, Paola (orgs.) Relações de Trabalho, relações de poder. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1977.

BARBIERI, Terezita. Sobre a categoria Gênero: Uma introdução Teórico-metodológica. (trad. Antonia Lewinsky). SOS CORPO, setembro de 1993.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. In: Crítica Marxista, 11, São Paulo: Boitempo Editorial. Outubro, 2000.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade . (trad. Floriano de Souza Fernandes), 13^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. (trad. Carlos Felipe Moisés & Ana Maria L. Ioriatti). São Paulo: Companhia de Letras, 1986.

BIBLIA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1991.

BOFF, Leonardo. Uma Igreja que nasce do povo. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

_____. O caminhar da Igreja com os oprimidos. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. Igreja: Carisma e poder. Ensaios de Eclesiologia Militante. 3^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. O rosto materno de Deus. 6^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Pierre Bourdieu. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. Gostos de classes e estilos de vida. In: Pierre Bourdieu. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. A dominação masculina. (trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. O poder simbólico; Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 4^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa, n° 28, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, mar/1979.

_____. Mulher e Trabalho: Uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

_____. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRUYNE, Paul de et all. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Os pólos da prática metodológica. (trad. Ruth Joffily). 5^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CADERNO ABESS 7. Formação profissional: trajetória e desafios, São Paulo: Cortez, 1997.

CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do labirinto II : Os domínios do homem. (trad. José Oscar de A. Marques). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Ana Maria de & DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao pensamento sociológico. Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e Talcott Parsons. São Paulo: Moraes, 1992.

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. (trad. José Paulo Netto e Balkys Villalobos), 6^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, Mary G. Perspectivas de Gênero e Análises sobre Mulher e Trabalho na América Latina: Ensaio/Notas sobre Impasses Teóricos. Revista de Antropologia Série Família e Gênero, s/d, N^o 2; Vol. 1, Recife: UFPE (Programa de Pós-Graduação em Antropologia).

_____. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. In: Crítica Marxista, 11, São Paulo: Boitempo Editorial. Outubro, 2000.

_____ & LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: A construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira (org.) Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CASTRO, Nadya Araújo & GUIMARÃES, Iracema Brandão. Divisão Sexual do Trabalho, Produção e Reprodução. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia F., CAPPELLIN, Paola (orgs.) Relações de Trabalho, relações de poder. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1977.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE TRABALHO SOCIAL – CELATS – Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas. (trad. José Paulo Netto). São Paulo: Cortez, (Lima, Peru): CELATS, 1986.

COSTA, João Bosco Araújo da. O imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local. São Paulo: s.n, 1998. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC- SP).

COMBES, Danièle & HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: O Sexo do Trabalho. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

COMISSÃO GULBENKIAN. Para abrir as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1996.

COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno Tratado das grandes virtudes. (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O elo invisível dos processos de trabalho no Sistema Único de Saúde em Natal (RN). Um estudo sobre as particularidades do trabalho dos assistentes sociais na área da saúde pública nos anos 90. Recife, 1998. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).

COSTA, Fábio Bulcão Amorim. Representações Sociais de Gênero e violência nos quadrinhos: Batman e Batgirl “enfrentam” uma leitura diferente. In: IV Encontro Nacional e I Encontro Internacional “Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano”. UnB: Brasília, 11 a 13 de junho de 2003.

COTT, Nancy F. A mulher moderna. In: História das mulheres no Ocidente. O século XX. (Direção de Françoise Thébaud, Georges Duby e Michelle Perrot, trad. Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota). Edições Afrontamento. Porto: Pt. 1991.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Teoria do Serviço Social. Apostilas 1,2,3,4. Mossoró/RN: UERN, 1991.(mimeo).

DAVIDSON, Donald. Ensaios sobre a Verdade. (org. Paulo Ghiraldelli Jr, Pedro F. Bendassolli e Waldomiro José da Silva Filho. Trad. Paulo Ghiraldelli e Pedro F. Bendassolli). São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DEL PRIORE, Mary. A mulher na história do Brasil. 2^a ed. São Paulo:Cortez, 1989. _____ . Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DRAIBE, Sônia. As políticas Sociais e o neoliberalismo. Revista USP. N° 17, São Paulo: EDUSP, 1994.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento._In: GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra(orgs.). Textos em Representações sociais. 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões. (trad. Rogério Fernandes). Livros do Brasil-Lisboa, 1956.

ERGAS, Yasmine. O feminismo dos anos 1960-1980. In: História das mulheres no Ocidente. O século XX. (Direção de Françoise Thébaud, Georges Duby e Michelle Perrot, trad. Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota). Edições Afrontamento. Porto: Pt. 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista. As funções da previdência e assistência social. 1^a ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FAULSTICH, Enilde L. de J. Como Ler, Entender e Redigir um Texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. Coleção Fazer.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLAMENT, C. Aspects périphériques des représentations sociales. EM: C. Guimelli (Ed.). Structure et dynamique des représentations sociales. Neucâtel, Delachaux et Niestlé. P. 85 –118. 1994.

FONSECA, Cláudia. Uma Genealogia do “Gênero”. Revista de Antropologia Série Família e Gênero, s/d, N^o 2; Vol. 1, Recife: UFPE (Programa de Pós-Graduação em Antropologia).

FONSECA, Tânia Mara Galii. Gênero, subjetividade e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2; o uso dos prazeres. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

- _____. Microfísica do Poder. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. (trad. João Azenha Jr.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GEBARA, Ivone. Teologia Feminista. In: Curso de Verão: Ano V. (Org. José Oscar Beozzo). São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular)
- _____. Teologia em ritmo de mulher. São Paulo: Paulinas, 1994.
- GERGEN, Mary McCannney. O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. (trad. de Ângela Melim). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Edunb, 1993.
- GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo. A Campanha de Pé no Chão. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GOMÁRIZ, Enrique. Los Estudios de Género y sus Fuentes Epistemológicas: Periodización y Perspectivas. Fin de Siglo. Género y Cambio Civilizatório. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 17. Isis Internacional. 1992.
- GOUVEIA, Eliezer et all. Memória da Escola de Serviço Social de Natal: 1945-1955. Natal, RN: Editora Universitária da UFRN, 1993.
- GOUVEIA, Taciana Maria de V. Repensando alguns conceitos. Sujeito, representação social e identidade coletiva. (dissertação de mestrado). Recife:UFPE, 1993.
- GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra(orgs.). Textos em Representações sociais. 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a história. (trad. Carlos Nelson Coutinho). 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. 36. São Paulo: Cortez, ano XII, agosto 1991.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. Estudos Feministas, nº 1, Ano 2, 1994.

_____. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002

IAMAMOTO, Marilda V. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1983.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agro-indústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Projeto profissional: espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS – Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão. Brasília: DF, Fev. 2002

KERGOAT, Daniele. A propos des Rapports Sociaux de Sexe. Revue M. nº 53-54, avril-mai, 1992.

_____. De la condition féminine aux raports sociaux de sexes: Repères pour une évolution de la définition sociologique des catégories de sexe. (Exposé fait dans le séminaire dans le Université de Provence, sur le thème: “La divisió sociale du travail”). Aix-en-Provence, Jun/1984.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: História das mulheres no Ocidente. O século XX. (Direção de Françoise Thébaud, Georges Duby e Michelle Perrot, trad. Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota). Edições Afrontamento. Porto: Pt. 1991.

LIMA, Andréa. As cores do invisível. Natal: Grafipel, 2003.

LIMA, Rita de Lourdes de. Marias e Maria: as mulheres e o mito no catolicismo. Recife, 1998. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).

LIPIANSKY, Edmond Marc. Identité e Communication. L'a expérience groupale. Saint-Germain/Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas - São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria das Dores C. & MARIZ, Cecília L. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: Uma comparação entre as igrejas pentecostais, as comunidades eclesiás de base e os grupos carismáticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, junho de 1997, 34, São Paulo: ANPOCS, vol. 12.

MADUREIRA, Antoinette de Brito. Crise da Explicação e Serviço Social. João Pessoa, 1998. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba).

MAGEE, Bryan. As idéias de Popper. (trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota). São Paulo : Cultrix, 1973.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985. (trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto). 1^a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Análise da conversação. 2^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINEZ, Yuriria A. Rodrigues. Algunas consideraciones epistemológicas de la teoría de las representaciones y el estudio de la sexualidad en adolescentes, desde la perspectiva de género. In: IV conferencia internacional sobre Representações Sociais, México, 1998.

MARTINS, José de Souza (org.) Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, K. e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Ed. Alfa-Omega, s/d, Vol. 1.

_____. A ideologia Alemã. 8^a ed. (trad. De José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política.O processo de produção do capital. (trad. Reginaldo Sant'ana) 11^a ed. Livro I . Volume I. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco,1992.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: Crítica Feminista, 11, São Paulo: Boitempo Editorial. Outubro, 2000.

MOREIRA, Antonia Silva P.(org.) Representações Sociais : Teoria e Prática. João Pessoa: Editora Universitária/Autor Associado, 2001.

_____. & OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. 2^a ed. Goiânia: AB, 2000.

MOSCOVICI, Serge. A representação social da psicanálise. (trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. A melhor maneira de se provar um pudim ainda é comendo-o. 2^a conferência Internacional sobre Representações Sociais. (trad. Maria de Fátima de S. Santos). Rio de Janeiro, 1994(mimeo).

NETTO, José Paulo & FALCÃO, Maria do Carmo. Cotidiano: Conhecimento e crítica. São Paulo : Cortez, 1987.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social : Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social e Sociedade. 50, Ano XVII, Abril/1996.

NICOLAU, Maria Célia Correia. O aprender do fazer (Representações Sociais do Fazer Profissional de Assistentes Sociais). Natal, 1999.(Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

ORTEGA, Ofélia. Mulher e teologia numa perspectiva latino-americana. Cadernos do CEAS. set/out/1985, 135, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social.

OSTERNE, Maria do Socorro F. Família, Pobreza e Gênero: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PALMA, Diego. A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social. (trad. José Paulo Netto). 2^a ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1993.

PEREIRA, Potyara A. P. A., Assistência Social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PERRUSI, Artur. Imagens da loucura: Representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo/Recife: Cortez,/Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

PINTANGUY, Jacqueline. O sexo bruxo. Religião e Sociedade. out/1985, 12 (2), ISER.

PRIGOGINE, Ilya & Slengers, Isabelle. La fin de la certitude. In: Representation et complexité. Rio de Janeiro: Educam, UNESCO, SSC, 1997.

_____. A Nova Aliança. A metamorfose da Ciência. (trad. Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincheira). Brasília: Editora da UnB. 1999.

REX, John. Raça e Etnia. Editorial Estampa: Lisboa, 1988.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. Macho, adulto, branco, sempre no comando? Brasília: UnB. 2000. (dissertação de mestrado).

_____. Alceste. Análise Quantitativa de Dados Textuais. Brasília: UnB, s/d. (mimeo).

RICHARDSON, R. J. et all. Pesquisa social : Métodos e técnicas. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Representações e Práticas Sociais: Alguns elementos teóricos. In: In: MOREIRA, Antônia S. Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais. Goiânia: AB, 2000.

RUBIN, Gayle. O Tráfego de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo.(trad. Chistine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa). Recife: Edição S.O.S. Corpo, março de 1993.

SÁ, Celso Pereira de. Núcleo Central das Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAFFIOTI, Heleith. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Lutas Sociais. Revista do NEILS (Núcleo de estudos de ideologias e lutas sociais da faculdade de Ciências Sociais e do Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais). N° 2, São Paulo: PUC, junho/1997.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Revista Crítica Marxista, 11, São Paulo: Boitempo Editorial, out. 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. Porto, Pt: Afrontamento. 1987.

SANTOS, Antônio Gonçalves dos. A prática do Serviço Social nas Instituições. Revista Serviço Social e Sociedade, Março De 1980, 2, São Paulo: Cortez, Ano I.

SANTOS, Maria de Fátima de S. Questões metodológicas em Representação Social. 1996. (mimeo).

_____, NOVELINO, Aída Maria e NASCIMENTO, Anna Paula. O mito da maternidade: discurso tradicional sob roupagem modernizante. In:

MOREIRA, Antonia Silva P.(org.) Representações Sociais : Teoria e Prática. João Pessoa: Editora Universitária/Autor Associado, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Jul/dez de 1990. 16(2): Porto Alegre.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. A Formação profissional e o Gênero no Serviço Social : O começo, no Rio de janeiro, há 50 anos. Em Pauta. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, junho de 1995, 5, Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995

SIQUEIRA, Deis et all. A cabeça do corpo: a construção masculina da condição feminina. In: Cadernos do CEAS. Mai/jun/1984,151, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social.

SOBRINHO, Moisés Domingo. Habitus e Representações Sociais : questões para o estudo de identidades coletivas In: MOREIRA, Antônia S. Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais. Goiânia: AB, 1998.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras. In: História das mulheres no Ocidente. O século XX. (Direção de Françoise Thébaud, Georges Duby e Michelle Perrot, trad. Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota). Edições Afrontamento. Porto: Pt. 1991.

SOKAL, Alan & BRICMONT, Jean. Imposturas Intelectuais. 2^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et all. A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985

SPOSATI, Aldaíza, FALCÃO, Maria do Carmo & FLEURY, Sônia Maria T. Os Direitos (dos desassistidos) Sociais. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza (coordenadora). Carta-tema: a assistência social no Brasil - 1983-1990. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. Cidadania ou Filantropia: um dilema para o CNAS. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1994.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. Revista Serviço Social e Sociedade. N° 48. São Paulo: Cortez, Ano XVI, Ago/1995.

TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TRINDADE, Zeidi Araújo. As Representações Sociais da paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético. USP: São Paulo, 1991(Tese de Doutorado).

_____. Concepções de Maternidade e Paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. In: SOUZA, Lídio de et all. (orgs). Psicologia: Reflexões (im) pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

TOURAIN, Alain. Crítica da modernidade. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. Praia Vermelha, 4. Estudos de Política e Teoria Social. UFRJ: Programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social. Vol. 2. 2º semestre/2001.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. Trabalhador Social: Prática, hábitos, ethos e formas de intervenção. (trad. René de Carvalho). São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Ensino de Serviço Social no Nordeste: Entre a Igreja e o Estado. São Paulo: PUC, 1992 (Tese de Doutorado).

VILLAFUERTE, Blanca. Representación social de la menopausa em mujeres de diferentes contextos sociales em el Estado de Morelos, México. In: IV conferencia internacional sobre Representações Sociais, México, 1998.

WEBER, Max. Ciência e Política: Duas vocações. (trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota). 4^a ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Cultrix, 1983.

WEISSHAUPT, J. R. (org.). As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1985.

ZWEIG, Connie (org.). Mulher: em busca da feminilidade perdida. (trad. Vera de Paula Assis). São Paulo: Gente, 1994. Vários Autores.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 14^a região. O Perfil dos(as) Assistentes Sociais frente às redefinições no mercado de trabalho na contemporaneidade: uma análise da realidade norte-riograndense. 1999. (mimeo).

_____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS) – Plano Geral 1971/1975. Natal/RN, 1971.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) – DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (DESSO) – Plano de Ação Departamental 78/80. Natal/RN, Junho de 1978.

_____ - Plano de Ação Departamental 80.2/81.1.

Natal/RN, Julho de 1980.

_____ - Plano de Ação Departamental 1981.

Natal/RN, Janeiro de 1981.

_____ - Boletim Informativo. Setor de Documentação.

Natal/RN, 15 de Maio de 1981.

_____ - Proposta Curricular do Curso de Serviço Social. Natal/RN, Novembro de 1984.

_____ . Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRN. Natal/RN, agosto de 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Quadro Explicativo dos Estudos sobre Gênero

Periodização dos Estudos de Gênero¹³⁵

	Ilustração e Revolução Liberal (séc. XVII e XVIII)	Formulação do Pensamento Social Clássico (séc. XIX)	Sufragismo e Ciências Sociais (1880-1940)	Fase Clássica da Reflexão Feminista (1940-1965)	Reflexão do Novo Feminismo (1965 – 1979)	Teoria de Gênero (Anos 80)
Autores de Ciências Humanas ¹³⁶	Locke Rousseau Condorcet	Comte Saint Simon Marx e Engels J. Stuart Mill	T. Veblen Weber Freud	Parsons Levi-Strauss Margaret Mead	Marcuse Foucault Lorentz	W. Farrell M. Kimmel Robert Bly
Autoras Feministas	Marie de Sourbay Olympe de Gouges Mary Wollstonecraft	Flora Tristán Harriet Taylor Jeanne Deroin	Virginia Woolf Alejandra Kollontai	Simone de Beauvoir Betty Friedan	Kate Millet S. Firestone Juliet Mitchell Sheila Rowbotham	Nancy Chodorow D. Kergoat Ch. Delphy Gayle Rubin
Idéias Forças Autores de Ciências Sociais	Inferioridade feminina versus educação das mulheres	Mulher subordinada e família como fatores de estabilidade social	Mulher emancipada. Família e Patriarcado. Sexualidade Feminina	Papeis Sexuais, Parentesco.	Sexualidade e Poder. Biologia e instintos.	Construção Social da masculinidade.
Idéias Forças Autoras Feministas	Cidadãos com plenos direitos	Direito das mulheres ao trabalho e a educação	Direitos Civis plenos e em especial o voto	Cidadãs, porém de segunda classe	Teoria do Patriarcado. Política Sexual	Feminismo da diferença. Teoria de Gênero
Evolução do Movimento Social	Mulheres participando em revoluções políticas	Mulheres no movimento operário e processos políticos	Sufragismo, pacifismo e movimento operário	Mulheres em partidos políticos	Novo feminismo de massas	Crise do movimento feminista no norte e expansão na A.L.

¹³⁵ - Quadro retirado de Gomáriz (1992: 87).

¹³⁶ - Entende-se que os autores mencionados são aqueles relacionados com a temática de gênero.

ANEXO 2

Quadro Explicativo sobre Representações Sociais

Quadro Explicativo sobre Representação Social:

REPRESENTAÇÃO SOCIAL				
Componente cognitivo		Componente social		
Sistemas cognitivos	1 - Operatório (associações, inclusões, discriminações, deduções)	Processo de formação	1- Objetivação	1.1. Seleção e descontextualização 1.2 Formação da imagem 1.3 naturalização
	2 - Metafísico (controle do primeiro)		2 Ancoragem	2.1 Atribuição de sentido 2.2 Instrumentalização do saber 2.3 Enraizamento no sistema de pensamento
Organização (princípios)	1 - Analogia	Determinantes sociais	1 - Pressão a inferência	
	2 - Compensação – maximizar semelhanças e minimizar diferenças para introduzir objetos		2 - Focalização	
			3 - Defasagem e dispersão das informações	
		Construção do conteúdo (sujeito x sociedade)	1 - Atitude	
			2- Informação	
			3 - Campo da Representação	

ANEXO 3

Níveis de Pesquisa em Representações Sociais

NÍVEIS DE PESQUISA EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

NÍVEL 1: Quem sabe e onde sabe ?	NÍVEL 2: O que e como sabe ?	NÍVEL 3: Sobre o que se sabe e com que efeitos ?
Condições de produção e circulação das Representações Sociais	Processos e Estados das Representações Sociais	Estatuto Epistemológico Representações Sociais
Cultura, linguagem e comunicação, sociedade	Suportes da representação: o discurso ou o comportamento dos sujeitos, documentos, práticas etc.	Relações com a ciência e o real, pensamento natural e científico.
Relações entre a emergência e difusão das Representações Sociais com: valores, modelos e invariantes culturais; comunicação interindividual, institucional e de massa; contexto; inserção social dos sujeitos (posição e filiação grupal), dinâmica das instituições e grupos pertinentes.	Inferir o conteúdo e a estrutura das Representações Sociais; análise dos processos de formação das Representações Sociais, da sua lógica e transformação.	Transformações de um saber no outro, distorções, supressões e suplementações nas relações entre ciência e representação social.
CULTURA. CONTEXTO	CONTEÚDO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL	REPRESENTAÇÃO SOCIAL x CIÊNCIA

In: Sá, Celso Pereira de. A construção do objeto de pesquisa em Representação Social. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

ANEXO 4

Cálculo da Amostra

CÁLCULO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra depende da **amplitude do universo, nível de confiança estabelecido, erro de estimação permitido e proporção da característica pesquisada no universo.**

Segundo a **amplitude**, o universo da amostra divide-se em finito (para populações que não excedem 100.000 unidades) e infinito (para populações que ultrapassam 100.000 unidades). Dependendo deste dado, as fórmulas utilizadas para o cálculo da amostra são diferentes.

O **nível de confiança** ou intervalo de confiança é a possibilidade da média da amostra escolhida estar dentro dos parâmetros definidos previamente pelo pesquisador(a), assim é esse valor que estabelece a confiabilidade (junto com o erro – que é a precisão desejada na pesquisa) do resultado da pesquisa. Só assim pode-se generalizar os dados. Se por exemplo define-se um nível de significância ou intervalo de confiança de 68% (ou seja 1dp), a exigência com a amostra é maior, pois tem-se um espaço menor próximo à média e determinou-se que deseja-se que a amostra “caia” nesse espaço menor, ou seja, precisa-se de uma amostra maior.

Estabelece-se o intervalo de confiança em função do tempo e dos recursos de que se dispõe. Se dispuser de pouco tempo e recursos, o pesquisador deve estabelecer uma significância maior, para assim diminuir o tamanho da amostra e o tempo gasto. Mas se deseja uma amostra menor (em função do tempo e recursos) e, ao mesmo tempo, um intervalo de confiança também menor, terá que aumentar o erro amostral da pesquisa. Normalmente nas pesquisas sociais trabalha-se com um nível de confiança de 95% que corresponde a 2 desvios- padrão(dp). O desvio-padrão mede a dispersão dos dados entre a média e os demais valores do universo. “*O conhecimento da dispersão dos dados de uma*

variável é importante, (...) porque permite avaliar a confiabilidade de uma medida de tendência central numa amostra como parâmetro da população”(Fauze, 1993:194).

Como os resultados da amostra não podem ser rigorosamente exatos em relação ao universo supõem-se **erros de medição** e esses erros, evidentemente, diminuem à medida que o tamanho da amostra aumenta. Nas pesquisas sociais usualmente trabalha-se com um erro de 4 a 5%.

A proporção da característica pesquisada no universo é uma estimativa feita previamente acerca do elemento que se está estudando no universo e que levanta-se como hipótese existir. Utiliza-se comumente a proporção igual a 50% que é o caso mais desfavorável para estimação, pois se $p < 50\%$ a amostra necessária será menor, pois existiriam menos casos no universo.

As fórmulas para calcular o tamanho da amostra incluem esses quatro elementos acima mencionados. Existem também tabelas que indicam o tamanho necessário da amostra para determinados níveis de confiança e proporções de características do universo. Como nossa população é de 826 Assistentes Sociais Mulheres, faremos os cálculos abaixo e a tabela servirá para conferir se o resultado do cálculo é adequado.

Assistentes Sociais no CRESS em Natal – 826 Mulheres

Cálculo da Amostra Probabilística Aleatória:

Nível de confiança: 95% = 2 dp

Erro estimado = 5%

Fórmula para cálculo de amostra aleatória simples para populações finitas

$$n = \frac{x^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{E^2 (N - 1) + x^2 \cdot p \cdot q} \text{ onde,}$$

n = tamanho da amostra

x^2 = nível de confiança estabelecido

p = proporção da característica pesquisada no universo, calculado em percentagem, supõe-se igual a 50%.

$q = 100 - p$ (em percentagem), sendo $p = 50$ então $q = 50$

N = Tamanho da população

E^2 = Erro de estimação permitido

Cálculo:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 826}{25(825) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$n = \frac{4 \cdot 2500 \cdot 826}{25(825) + 4 \cdot 2500}$$

$$n = \frac{8260000}{20625 + 10000}$$

$$n = \frac{8260000}{30625}$$

$$n = 269,71 = 270 \Rightarrow 270 + 11 \text{ homens} = 281$$

Consultando a Tabela para populações finitas com um nível de confiança de 95% e o erro de

5%, observa-se que o resultado do cálculo acima encontra-se entre a população de 500 e

1000 pessoas, ou seja, encontramos de fato o número correto para nossa amostra.

Tabela 7.5. Determinação de uma amostra de populações finitas, para $p = 50\%$ e os erros de estimação indicados (nível de confiança de 95,5%, dois sigmas).

AMPLITUDE DA POPULAÇÃO	TAMANHO DA AMOSTRA PARA OS ERROS INDICADOS					
	± 1%	± 2%	± 3%	± 4%	± 5%	± 10%
500	222
1.000	385	83
1.500	441	92
2.000	316	94
2.500	333	95
3.000	1.250	345	96
3.500	714	345	96
4.000	476	333	95
4.500	500	345	96
5.000	500	345	96
6.000	1.364	353	97
7.000	811	353	97
8.000	530	359	97
9.000	541	364	98
10.000	549	367	98
10.000	556	370	98
15.000	1.607	370	98
20.000	1.667	370	98
25.000	1.726	375	98
50.000	1.842	378	99
100.000	1.905	381	99
100.000	1.957	383	99
10.000	2.000	385	99
6.000	2.143	390	99
6.000	6.000	390	99
6.667	6.667	392	100
7.222	7.222	392	100
7.143	7.143	394	100
8.333	8.333	397	100
9.091	9.091	398	100
10.000	10.000	400	100
2.500	2.500	625	100
1.111	1.111	625	100

Fonte: ARKIN, N. & COLTON, R. apud. BRAVO, Restituto Sierra. Ob. cit. p. 100.

ANEXO 5

Roteiro de Associação Livre e Check-list

Apresentação: Nossa pesquisa trata da relação Serviço Social x Gênero. Solicitamos sua colaboração respondendo, com sinceridade, as questões.

I - DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

Idade:

Estado Civil:

Ano de Graduação:

Sexo:

Local de Trabalho:

Área de atuação:

Religião:

Local de Nascimento:

Tempo que mora em Natal:

1 - Qualificação (efetivamente concluída):

() graduação

() aperfeiçoamento ou atualização

() especialização

() mestrado

() doutorado

() curso em andamento. Especificar _____

2 - Exerce alguma função de direção, planejamento ou coordenação na instituição?

Sim () Não () Se sim, qual?

() direção

() planejamento

() coordenação

3 - Participação em Organizações da Sociedade Civil:

() Não participa

() Movimento religioso, pastorais, cebs, etc

() Partido Político

() Associação de moradores/bairros

() Movimento de Mulheres

() ONGs

() Outros(especificar) _____

4 - Faixa salarial: () até 2 salários mínimos

() entre 2 e 3 salários mínimos

() entre 3 e 4 salários mínimos

() entre 4 e 6 salários mínimos

() entre 6 e 10 salários mínimos

() acima de 10 salários mínimos

5 - Tempo de exercício profissional (como assistente social): _____

II - QUESTÕES:

1) O que você sente, pensa, ou imagina ao ouvir a palavra **Serviço Social**? (pelo menos 4 palavras)

_____, _____, _____, _____,
_____, _____, _____, _____,
_____, _____, _____, _____,

Diga-me destas palavras que você citou, as duas que melhor definem, para você, o **Serviço Social**?

_____, _____

2) O que você sente, pensa, ou imagina ao ouvir a palavra **Mulher**? (pelo menos 4 palavras)

_____, _____, _____, _____,
_____, _____, _____, _____,
_____, _____, _____, _____,

Diga-me destas palavras que você citou, as duas que melhor definem, para você, **Mulher**?

_____, _____

3) O que você sente, pensa, ou imagina ao ouvir a relação “**Mulher e Serviço Social**”? (pelo menos 4 palavras)

_____, _____, _____,
_____, _____, _____,
_____, _____, _____,

Diga-me destas palavras que você citou, as duas que melhor definem, para você, “**Mulher e Serviço Social**”?

_____, _____

III - Marque com um “X” nas escalas abaixo, o valor dado por você a essas profissões. (O número “0” corresponde a ausência de valor e “10” ao maior valor).

Pedagogia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Engenharia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Física 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Biologia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Serviço Social
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Psicologia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Ciências da computação
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Sociologia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Magistério 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Medicina 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Filosofia 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Direito 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
I _____ I

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO 6

Roteiro da Entrevista Semi-estruturada

Roteiro de Entrevista

Objetivo: Entender como se formaram as RS acerca do Serviço Social e Mulher. Ver questão da subalternidade profissional.

Nº CRESS _____

1 - Infância e Vida

Fatos e valores significativos que marcaram:

- a) Como era sua situação familiar (relação entre os pais, papéis do pai e da mãe, quantos irmãos, relação entre irmãos e irmãs, dificuldades)?
- b) Como era a sua situação social (condições de vida e dificuldades enfrentadas)?
- c) Como era e é a religiosidade na sua família?
- d) E para você, como é a questão da religiosidade hoje?

2 - Serviço Social

a) Por que a escolha do curso?

b) O curso era o que você esperava?... Por que?... Quais as diferenças entre o esperado e o real?...

c) Que modificações principais o curso trouxe em você?

.Modificou a forma de ver o SS?

.Modificou a forma de ver as mulheres e seu papel social?

2.1 - O exercício profissional – que elementos novos trouxe?

- a) Modificou a forma de ver o papel das mulheres e as mulheres?
- b) Modificou a forma de ver o SS?

3 – Serviço Social e Mulheres na atualidade

a) Como você vê a profissão em relação as demais?

b) Como você vê a situação das mulheres hoje?

c) Como vê o fato do curso ser feminino?

- d) Como vê a subalternidade profissional? – o que causa, formas de superação
- e) Como vê a questão da participação (ou não) em Movimentos da Sociedade Civil?

ANEXO 7

Relatório do Teste da Agrupamento das Profissões e do Teste Qui-Quadrado

Relatório do Teste de Agrupamento das Profissões e do Teste Qui-Quadrado

Usando o *software STATISTICA* e trabalhando com as técnicas estatísticas de “Análise de Cluster”, obtém-se o seguinte resultado de Formação de Grupos de Profissões:

Members of Cluster Number 3 (agrupamento.sta)	
CLUSTER ANALYSIS	and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 1 variables
Variable	DIREITO
Distance	0,00

Members of Cluster Number 1 (agrupamento.sta)	
CLUSTER ANALYSIS	and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 1 variables
Variable	FILOSOFI
Distance	0,00

Members of Cluster Number 2 (agrupamento.sta)	
CLUSTER ANALYSIS	and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 2 variables
Variable	BIOLOGIA
Distance	,675382
Variable	MEDICINA
Distance	,675382

Members of Cluster Number 5 (agrupamento.sta)	
Continue...	and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 3 variables
Variable	ENGENHAR
Distance	,733493
Variable	FISICA
Distance	,932414
Variable	C_COMPUT
Distance	,934502

Members of Cluster Number 4 (agrupamento.sta)	
CLUSTER ANALYSIS	and Distances from Respective Cluster Center Cluster contains 5 variables
Variable	PEDAGOGI
Variable	S_SOCIAL
Variable	PSICOLOG
Variable	SOCIOLOG
Variable	MAGISTER
Distance	,816210
Distance	,713774
Distance	,681930
Distance	,781811
Distance	1,057748

De acordo com as saídas do Programa, tem-se então a seguinte Formação de Grupos:

Agrupamento de Profissões

Grupos	Profissões
Grupo 1	Direito
Grupo 2	Filosofia
Grupo 3	Biologia e medicina
Grupo 4	Engenharia, Física e Ciências da Computação
Grupo 5	Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Sociologia e Magistério

OBS₁: Agora têm-se 5(cinco) variáveis relativas às profissões, em vez das 12(doze) inicialmente consideradas.

OBS₂: A nota dos indivíduos pesquisados, para cada um dos grupos formados, passa a ser dada pela média aritmética das notas atribuídas às respectivas profissões do Grupo.

Para a realização de Testes de Associação (Qui-quadrado), é necessário que as notas dos Grupos sejam transformadas em categorias. Assim, foi definida uma codificação, de acordo com os seguintes intervalos de notas:

Codificação1- notas de zero a dois.

Codificação2- maior que dois, até cinco.

Codificação3- maior que cinco, até oito.

Codificação4- maior que oito, até dez.

Teste Qui-quadrado

Foram realizados Testes Qui-quadrados para verificar a existência de associação entre cada grupo de profissões e cada uma das outras variáveis consideradas neste estudo, com exceção da variável “sexo”, pelo fato de que somente 2(dois) são sexo masculino, num total de **171** indivíduos pesquisados. Considerando então o teste entre o **j**-ésimo Grupo, onde **j=1,2,3,4,5** e a **k**-ésima variável, **k=1,2,...,13**, a formalização das hipóteses em cada caso é dada por:

H_0 : Não existe associação entre o Grupo j e a K -ésima variável
 H_1 : Existe alguma associação entre o Grupo j e a K -ésima variável.
 A seguir, estão os resultados dos testes (p-valores) para cada um dos Grupos de profissões.

1-Grupo1 (Direito)

Resultado do Teste Qui-quadrado

Cruzamento	P-valor
Grupo1 x Idade	0,09797
Grupo1 x Estado Civil	0,34571
Grupo1 x Tempo Graduação	0,05802
Grupo1 x Área de atuação	0,01277
Grupo1 x Religião	0,71401
Grupo1 x Local de Nascimento	0,40024
Grupo1 x Tempo em Natal	0,43866
Grupo1 x Qualificação	0,04417
Grupo1 x Qualificação em andamento	0,08318
Grupo1 x Funções	0,34077
Grupo1 x Participação em Organizações	0,30845
Grupo1 x Faixa Salarial	0,44269
Grupo1 x Tempo de Exercício Profissional	0,18637

Conclusão:

De acordo com a Tabela acima, conclui-se que, ao nível de 5%, existe associação significativa do Grupo1 (Direito) com as variáveis “Área de Atuação” e “Qualificação”.

2-Grupo2 (Filosofia)

Resultado do Teste Qui-quadrado

Cruzamento	P-valor
Grupo2 x Idade	0,77772
Grupo2 x Estado Civil	0,86867
Grupo2 x Tempo Graduação	0,18955
Grupo2 x Área de Atuação	0,45976
Grupo2 x Religião	0,25732
Grupo2 x Local de Nascimento	0,09106
Grupo2 x Tempo em Natal	0,73993
Grupo2 x Qualificação	0,83212
Grupo2 x Qualificação em andamento	0,87056
Grupo2 x Funções	0,73107
Grupo2 x Participação em Organizações	0,83095
Grupo2 x Faixa Salarial	0,27771
Grupo2 x Tempo de Exercício Profissional	0,59746

Conclusão:

De acordo com a Tabela acima, conclui-se que, ao nível de 5%, não existe associação significativa do Grupo2 (Filosofia) com nenhuma das variáveis em estudo.

3-Grupo3 (Biologia e Medicina)

Resultado do Teste Qui-quadrado

Cruzamento	P-valor
Grupo3 x Idade	0,00514
Grupo3 x Estado Civil	0,73243
Grupo3 x Tempo Graduação	0,09492
Grupo3 x Área de Atuação	0,00000
Grupo3 x Religião	0,60527
Grupo3 x Local de Nascimento	0,77863
Grupo3 x Tempo em Natal	0,93665
Grupo3 x Qualificação	0,11982
Grupo3 x Qualificação em andamento	0,59130
Grupo3 x Funções	0,95864
Grupo3 x Participação em Organizações	0,00450
Grupo3 x Faixa Salarial	0,86853
Grupo3 x Tempo de Exercício Profissional	0,29685

De acordo com a Tabela acima, conclui-se que, ao nível de 5%, existe associação significativa do Grupo3 (Biologia e Medicina) com as variáveis “Idade”, “Área de Atuação” e “Participação em Organizações”.

4-Grupo 4 (Engenharia, Física e C. da Computação)

Resultado do Teste Qui-quadrado

Cruzamento	P-valor
Grupo4 x Idade	0,00097
Grupo4 x Estado Civil	0,24168
Grupo4 x Tempo Graduação	0,03445
Grupo4 x Área de Atuação	0,00000
Grupo4 x Religião	0,22938
Grupo4 x Local de Nascimento	0,68136
Grupo4 x Tempo em Natal	0,66063
Grupo4 x Qualificação	0,36756
Grupo4 x Qualificação em andamento	0,21990
Grupo4 x Funções	0,68448
Grupo4 x Participação em Organizações	0,01035
Grupo4 x Faixa Salarial	0,67676
Grupo4 x Tempo de Exercício Profissional	0,41604

Conclusão:

De acordo com a Tabela acima, conclui-se que, ao nível de 5%, existe associação significativa do Grupo 4 (Engenharia, Física e C. da Computação) com as variáveis “Idade”, “Tempo de Graduação”, “Área de Atuação” e “Participação em Organizações”.

5-Grupo5 (Pedagogia, S. Social Psicologia, Sociologia e Magistério

Resultado do Teste Qui-quadrado

Cruzamento	P-valor
Grupo5 x Idade	0,88703
Grupo5 x Estado Civil	0,67809
Grupo5 x Tempo Graduação	0,88171
Grupo5 x Área de Atuação	0,04038
Grupo5 x Religião	0,98689
Grupo5 x Local de Nascimento	0,8219
Grupo5 x Tempo em Natal	0,39449
Grupo5 x Qualificação	0,40820
Grupo5 x Qualificação em andamento	0,77859
Grupo5 x Funções	0,98874
Grupo5 x Participação em Organizações	0,99308
Grupo5 x Faixa Salarial	0,49033
Grupo5 x Tempo de Exercício Profissional	0,96148

Conclusão:

De acordo com a Tabela acima, conclui-se que, ao nível de 5%, existe associação significativa do Grupo5 (Pedagogia, S. Social Psicologia, Sociologia e Magistério) apenas com a variável “Área de Atuação”.

ANEXO 8

Relatório da Análise de Perfil

Análise de Perfil

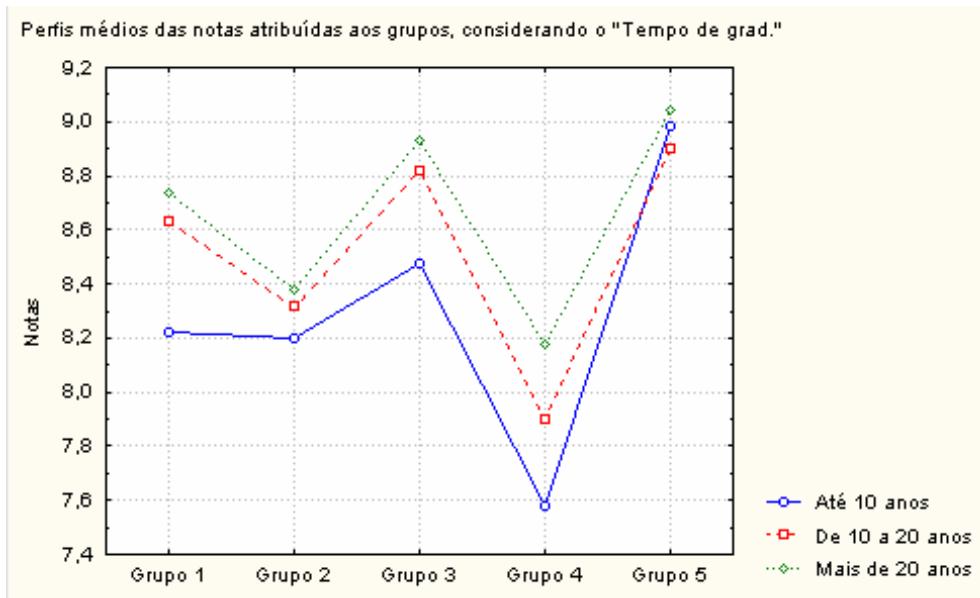
Neste estudo, as pessoas pesquisadas foram separadas em “Estratos”, conforme estão definidos abaixo:

- i) **Tempo de Graduação** – “Até 10 anos”, “De 10 a 20 anos” e “Mais de 20 anos”.
- ii) **Qualificação** – “Graduação”, “Aperfeiçoamento/Atualização e Especialização” e “Mestrado e Doutorado”.
- iii) **Participação em Organizações** – “Não participam”, “Movimentos religiosos”, “Várias entidades” e “Outras participações”.
- iv) **Faixa Salarial** – “Até 3 s.m.”, “De 3 a 6 s.m.” e “Mais de 6 s.m.”.

A seguir, têm-se as Análises de Perfil, com relação aos Grupos de Profissões anteriormente formados.

I – Para a estratificação quanto ao “Tempo de Graduação”, tem-se:

Gráfico 1:



E consideram-se os seguintes testes:

- 1) Teste de Paralelismo

H_0 : São paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos do “Tempo de Graduação”.

H_{11} : Não são paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos do “Tempo de Graduação”.

Conclusão

Como resultado deste Teste, obtém-se um p-valor= **0,5113**, de forma que não rejeita-se **H_{01}** , ao nível de 5%. Ou seja, existem evidências de “Paralelismo” dos perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Até 10 anos de Graduação”, “De 10 a 20 anos de Graduação” e “Mais de 20 anos de Graduação”.

2) Teste de Coincidência de Perfis

H_{02} : São coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos do “Tempo de Graduação”.

H_{12} : Não são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos do “Tempo de Graduação”.

Conclusão

Como resultado deste Teste, obtém-se um p-valor= **0,3089**, de maneira que não rejeita-se **H_{02}** , ao nível de 5%. Assim, têm-se evidências de que são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Até 10 anos de Graduação”, “De 10 a 20 anos de Graduação” e “Mais de 20 anos de Graduação”.

3) Teste de Igualdade de Médias

H_{03} : São iguais as médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões.

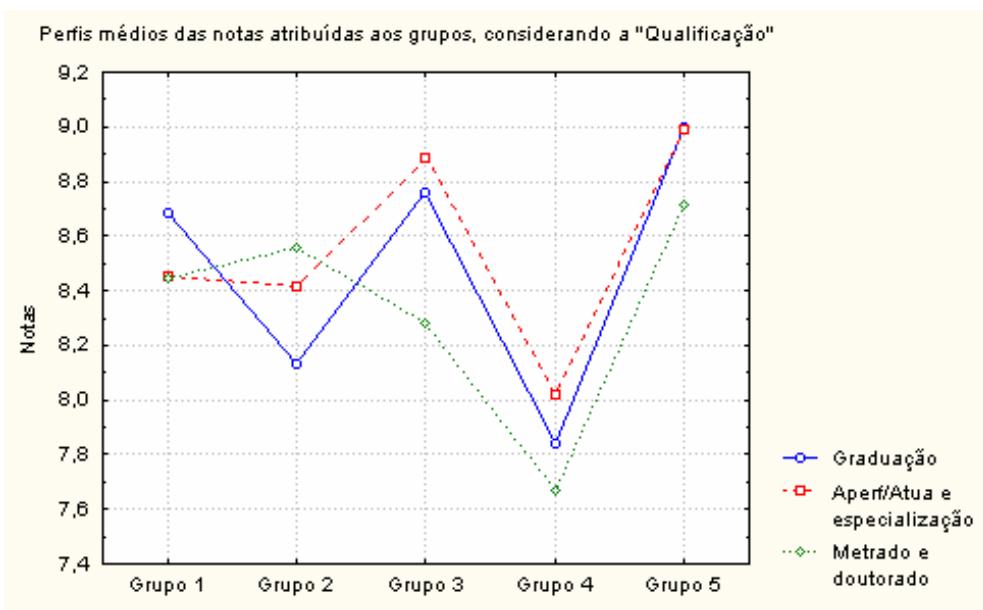
H_{13} : As médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais.

Conclusão

Neste caso, obteve-se um p -valor = **0,0000**, ou seja, rejeita-se H_{03} , ao nível de 5%. Deste modo, têm-se evidências de que as notas médias atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais, isto é, pelo menos dois desses grupos têm notas médias diferentes.

II – Para a estratificação quanto a “Qualificação”, tem-se:

Gráfico 2:



E consideram-se os seguintes testes:

1) Teste de Paralelismo

H_{01} : São paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Qualificação”.

H_{11} : Não são paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Qualificação”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,2934**, de forma que não rejeita-se **H₀₁**, ao nível de 5%, ou seja, existem evidências de “paralelismo” dos perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Graduação”, “Aperfeiçoamento/Atualização e Especialização” e “Mestrado e Doutorado”.

2) Teste de Coincidência de Perfis

H_{02} : São coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Qualificação”.

H_{12} : Não são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Qualificação”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,7569**, de maneira que não rejeita-se **H₀₂**, ao nível de 5%. Desta forma, têm-se evidências de que são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Graduação”, “Aperfeiçoamento/Atualização e Especialização” e “Mestrado e Doutorado”.

3) Teste de Igualdade de Médias

H_{03} : São iguais as médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões.

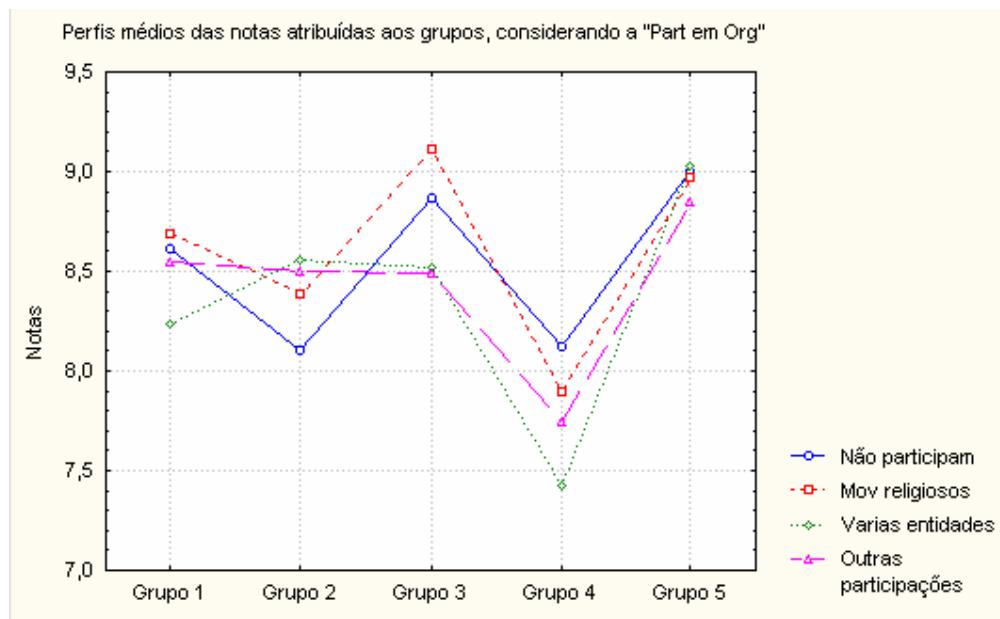
H_{13} : As médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais

Conclusão

Neste caso obteve-se um p-valor= **0,0000**, ou seja, rejeita-se **H₀₃**, ao nível de 5%. Desta forma, têm-se as evidências de que as notas médias atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais, isto é, pelo menos dois desses Grupos de Profissões têm notas médias diferentes.

III – Para a estratificação quanto ao “Participação em Organizações”, tem-se:

Gráfico 3:



E consideram-se os seguintes testes:

1) Teste de Paralelismo

H_{01} : São paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Participação em Organizações”

H_{11} : Não são paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Participação em Organizações”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,1721**, de forma que não rejeita-se H_{01} , ao nível de 5%, ou seja, existem evidências de “paralelismo” dos perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Não participam”, “Movimentos religiosos”, “Várias entidades” e “Outras Participações”.

2) Teste de Coincidência de Perfis

H_{02} : São coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Participação em Organizações”.

H_{12} : Não são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Participação em Organizações”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,8330**, de maneira que não rejeita-se H_{02} , ao nível de 5%. Desta forma, têm-se evidências de que são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Não participam”, “Movimentos religiosos”, “Várias entidades” e “Outras Participações”.

3) Teste de Igualdade de Médias

H_{03} : São iguais as médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões.

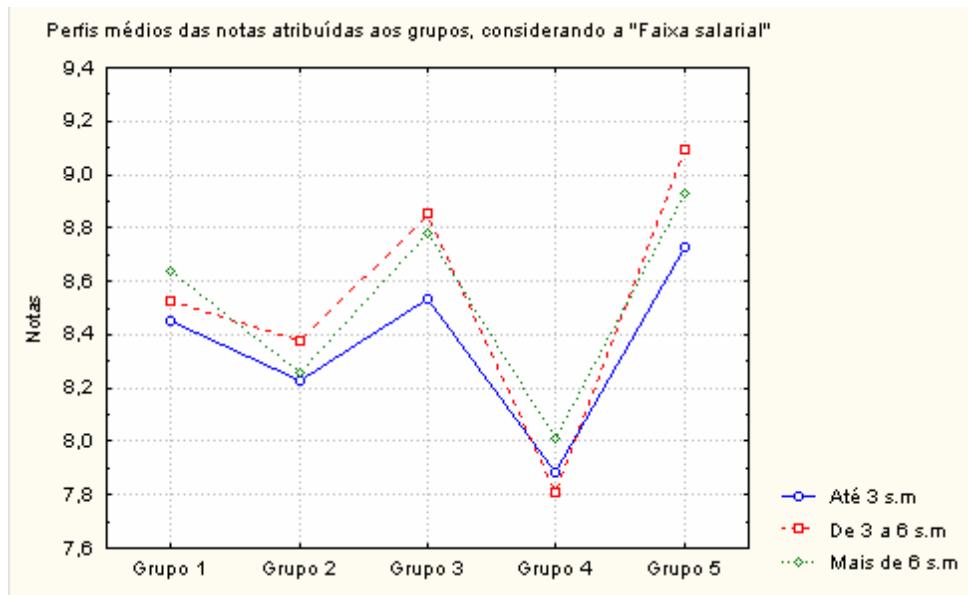
H_{13} : As médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais.

Conclusão

Neste caso obteve-se um p-valor= **0,0000**, ou seja, rejeita-se H_{03} , ao nível de 5%. Assim, têm-se as evidências de que as notas médias atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais, isto é, pelo menos dois desses Grupos de Profissões têm notas médias diferentes.

IV – Para a estratificação quanto a “Faixa salarial”, tem-se:

Gráfico 4:



E consideram-se os seguintes testes:

1) Teste de Paralelismo

H_{01} : São paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Faixa salarial”.

H_{11} : Não são paralelos os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Faixa salarial”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,7074**, de forma que não rejeita-se H_{01} , ao nível de 5%, ou seja, existem evidências de “paralelismo” dos perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Até 3 s.m.”, “De 3 a 6 s.m.” e “Mais de 6 s.m.”.

2) Teste de Coincidência de Perfis

H_{02} : São coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Faixa salarial”.

H_{12} : Não são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos da “Faixa salarial”.

Conclusão

Como resultado deste teste, obtém-se um p-valor= **0,7785**, de maneira que não rejeita-se H_{02} , ao nível de 5%. Desta forma, têm-se evidências de que são coincidentes os perfis médios das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões, pelos estratos: “Até 3 s.m.”, “De 3 a 6 s.m.” e “Mais de 6 s.m.”.

3) Teste de Igualdade de Médias

H_{03} : São iguais as médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões.

H_{13} : As médias das notas atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais.

Conclusão

Neste caso obteve-se um p-valor= **0,0000**, ou seja, rejeita-se H_{03} , ao nível de 5%. Desta forma, têm-se as evidências de que as notas médias atribuídas aos cinco Grupos de Profissões não são todas iguais, isto é, pelo menos dois desses Grupos de Profissões têm notas médias diferentes.

ANEXO 9

Parte do Relatório Rangmot e Tabrgfr – questões 1, 2 e 3.

RELATÓRIO RANGMOT - QUESTÃO 1 (RESULTADO EVOC)

DISTRIBUTION TOTALE		: 950 : 171* 171* 170* 168* 105*									
RANGS	6 ... 15	69*	45*	33*	18*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS	16 ... 25	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS	26 ... 30	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*

Nombre total de mots differents : 268

Nombre total de mots cites : 950

moyenne generale : 3.55

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq.	*	nb. mots	*	Cumul evocations et cumul inverse
1	*	158	158	16.6 % 950 100.0 %
2	*	36	230	24.2 % 792 83.4 %
3	*	19	287	30.2 % 720 75.8 %
4	*	8	319	33.6 % 663 69.8 %
5	*	7	354	37.3 % 631 66.4 %
6	*	6	390	41.1 % 596 62.7 %
7	*	2	404	42.5 % 560 58.9 %
8	*	3	428	45.1 % 546 57.5 %
9	*	6	482	50.7 % 522 54.9 %
10	*	1	492	51.8 % 468 49.3 %
11	*	3	525	55.3 % 458 48.2 %
12	*	2	549	57.8 % 425 44.7 %
13	*	2	575	60.5 % 401 42.2 %
15	*	5	650	68.4 % 375 39.5 %
16	*	2	682	71.8 % 300 31.6 %
18	*	1	700	73.7 % 268 28.2 %
20	*	1	720	75.8 % 250 26.3 %
21	*	1	741	78.0 % 230 24.2 %
25	*	1	766	80.6 % 209 22.0 %
26	*	1	792	83.4 % 184 19.4 %
27	*	1	819	86.2 % 158 16.6 %
52	*	1	871	91.7 % 131 13.8 %
79	*	1	950	100.0 % 79 8.3 %

RELATÓRIO TABRGFR - QUESTÃO 1 (RESULTADO EVOC)

Les 3 colonnes correspondent respectivement :

au Mot

à sa Fréquence

à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 4

Cas ou la Fréquence >= 9

et

le Rang Moyen < 3,5

ajuda	16	2,063
assistência	52	2,827
ação	15	2,400
cidadania	79	3,076
compromisso	21	3,190
dedicação	10	2,700

direitos	15	2,933
educação	12	3,333
inclusão	11	3,182
mediação	9	2,889
orientação	27	2,889
participação	20	3,400
política-social	16	3,063
problemas	12	3,167
profissão	9	3,444
questão-social	11	3,364
ser-humano	15	3,000
serviços	9	2,222
sociedade	13	3,000
trabalho	18	2,611
transformação	15	3,267

Cas ou la Fréquence >= 9
et
le Rang Moyen >= 3,5

conhecimento	11	5,000
conscientização	13	3,615
justiça	26	3,538
luta	25	3,600
organização	9	4,000
planejamento	9	3,556
respeito	9	3,889
ética	15	5,000

Cas ou la Fréquence < 9
et
le Rang Moyen < 3,5

desvalorização	8	3,375
dinamismo	5	2,400
encaminhamento	4	3,000
realização	6	3,000
socialização	4	2,250

Cas ou la Fréquence < 9
et
le Rang Moyen >= 3,5

amor	6	3,667
articulação	5	4,600
assessoria	4	4,750
competência	5	5,600
comunidade	5	5,600
conquistas	7	4,286
coragem	4	4,500
democracia	6	4,833
desafios	4	4,000
desemprego	4	4,250
dignidade	5	5,800
mobilização	4	4,250

pobreza	5	4,600
politizaçao	6	3,833
política	6	4,333
promoçao	8	3,750
realidade	4	6,250
resoluçao	6	4,333
responsabilidade	8	3,750
solidariedade	7	3,857
valorizaçao	5	4,600

RELATÓRIO RANGMOT - QUESTÃO 2 (RESULTADO EVOC)

DISTRIBUTION TOTALE	:	969	:	170*	171*	171*	170*	100*	
RANGS 6 ... 15		69*	51*	40*	26*	1*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*			

Nombre total de mots differents : 233
 Nombre total de mots cites : 969

moyenne generale : 3.65

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq.	*	nb. mots	*	Cumul evocations et cumul inverse
1	*	120	120	12.4 % 969 100.0 %
2	*	33	186	19.2 % 849 87.6 %
3	*	17	237	24.5 % 783 80.8 %
4	*	13	289	29.8 % 732 75.5 %
5	*	7	324	33.4 % 680 70.2 %
6	*	8	372	38.4 % 645 66.6 %
7	*	7	421	43.4 % 597 61.6 %
8	*	6	469	48.4 % 548 56.6 %
9	*	4	505	52.1 % 500 51.6 %
10	*	3	535	55.2 % 464 47.9 %
12	*	1	547	56.4 % 434 44.8 %
13	*	1	560	57.8 % 422 43.6 %
14	*	1	574	59.2 % 409 42.2 %
15	*	1	589	60.8 % 395 40.8 %
17	*	1	606	62.5 % 380 39.2 %
19	*	1	625	64.5 % 363 37.5 %
23	*	2	671	69.2 % 344 35.5 %
24	*	1	695	71.7 % 298 30.8 %
29	*	1	724	74.7 % 274 28.3 %
36	*	2	796	82.1 % 245 25.3 %
44	*	1	840	86.7 % 173 17.9 %
45	*	1	885	91.3 % 129 13.3 %
84	*	1	969	100.0 % 84 8.7 %

RELATÓRIO TABRGFR - QUESTÃO 2 (RESULTADO EVOC)

Les 3 colonnes correspondent respectivement :
 au Mot
 à sa Fréquence
 à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 5

Cas ou la Fréquence >= 10
et
le Rang Moyen < 3,5

amor	13	3,000
cidadania	10	2,700
coragem	36	3,222
desafios	10	2,600
determinação	23	3,130
dinamismo	17	3,412
força	45	2,578
luta	84	3,119
trabalho	29	3,483

Cas ou la Fréquence >= 10
et
le Rang Moyen >= 3,5

capacidade	10	3,600
companheirismo	12	3,750
competência	14	3,571
conquistas	24	3,792
discriminação	23	3,870
inteligência	15	4,000
maternidade	36	3,694
responsabilidade	19	4,000
sensibilidade	44	3,886

Cas ou la Fréquence < 10
et
le Rang Moyen < 3,5

dedicação	8	2,625
desigualdade	7	2,571
exploração	5	1,600
família	7	3,143
igualdade	7	3,143
independência	9	2,889
liberdade	7	1,714
participação	8	3,375
ser-humano	9	2,222
transformação	6	2,667

Cas ou la Fréquence < 10
et
le Rang Moyen >= 3,5

amizade	5	4,400
beleza	7	3,571
carinho	8	4,625
compromisso	5	5,600

criatividade	8	4,125
dupla-jornada	6	4,167
equilíbrio	5	4,400
feminilidade	8	3,625
intuição	7	4,714
justiça	6	4,667
organização	9	3,778
persistência	5	4,400
poder	5	4,600
preconceito	9	3,667
profissão	8	3,625
sabedoria	6	3,833
segurança	6	6,000
sentimento	6	4,167
solidariedade	6	5,500
submissão	6	4,167
vaidade	5	4,600
violência	7	4,429

RELATÓRIO RANGMOT - QUESTÃO 3 (RESULTADO EVOC)

DISTRIBUTION TOTALE	:	837	:	171*	171*	170*	162*	77*			
RANGS 6 ... 15		37*	23*	17*	9*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 16 ... 25		0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*	0*
RANGS 26 ... 30		0*	0*	0*	0*	0*					

Nombre total de mots différents : 261
 Nombre total de mots cites : 837

moyenne generale : 3.17

DISTRIBUTION DES FREQUENCES

freq.	*	nb. mots	*	Cumul evocations et cumul inverse							
1	*	143	143	17.1 %	837	100.0 %					
2	*	48	239	28.6 %	694	82.9 %					
3	*	17	290	34.6 %	598	71.4 %					
4	*	12	338	40.4 %	547	65.4 %					
5	*	7	373	44.6 %	499	59.6 %					
6	*	2	385	46.0 %	464	55.4 %					
7	*	5	420	50.2 %	452	54.0 %					
8	*	3	444	53.0 %	417	49.8 %					
9	*	2	462	55.2 %	393	47.0 %					
10	*	4	502	60.0 %	375	44.8 %					
11	*	3	535	63.9 %	335	40.0 %					
12	*	2	559	66.8 %	302	36.1 %					
13	*	2	585	69.9 %	278	33.2 %					
14	*	3	627	74.9 %	252	30.1 %					
18	*	1	645	77.1 %	210	25.1 %					
21	*	3	708	84.6 %	192	22.9 %					
22	*	1	730	87.2 %	129	15.4 %					
25	*	1	755	90.2 %	107	12.8 %					
31	*	1	786	93.9 %	82	9.8 %					
51	*	1	837	100.0 %	51	6.1 %					

RELATÓRIO TABRGFR - QUESTÃO 3 (RESULTADO EVOC)

Les 3 colonnes correspondent respectivement :
 au Mot
 à sa Fréquence
 à son Rang Moyen

Le Fréquence minimale des mots est 5

Cas ou la Fréquence ≥ 10
 et
 le Rang Moyen < 3

conquistas	21	2,667
desafios	13	2,462
luta	51	2,961
maioria	21	1,667
profissão	25	2,160
sensibilidade	22	2,682
trabalho	21	2,667
transformação	14	2,714

Cas ou la Fréquence ≥ 10
 et
 le Rang Moyen ≥ 3

assistência	12	3,250
ação	11	3,727
cidadania	31	3,129
competência	11	4,182
compromisso	18	3,056
conscientização	10	3,100
determinação	14	3,071
dinamismo	13	3,462
força	10	4,000
justiça	10	5,000
organização	10	3,600
participação	14	3,214
responsabilidade	12	3,250
ética	11	5,000

Cas ou la Fréquence < 10
 et
 le Rang Moyen < 3

afinidade	5	1,400
amor	7	2,714
compreensão	5	2,400
coragem	9	2,889
esclarecimento	6	2,833
feminilidade	5	1,800
história	7	2,286
identidade	8	2,000
igualdade	6	2,167
mediação	5	2,400
persistência	5	2,800
sociabilidade	5	2,800

Cas ou la Fréquence < 10
et
le Rang Moyen >= 3

capacidade	7	4,286
conhecimento	7	4,143
criatividade	5	3,600
dedicação	8	3,125
discriminação	7	3,000
respeito	8	3,250
solidariedade	9	4,556

APÊNDICE

ACERCA DOS NOSSOS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Parece-nos que, para adentrarmos numa discussão epistemológica - com todos os limites de quem não tem uma formação específica em Filosofia -, o primeiro conceito que precisa ser esclarecido é o de Realidade/ Real. Em Abbagnano (1982), o *real* é conceituado como “aquilo que existe de fato” ou “realidade”, enquanto o termo *realidade* é conceituado como “o modo de ser das coisas enquanto existem fora da mente humana ou independentemente dela”. Neste sentido, a primeira coisa a considerarmos é que os dois termos são sinônimos.

Em torno deste conceito, ao longo dos séculos, tem-se discutido a existência ou não da realidade independente do sujeito¹³⁷ e, caso se adote como resposta a esta questão um “sim”, passa-se imediatamente às questões seguintes: é possível, então, conhecer este Real? Se existe um Real, que garantia tenho que meu pensamento, minhas categorias teóricas dão conta deste Real? Esta minha forma de ver a realidade não é somente uma forma de ver entre tantas outras? O que é a objetividade se o Real sempre será lido pela subjetividade?

Inicialmente, é preciso esclarecer que, inúmeras destas questões só são possíveis responder partindo de pressupostos/hipóteses e nunca de provas. É o caso da existência ou não da Realidade independente do sujeito. A dúvida acerca da existência do Real é impossível, do ponto de vista filosófico, de ser refutada, contudo, é importante assinalar que “*o simples fato de uma opinião não poder ser refutada não implica de modo algum que haja a menor razão para crer que seja verdadeira*”(Sokal & Bricmont, 2001, p. 61).

O que se pode argumentar a este respeito é que se tem somente uma hipótese perfeitamente razoável que a maneira de explicarmos a permanência das nossas sensações consiste em supormos que são causadas por agentes exteriores à nossa consciência. Não se

¹³⁷ - Os que respondem “sim” a esta questão defendem a posição conhecida como “Realismo” e os que respondem “não” são conhecidos como “Idealistas”. Formou-se assim os vários tipos de Realismo(ingênuo, natural, crítico e volitivo) e de Idealismo (subjetivo/psicológico e objetivo/lógico).

faz desaparecer objetos concretos à nossa volta com um simples ato de pensamento, portanto, partimos do ponto de vista de que existe um Real que independe de nós, que nos influencia e condiciona. Tal ponto de vista é chamado de “realismo ontológico”, por postular a existência da realidade independente do sujeito que pensa – o “independente” nesta postura, tem o sentido de precedência, anterioridade ontológica e não de não-relação de co-existência.

Passemos então à segunda questão: Como posso saber se minhas sensações “refletem”¹³⁸ de modo exato a Realidade? Será que minhas sensações acerca do Real não me enganam? Ainda aqui, nenhum argumento irrefutável para responder a estas questões. De novo, somente como ponto de partida, uma hipótese igualmente razoável: “os acontecimentos mais banais da vida cotidiana(...) dependem completamente da hipótese de que as nossas percepções não nos enganam sistematicamente e, neste sentido, são produzidas por objetos exteriores que, de certa maneira, se lhes assemelham”(Sokal & Bricmont, 2001, p.62, grifos originais). Dito de outra forma: “a melhor maneira de explicarmos a coerência da nossa experiência consiste em supormos que o mundo exterior corresponde, pelo menos aproximadamente, à imagem que dele nos dão o sentido”(Ibidem, p. 62, grifos nossos). Assim, segundo a Perspectiva Realista, a imagem da Realidade no espírito não é arbitrária, é a Representação dessa Realidade, mas não é também uma cópia perfeita desta, por isso o conhecimento é sempre um processo, que visa, através de aproximações sucessivas, a explicar/compreender o modo de ser do objeto.

Temos, então, o nosso segundo ponto de partida que afirma a coerência, ao menos aproximada, das nossas sensações com a Realidade. Isto nos leva a um outro questionamento: Mas, que garantia tenho de que minhas categorias teóricas dão conta deste

¹³⁸ - O grifo no termo “refletem” visa a chamar atenção de que existe uma outra discussão, que se dá paralelamente a esta, acerca da relação sujeito-realidade. Posteriormente discutiremos também nossa postura a este respeito, mas por ora, basta assinalar que o termo utilizado por nós, não implica passividade no sujeito que conhece.

Real? Respondemos: absolutamente nenhuma garantia. Na verdade, nenhuma asserção sobre o Mundo Real pode ser literalmente provada. A dúvida de Hume¹³⁹, colocada nos primórdios da Ciência Moderna tornou-se dor de cabeça para inúmeros cientistas e filósofos, que perceberam que a Ciência não era um conhecimento seguro, confiável e quase infalível como se acreditava.

Apesar disto, nos últimos cinqüenta anos, o desenvolvimento das Ciências tem propiciado resultados concretos impressionantes. Pensem, por exemplo, na revolução tecnológica com todas as suas consequências ou nas descobertas da Bio-Genética nos últimos anos. Estes resultados podem nos demonstrar que, apesar dos erros, conseguiu-se adquirir um conhecimento objetivo do mundo, ainda que *aproximado e parcial*. Nas palavras de Bertrand Russel: “*A ciência nunca está totalmente correta, mas raramente está totalmente falsa e, geralmente, tem mais possibilidade de estar correta do que as teorias não científicas. Por isso, é racional aceitá-la como hipótese* (Ibidem, p. 63).

Temos aqui, novamente, mais um ponto de partida: acreditamos que as Ciências, a partir dos seus métodos que visam a se aproximar e conhecer a Realidade¹⁴⁰, utilizam, do nosso ponto de vista, as formas mais racionais, sistemáticas e eficazes de conhecer a Realidade, o que não significa que acertam sempre e nem tampouco que o senso comum seja inferior à Ciência¹⁴¹.

¹³⁹ - Hume questionou o método indutivo como base do Conhecimento Científico, assinalando que nenhum número de enunciados de observação singular, por mais amplo que seja, pode acarretar, logicamente, um enunciado geral irrestrito (Magee, 1973).

¹⁴⁰ - Aqui estamos nos limitando ao conceito de Ciência mais difundido e aceito socialmente a partir do Iluminismo. As controvérsias neste campo são enormes e vão desde a discussão que afirma que não se pode falar de “A Ciência”, mas de “Ciências” com métodos e posturas teóricas diversas, até as “novas” discussões no campo científico, que questionam que o objetivo da Ciência seja a busca da verdade. Ver a este respeito: Demo, 1989; Bruyne, 1991; Alves, 1981; Comissão Gulbenkian, 1996 e Prigogine, 1999.

¹⁴¹ - Concordamos com Sokal e Bricmont quando afirmam que, no fundo, todos os seres humanos, de alguma forma, utilizam os mesmos métodos de indução, de dedução e de avaliação dos dados que os cientistas, só que os utilizam com menos rigor experimental e teórico e, por vezes, generalizam as conclusões de forma um tanto quanto apressada.

Agora que chegamos na discussão acerca do conhecimento científico que, do nosso ponto de vista, objetiva obter, da melhor forma possível, um conhecimento objetivo do mundo, ou seja, aproximar-se da verdade, podemos perguntarmo-nos: O que é verdade? É possível um conhecimento objetivo do mundo? Mas o que significa conhecimento objetivo, uma vez que o Real sempre será lido pela subjetividade?

Este é um tema controverso e inúmeros autores o discutem de diferentes perspectivas (Demo(1989), Berger& Luckmann (1996), Tonet (1995), Castoriadis (1982), Carvalho (1994), Sokal & Bricmont (2001), Prigogine (1997 e 1999), Comissão Gulbenkian (1996), Davidson (2002), Santos (1987)). Deter-nos-emos nas considerações feitas por Schaff (1994), pois nossas posições se aproximam das dele.

Vamos inicialmente ao conceito de verdade. O conceito clássico de verdade remonta aos gregos e até hoje é o que se utiliza. “*Verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso aquele que diz como não são*”(Platão. In: Abbagnano, 1982). “*Dizer do que é que não é , ou do que não é que é, é falso, enquanto dizer do que é que é , ou do que não é que não é, é verdade*”(Aristóteles. In: Abbagnano, 1982).

Verdade, portanto, é um juízo verdadeiro ou uma proposição verdadeira e diz-se que um juízo ou proposição é verdadeiro “*quando o que ele formula é conforme ao seu objeto*”¹⁴² (Schaff, 1994, p. 62).

Este não é o único conceito possível de verdade. Ao longo da história de Filosofia se propôs cinco conceitos fundamentais de verdade, a saber: como correspondência, como revelação, como conformidade a uma regra, como coerência e como utilidade. Do nosso ponto de vista, nenhum dos critérios mencionados, exceto o primeiro, garante a verdade do Conhecimento, ou seja, nenhum desses fundamenta a certeza de que o que nós enunciamos, em virtude dos seus critérios, seja conforme ao que é.

¹⁴² - A discussão sobre se é possível chegar à verdade do objeto ou não será feita posteriormente.

Contudo, o conceito escolhido por nós e o mais comumente aceito, também não se dá sem problemas teóricos, a começar pela dificuldade de explicar o que se entende por “realidade”, e pela relação entre o juízo e seu objeto (adequação, correspondência, reflexo, conformidade, analogia, cópia, etc). Contudo, a principal dificuldade deste conceito é aquela que advém da idéia implícita nele mesmo, que supõe que a Realidade pode surgir de um modo iluminado e inteligível, como se tivéssemos acesso direto a ela. Afinal, como saber se o que um juízo formula é *conforme ao seu objeto?* Que garantias temos?

São infundáveis as discussões filosóficas a este respeito, a ponto de concordarmos que a verdade é um conceito indefinível (Davidson, 2002). Entretanto, apesar de seus problemas, o conceito de verdade como correspondência entre a realidade e uma sentença ou proposição tem o mérito de sugerir que alguma coisa não é verdadeira simplesmente porque se acredita nela, mesmo que todos acreditem nela (Ibidem, 2002).

Neste sentido, o conceito de verdade encontra-se presente no nosso dia-a-dia, nas sentenças cotidianas e todo o processo de comunicação e pensamento só é possível porque nele está implícito o conceito de verdade. “*Sem uma apreensão do conceito de verdade, não só a linguagem, como o próprio pensamento é impossível*”(Ibidem, 2002). Assim, todo questionamento ao conceito de verdade encontra seu limite na prática cotidiana. E todas as refutações a este conceito, procedentes e irrefutáveis, não implicam que a verdade não existe. Mais uma vez, afirmamos com Sokal & Bricmont (2001) “*o simples fato de uma opinião não poder ser refutada não implica de modo algum que haja a menor razão para crer que seja verdadeira*”.

Neste sentido, Davidson (2002), depois de mostrar a impossibilidade de conceituar “verdade” e das dificuldades teóricas que todas as tentativas de conceituá-la trazem em si mesmo, afirma, por fim:

A questão é que acredito na noção ordinária de verdade: Realmente existem pessoas, montanhas, camelos e estrelas lá fora, da mesma forma que pensamos que existem, e aqueles

objetos e eventos freqüentemente têm as características que pensamos e percebemos que eles têm. Nossos conceitos são nossos, mas isso não significa que eles não possam verdadeiramente e utilmente descrever uma realidade objetiva (p. 148).

Um dos problemas do conceito de verdade é que tal conceito supõe a relação cognitiva e consequentemente a relação sujeito-objeto, a qual remete, necessariamente, à forma como tal relação é vista. Schaff distingue 3 (três) Modelos fundamentais do Processo de Conhecimento – logicamente há diversas combinações possíveis a partir destas, mas estas são as fundamentais - :

- a) A Teoria do Reflexo Mecanicista – que defende que o objeto do conhecimento, exterior ao sujeito, atua sobre um aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo, receptivo. O Conhecimento nesta acepção é uma cópia do objeto, um reflexo do objeto.
- b) A Teoria Subjetivista do Conhecimento – aqui a ênfase é dada ao sujeito que conhece, e o objeto do Conhecimento é visto como sua produção. O objeto só existe e só é compreendido e explicado através do sujeito.
- c) A Teoria da Interação Sujeito-Objeto ou Teoria do “Reflexo” Ativista – aqui tanto o objeto quanto o sujeito mantêm sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo em que atuam um sobre o outro. Esta interação produz-se na prática social do sujeito que apreende o objeto na (e pela) sua atividade.

Partimos do terceiro Modelo de Conhecimento, pois, para nós, é indubitável que o objeto do Conhecimento, fonte exterior das sensações do sujeito, existe objetivamente, quer dizer, fora e independentemente do sujeito que conhece. Por outro lado, embora, insistindo sobre o objeto e suas implicações, é no sujeito ativo, construtor da realidade e do Processo de Conhecimento, que se encontra a força principal da relação cognitiva. Desta forma, o Processo de Conhecimento é objetivo-subjetivo.

Ora, se o sujeito é ativo nesse Processo, que sentido adquire, então, o termo “objetivo”? Na discussão acerca do Conhecimento, comumente o termo objetivo, adquire 3(três) significados:

- a) É objetivo o que vem do objeto. Desta forma, entende-se por objetivo, o Conhecimento que “reflete” - numa determinada acepção do verbo refletir, que será posteriormente discutida - no espírito o objeto que existe fora e independente dele;
- b) É objetivo o que é válido para todos e não para este ou aquele indivíduo. Ou seja, é objetivo o Conhecimento que é universal e não apenas individual (contrário, portanto, a subjetivo no sentido de particular);
- c) É objetivo o que é livre de emotividade e parcialidade (em oposição, portanto a subjetivo no sentido de emotivo e parcial).

Esclarecido os sentidos do termo “objetivo”, resta-nos perguntar, então: Assim conceituado, não é uma ficção supor que o Conhecimento Científico seja “objetivo”, uma vez que todo Processo de Conhecimento tem a marca do sujeito que conhece, o qual desempenha um papel ativo e introduz no Conhecimento qualquer coisa vinda especificamente de si, portanto introduzindo o elemento subjetivo?

Sim e não, responde, Schaff. Tudo depende do grau de precisão que atribuímos à expressão “conhecimento objetivo” e, logicamente, aos seus sentidos correspondentes.

Ora, se compreendemos o sujeito como ativo, o Conhecimento, evidentemente, não é desprovido de emoção e totalmente imparcial. Da mesma forma, ao supor um sujeito ativo no Processo de Conhecimento que introduz algo de sua subjetividade, este Conhecimento não pode ser universal no sentido absoluto, no qual todas as diferenças entre os sujeitos desaparecem. Estes significados atribuídos ao termo “objetivo” devem ser sempre compreendidos em sentido relativo e nunca absolutizados.

Desta forma, objetividade, assim, significa eliminar, da melhor maneira possível, o elemento emotivo e a parcialidade que deformam o Conhecimento. “A ‘*objetividade*’, *nesta acepção*, é sempre culpada de *subjetividade* e não pode nunca ser absoluta, é humana e, portanto, relativa (tal conhecimento é mais objetivo que outro)”(Schaff, 1994, p. 74). Objetividade, no sentido de universal, significa também uma certa tendência para, um processo e não um estado dado para sempre. “A ‘*objetividade*’, *nesta acepção*, é igualmente uma propriedade relativa (tal conhecimento é mais universalmente aceito que outro)”(Ibidem, 74). Deste modo:

O conhecimento científico e as suas produções são pois sempre objetivo-subjetivos: objetivos em relação ao objeto a que se referem e do qual são o ‘reflexo’ específico, bem como atendendo ao seu valor universal relativo e à eliminação relativa da sua coloração emotiva; subjetivos, no sentido mais geral, por causa do papel ativo do sujeito que conhece (Ibidem, 74).

Pode-se ainda argumentar: Mas, neste caso, de que verdade estamos falando, da verdade do objeto ou da verdade do sujeito? Partindo-se do conceito clássico de verdade, o termo “verdade objetiva” é redundante, pois toda verdade refere-se ao objeto, e verdade subjetiva é uma contradição nos termos, uma vez que, mesmo se pronunciada pelo sujeito, diz sempre algo sobre a realidade, sobre o objeto(Schaff, 1994).

Mas, podemos tentar compreender o que se afirma como “verdade do sujeito”, quando se adentra a discussão acerca de verdade relativa/absoluta, que não deve ser confundida com a discussão acerca da relatividade do Conhecimento.

A discussão envolve duas questões distintas se bem que relacionadas. A primeira consiste em saber se uma proposição dada é verdadeira ou falsa independentemente ou dependentemente das circunstâncias, ou seja, da pessoa que o enuncia, do tempo ou do lugar. A segunda refere-se ao caráter total ou parcial das verdades enunciadas.

Acerca da primeira questão, defendemos que alguma coisa é verdade independentemente das circunstâncias – verdade absoluta. A aparência de que a verdade do enunciado varia com o sujeito, o lugar ou o tempo é o resultado de um mal-entendido. Os enunciados construídos para provar a relatividade da verdade são elípticos ou indeterminados. Se se precisam os termos, desaparece a confusão (“hoje, tal dia, a tal hora, em tal lugar está a chover” em vez de “está a chover”; aqui, em tal lugar, a tal hora faz 30º à sombra” em vez de “Faz calor”). Neste caso, as proposições obtidas são verdadeiras ou falsas independentemente da pessoa que as enuncia, do lugar e do instante em que são enunciadas. Elas de forma alguma podem ser verdade numa circunstância e ser falsa noutras.

Quanto à segunda questão – a questão da parcialidade ou totalidade da verdade -, defendemos que a verdade pode e deve ser parcial e incompleta. O conhecimento humano é cumulativo e um processo infinito devido à infinitude da realidade estudada – no sentido também da quantidade das relações de cada objeto com os outros, e no sentido do desenvolvimento infinito da realidade. Neste sentido, o conhecimento que temos de um objeto agora, neste momento, é necessariamente parcial e incompleto – o que é diferente de relativo, no sentido de contrário a absoluto.

O problema é que a objetividade da verdade é uma coisa, a totalidade da verdade é outra. Não se deve confundir a questão da objetividade e a questão do absoluto (no sentido de totalidade e imutabilidade). A verdade parcial, condicionada pelo seu tempo e lugar, não significa que não seja objetiva, não significa que seja verdade hoje e não seja amanhã ou em outra circunstância. A verdade parcial não é absoluta, no sentido de total, mas é objetiva (Schaff, 1994).

Aceitamos, portanto, que o conhecimento do indivíduo é condicionado pela sociedade da qual faz parte, pela sua classe, pela sua vida, o que não significa admitir que a verdade seja relativa.

Se não nos atarmos as mãos com a pressuposição que o conhecimento tem o caráter de reflexo passivo e que a verdade é absoluta (no sentido de uma verdade total e eterna), em outras palavras, se aceitarmos o terceiro modelo de relação cognitiva (interpretação ativista da teoria do reflexo) e se considerarmos a verdade como um processo cumulativo de verdades parciais, nada nos impede de reconhecer que o conhecimento socialmente determinado é verdadeiro e, neste sentido adequado. Ele é com efeito o reflexo da realidade, se bem que reflexo sempre relativo, pois parcial, incompleto, variável(Ibidem, p. 145-146).

Há ainda outra questão que consiste em saber se as posições teóricas escolhidas por nós, são verdadeiras ou não. De fato, não há como ter certeza, contudo, isto não impede que haja uma verdade. Deste modo, mesmo diante das incertezas acerca de nossas verdades, se procuramos adquirir uma compreensão científica seja lá do que for, somos obrigados a nos posicionar, a escolher aquela que, para nós, nos parece mais adequada, mais correta, mais verossímil e mais próxima do real. Isto se deu com nossa opção pelo Materialismo Histórico e Dialético. Neste sentido, entendemos que o privilegiamento de determinada postura teórico-metodológica como a mais adequada para a compreensão da realidade não é necessariamente conflitante com a abertura à contribuição e ao debate com teorias diversas, nem com a compreensão da relatividade e parcialidade do conhecimento (Ver a este respeito Tonet, 1995).

Diante das minhas dúvidas recorrentes acerca da verdade de nossas leituras da Realidade, Marx responde nas suas Teses sobre Feuerbach:

O principal defeito de todo materialismo até aqui (...) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de *objeto ou de intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *práxis*, não subjetivamente. (...) A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas *prática*. É na *práxis* que o homem

deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica* (Marx, 1991, p. 11-12, grifos originais).

Neste sentido, adotar uma postura teórica significou para nós a busca por uma teoria aberta que afirmasse a necessidade de abertura a novas descobertas e contribuições importantes, sem abrir mão do rigor científico e da sua lógica interna. Desta forma, o Marxismo, na sua forma não vulgar, por ser necessariamente dialético e histórico, pareceu-nos responder adequadamente à questão do conhecimento como verdade parcial e como recusa a verdades absolutas.

Assim, Marx afirma que a práxis é o critério de verdade, pois no terreno da discussão teórica não há solução possível para esta discussão. Deste modo, a despeito de todas as discussões teóricas e filosóficas, o questionamento acerca da verdade ou não de nossas teorias e as respostas relativistas acerca da verdade ganham outra conotação no momento de fazer escolhas práticas. “*O problema deste tipo de resposta prende-se com a necessidade de fazer escolhas práticas: que medicamento utilizar ou em que sentido orientar as portas – nestas situações a indiferença teórica torna-se indefensável*”(Sokal & Bricmont, 2001, 107).

Apesar de toda esta discussão ser por demais complexa, a discussão científica acerca da verdade/objetividade adquire ainda maior complexidade quando se trata de discutir no terreno das Ciências Sociais, nas quais sujeito e objeto se misturam e nas quais o “objeto” é imprevisível.

Ao nível humano as coisas se tornam mais fantásticas ainda. (...) Isto não ocorre no nível biológico. Não há casos de revoluções entre colônias de samambaias, decididas a se transformarem em roseiras. Nem casos de girassóis que tivessem cometido suicídio. Os indivíduos, ao contrário se caracterizam por este fato trágico e grandioso: sua decisão de serem diferentes do que são. Isto os torna dolorosamente e maravilhosamente particulares, neuróticos e sofredores, capazes de criar a arte, de amar, de se sacrificar, de fazerem

revoluções e se entregarem às causas mais loucas, de cometerem suicídio (Alves, 1987, p. 101-102).

Entretanto, apesar disto, as Ciências, inclusive as Humanas e Sociais, trabalham com regularidades, com previsões e busca da verdade objetiva. E neste sentido, é sempre este o papel do pesquisador:

O historiador ou etnólogo deve obrigatoriamente tentar compreender o universo dos babilônios ou dos bororos, natural e social, tal como era vivido por eles, tentando explicá-lo, abster-se de introduzir determinações que não existem para esta cultura. (...) Mas ele não pode ficar só nisso. O etnólogo que assimilou tão bem a visão do mundo dos bororos a ponto de só poder vê-los à sua maneira, não é mais um etnólogo, é um bororo – e os bororos não são etnólogos. Sua razão de ser não é assimilar-se aos bororos, mas explicar aos parisienses, aos londrinos, aos nova-iorquinos (...) esta outra humanidade que os bororos representam. E isso, ele só pode fazê-lo na linguagem, (...) no sistema categorial dos parisienses, londrinos, etc (Castoriadis, 1982, p. 195)

Ou seja, mesmo nas Ciências Sociais e Humanas o pesquisador deve sempre pautar-se pela busca da verdade parcial e incompleta, mas objetiva. E justamente pela especificidade das Ciências Sociais e Humanas, a objetividade aqui consiste em garantir atingir a objetividade acerca da subjetividade dos outros, ou nas palavras de Santos (1987) a objetividade nas Ciências Sociais/Humanas é a objetivação da subjetividade dos outros.

Assim, concluímos nosso raciocínio com Schaff (1994, p. 233):

O historiador é um sujeito como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas: não é capaz de pensar sem uma língua dada, possui uma personalidade socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio, a um grupo profissional, etc, com todas as consequências que tudo isto implica no plano dos estereótipos que aceita (inconscientemente, em geral), da cultura de que é ao mesmo tempo uma criação e um criador, etc. Se se juntarem a isso os fatores biológicos e psicossomáticos que constituem um poderoso agente de diferenciação individual vemos o quanto o conhecimento é subjetivo.

Se a objetividade do conhecimento implicasse em excluir todas as propriedades individuais da personalidade humana, se a imparcialidade devesse consistir em fazer juízos de valor renunciando ao seu próprio ponto de vista e ao seu sistema de valores, se o valor dos juízos universais devesse consistir na eliminação de todas as diferenças individuais e coletivas, a objetividade seria pura e simplesmente uma ficção, porque implicaria que o homem fosse um ser sobre-humano ou a-humano.